

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

DO OUTRO LADO DAS PONTES
História, Etnografia e Planejamento Urbano numa cidade média do interior
fluminense

Rafael Peçanha de Moura

Niterói
2012

DO OUTRO LADO DAS PONTES
História, Etnografia e Planejamento Urbano numa cidade média do interior
fluminense

Trabalho apresentado como Dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Antropologia do PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF – Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Professora Orientadora: Gláucia Oliveira da Silva

Rafael Peçanha de Moura

DO OUTRO LADO DAS PONTES
História, Etnografia e Planejamento Urbano numa cidade média do interior
fluminense

Trabalho apresentado como Dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Antropologia do PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF – Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Gláucia Oliveira da Silva (Orientadora) – UFF

Cristina Lontra Nacif (UFF)

Ana Maria Daou (UFRJ)

Niterói, 26 de abril de 2012

*Ao jovem Jackson e ao bom e velho
Albino (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para este trabalho:

Alair Corrêa, Aristarco Acioli, Carla Loyola, Evangelus Pagalidis, Felipe (Secretaria Municipal de Planejamento de Cabo Frio), Hilton Massa (*in memoriam*), Ivo Barreto, Janio Mendes, José Bonifácio, José Correia, Lucas Müller, Manoel Vieira, Márcio Werneck (*in memoriam*), Mauro Branco, Penha Leite.

Aos professores Adriana Ferreira dos Santos, Daniele Pinheiro, Guilherme Guaral, João Baptista Orozimbo, Lúcia Grinberg, Luiz Felipe Oliveira, Paulo Cotias, Paulo Roberto Araújo, Sol Grey Tavares Ribeiro, Soraya Silveira Simões.

À minha mãe, conselheira e amiga.

A minha orientadora Gláucia Oliveira da Silva, pela paciência e compreensão.

A meu pai, sempre presente.

À minha amada Livia, doadora das mais tenras contribuições, dos mais belos sorrisos, dos mais consoladores olhares e ouvidora das mais repetitivas ideias.

Ao pequeno grande Cian.

A Deus, presente, necessário e inesquecível.

*Vejam bem, caros leitores,
O que é ecologia:
Recuso a subir a ponte.
Obra da engenharia...
Pra voar sobre a Lagoa,
Nas asas da poesia.*

(José Casimiro)

RESUMO

Este trabalho visa à análise das representações, comportamentos, processos identitários e, principalmente, das alterações no universo das relações sociais no bairro da Gamboa, como parte do processo histórico de urbanização da cidade de Cabo Frio. A partir de uma abordagem que integre as perspectivas da História e do Planejamento Urbano à pesquisa antropológica, desejamos tratar a temporalidade (presente, passado e futuro) da vivência do grupo social como pano de fundo para a observação das reações e/ou adesões dos moradores aos diversos modos de intervenção e apropriação do espaço (físico, político, social) na localidade, utilizando, de maneira transversal e contínua, a etnografia como ferramenta de obtenção e análise de dados, tendo como foco simbólico o conjunto de quatro pontes que dividem a cidade e o bairro em estudo.

Palavras-chave: Gamboa, antropologia, história, planejamento.

ABSTRACT

This work aims to analyze the representations, behaviors, identity processes, and especially the changes in the universe of social relations in the neighborhood of Gamboa, as part of the historical process of urbanization of the Cabo Frio city. From an approach that integrates the perspectives of history and urban planning to anthropological research, wish to address the temporality (past, present and future) the experience of the social group as a backdrop for the observation of reactions and / or memberships of residents the various modes of intervention and appropriation of space (physical, political, social) in the locality, using transversely continuous, ethnography as a tool for collecting and analyzing data, focusing on the symbolic set of four bridges that divide city and the neighborhood under study.

Keywords: Gamboa, anthropology, history, planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Placa indicativa de obra no estacionamento público da Gamboa	24
Imagem 2 – No centro, a rua de descida da Ponte Feliciano Sodré (Rua Jorge Veiga); à direita, o Clube Costa Azul (muro branco e azul); ao fundo e à direita, o estacionamento público da Gamboa	25
Imagem 3 - Mapa Cromático da Cidade de Cabo Frio. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo	28
Imagem 4 – Visualização geral do bairro da Gamboa. Desenho do Contorno do bairro em destaque. Fonte: Google Earth	30
Imagem 5 – mapa do bairro da Gamboa com marcação dos espaços mais citados pelos moradores como relevantes para a localidade. Adaptado de Google Earth	32
Imagem 6 – Planta da cidade de Cabo Frio – 1788 – Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Arquivos de Penha Leite	38
Imagem 7 – Planta da cidade de Cabo Frio – 1837 – autoria do Major Bellegard – Arquivos da Biblioteca Nacional – Arquivos Penha Leite	38
Imagem 8 – destaque do Mapa de Pontos Turísticos da Cidade de Cabo Frio. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Cabo Frio	43
Imagem 9 – Ponte Feliciano Sodré – 1956 – Evange Achill Pagalidis - Arquivos de Evangelus Pagalidis	45
Imagem 10 – Plano Amaral Peixoto – Urbanização das Cidades Fluminenses – versão Cabo Frio – Arquivos Penha Leite	49
Imagem 11 – Mapa comparativo – contorno do Canal Itajurú em 1937; Projeto do Decreto 3002 de 1938; Contorno “atual” (anos 80) e aterros realizados – Márcio Werneck da Cunha – Arquivos de Penha Leite	53
Imagem 12 – Planta do Projeto de Urbanização do Bairro da Gamboa – 1972 – Aristarco Acióli – Arquivos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cabo Frio	57
Imagem 13 – Planta da Cidade de Cabo Frio – 1841 – autor: Major G.J. Silva Pimentel – Arquivos da Biblioteca Nacional – Arquivos Penha Leite	69
Imagem 14 – Foto de Evange Achill Pagalidis – 1958 – Arquivo Evangelus Pagalidis	70
Imagem 15 – Foto de Augusto Malta – 1915 – Arquivo Wolney Teixeira	71
Imagem 16 – Gamboa Shopping – foto de Rafael Peçanha de Moura, 2011	82
Imagem 17 – Logotipo da Prefeitura Municipal de Cabo Frio – Gestão 2005-2008 ...	85

Imagem 18 – Mapa da Gamboa – área original (em vermelho) e área aterrada (em verde) – Fonte: Google Earth. Adaptação: Rafael Peçanha de Moura	91
Imagem 19 – As três pontes condominiais da Gamboa – da esquerda para a direita: Condomínio Casa da Ilha, Loteamento Ilha do Meio e Condomínio Marinas do Canal. Foto: Rafael Peçanha	105
Imagem 20 – Detalhe - Mapa de Renda mensal dos chefes de domicílio. Fonte: FGV.	107
Imagem 21 – Mapa do bairro da Gamboa com área hachurada em marrom destacando a representação coletiva dos moradores denominada “final da Gamboa”. Desenho: Rafael Peçanha	108
Imagem 22 – Detalhe - Mapa de áreas críticas no entorno de depósitos de lixo. Fonte: FGV.....	109
Imagem 23 – Ilha do Japonês. Foto: Pousada Bom Vivant	112
Imagem 24 – Croqui da Ilha do Japonês, com destaque para as áreas utilizadas pelos moradores. Desenho: Rafael Peçanha	113
Imagem 25 – Esquema de zonas espaço-representacionais da Gamboa	114
Imagem 26 – Ponte Feliciano Sodré nos dias atuais. Foto: www.cabofrioturismo.com.br	116
Imagem 27 – Detalhe - Mapa de Renda mensal dos chefes de domicílio. Fonte: FGV.	118
Imagem 28 – Detalhe - Mapa do número médio de anos de instrução do chefe de domicílio. Fonte: FGV, 2010	118
Imagem 29 – Detalhe - Mapa de Vetores de crescimento da cidade de Cabo Frio. Fonte: FGV, 2010	120
Imagem 30 – Detalhe - Mapa de Previsão de taxa de crescimento até 2020. Fonte: FGV, 2010	121
Imagem 31 – Mapa de aplicação do conceito de liminaridade espaço-representacional na cidade de Cabo Frio. Adaptação de Rafael Peçanha sobre a base cartográfica do Google Maps	124
Imagem 32 – Estacionamento 1, em frente ao Gamboa Shopping	130
Imagem 33 – Guardador de carros uniformizado do estacionamento 1	133

Imagem 34 – Bloco A Arca, carnaval 2011. Carro representando a Arca de Noé e os bonecos de Gandola e Vavdinho. Foto: Carla Loyola	136
Imagem 35 – Mapa de localização da concentração do Bloco A Arca. Adaptação sobre imagem do Google Earth	138
Imagem 36 – Jornal O Completo, 27 de março de 2010. Detalhe da capa	145
Imagem 37 – Jornal Noticiário dos Lagos, edição de 25 de junho de 2010	146
Imagem 38 – Gamboa Shopping. Foto: Rafael Peçanha	149
Imagem 39 – Placa de aviso instalada pela ACIRB na entrada do Gamboa Shopping. Foto: Rafael Peçanha	154
Imagem 40 – Quadro de visualização da configuração <i>estabelecidos-outsiders</i> no bairro da Gamboa	155
Imagem 41 – Jornal Folha dos Lagos, edição de 13/14 de março de 2010	159
Imagem 42 – Jornal Folha dos Lagos, 29 de outubro de 2010	161
Imagem 43 – Mapa do zoneamento espaço-representacional do bairro da Gamboa. Adaptação sobre base do Google Earth	169
Imagem 44 – Quadro da divisão histórica do planejamento urbano no Brasil	178
Imagem 45 – Maquete do Projeto de Terminal de Integração no Bairro Jardim Esperança. Fonte: Secretaria Municipal de Transportes de Cabo Frio.....	184
Imagem 46 – Croqui do Projeto de Terminal de Integração no Bairro Jardim Esperança. Destaque (em verde): Avenida Ézio Cardoso da Fonseca. Fonte: Secretaria Municipal de Transportes de Cabo Frio	185
Imagem 47 – Lava a Jato localizado no bairro da Gamboa, de propriedade de família residente no lado do morro. Foto: Rafael Peçanha	194
Imagem 48 – Gráfico da relação entre tempo e espaço no Relatório de Impacto Social. Fonte: CDN, 2011	204
Imagem 49 – Proposta de gráfico relacional tempo-espaço no Relatório de Impacto socioespacial – RISE	205

SUMÁRIO

Introdução – Para começar	14
--	-----------

Capítulo 1: História – O ontem

<i>Histórico da urbanização da cidade de Cabo Frio e do bairro da Gamboa</i>	34
---	-----------

1.1 Fase 1 – Prolegômenos do urbano cabofriense – Séculos XVI/XVII	34
--	----

1.2 Fase 2 – a hegemonia do sal e dos salineiros – século XIX aos anos 50 do século XX	41
--	----

1.3 Fase 3 – Petróleo, turismo e especulação imobiliária – a partir dos anos 60 do século XX	46
--	----

1.3.1 O Projeto Marinas do Canal e o Projeto de Urbanização do bairro da Gamboa	55
---	----

1.3.2 A CPI da Especulação Imobiliária de 1978 – outras questões nacionais	66
--	----

1.3.3 Os anos 80 – questionamento das propriedades tradicionais da Gamboa	68
---	----

1.3.4 Anos 90 – a força dos <i>royalties</i>	75
--	----

1.3.5 anos 2000 – Gamboa Shopping. A questão da sazonalidade. Discursos e representações	80
--	----

1.4 Primeiras hipóteses e conclusões	87
--	----

Capítulo 2: Etnografia – O hoje

<i>Disputa por espaços no bairro da Gamboa – uma etnografia do bairro que vê e é visto pela cidade.....</i>	92
--	-----------

2.1 Apresentação	93
------------------------	----

2.1.1 Observação participante	94
-------------------------------------	----

2.1.2 Quem é o leitor da cidade	95
---------------------------------------	----

2.1.3 O <i>espaço-lugar</i> como leitura urbana	99
---	----

2.2. Para início de conversa: divisão dos temas abordados	102
---	-----

2.3 Espaço e símbolos urbanos	104
2.3.1 As pontes	104
2.3.1.2 Pontes dentro do bairro – as diferentes zonas espaço- representacionais na Gamboa	105
2.3.1.3 Antes da ponte e depois da ponte – as duas cidades. Liminaridade e confinamento	114
2.3.1.4. Versões culturais locais – separação e pertença entre os lados da ponte	125
2.3.2 Os estacionamentos	129
2.4 Espaço-lugar, poder, rituais e simbolismos do mundo moderno	
2.4.1 Carnaval	135
2.4.2 Esporte	143
2.4.3 Moda Praia	148
2.5 Espaço e conflitos locais	
2.5.1 Moda Praia - Moradores/lojistas estabelecidos x lojistas <i>outsiders</i>	152
2.5.2 O IPHAN, a questão ambiental e suas representações	158
2.5.3 Associações urbanas - disputa por espaços políticos e físicos	163
2.6. Segundas conclusões e confirmações de hipóteses	167
Capítulo 3: Planejamento urbano – O amanhã <i>Caminhos e visões da cidade</i>	
3.1 O que é Planejamento Urbano e o que queremos com ele	173
3.2 Planejamento Urbano e participação popular	179

3.3 Planejamento urbano e meio ambiente	194
3.4 O que se vê e o que se quer que seja visto	197
3.5 Por uma nova metodologia de responsabilidade social em projetos de intervenção urbana	201
3.6 Por uma quase conclusão	210
Conclusão – Para não terminar	212
Referências Bibliográficas	219
Anexos	233

Introdução – para começar

O presente trabalho diz respeito a uma continuação, sob novo enfoque, de pesquisa anterior, realizada no bairro cabofriense da Gamboa (Moura, 2011). Na ocasião, discutimos a construção da identidade dos pescadores artesanais do referido bairro, a partir do conflito entre modernidade e tradição.

Nossa nova incursão pelo tema amplia o campo de visão, ao buscar enxergar a cidade de Cabo Frio através do bairro da Gamboa. A partir da pessoal convivência com os moradores da Gamboa, observamos ali a possibilidade de retratarmos, como em miniatura - conforme defende Elias (2000), um universo de relações entrecruzadas de distância e pertença entre os atores destes espaços, ou seja, do bairro e da cidade.

Desejamos, assim, mediante a observação das relações sociais entre os moradores de uma localidade não-central (ou periférico), visualizar a configuração de uma cidade média do interior do estado do Rio de Janeiro. Tal interesse, comente-se, tem sido posto de lado no universo acadêmico, diante da hegemonia do legítimo e louvável interesse pelos grandes centros e metrópoles globais.

Quanto ao título deste trabalho, algumas reflexões permearam nosso pensamento até que tal denominação se concretizasse. Optamos pela simbologia da ponte pelo fato da mesma inserir-se na representação social corriqueira, não só entre os moradores da Gamboa, mas de Cabo Frio em geral, no que se refere à visualização de uma cidade dividida, geográfica e socialmente entre *antes e depois da ponte*, no caso, a Ponte Feliciano Sodré, sobre o Canal Itajurú.

Assim, pareceu saltitante aos olhos, em nossa pesquisa, outras relações entre pontes físicas e sociais que, ao mesmo tempo, separam e interligam mundos diversos, não só dentro da mesma cidade (como a Ponte Feliciano Sodré), mas ainda dentro do estado do Rio de Janeiro (como a Ponte Rio-Niterói liga a região metropolitana ao interior) e dentro do bairro da Gamboa (como as três pontes dos loteamentos do Projeto Marinas do Canal o ligam ao restante das habitações do bairro).

É sobre a análise dos efeitos do processo de urbanização da cidade de Cabo Frio, gerando espaços em disputa no bairro da Gamboa, que versaremos nossa dissertação. Entendendo esse processo como produto de interferências no bairro, sem perder de vista o contexto mais amplo de transformações da cidade como um todo, buscaremos compreender de que maneira estes dois processos concomitantes (urbanização da cidade

e do bairro) se desenvolveram, se inter-relacionaram e interagiram, privilegiando as relações sociais estabelecidas, nesse contexto, entre os moradores da Gamboa. .

Constituindo uma etnografia de bairro, nosso trabalho prende-se a uma longa linha de pesquisas no campo da Antropologia Urbana, no Brasil e fora dele, na qual se destacam Velho (2002), Cordeiro e Da Costa (2006), Leite (2003), Zaluar (1994), entre outros. Como participante desta linha de análise, nosso trabalho pretende focar o bairro como *locus* relacional de identidades, visualizando, por ele, a cidade.

Na perspectiva de uma análise multidisciplinar, característica histórica do próprio processo de investigação do meio urbano no Brasil, segundo Velho e Kuschnir (2003, p.7), utilizaremos não só referências da própria Antropologia, mas autores ligados às disciplinas da História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, visando ao diálogo com outras áreas do conhecimento, para a obtenção de um resultado mais abrangente e satisfatório para todos aqueles que pelo tema se interessarem.

Contribuições

Embora não entendamos uma dissociação entre cidade e bairro, posto que ambos constituem um mesmo todo urbano inter-relacionado, nosso trabalho, como já dito, visa analisar o bairro da Gamboa como local no qual espelham-se reflexos e efeitos de um processo histórico maior: o processo de urbanização da cidade.

Rodrigues (2005) entende que seu estudo visa à “cidade no centro”, ou seja, à semelhança da antropologia urbana, “que não estuda a cidade, mas na cidade”, citando Geertz. (in Rodrigues, 2005, p.22). Ainda que Lynch entenda a cidade como um todo analítico indivisível, ao lado de Rodrigues entendemos neste trabalho que as partes da cidade podem falar por seu todo, ou, como entende Panerai, a análise do crescimento de aglomerados pode alcançar a compreensão da cidade (idem, p.23), podendo o conceito de aglomerado, para o autor, compreendido como “(...) desde o lote ao longo de uma rua até o aglomerado ao longo de uma rodovia ou periferia da própria cidade” (*ibid*, grifo nosso).

Não podemos seguir antes de prestarmos esclarecimentos acerca da noção de periferia. Seu conceito tradicional, segundo Domingues (1994/5), refere-se ao “grau de afastamento a um centro”, sendo tal posição periférica proporcional à visibilidade, posicionamento, poder e clareza dos atributos da condição central. “Enquanto agregado social, a periferia (...) pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos

locais de destino dos habitantes pendulares”. O centro, por sua vez, seria definido pela “diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, econômicos, etc.” Prysthon (2003), entretanto, a partir dos estudos de Bhabha e Spivak, lembra que ambos – centro e periferia – podem constituir espaços híbridos, havendo negociação entre os mundos e entre-lugares: suas fronteiras não são tão fixas e definidas e suas realidades se misturam.

Dessa forma, a partir das constatações de Panerai e do próprio Rodrigues (apesar de sua tendência à análise do centro da cidade), defendemos que bairros não-centrais também podem encarnar o conceito de áreas-de-estudo que nos levem ao estudo da cidade, trazendo aqui uma importante escolha metodológica.

Além disso, lembremos que, tradicionalmente, trabalhos desta linha de pesquisa antropológica analisam grandes metrópoles, a cidade “grande” ou “global” de Simmel (1979). Diferentemente dessa tendência, não podemos afirmar, outrossim, que nosso trabalho vise à cidade pequena, aos moldes de Prado (1997). Na verdade, nossa pesquisa propõe o estudo de uma “cidade média”, como contribuição que tenta ser profícua, a partir de uma escassez desta temática no âmbito dos estudos da Antropologia Urbana.

Cabe salientar que nosso trabalho não deseja romper com este viés metonímico da análise urbana – falando da parte para falar do todo. Entretanto, na perspectiva de ampliar essa postura, desejaremos realizar, concomitantemente, o movimento inverso, ou seja: ao falar do todo, focar a parte, isto é, abordar em que medida as mudanças nas relações sociais e nas configurações espaciais no bairro afetam a cidade – não apenas chegar ao bairro através da cidade, mas chegar à cidade através do bairro.

Estrutura

Nosso trabalho se desenvolverá ao longo de três capítulos. No primeiro, recorreremos ao passado e a uma breve contextualização do bairro da Gamboa e da cidade de Cabo Frio para observarmos o processo de desenvolvimento da urbanização da cidade em paralelo com o mesmo processo no que se refere ao bairro.

No segundo capítulo, o foco é o presente, quando apresentaremos dados oriundos de nossa observação no bairro e convivência com os moradores, momento no qual buscaremos identificar suas impressões sobre si mesmos, sobre os outros moradores do bairro e da cidade; suas representações acerca dos espaços e símbolos do

bairro e da cidade; e a maneira como se inter-relacionam em seus espaços. Neste momento, nosso objetivo será identificar como o processo urbanizador de Cabo Frio e da Gamboa influenciaram as configurações culturais atuais presentes entre os moradores, desde a forma de falarem, seus termos, suas maneiras de se relacionarem, sua divisão espacial, seus eventos, rituais e símbolos.

No terceiro capítulo, visualizaremos o amanhã – não somente aquele que pode ser, nem aquele que queremos, mas aquele que já começa a se construir, através de ações de intervenção urbana na cidade e no bairro. Como subproduto deste capítulo, apresentaremos a proposta de elaboração de Relatórios de Impacto Espacial, como metodologia de estudos prévios a intervenções urbanas (públicas ou privadas), com o objetivo de garantir – ou ao menos sugerir – a responsabilidade social nas alterações urbanas que atingem diretamente a população.

Os três temas abordados neste trabalho, assim, encontram-se em harmonia. A etnografia de bairro que desejamos fazer no capítulo 2, entretanto, não é, com certeza, um fim em si mesmo neste trabalho. A observação e análise das manifestações culturais; das representações e relações sociais; e dos rituais entre os moradores da Gamboa e entre os moradores de Cabo Frio em geral, não nos parece ser possível, ou ao menos não parece ser coerente, sem que leve em conta uma anterior análise do passado do uso desses espaços. Podemos supor, com boas chances de acertar, que a história da urbanização da cidade possui relação direta com o atual retrato etnográfico do grupo estudado.

Por outro lado, tal observação do presente, à luz do passado, nos permite visualizar as tendências dos caminhos traçados e desejados, pela gestão pública municipal e pela opinião média da população, no que se refere ao futuro da cidade, visualizando o habitante como interlocutor do planejador urbano, conforme pensou e aplicou Lynch em certos setores do projeto de remodelamento de Boston (Choay, 1965, p.48). Longe de pretender qualquer “previsão” de um futuro incerto, o terceiro capítulo almeja apenas averiguar, no presente, como os atores sociais enxergam o futuro da cidade.

A relação entre história e etnografia é longa e polêmica¹. Não faltaram, em meio a essa caminhada, capítulos relevantes, como as relações de contato entre Halbwachs,

¹Pudemos refletir um pouco sobre o assunto no artigo *O enigma de Lévi-Strauss – debates entre Antropologia e História*, que apresentamos ao VII Congresso de História da Região dos Lagos, em setembro de 2009.

Bloch e Febvre em Estrasburgo, que, sem dúvida, influenciaram as reflexões do sociólogo acerca da memória coletiva, por exemplo (Reis, 2004, p.67), isso sem esquecermos os longos embates entre Sartre e Lévi-Strauss (1976), nos anos 60, acerca da disciplina histórica, bem como as reflexões de Sahlins (1990), nos anos 80, favoráveis ao diálogo entre os temas.

Há ainda articulações diretas entre História e Antropologia, como o caso de Ladurie em *Montaillou*²: se há notoriedade e legitimidade em utilizar relatos do passado como entrevistas voltadas a uma etnografia presente, porque não utilizar entrevistas presentes a fim de reconstruir o passado, a partir da visão dos atores sociais da cidade, envolvidos diretamente no processo de sua urbanização?

O contrário da questão que encerra o parágrafo anterior também se materializa em nossas intenções. A apresentação de um histórico em nada elimina a abordagem antropológica, já que, como vimos, parece ser coerente tratar dados e fatos do passado como objetos que recebam uma análise pelo viés antropológico, tal como de fato o fazemos, por exemplo, ao analisar as representações da setorização cromática da cidade de Cabo Frio, projeto oriundo do poder público municipal na década de 90, como veremos.

A reconstituição de tal histórico, entretanto, evidencia pesquisa das mais complexas, especialmente pelo fato de que a bibliografia existente sobre a história da cidade é, quase em sua totalidade, escrita por autores sem formação acadêmica na área da História – o que não significa que falte às mesmas fontes a qualidade necessária a um estudo histórico. Não obstante, tais relatos concentram suas impressões a partir da ótica política sobremaneira, o que constitui outro obstáculo.

A ligação de alguns desses autores locais com governos vigentes ou projetos políticos no âmbito da municipalidade, por sua vez, também não descaracteriza a legitimidade de suas impressões e análises. Ao contrário, os inclui em nossa reflexão

¹ De acordo com Burke (1992), Ladurie se utiliza nessa obra de depoimentos de heréticos locais (uma aldeia de Ariège, sudoeste da França) do século XIV como se fossem entrevistas presentes, tais como as que são utilizadas pelos antropólogos, a fim de estudar os grupos sociais. Assim, Montaillou é uma “tentativa de escrever um estudo histórico de comunidade no sentido antropológico – não a história de uma aldeia particular, mas o retrato da aldeia, escrita nas palavras dos próprios habitantes, e o retrato de uma sociedade mais ampla, que os aldeãos representam. Segundo Burke ainda, Montaillou é um primeiro exemplo do que viria a se chamar de “micro-história”. Dedicou-se Ladourie, assim, a” tratar os registros como se fossem gravações de um conjunto de entrevistas com esses vinte e cinco indivíduos, mais ou menos dez por cento da população da aldeia. Tudo o que tinha de fazer, diz-nos Ladurie, era reordenar a informação fornecida aos inquisidores, pelos suspeitos sob a forma de um estudo de comunidade do tipo que os antropólogos escrevem frequentemente”. (Burke, 1992, pp. 67,68)

como autores e atores sociais ao mesmo tempo, contribuindo não apenas com suas pesquisas, mas também com suas parcialidades pessoais, que denotam representações locais sobre os temas tratados, perfazendo informações caras à nossa etnografia.

Nesse sentido, buscaremos utilizar como fontes, além da bibliografia local acima descrita, documentos históricos, oriundos de casas políticas, como o Congresso Nacional e a Câmara Municipal de Cabo Frio.

Ao longo dos capítulos, utilizaremos como fontes relatos de cronistas e poetas locais, bem como entrevistas com gestores públicos, arquitetos, engenheiros e outros atores sociais e políticos da cidade, que participaram ativamente do processo ao longo de determinadas faixas de tempo, dispostos a obter, como dados, as representações sociais internas (dos atores sociais locais sobre o bairro e a cidade) e externas (dos atores sociais externos ao bairro e à cidade) sobre tal processo.

A escolha realizada por essa pesquisa, no sentido de entrevistar nomes ligados ao passado e ao presente da gestão pública e do universo político da cidade, assim, se traduz como obviedade, afinal, se a urbanização é, exatamente, o conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade (Villaça, 1999, p.180), como reconstruir uma história da urbanização local, analisar seus efeitos presentes e suas projeções futuras, sem oferecer à classe política gestora uma posição de destaque na análise?

De fato, ao tratar da importância dos estudos do tema em tela, ao qual denomina *cultura política*, ou ainda *antropologia da política* (Kuschnir, 2007), no âmbito das Ciências Sociais, Kuschnir e Carneiro (1999), apoiando-se em Eckstein, Wilson, Schwartzman, Thompson, Ellis e Wildavsky, entre outros autores, entendem que “ao contrário do que propõem os modelos básicos da teoria da escolha racional, hoje dominantes na ciência política, as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais” (p.228), fundamentando-se, claramente, na Escola de Cultura e Personalidade segundo a qual indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas (Benedict, 1934, p.251).

Nesse sentido, os autores buscam a análise de trajetórias individuais de parlamentares como mediadores fundamentais entre níveis de cultura “servindo como tradutores entre os valores, projetos e dramas da população”. (Kuschnir, 1999, p.241). Não só presa aos parlamentares, a análise emerge os mandatários em geral como atores a serem investigados, já que os autores entendem que, dos mesmos, seja possível

alcançar as “motivações e disposições de atores sociais cuja atividade está diretamente vinculada ao exercício e controle da autoridade e do poder em nossa sociedade” (Velho e Kuschnir, 1996).

A relação intrínseca, não só entre administração municipal e reformas urbanas, mas também entre ambas e o meio acadêmico, constitui realidade histórica que ultrapassa a realidade local estudada. Para Leme (1999) o período de 1895 a 1965 no Brasil trouxe a inserção do profissional de urbanismo, igualmente, nas instituições de ensino e nos órgãos públicos (Leme, 1999, p.20). São os mesmos os profissionais que atuam no ensino superior e na administração pública, sob contrato do estado ou da prefeitura (idem, p.32).

Integrando a utilização de trajetória dos “grandes” ou dos “pequenos”, a proposta básica deste trabalho, disposta a analisar os usos dos espaços e suas conseqüente relações sociais a partir da reconstrução do passado urbano, não é nova. Ela prende-se, destaque-se, ao que Mello e Vogel (1984) chamam de *arqueologia urbana*, enquanto tendência inaugurada com estudos no final dos anos 70:

O desenvolvimento das cidades e as transformações que provoca nos sistemas construídos, ao longo de diferentes períodos históricos, abre perspectivas para que se proceda a uma leitura arqueológica dos espaços urbanos. Esta pretende não só registrar a sucessão de padrões urbanísticos, mas estabelecer uma correlação entre as diferentes formas urbanas das quais foram preservados testemunhas e os modos de vida - as práticas quotidianas - que caracterizam esses ambientes. (Mello e Vogel, 1984, p.1)

Os autores, em trabalho de 1979 sobre o bairro do Catumbi, observam assim a chamada *geografia fantástica* apresentada pelo relato presente de atores que viveram um passado do bairro. Por essa ótica, buscam os mesmos autores a reconstituição deste passado, a partir de tais representações e vice-versa, aproximando a experiência etnográfica da arqueológica (idem, p.4). Mais que isso, tal concepção praticamente aponta a impossibilidade de uma análise etnográfica urbana coerente sem uma apreciação histórica, memorial. Dessa forma, para os autores,

As cidades são verdadeiros sistemas de memória (...) ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo de modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as ideias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética. (idem, p.6)

Caracterização dos interlocutores (indivíduos-chave)

Como já anunciado, por outro lado, se as trajetórias dos “grandes” constituem contribuições relevantes a este estudo, os “pequenos” participam de maneira basilar no processo. Para tanto, ao longo de cerca de dois anos de observação participante no bairro da Gamboa, contamos com a fala, as contribuições e as representações de alguns atores sociais, moradores do bairro em estudo, mas também de outras localidades da cidade, inseridas neste trabalho.

L. regula a faixa dos 20 anos e atua no magistério. J. pertence à mesma faixa etária e trabalha no ramo de confecção de moda praia, sendo ainda proprietário de estabelecimento ligado a esta atividade no bairro. N. regula a faixa dos 50 anos e é comerciante no bairro, administrando um bar. I. regula a faixa dos 50 anos de idade e trabalha no ramo de confecção de moda praia. A. pertence à faixa dos 60 anos e é aposentada. C. pertence também a essa média de idade, é aposentado e coordena projetos esportivos para crianças carentes no bairro. G. pertence à faixa dos 50 anos e é zelador de casas no loteamento Ilha do Meio. S. regula a faixa dos 40 anos e é porteiro do Condomínio Marinas do Canal. B. pertence à faixa dos 70 anos, é artista plástica. R. é funcionária de loja de moda praia e regula os 30 anos de idade. T. é professor aposentado, e morador do centro da cidade (os interlocutores/indivíduos-chave caracterizados até T. são todos moradores da Gamboa). M. é professora, compositora, regula 50 anos de idade e é moradora do centro da cidade.

E., P., X., H. e W são interlocutores que foram buscados e entrevistados especificamente para determinada investigação acerca do Bairro São Cristóvão, conforme veremos no Capítulo 2.

Tais fontes prendem-se à necessidade etnográfica não só de resgatar uma memória coletiva (Halbwachs, 2008) do grupo social, trazendo contribuições alternativas à história oficial, mas também de perceber uma “interiorização subjetiva da cidade” defendida por Rodrigues (2005, p.35), baseada no conceito de Ferrara (1988), que busca a livre associação de ideias pelo usuário da cidade, por meio de suas leituras das imagens e estruturas ambientais urbanas (Ferrara, 1988, p.14), já que a mente humana, no contexto urbano, é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu (Simmel, 1979)

Definidos os atores e os caminhos que serão seguidos, duas novas necessidades se insurgem. Em primeiro lugar, a partir de quando é possível falar de urbanização em

uma cidade? Em segundo, e de maneira mais essencial: o que seria, exatamente, *urbanização*?

Urbanização: o que é e quando nasce

É preciso, inicialmente, diferenciar urbanização de ocupação. A denominação de um espaço como urbano se estende para além de um cálculo referente à proporção da população total que habita cidades, como preferiam Mark Jefferson (1909) e Wilcox (1926).

Wirth (1979), em oposição aos autores, entende que, mais que uma questão de delimitação espacial, o urbanismo é um modo de vida, definido como a atração e sugestões que a cidade exerce sobre sua população a partir da concentração das tecnologias, principalmente, ligadas ao transporte e comunicação.

Para facilitar a visualização do que é o urbano, o autor opõe este modelo (urbano-industrial) ao rural (*folk*) (Wirth, 1979, pp. 90-94). Apesar disso, Wirth não nega a questão numérica populacional, mas a elege como um dos – e não como o principal – aspecto de constituição de um processo de urbanização, junto à densidade do agrupamento e o grau de heterogeneidade da população (idem, p.107). Nesse sentido, podemos dizer que a análise de Hanssen (1988) acompanha a de Wirth, no que se refere à indexação que este autor realiza entre o crescimento das estruturas de ligação terrestre da cidade de Cabo Frio e a urbanização da mesma cidade.

Entretanto, Hanssen afasta-se de Wirth quando liga o mero crescimento populacional de Cabo Frio diretamente ao seu processo urbanizador, deixando de apresentar dados sobre o crescimento (ou não crescimento) das tecnologias de comunicação da cidade (jornais e rádios) no mesmo período, além de outras variáveis importantes defendidas por Wirth, como equipamentos culturais (museus, óperas, teatros, bibliotecas), assim como outros *instrumentos urbanos*, tais como hospitais, instituições educacionais, instalações de atividades financeiras, administrativas, industriais e comerciais, organizações profissionais, instituições religiosas/beneficentes, centros de pesquisa e publicação (Wirth, 1979, p.93).

Park (1979) concorda com Wirth ao visualizar a cidade como “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições” (Park, 1979, p.26). Weber, (1979) concorda que o tamanho do aglomerado humano, por si só, não pode decidir a existência ou não

de uma cidade, devendo levar-se em conta fatores de ordem cultural (Weber, 1979, p.69).

Neto (1976), por sua vez, citando Davis, defende a tese de que urbanização é, simplesmente, digamos assim, o aumento da população urbana. Machado (1990) concorda com a postura. As atas da CPI da Especulação Imobiliária de 1978 – que, mais à frente, constituirão documentos importantes para nosso estudo – denotam o alinhamento da maioria dos depoentes e parlamentares com esta posição. Quase todos, em suas falas introdutórias, bem como em suas intervenções, relacionam os dados do IBGE no censo de 1970 ao espanto pela rápida urbanização do país.

Para o IBGE, urbanização é o processo de concentração de população residente no meio urbano. Nesse sentido, há urbanização quando a população concentrada no meio urbano cresce mais do que a residente no meio rural. Dessa forma, tal processo é considerado enquanto crescimento do número de cidades e de aumento do tamanho de algumas cidades denominadas de metrópoles, a partir da industrialização e do êxodo rural, crescimento esse focado nas chamadas áreas urbanas, definidas pelo próprio IBGE, em suas Noções de Cartografia, como “áreas interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definidas por lei municipal”. (IBGE, 2011d).

A eleição dos poderes municipais como definidores das áreas urbanas, por sua vez, gera problemas, como na legislação municipal da cidade de Cabo Frio, que em seu Plano Diretor (Lei Complementar 01, de 7 de dezembro de 2006), no artigo 33, define a cidade como dividida em quatro macrozonas urbanas. O mesmo artigo afirma que os limites dessas macrozonas corresponde às áreas delimitadas dentro do perímetro urbano de Cabo Frio, conforme lei específica.

A questão é que o Plano Diretor apresenta apenas informações gerais sobre o zoneamento da cidade, sendo a “lei específica” citada ainda não aprovada até a presente data. Logo, o Plano Diretor de 2006 precisa seguir uma lei de zoneamento de 1979 (a lei municipal 116) para determinar suas áreas urbanas, em uma conjuntura territorial contraditória, com quase 30 anos de defasagem, apesar da referida Lei de Zoneamento ter sido constantemente alterada ao longo dos anos.

Na esfera prática do Poder Executivo Municipal, observamos que o conceito de urbanização, evidenciado pelas peças publicitárias e obras realizadas pela dita esfera, segue as concepções de Wirth (1979) e Hanssen (1988), no que se refere à chegada de determinados instrumentos urbanos (Wirth, 1979, p.93) ou ainda equipamentos urbanos

(Marafon, 2005, p.55) a uma localidade, tais como asfaltamento, saneamento, calçamento, entre outros.

A partir da análise de placas indicativas de obras realizadas pelo Poder Público Municipal, podemos chegar a tal concepção com segurança. É essa a leitura feita, por exemplo, através da placa indicativa de obra no estacionamento público da Gamboa:



Imagem 1 – Placa indicativa de obra no estacionamento público da Gamboa

Nela, a chegada do asfalto, seja no estacionamento público do bairro, localizado ao lado do Clube Costa Azul, seja na rua de descida da Ponte Feliciano Sodré (Rua Jorge Veiga), constitui ação de urbanização da localidade.



Imagem 2 – No centro, a rua de descida da Ponte Feliciano Sodré (Rua Jorge Veiga); à direita, o Clube Costa Azul (muro branco e azul); ao fundo e à direita, o estacionamento público da Gamboa.

Dessa forma, possuímos algumas perspectivas pelas quais podemos enxergar o conceito de urbanização: uma *perspectiva espaço-numérica*; uma *perspectiva cultural* e uma *perspectiva política*.

A primeira entende que há urbanização quando um determinado espaço do município, entendido como uma zona urbana, passa a possuir uma alta taxa de ocupação. Mark Jefferson (1909), Wilcox (1926), Machado (1990), as Noções de Cartografia do IBGE (*op. cit.*) e as atas da CPI da Especulação Imobiliária de 1978 são exemplos de fontes que os trazem essa postura.

Já a *perspectiva cultural* do conceito de urbanização refere-se àquela concepção que considera a mudança de comportamento e a heterogeneidade de constituição da população como sinônimos do processo urbanizador, além do aumento da presença de determinados equipamentos (de ferrovias e estradas a teatros e bibliotecas), não excluindo, mas colocando em segundo plano a questão do aumento populacional. Esta postura é adotada, por exemplo, por Wirth (1979), Weber (1979), Park (1979) e Castells (1983), este último, ao compreender que

(...) o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana. (Castells, 1983, p.46)

A *perspectiva política* do conceito de urbanização, por sua vez, parte da intervenção do poder público em determinados espaços para a instauração de alguns serviços públicos, como saneamento e asfaltamento, os chamados equipamentos urbanos. É posição defendida pelas representações de discursos e imagens da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e por Campos (1998), ao entender que a urbanização se dá com o investimento em obras públicas, como abertura de ruas (Campos, 1998, p.45).

Cabe salientar que tal concepção apoia-se na base compreensiva simples de Villaça (1999) e Becker (1991), concordes em compreender o Estado como o personagem ativo inicial e principal do processo urbanizador, ainda que não seja coerente entender estes dois autores como compartilhadores da *perspectiva política* aqui apresentada.

Cumpramos observar que as três posturas não são autoexcludentes. Cada uma possui elementos da outra. A perspectiva política compartilha com a modal a ideia da influência de aparelhos urbanos, ligados à saúde e educação, como referências à urbanização. Já a perspectiva modal utiliza a questão populacional assim como a espaço-numérica, porém, esta dá a essa variável uma importância basilar, ao passo que aquela entende a questão populacional como residual no processo de análise do conceito de urbanização.

Como vimos, há autores que mesclam essas tendências. É o caso de Hanssen (1988) que mescla as três perspectivas, ao tratar tanto das mudanças no modo de vida da população de Cabo Frio; dos novos aparelhos urbanos que chegaram à cidade; e do aumento populacional para tratar do processo de urbanização da cidade.

O momento a partir do qual se pode falar em urbanização no Brasil é outra polêmica levantada em obras e eventos acadêmicos que tratam da questão urbana na história do país³.

Villaça (1999) entende que falar de urbanização no Brasil somente a partir da década de 50 do século XX diz respeito a uma concepção tradicional, pautada na imutabilidade do discurso sobre o planejamento urbano (Villaça, 1999, p.176). Assim, para tratar dessa história, o autor entende ser necessária uma busca de origens, do passado desse discurso.

³ A problemática foi tema de perguntas e debates entre os presentes no I Seminário Fluminense de Direito Urbanístico, realizado pela OAB-RJ, em outubro de 2011, no qual apresentamos o artigo *E o mar vai virar aterro - Antropologia, Direito e Conflito nas disputas por Espaços num Bairro do Interior Fluminense*.

Na verdade, Villaça (1999) e Leme (1999), concordam que por volta de 1895 surge no Brasil o discurso sobre a regulação da urbanização – entendido aqui como urbanismo. Ora, cabe salientar que tal discurso trata da urbanização, mas não é a urbanização em si.

O próprio Villaça opta por uma das três concepções de urbanização que acima apresentamos – a perspectiva política, ao entender que a urbanização é exatamente o “conjunto de técnica e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade” (Villaça, 1999, p.180). Becker (1991, p.52) concorda com Villaça, ao entender que a urbanização diz respeito a uma estratégia do Estado para a ocupação de um dado território. Nesse sentido, é preciso observar que a localidade hoje conhecida como cidade de Cabo Frio recebe as primeiras intervenções estatais ainda no século XVI, o que nos permitiria, a partir da ampliação do conceito de Villaça, falar de urbanização na região desde tal período.

São os conflitos entre Estado e população, e entre as representações internas e externas, que “fazem” a cidade, como vozes, por vezes, dissonantes, as vias pelas quais conduziremos nossas reflexões daqui para frente.

Caracterização da cidade

Com área de 410,415 km², a cidade de Cabo Frio possuía, em 2010, 186.227 habitantes, dos quais 140.486 constituíam a população urbana, sendo a faixa etária mais populosa a que varia entre os 25 e os 29 anos de idade – 15.341 pessoas (IBGE, 2011b), sendo a população total estimada para 2011 de 190.787 pessoas (IBGE, 2011e). Só entre 1991 e 2000, Cabo Frio apresentou taxa de crescimento populacional de 5,81% ao ano, então uma das cinco maiores do estado. Entre 2000 e 2003, esta taxa foi de 12,7%. Em 2004, a cidade tornou-se o quarto maior município a crescer no estado (IBGE, 2010).

Cabo Frio é uma cidade média do interior fluminense, localizada na Microrregião dos Lagos, de acordo com dados do Ministério da Integração Nacional⁴ e da Lei Complementar Estadual 87 de 1997, confirmada pela Lei Complementar

⁴Dados disponíveis em <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/tipologia.asp#tipologia> , acesso em 14 de julho de 2010.

Estadual 133, de 15 de dezembro de 2009⁵. A Microrregião dos Lagos é composta por oito Municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

De acordo com os dados do IBGE (2010), no que diz respeito à relação entre habitação, abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo (Indicador Habitacional), Cabo Frio encontrava-se em 69º lugar entre 91 municípios avaliados.

De acordo ainda com estudos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Observatório das Favelas, Unicef e a UERJ, Cabo Frio ficou em 16º lugar entre 267 cidades brasileiras com o mais alto índice de homicídios na adolescência (PVRL, 2009). 24,01% da população da cidade vive na situação de pobreza (IBGE 2011a). 2024 pessoas sobrevivem com ¼ de salário, enquanto 167 vivem mensalmente com mais de 30 salários mínimos (IBGE, 2011b).



Imagem 3 - Mapa Cromático da Cidade de Cabo Frio. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo.

A definição de Cabo Frio como uma cidade média constitui afirmativa que engendra divergentes posturas.

⁵Dados disponíveis em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/0/eb26342129c7ae9203256571007be153?OpenDocument>, acesso em 14 de julho de 2010.

Da Costa (2002) traça em seu trabalho um longo histórico sobre o conceito de cidades médias. Para a autora, com E. Howard e Le Corbusier, surgem patamares numéricos populacionais para tratar de cidades que não fossem metrópoles. Na verdade, o conceito de cidade média propriamente dito surge na França na década de 1970, associado a políticas de desconcentração da população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e social (1971-1975).

A partir de então, vários patamares teriam sido definidos para se fixar o conceito de cidades médias: O VII Congresso Iberoamericano de Urbanismo, por exemplo, considerou-as como tendo entre 20 mil e 500 mil habitantes. Já Parkinson et al. (1992) considerou as cidades médias europeias como as que possuíam populações acima de 250 mil habitantes.

Da Costa, entretanto, defende a insuficiência do critério numérico apenas para definir o conceito, ressaltando que as acepções demográficas do termo variam com a organização política, o conceito de urbano e outros fatores referentes a cada país, sendo quase ilusória tal fixação. Assim, ao lado de Lajugie (1974), a autora defende os critérios qualitativos para a definição do conceito, a partir da análise dos modos de vida, semelhante à concepção de Wirth (1979) sobre o urbano. Tais modos de vida estariam localizados na fronteira entre o rural e o de grandes aglomerados urbanos.

Toinard (1996) busca clarear o conceito ao entender que esse modo de vida usufrui das vantagens da vida urbana, mas exclui as desvantagens: aproveita-se o desenvolvimento cultural e social dos centros urbanos, mas não há, nessas cidades, o efeito colateral dos congestionamentos, poluição, desemprego, insegurança, etc.

Da Costa cita ainda o movimento dos anos 80, especialmente com Gault, quando surge o conceito de cidade intermédia, que se difere da cidade média no que se refere ao seu relacionamento, em rede, a outras cidades próximas hierarquicamente semelhantes; cidades onde há abertura para projetos de sustentabilidade urbana.

No final dos anos 80, é o conceito de cidade sustentável que se articula, a partir de urbanidades que prezem por três princípios: justiça social, economias estáveis e sustentabilidade ambiental, conforme reza a Carta das Cidades Europeias para sustentabilidade de 1994.

Para a autora, o atual enquadramento das cidades médias leva em conta todo esse aparato conceitual qualitativo, mesclando as noções de cidade intermédia e sustentável e este feixe de significados que, concordando, entendemos como suficientes para a compreensão do conceito de cidade média, no qual Cabo Frio se enquadra.

Caracterização do bairro

O bairro da Gamboa, em Cabo Frio, tradicionalmente habitado por pescadores artesanais e suas famílias, localiza-se numa faixa de terra com cerca de 1,7 km de extensão e 241.700,00m²⁶, fazendo limite ao Norte com a encosta do Morro do Telégrafo, que possui 90 metros de altura; ao Sul com o Canal Itajurú; ao Oeste com a Ponte Feliciano Sodré e o Clube Costa Azul; e a Leste com a Estrada do Guriri, logo após os loteamentos dos loteamentos do Projeto Marinas do Canal (Moura, 2011). Nesse sentido, o bairro apresenta um desenho horizontalmente comprido e verticalmente delgado:



Imagem 4 – Visualização geral do bairro da Gamboa. Desenho do Contorno do bairro em destaque. Fonte: Google Earth.

A vegetação remanescente na Gamboa é, em sua quase totalidade, composta de estepes, referentes ao Morro do Telégrafo, dotado de solo de florestas, que se estende por cerca de 1km, em paralelo à Rua José Rodrigues Póvoas (FGV, 2010).

Localizado na Região Hidrográfica da Lagoa de Araruama e do Cabo Frio, o bairro da Gamboa possui duas escolas públicas: A Escola Municipal Professora Elicéa

⁶ Dados do Decreto-Lei Federal 70.540, de 16 de maio de 1972.

da Silveira e a Escola Estadual Aspino Rocha, possuindo ainda três prédios religiosos: a Capela de São Pedro, pertencente à denominação Católica; a Igreja Congregacional da Gamboa e o Ministério Resgatai. Com dois pontos de lançamento de esgoto e águas pluviais, o bairro tem uma geologia composta de terraços marinhos pleistocênicos, dotados de sedimentos arenosos com argilas ricas em matéria orgânica e concentrações de “turfas”⁷ (FGV, 2010).

O bairro da Gamboa possui alguns espaços públicos, constantemente citados pelos moradores como marcas do bairro, elementos importantes, espaços de destaque da localidade. Reunindo os depoimentos colhidos e a observação das práticas e conversas locais, pudemos reunir uma listagem desses espaços, que serão analisados no capítulo 2.

Os espaços são: A Ponte Feliciano Sodré (entendida como parte do bairro); o Clube Costa Azul; o estacionamento “novo” junto ao ponto de desembarque das barcas municipais; o Gamboa Shopping; o estacionamento “velho”; a rampa dos pescadores junto à sede da APEAG – Associação de pescadores e Amigos da Gamboa; a Praça Major Terra (que integra seu conjunto com a Capela de São Pedro); e o Janhão (campo de futebol de areia).



⁷ Turfas São solos orgânicos formados continuamente por um complexo processo de decomposição e humificação, em ambientes alagados, de resíduos de plantas através de oxidação microbológica durante milhares de anos (Rosa, 2001).

Imagem 5 – mapa do bairro da Gamboa com marcação dos espaços mais citados pelos moradores como relevantes para a localidade. Adaptado de Google Earth.

Discutiremos a legitimidade em chamar os itens acima citados de *espaços* no capítulo 2.

Por hora, cabe salientar, numa análise mais geral, que, fora da cidade de Cabo Frio, há outras localidades que recebem o nome de Gamboa. O mais famoso bairro identificado pelo referido nome está na cidade do Rio de Janeiro, na antiga zona portuária.

Além de ser um bairro cabofriense e carioca, a gamboa também dá nome a bairros na cidade de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro; e na cidade de Valença, estado da Bahia. Praias nas cidades de Salvador (BA) e Garopaba (SC) também recebem a mesma denominação do bairro que aqui estudamos. Fora do Brasil, a gamboa dá nome a uma cidade no Panamá e a um rio no Chile.

A semelhança entre todos esses espaços físicos está na relação dos mesmos com a questão litorânea/ribeirinha. Sejam as águas de mares ou rios, o fato é que todos estes bairros, cidades e praias possuem uma forte relação entre seus espaços e as águas, o que não poderia ser diferente, dado o significado do termo que inicialmente recordamos.

A cidade de Gamboa, no Panamá, possui, como o bairro cabofriense, além de um canal, uma famosa ponte, que, neste caso, é constituída por ferro e madeira, da qual é possível enxergar o oceano. Esta ponte, hoje, opera como operava a Ponte Feliciano Sodré até os anos 90: em uma única mão, com sinais de trânsito para que a outra mão esperasse passagem⁸.

Nem toda localidade batizada com o nome de *gamboa*, porém, possui sua conexão estreita com a questão hidrográfica. O bairro cabofriense possui um homônimo também no município de Las Tunas, capital da Província de mesmo nome, Leste de Cuba.

Embora pareça fugir da indexação aos espaços de hidrografia abundante, o povoado de Las Tunas pode ter recebido seu nome de outras fontes. Gamboa, além de

⁸ No filme *O Alfaiate do Panamá*, o personagem interpretado por Pierce Brosnan fica num resort de nome *Gamboa Rainforest Resort*. A película dá a entender que a cidade panamenha na qual se encontra o personagem em tela é a cidade de Gamboa, especialmente pelas tomadas de sua orla. Os primeiros moradores da cidade foram os trabalhadores da construção do Canal do Panamá, que possui uma extensão total de 81 km, medidas bem menos modestas que as do Canal do Itajuru, que possui apenas 6km de ligação entre a Lagoa de Araruama e o Oceano Atlântico (através da Praia do Forte). Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Gamboa,_Panama, acesso em 25 de fevereiro de 2011.

ser uma armadilha indígena para peixes, é também o nome de uma árvore similar ao marmeleiro, comum nessa região cubana. Seu fruto é também conhecido como *gamboa* ou ainda como *quince*, nomes também atribuídos ao próprio marmelo⁹.

Capítulo 1

Ontem - Histórico da urbanização da cidade de Cabo Frio e do bairro da Gamboa

Podemos dividir o processo de urbanização da cidade de Cabo Frio em três fases: uma primeira diria respeito aos primeiros anos de consolidação de Cabo Frio, legalmente falando, como *povoado, vila e cidade*, sob a égide da intervenção do estado português na criação de instituições públicas locais.

A segunda fase iria da explosão do sal como atividade econômica local, no século XIX, até o final da década de 50 do século XX. Esta fase conta com a força dos salineiros, empreendedores que dominam não só o cenário econômico, mas também político da cidade de então e seu processo de urbanização. A paulatina retirada deste

⁹Fonte: <http://mulher.sapo.pt/bem-estar/saude/marmeleiro-982871-2.html>, acesso em 25 de fevereiro de 2011.

grupo do poder político local se consolida nos anos 70, ainda que a atividade salineira permaneça vigente até os anos 80 na região.

Uma terceira fase se iniciaria exatamente a partir da década de 60, quando a exploração do sal começa a deixar de ser o carro chefe da economia da cidade, passando o turismo – sendo conseqüente a especulação imobiliária – o novo condutor da economia local, banhado nos royalties do petróleo.

1.1 Fase 1 - Prolegômenos do urbano cabofriense – Séculos XVI/XVII

Inicialmente, é preciso prestar esclarecimentos acerca da forma pela qual o estado português, enquanto metrópole da colônia brasileira, atuava no que se refere à organização legal de grupos populacionais.

As vilas, no período colonial, constituam um nível abaixo do das cidades, sendo os povoados ou povoamentos um nível abaixo das vilas.

As vilas recebiam o direito de possuírem, além do pelourinho, uma cadeia pública e uma Câmara Municipal, a partir da qual eram governadas, sob a égide dos chamados “homens bons” (Fausto, 2006 ; Campos, 1998). Tal hierarquia se confirma com Campos (1998), ao apresentar a noção de que, em 1828, Dom Pedro I sancionou a primeira Lei Orgânica dos municípios (abandonando as Ordenações Filipinas) que determinava, entre outros fatores, a composição diferenciada das Câmaras das cidades e das vilas – estas compostas por 7 Vereadores e um Secretário; aquelas, por nove Vereadores, sendo as eleições organizadas de 4 em 4 anos, sempre no dia 7 de setembro (Campos, 1998, pp. 39,40).

Nesse sentido, é preciso salientar que a bibliografia local é divergente no que se refere à fundação da cidade de Cabo Frio.

Segundo Cunha (1989), a fundação da cidade se dá quase em seguida à ereção da vila, em 1615, o que recebe a concordância de Beranger (2003), seguindo Saint-Hilaire, que entende ser o “título tão pouco acertado que em 1648 a pretenda cidade apenas se compunha de algumas dúzias de portugueses, uma aldeia de índios e um forte sem soldados” (Beranger, 2003, p.44).

Beranger (2003) completa a afirmação ainda lembrando que, em 1577, assume o Governo-Geral do Brasil Gaspar de Souza. Temeroso pela presença de franceses, holandeses e ingleses na região do Cabo Frio, envia Constantino Menelau para conquistar “por paz ou por guerra”, o gentio goitacás, expulsar os não-portugueses do

local e erguer uma povoação. Executado foi o encargo por Menelau no já citado ano de 1615, auxiliado por 400 índios de Sepetiba e alguns moradores do Rio de Janeiro (Beranger, 2003, pp.27,28).

Percebe-se, portanto, que o ano de 1615 marca a criação do povoamento, povoado, ou povoação de Santa Helena, na região do Cabo Frio, como confirma o auto de fundação do mesmo, citado por Massa (1980) com o mesmo título: “Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1615, aos treze dias do mês de novembro da dita era (...) fez o dito governador nas ditas terras esta povoação e lhe pôs o nome de Santa Helena” (Massa, 1980). Entendendo Beranger (2003) que o ano de 1666 marca a instalação do pelourinho em Cabo Frio, evento que significava a elevação do povoado ao patamar de vila (Campos, 1998, p.39), podemos concluir que a data de 1615 marcaria a fundação do povoamento, sendo o ano de 1666 o da elevação do povoado a vila.

Massa (1980), por sua vez, parece entender que Cabo Frio torna-se vila apenas 300 anos depois, com as imigrações portuguesas e a vinda de escravos aliados aos nativos, que teriam feito Cabo Frio desenvolver-se ao ponto de ser conhecida como “o celeiro da baixada fluminense”, conquistando tal categoria por alvará régio de 8 de maio de 1815 (Massa, 1980, pp.41 e 73). Entretanto, em outra parte da obra, Massa confirma a data de fundação de 1615, citando *As Efemérides Brasileiras*, de Pery Nunes (Massa, 1980, p.27).

Há, portanto, grande polêmica sobre a datação a partir da qual podemos tratar Cabo Frio legalmente como cidade. Mais do que isso, é perceptível na fala dos autores locais, que os termos povoado, vila e cidade se confundem, a partir de um claro sentimento de que “a cidade de Cabo Frio existe desde 1615”, independente ou ao largo das diferenciações terminológicas do planejamento português colonial.

Como vimos anteriormente, entretanto, *urbanização* e *cidade* são conceitos que perpassam uma série de fatores, da questão populacional ao modo de vida, passando pelos equipamentos e instrumentos urbanos.

Não nos parece, assim, incoerente, falar de urbanização de Cabo Frio como processo histórico desde o século XVI. Oliveira (1982) confirma nossa postura. Para o autor, o que haveria no país seriam novos períodos do mesmo processo de urbanização, presente embrionariamente desde o período colonial (Oliveira, 1982, pp.36, 40).

Mais do que isso – ainda que o padrão para falar de urbanização fosse a titulação legal de uma localidade como cidade, a coerência se faria, posto que Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, notoriamente comandado por exímios conhecedores da

legislação metropolitana, realizou, em 1617, a petição da segunda sesmaria dentro da área que chamaram “cidade de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio”, referindo-se à localidade em questão como “defronte à cidade”, no caso, o bairro da Passagem, primeiro núcleo urbano de Cabo Frio (vide Decreto Municipal 05, de 28 de novembro de 1989; Beranger 2003; Cunha, 1989)

Villaça, corroborando o argumento, dá ênfase ao conceito de urbanização como conjunto de técnica e/ou discursos referentes à ação do Estado (Villaça, p.180). Ao analisarmos a bibliografia local, percebemos a mão do Estado, seja no relato de fundação do povoado, da vila ou da cidade. Não há, assim, qualquer esboço de “espontaneidade nativa” na formação desses núcleos populacionais, mas sim uma forte intervenção estatal para a consolidação dos mesmos.

Um caso que confirma essa postura é a concordância entre Beranger (2003) e Cunha (1989) acerca do surgimento de um segundo núcleo urbano da cidade, nos idos de 1660. Após a consolidação de um primeiro núcleo urbano no bairro da Passagem, como vimos, o segundo núcleo localizava-se entre o convento e a matriz, desenvolvendo-se mais tarde, em meados do século XVII, impulsionado, entre outros fatores, pela busca da população por água potável oriunda da Fonte do Itajurú. Note-se que os autores já tratam os núcleos como urbanos, posto que os próprios Jesuítas da primeira metade do século XVII já o fazem.

A diferença entre os autores está no fato de que Beranger entende que o processo de surgimento de um segundo núcleo urbano se dá por iniciativa do governo de então, enquanto Cunha entende que esse processo foi mais espontâneo, nascido da população e só depois regulado pelo poder público: “O projeto de urbanização desenvolvido prevê sua expansão em direção à praia do forte, disciplinando o desenvolvimento urbano que já vinha acontecendo” (Cunha, 1989, p.23).

Foi exatamente no deslocamento do primeiro para o segundo núcleo urbano que o Estado português engendrou a inserção da Câmara Municipal (outro sinal da existência de uma vila colonial) nas imediações em 1661 ou 1662, pelo Capitão-Mor José Varela, na esquina da atual Rua Érico Coelho (Cunha, 1989, p. 23 ; Massa, 1980, pp.37, 39).

Uma leitura acerca do desenvolvimento urbano de Cabo Frio nesse período, possível de ser feita a partir da análise de plantas e mapas do século XIX, é a de que, em

sua margem direita/Sul¹⁰, o Canal Itajurú constituiu vetor de crescimento urbano da cidade, ao longo do tempo, deixando a área do Canal mais próxima ao mar (Boca da Barra) na direção das águas interiores que levam à Lagoa de Araruama.

A ideia aqui é concorde com a argumentação de Cunha, acerca do Canal Itajurú, como fator de integração geográfico e ambiental, que permitiu o tombamento conjunto de diversos conjuntos históricos e naturais do município (Brasil, 1978, p.168).

No mapa abaixo, observamos em preto o Canal Itajurú; em azul, o bairro da Passagem, primeiro núcleo urbano, com certeza existente na primeira metade do século XVII; em verde, o segundo núcleo urbano e a fonte do Itajurú, surgido na segunda metade do século XVII; em marrom, o vetor de crescimento da margem direita/Sul, que beira o Canal Itajurú, partindo da direção Leste e seguindo na direção Oeste:

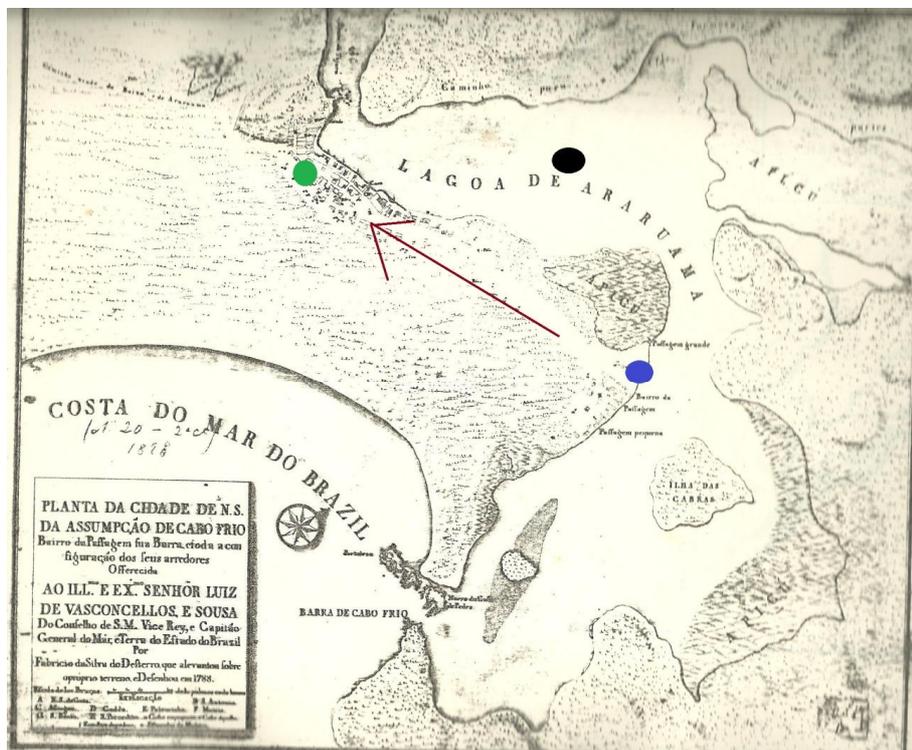


Imagem 6 – Planta da cidade de Cabo Frio – 1788 – Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Arquivos de Penha Leite

¹⁰ O antigo Plano Diretor, lei municipal 1123, de 10 de dezembro de 1991, determina que a margem oposta à que estamos a analisar, isto é, a margem do Canal Itajurú onde se localiza o bairro da Gamboa, é denominada como esquerda ou Norte, o que torna evidente que a margem da qual falamos é a direita ou Sul.

Outro mapa, já do século XIX, embora de qualidade cartográfica inferior, evidencia bem, de forma visual, os dois núcleos populacionais, em processo de ligação paulatina:



Imagem 7 – Planta da cidade de Cabo Frio – 1837 – autoria do Major Bellegard – Arquivos da Biblioteca Nacional – Arquivos Penha Leite.

O vetor de crescimento urbano Leste-Oeste prossegue no século XX, quando o bairro do Portinho torna-se um foco residencial da classe média da cidade. Atualmente,

o trajeto segue seu curso com bairro Novo Portinho, alvo de especulação imobiliária¹¹, polêmicas e crescimento exorbitante de residências de classe média¹².

Voltando à segunda metade do século XVII, momento da constituição do segundo núcleo urbano da cidade, cabe salientar que a criação da Câmara de Cabo Frio, inerente à ereção da vila, destinava-se a administrar uma vasta região, que ia dos atuais municípios de Maricá a Campos, parte da qual (de Macaé a Búzios) composta, segundo Lamego (1974), por um mesmo tipo comum de vegetação: a restinga – faixas pequenas de planície à frente de “imensos tremedais marginalmente aos cursos d’água” (Lamego, 1974, p.27).

Cabe ainda visualizar historicamente a cidade de Cabo Frio como origem de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Secretaria de Turismo da cidade, os seguintes desmembramentos ocorreram, a partir da cidade, ao longo dos anos: Campos dos Goytacazes em 1677; São João da Barra no mesmo ano; Macaé em 1814; Maricá em 1815; Silva Jardim em 1843; Casimiro de Abreu em 1859; Araruama no mesmo ano; São Pedro da Aldeia em 1893; Arraial do Cabo em 1986 e Armação dos Búzios em 1997 (Cabo Frio, 2011b).

¹¹ Chancellor (2001) apresenta um apanhado de impressões de autores de renome acerca do conceito de especulação, que entendemos ser essencial sua reprodução *ipsis litteris*: “uma das visões mais positivas da economia sobre o especulador diz respeito àquele que atua como um conduto, permitindo que novas informações (...) sejam levadas até os preços (...) o ‘comerciante especulador’ de Adam Smith não era um operador financeiro, e sim um empreendedor que não atua em um ramo de negócio regular, bem estabelecido ou muito conhecido. Ele é comerciante de cereais em um ano, comerciante de chá no ano seguinte. Ingressa em qualquer ramo quando antevê nele uma probabilidade de lucro maior do que a usual, e sai quando prevê que os lucros tendem a retornar ao nível dos demais ramos. Para Smith, o especulador é definido pela presteza com que busca oportunidades de lucro no curto prazo: seus investimentos são fluidos, enquanto os dos homens de negócios convencionais são mais ou menos fixos. John Maynard Keynes conservou essa distinção, definindo ‘empreendimento’ como ‘a atividade de prever o rendimento esperado de ativos por todo o seu período de duração’, em contraste com ‘especulação’, que ele designou como ‘a atividade de prever a psicologia do mercado’. Convencionalmente, a especulação é definida como uma tentativa de lucrar com mudanças no preço de mercado. Assim, abrir mão de uma renda no presente em favor de um ganho esperado de capital no futuro é considerado uma ação especulativa (...) Acredito que a especulação só pode ser compreendida em um contexto social. O comportamento e a atitude dos políticos com relação à especulação têm uma importância especial, pois as leis que governam os mercados são elaboradas e impostas pelos governos. Em numerosas ocasiões, encontramos políticos estimulando manias especulativas em proveito próprio.” (Chancellor, 2001, pp. 10-14)

¹² A área seguinte ao bairro Portinho, na direção Oeste, deu origem a um novo bairro, denominado Novo Portinho. Atualmente, além de alvo de especulação imobiliária (alguns terrenos beiram o valor de R\$ 150mil e há casas na faixa de R\$ 700mil), a área tem suscitado polêmica, devido às intenções da empresa João Fortes Engenharia de construir na localidade um shopping. O projeto tem recebido críticas, sendo foco de discussões, por meio de audiências públicas, especialmente após ter sido encontrado no local um fóssil humano de cerca de 2.500 anos, posto que o bairro localiza-se ao lado de um Sítio Arqueológico.

Para Cunha (1989, p.24), além da já citada busca pela água potável, havia mais motivos para a criação do novo núcleo urbano: primeiramente, não havia como expandir a cidade a partir do bairro da Passagem, cercada de *apicús*. Em segundo lugar, segundo o autor, interessava a possibilidade de construção de um porto para a busca do sal de Massambaba, atual região do município Arraial do Cabo. O comércio salineiro, portanto, é crescente já nesse período, e influencia diretamente as relações de poder, as relações sociais e as modificações urbanas de então.

O Decreto Municipal 05 de 28 de novembro de 1989 lembra que *camboa* ou *apicús* são termos tupi-guaranis que significam locais arenosos e baixos, cobertos pelas águas das marés. Assim, é evidente a conclusão de que o termo *gamboa* e *apicú* são sinônimos, não só pela proximidade gráfica do termo *camboa*, mas também pela semelhança semântica com seu significado. A planta da cidade de Cabo Frio, de 1788, acima apresentada, evidencia a grande quantidade desses acidentes geográficos na área costeira do primeiro núcleo urbano da história cabo-friense. Nesse sentido, é interessante observar que, desde o século XVII, as *gamboas*, ao menos em seu significado geológico, são símbolos de obstáculos ao crescimento urbano.

Mas se o marco que nos permite falar de urbanização em Cabo Frio desde o século XVII é a intervenção estatal, cabe refletirmos como o Estado português planejava essas intervenções desde o referido período.

Nesse sentido, o enxadrezamento urbano parece ser marca impressa pela colonização ibérica na América desde o século XVI, marcando o nascimento da cidade e seu desenho nos séculos seguintes. Entretanto, só há registros dessa forma de crescimento em Cabo Frio no século XIX, A PARTIR DOS ESTUDOS DE Paulo Tedim Barreto e Augusto Silva Telles nos anos 60 do século XX (*apud* Cunha, 1989, p.7).

O enxadrezamento urbano, na verdade, diz respeito a uma tendência portuguesa na construção do espaço urbano colonial, influenciada pelo estilo francês e a ideologia do Barroco (Campos, 1998, pp. 83-87).

Essa forma de crescimento urbano ordenado foi oficializada pela Lei das índias, de 1573, promulgada por Felipe II, para Campos (1998), a primeira legislação urbana que o mundo conheceu, ordenando “que fosse lavada pronta da metrópole a planta da cidade que seria fundada na América (Campos, 1998, p.72).

Campos (1998) lembra ainda que Santos entende que a colonização portuguesa segue a mesma organização da colonização hispânica, dotada de regras claras e

expressas. Essa compreensão, saliente-se, encontra-se em oposição aos entendimentos de autores influenciados por Sérgio Buarque de Holanda, segundo os quais a colonização portuguesa na América mais tendeu à irregularidade e à primazia rural (Idem, pp. 76,77).

1.2 Fase 2 – a hegemonia do sal e dos salineiros – século XIX – anos 50 do século XX

A informação de que a criação de um segundo núcleo urbano em Cabo Frio, na segunda metade do século XVII, possui íntima relação com a produção e comercialização do sal na região, não constitui, sem dúvida, questão isolada na relação entre crescimento urbano e economia local no período. A produção de sal é a grande tendência da economia regional desde o século XVII, se consolidando como principal motor da economia cabo-friense nos séculos XVIII e XIX. Como veremos daqui em diante, o motor da economia cabofriense no período possui influências diretas e indiretas no processo de urbanização da cidade.

Para Giffoni (2000), de fato, a explosão do sal em Cabo Frio se dá no século XIX, entre os anos de 1810 e 1850, próximo ao período no qual o produto entra em crise no resto do mundo colonial – o chamado “estanque” do sal, a partir de 1798 (Giffoni, 2000, pp.17, 18).

Até 1824 a produção local de sal local é artesanal, embora abundante, ao ponto de prejudicar a exportação do produto vindo da coroa portuguesa, o que leva o mesmo reino a proibir, ao governador geral do estado, o uso de outro sal que não o português, em acordo com as Cartas Régias de 28 de fevereiro de 1690 e 18 de janeiro de 1691. Assim, em 1725, o então Governador Luiz Vaia Monteiro manda apreender todo o sal da região, decisão questionada à Coroa no mesmo ano, havendo ganho de causa para a Câmara de Cabo Frio (Beranger, 2003, p.67).

Em 1824, o Imperador Pedro I autoriza o militar alemão Luiz Lindenberg a escolher na restinga, na modalidade de aforamento, um lote isento de foro para instalar uma salina. Para Beranger (2003), Lindenberg não só a instalou, na localidade denominada Perinas, mas também alavancou a indústria de sal no país (Beranger, 2003), inaugurando um novo momento da atividade na região. A partir de então, a produção do sal regional torna-se industrial e poderosos salineiros – que, como veremos, se

embrenham na esfera da gestão pública local – se instalam na localidade: Joaquim Alves Nogueira da Silva, Leger Palmer, Luiz João Gago, entre outros (Idem, pp.68,69).

Segundo Massa (1980), as ações de Lindenberg perduram até 1859, quando uma pequena crise na atividade salineira se instala. Leger Palmer busca a recuperação da economia do sal, mas apenas João Gago, em 1885, conseguiria reestabelecer a referida indústria na cidade (Massa, 1980, p.79), situação que mantém relativa estabilidade até 1980, quando se evidencia a decadência da produção e a consequente utilização das áreas de salinas para a edificação de empreendimentos imobiliários.

Para Massa (1980), são os empreendimentos do salineiro Luiz Lindenberg que criam um grupo de proprietários de salinas que domina, política e economicamente, a região da Lagoa de Araruama até meados dos anos 50 do século XX.

Nos primeiros anos do século XX temos a primeira grande intervenção ambiental na cidade, tendo em vista a atividade salineira: o engenheiro e salineiro Leger Palmer abre um canal que recebe seu nome, na altura do bairro Portinho, a fim de facilitar a exportação de sal, quebrando o então monopólio de Iguaba Grande. Palmer ainda alargou o porto que servia de exportação do sal cabo-friense, bem como comandou a Companhia de Navegação a Vapor da Lagoa (Massa, 1980, p.90).

No destaque de mapa abaixo, a legenda de número 9 confirma o Canal Palmer como prolongamento do Canal Itajurú. A localidade, atualmente, comporta a Ilha do Anjo, um dos condomínios de maior padrão econômico da cidade de Cabo Frio:



Imagem 8 – destaque do Mapa de Pontos Turísticos da Cidade de Cabo Frio. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Cabo Frio.

O domínio político da cidade por salineiros locais pode ser observado, dentro do período histórico em análise, através das relações políticas e pessoais dos gestores públicos da municipalidade.

Os principais mandatários do período em Cabo Frio eram proprietários de salinas. São os casos de Érico Coelho, Deputado Estadual e industrial das salinas de Massambaba, anteriormente pertencentes a Leger Palmer nos idos dos primeiros anos do século XX. Também Luís João Gago foi eleito para a Câmara Municipal de Cabo Frio em 1900 (Massa, 1980).

O Coronel Mário Quintanilha, que foi Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio (em 1907 e 1919), Prefeito da Cidade (em 1936), Deputado Estadual e Vice-Governador do estado (em 1907), chegou a Cabo Frio exatamente para tornar-se gerente das Salinas Ponta do Costa, de Luís Lindenberg (idem, pp.93,94). Quintanilha, segundo cronistas locais dos anos 80 do século XX, casou-se com uma herdeira da família

Lindenberg, família esta, como já vimos, pioneira na indústria do sal municipal (Terra, 2003, p. 161).

O Coronel Quintanilha, na verdade, é um dos personagens mais marcantes desse período na política cabofriense, que, como vimos, caminha de braços dados com a nascente produção salineira.

Nesse período, “os salineiros (...) se distribuíam quase numa proporcionalidade igualitária entre as duas facções políticas” (Massa, 1980, p.109), dotadas de grande rivalidade. Tratavam-se dos grupos políticos liderados pelo Coronel Quintanilha e pelo Coronel Gouveia. Aquele grupo era aliado de Nilo Peçanha e Érico Coelho, que assume a Presidência da República em 1909; já este era seguidor do Governador do estado Alfredo Backer (Massa, 1980).

Cabo Frio, então, refletia as disputas entre governo federal e governo estadual em sua política municipal. Interessante observar que Backer e Peçanha eram do mesmo Partido Republicano Fluminense – a divergência entre eles, que se refletia na cidade, era entre alas do mesmo partido, portanto, e, no plano municipal, não só entre membros da mesma legenda partidária, mas entre membros de uma mesma elite salineira.

No final da segunda década do século XX, quase 50% do orçamento municipal advinha do imposto do sal, conforme indica a estimativa orçamentária para o terceiro trimestre de 1919, (idem, p.116). Esse período de ascensão salineira, no campo político e econômico, traz melhorias nos equipamentos urbanos, especialmente no que se refere à ligação de Cabo Frio a outras cidades: em 1928, a malha rodoviária já ligava a cidade a Rio Bonito (idem, p. 201) e no ano seguinte, inaugura-se a luz elétrica na localidade (idem, 164).

Um dos símbolos mais significativos para nossa etnografia, a Ponte Feliciano Sodré, é inaugurada em 1926, no mandato do Prefeito Antônio Novellino, membro do grupo político do Coronel Gouveia. Feliciano Sodré, que dá nome à ponte, é então o Presidente do estado, e vem a Cabo Frio inaugurar a obra. Cabe lembrar que a Ponte Feliciano Sodré foi construída em substituição à Ponte Miguel de Carvalho, construída em 1898, por operários espanhóis, que desabou em 1920 (idem, p.203).

Em 1927, mesmo quando a produção de sal em Cabo Frio enfrentava certa crise – com redução de exportação de 80.000 sacos para 40.000 sacos anuais – a economia da cidade era a quinta no estado em fonte de receita para a união, atrás apenas de São Gonçalo, Niterói, Petrópolis e Campos (idem, p.189). Em 1924, poucos anos antes, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, juntos, produziam cerca de 1/3 do sal

nacional, possuindo Cabo Frio 48 salinas e uma produção anual impressionante de 2.000.000 de sacos de sal (Baptista, 2007, p.79)

Baptista (2007) é concorde com o domínio político do grupo de salineiros na cidade a partir de meados do século XIX, lembrando que, no século XX, o PSD era o partido hegemônico na política local, abrigando, em sua grande maioria, salineiros, que comandaram a cidade até 1958, quando a chegada do PTB ao poder municipal parece interromper o processo.



Imagem 9 – Ponte Feliciano Sodré – 1956 – Evange Achill Pagalidis - Arquivos de Evangelus Pagalidis.

A partir de 1963 e com o golpe militar de 1964 (Baptista, 2007, p.11), a ARENA (majoritariamente com participação de salineiros) e o MDB (composto por trabalhadores e profissionais liberais) disputam o poder da cidade, elegendo prefeitos: a ARENA comanda Cabo Frio em 1963; o MDB em 1966 e 1970; a ARENA retoma o posto em 1972; em 1976, o MDB retorna ao poder com José Bonifácio (Baptista, 2007, pp. 16, 17, 19).

Para o autor, a vitória de Bonifácio marca o fim da hegemonia das forças conservadoras na política local, ligadas aos salineiros e ao regime militar, e a ascensão do que chama de “forças de oposição”, uma linhagem política de visão da cidade

iniciada com o PTB na década de 50, que “encontrava sua base na sociedade que se urbanizava (...) que se formava com a urbanização do país” (idem, pp. 15,19). De fato, a partir da ascensão do PTB, “as demandas da urbanização e da modernização” despontaram como guias do domínio político, rompendo com a “personificação do poder de um grupo econômico da cidade, de uma elite tradicional, como os salineiros” (idem, p.88).

1.3 Fase 3 – Petróleo, turismo e especulação imobiliária – 1960-2011

Os anos 60, de fato, parecem marcar uma virada no processo de urbanização da cidade, que, paulatinamente, deixa de ser comandada pela elite salineira e passa a ter como mola mestra da economia o turismo e sua consequente especulação imobiliária.

Para o ex-Prefeito Alair Corrêa, o período marca um crescente interesse especulativo por terrenos de Cabo Frio, a partir da ação de empresários do estado de Minas Gerais, dispostos a usá-las como refúgio de veraneio:

No final da década de 60 (...)os primeiros prédios foram construídos pelos mineiros (...) Contava-se, na época, uma história que retrata a invasão dos mineiros a Cabo Frio. Um carteiro fora entregar uma correspondência na Rua Francisco Mendes, nome oficial do logradouro, mas retornou ao Correio informando ao chefe que não encontrara a tal rua. Ele havia percorrido toda a artéria de ponta a ponta, mas pela quantidade de prédios ali construídos e o grande número de mineiros já residentes, a rua era conhecida como Rua dos Mineiros. São histórias deste tipo que retratam a força com que o povo de Minas se constituiu nos primeiros grandes investidores da cidade. (Corrêa, 2011)

A nova e marcante crise do sal deixou imensas áreas improdutivas a beira de lagunas¹³ e próximas a praias, que foram, paulatinamente, sendo adquiridas por médios e grandes empreendedores do ramo imobiliário.

O aproveitamento de salinas em declínio prossegue pelos anos 80. Um exemplo desse processo é a tentativa, do mesmo então Prefeito Alair Corrêa, em seu primeiro mandato (1983-1988), de transformar a Salinas Perynas em um grande empreendimento turístico, a partir de incentivos de uma empresa espanhola – o Grupo Calabuig Empreendimentos Turísticos. O projeto não teria se concretizado, segundo o próprio Alair, devido a “forte oposição” política e de órgãos ligados ao meio-ambiente.

¹³ Lagunas são lagos formados por águas salgadas, proveniente dos oceanos.

Em seu segundo mandato, por outro lado, Alair aprova a Lei que declara de preservação permanente os moinhos de vento das salinas e suas áreas de entorno (Lei Municipal 1409, de 28 de agosto de 1997). A preocupação com a preservação segue paralela ao olhar sobre a contenção da especulação da urbanidade que crescia: a lei municipal 1539, de 29 de dezembro de 2000, disciplinava o uso de bens e espaços públicos da cidade, de bancas de jornal a concessionárias e outdoors.

O terceiro mandato de Alair incluiu ainda nesse histórico preocupações com a taxa de ocupação de lotes destinados a condomínios horizontais (Lei Municipal 1676, de 20 de junho de 2003) e com uma espécie de zoneamento dos usos das áreas marítimas (Lei Municipal 1736, de 22 de dezembro de 2003), na verdade, uma divisão de zonas das praias da cidade visitadas por turistas quanto ao seu uso. Assim, o objetivo era criar zonas para o uso de banhistas, de exploração comercial, de embarcações esportivas, de fazendas marinhas, entre outras modalidades.

Mas se a década de 60 marca, segundo Alair, a chegada de investimentos mineiros na cidade, o período marca, na Gamboa, uma ocupação de espaço apartada da até então tradicional presença de pescadores artesanais com baixo poder aquisitivo. O Clube Costa Azul é inaugurado nesta década, objetivando ser frequentado pela elite cabofriense (Alves, 2009), o que de fato acontece. Para Alves, os pescadores, com suas dificuldades econômicas e sociais, ficaram presos a uma faixa de terra que denomina *cidade confinada*, entre duas ocupações de alto padrão: o Clube Costa Azul e os loteamentos do Projeto Marinas do Canal.

Para Hanssen (1988), o processo de especulação imobiliária local marca o final dos anos 70, quando o autor vê uma explosão do processo de urbanização no município e do turismo.

O fato é que os dados e estudos são concordes em apontar os anos 60/70 em Cabo Frio como período de aprofundamento da especulação sobre o solo, a partir dos anseios da demanda turística. Entretanto, para entendermos esse contexto dos anos 60/70, é necessário regredir aos anos 30.

A chegada da linha férrea em 1937 (trecho final, de Iguaba a Cabo Frio); o surgimento da linha de ônibus Cabo Frio x Niterói em 1946 (idem, p.180; Lamego, 1974, p.36) e o asfaltamento da estrada para Niterói, cuja data Hansen não cita (idem, p,181) são alguns destes fatores que teriam influenciado o processo ocorrido na época estudada.

O fato é que, paralelo ao processo de construção da especulação imobiliária turística, entre os anos 30 e 70, o autor cita, como parte de tal histórico, as críticas feitas sobre a estrutura da cidade por José Lins do Rego, Ribeiro Lamago e a Revista Manchete, respectivamente, em 1938, 1946 e 1963 (idem, p.208).

Rego, em artigo, a 8 de maio de 1938, critica o estado da cidade após uma temporada no local. As críticas são voltadas para a falta de bons hotéis, de conforto, de estradas de rodagem. Já a Revista Manchete, em sua edição de 30 de março de 1963, mantém as críticas de Rego e ainda acrescenta a falta de cuidado com os monumentos históricos locais.

Lamego (1974), por sua vez, afirma em sua obra, cuja primeira edição data de 1946, que a praia de Cabo Frio era então “deserta (...) onde apenas dois ou três casebres e uma residência moderna atestam a presença humana”. Lamego entende ainda que, à época, a cidade não estimulava o veraneio, apesar da estrada de rodagem que liga Cabo Frio a Niterói já estar construída.

Para o autor, o motivo desta falta de presença veraneia seria a qualidade da água “cor de chá”, que “não afeta a saúde, pois que sempre a usou a população, mas que repugna o forasteiro”. A necessidade de tratamento da água da cidade é vista pelo autor como uma demanda turística, já que a região era “alvo de turismo inigualável na costa brasileira” (Lamego, 1974, p.36).

Reparemos que todas as críticas se dão a respeito da falta de estrutura para acolhimento dos visitantes na cidade – falta de hotéis e de estradas, falta de água potável de qualidade (aceitável para o morador, ruim para o turista), falta de cuidado com os monumentos históricos – evidenciando, sem dúvida, uma preocupação *exógena*¹⁴ com o aparelhamento urbano de Cabo Frio.

Se os anos 40 já se encontram inseridos em críticas às condições turísticas da cidade, é mister salientar que o mesmo período denota sinais de preocupação com o planejamento urbano da cidade.

¹⁴ O termo *exógeno* diz respeito, no contexto em que tratamos, de um tipo de controle social urbano, exemplificado, no caso do estudo de Rodrigues, através da elevação do povoado da Praia Grande, atual Niterói, a Vila, permitindo que o desenvolvimento da localidade fosse ditado por uma outra urbanidade externa: a Coroa Portuguesa, inibindo o autocontrole social que se desenvolvia, manifesto na irregularidade e na espontaneidade do desenvolvimento urbano do local até então. (Rodrigues, 2005, p.109).

O Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses, que teve sua versão para Cabo Frio aprovada no ano de 1943, tinha como idealizadores o arquiteto Alfred Agache e o escritório Coimbra Bueno (Cunha, 1989, p.8).

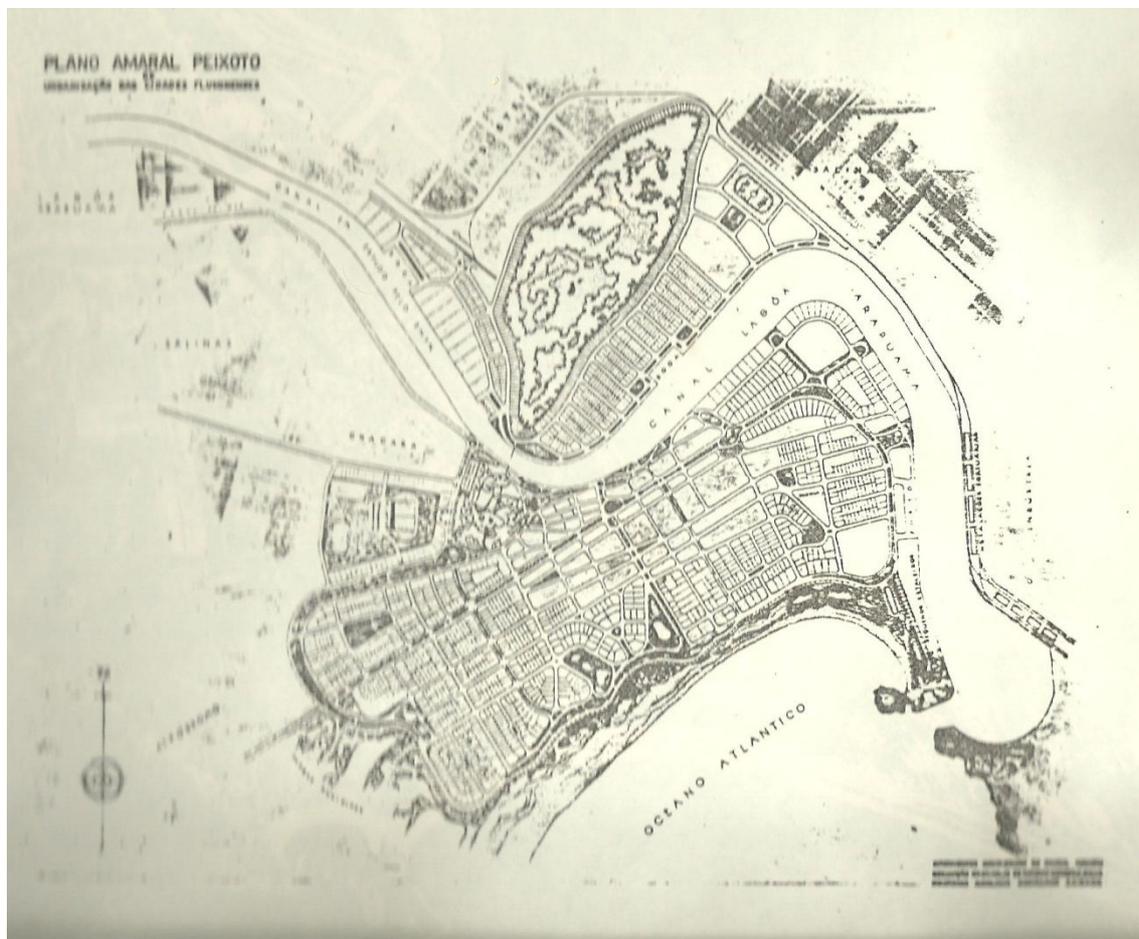


Imagem 10 – Plano Amaral Peixoto – Urbanização das Cidades Fluminenses – versão Cabo Frio – Arquivos Penha Leite.

Percebemos que a atitude diz respeito a uma tentativa de intervenção urbana planejada pelo governo do estado, de forma exógena, com trabalho realizado por técnicos externos à realidade urbana da cidade. Para Barreto Júnior (2010), o projeto já diz respeito a um primeiro Plano Diretor da cidade (Barreto Júnior, 2010, pp. 15,27).

Para Acióli (2011), arquiteto da Prefeitura Municipal de Cabo Frio nos anos 70 e ex-Vereador da cidade, o plano era defeituoso, por apenas valorizar intervenções urbanas nas Avenidas Julia Kubitschek e Teixeira e Souza, vias de entrada da cidade.

Cunha, igualmente, critica o Plano (Cunha, 1989, p.8) por ser centrado na península da restinga. Para o autor, o projeto praticamente não foi aplicado por causa das administrações municipais e devido à expansão urbana que não pôde ser contida,

dentro dos limites propostos. O fato é que o plano não teve realização concreta na cidade, fato que não torna Cabo Frio exceção no cenário nacional – o descompasso entre o planejado e o executado, no que se refere aos planejamentos urbanos é, para Leme (1999, pp.20, 21) algo recorrente no período de 1895 a 1965.

Para Azevedo, Bendicto e Leal Júnior (2003), o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses, na verdade, foi política pública implementada a partir do final dos anos 30, pelo Estado Novo, voltado a todas as cidades do estado, chegando a Cabo Frio apenas na década de 40. Segundo os autores, as ações do Plano eram

(...) dirigidas para o desenvolvimento das cidades do interior com potencial turístico ou industrial e para a “modernização” do centro urbano da capital. O Estado do Rio de Janeiro foi dividido em duas áreas de planejamento sob a responsabilidade de dois escritórios distintos: o de Atílio Corrêa Lima para o Sul Fluminense, especialmente a Região do Vale do Paraíba e o dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno para o norte fluminense, principalmente as regiões serrana e litorânea. (Azevedo, Bendicto e Leal Júnior, 2003, p. 4)

A participação de Agache no Plano em questão gera a necessidade de uma breve reflexão acerca da importância deste nome no cenário do planejamento urbano brasileiro em contraponto com outro nome de realce: Le Corbusier.

A presença de Alfred Agache no Brasil, em período próximo à chegada de Le Corbusier, denota a existência de duas linhagens diferentes do urbanismo alocadas na nação durante o período: uma linha mais voltada, inicialmente, para os planos de melhoramentos urbanos – posteriormente chamados planos de desenvolvimento integrado – e outra linhagem, mais voltada para o movimento modernista, que tem na construção de Brasília sua ressonância (Leme, 1999, pp. 21, 22). Agache pertencia à primeira; Le Corbusier, à segunda.

O arquiteto francês Donat Alfred Agache chega ao Brasil nos anos 20, período no qual a relação entre a arquitetura francesa e os planos de urbanização das cidades brasileiras adquire um caráter de quase oficialidade, influenciada pelas exigências da Lei Cornudet, que exigia das cidades francesas com mais de 20.000 habitantes a elaboração de planos de *aménagement, embelissement et extension*. Os planos são feitos para cidades francesas e os estudos para cidades da América Latina e África, orientados por professores franceses (idem, pp. 26, 28).

Cabe destacar que a Constituição de 1988 “copia” a ideia francesa, ao incluir, entre seus dispositivos, a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 182, par 1º), gerando, para Villaça, um retrocesso de seis décadas,

ofuscando, mais uma vez, “as questões centrais da reforma urbana” (Villaça, 1999, p.232).

O Plano Amaral Peixoto participa, portanto, de uma segunda fase da presença de Agache no país. Depois de ter seu nome colocado em evidência ao planejar a urbanização do Rio de Janeiro nos anos 20/30, Agache retorna à França, e em sua volta ao Brasil, nos anos 40, participa do planejamento das cidades do interior fluminense.

Alfred Agache representava então uma ligação com o meio acadêmico e com a sociologia aplicada do Museu Nacional, buscando bases científicas para as intervenções urbanas, diferindo de seu compatriota, mais pautado nas técnicas modernas, voltadas ao estabelecimento de circulações de automóveis em cidades de grande porte (idem, p.30)

De toda sorte, Agache, além de trazer as influências da escola francesa para o Brasil, possuía em alguns de seus projetos a visão de satisfação turística como pilar da organização urbana. É o caso do plano que desenvolveu para a cidade do Rio de Janeiro em 1930 (Villaça, p.185), no qual uma de suas principais preocupações era oferecer ao visitante que chegava pelo mar “uma fachada correspondente à importância da cidade” (Le Maitre d’ouvre, *apud* Leme, 1999)

Le Corbusier, por sua vez, chega ao Brasil em 1929, em meio a uma viagem a América do Sul. Suas ligações com o país, porém, datam de mais longe: o francês foi um dos patrocinadores da célebre Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo (Durand, 1991).

Le Corbusier representa o que Choay (1965) chama de *Urbanismo Progressista*, evidenciado a partir de 1928 com o grupo dos C.I.A.M. (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). É esse grupo que, em 1933, propõe uma reformulação doutrinária pautada na Carta de Atenas. Para Choay, o urbanismo progressista traz a ideia de modernidade, a racionalização das formas e o preceito de que cada função deve ocupar uma área especializada na cidade, constituindo ainda a estética como um imperativo. (Choay, 1965, pp.19-22)

A Carta de Atenas, para Choay, é inspirada no homem-tipo, “idêntico em todas as latitudes e no seio de todas as culturas”. Divulgada quase oito anos após sua redação, formula exigências e estabelece critérios para organização e gestão das cidades. Foi elaborada durante o IV CIAM, em 1933, e publicada em 1941, por obra de síntese de Le Corbusier. O texto possui caráter universalista e foca a questão social das funções habitacional e fundiária (Matiello, 2006)

O próprio urbanismo progressista perceberá, anos depois, as dificuldades em aplicar suas posições, por exemplo, nos casos de cidades com habitantes dotados de fortes ligações comunitárias – leia-se populações imigradas e minorias étnicas e econômicas (Choay, 1965, p.44).

Voltando à nossa análise do Plano Amaral Peixoto de Urbanização das cidades Fluminenses, verão Cabo Frio, datado de 1943, cabe destacar que Barreto Júnior (2010, p.6) confirma que o Governo do Estado previa no mesmo a dragagem do Canal Itajurú e a retificação de suas margens em alguns pontos. Tal questão, porém, prende-se a um histórico mais antigo.

É no final da mesma década de 30 que surge o primeiro projeto oficial para a realização de aterramentos no Canal do Itajurú, tendo em vista a retificação de suas margens. Desde o século XIX, entretanto, o comércio de sal na área já pede melhoramentos no sistema lacunar, como vimos na questão Massambaba, ainda no século XVII. Em 1838 o Major Henrique Bellegarde executa obras na Boca da Barra (entrada do Canal Itajurú, ligação com o oceano), desobstruída pelo Barão de Tefé em 1879, já que a área, segundo Cunha (1989) teria sido obstruída com o entulho da derrubada da Casa de Pedra, simbolizando a derrota da invasão francesa na região em 1615 (Cunha, 1989, p.4).

O maior plano de intervenção nas margens do Canal ocorre através do Decreto Federal 3002, de 19 de agosto de 1938, que determina ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegais que fizesse o projeto definitivo e integral do alinhamento e dragagem do Canal do Itajurú (Cunha, 1989, p.15). Entretanto, em poucos anos o projeto torna-se obsoleto, posto que seu objetivo inicial se perde – o transporte lacunar cede espaço à ferrovia, inaugurada um ano antes. Além disso, a rodovia Niterói-campos; a Companhia Nacional de Álcalis e o Porto do Forno, em Arraial do Cabo, deslocam o foco do transporte de sal da região, tornando o Canal Itajurú cada vez menos necessário para o escoamento.

O projeto de 1938 entende que, para facilitar a navegação no local, era necessário reduzir o espelho d'água, isto é, “afinar”, “estreitar” o Canal. Isso seria possível com o aterramento das margens. Reduzindo-se o espelho d'água, as correntes de água seriam obrigadas a buscar espaço no fundo do Canal, o que automaticamente aumentaria sua profundidade, possibilitando uma navegação de maior porte e mais segura.

De fato, como já vimos, a região próxima ao Canal Itajuru e à Praia do Forte possui como característica a presença de uma série de *apicús/gamboas*, áreas sujeitas às inconstâncias das marés, o que dificultava a navegação de médio e grande porte. I. nos conta que, quando criança, nos anos 60, era possível atravessar o Canal “a pé”, saindo da Gamboa para o centro da cidade, já que, constantemente, a maré baixava, transformando parte do espelho d’água numa grande faixa de areia, que servia de palco para jogos de futebol e outras brincadeiras infantis.

Com a decadência do transporte lacunar interior, o alinhamento proposto em 1938 serviu, em pouco tempo, apenas para justificar legalmente os aterros que foram explorados por empreendimentos imobiliários no local nas décadas seguintes (Cunha, 1989, pp.14-15).

No mapa abaixo, podemos perceber que, entre o contorno natural do Canal e o contorno projetado pelo Decreto de 1938, foram realizados vários aterramentos:

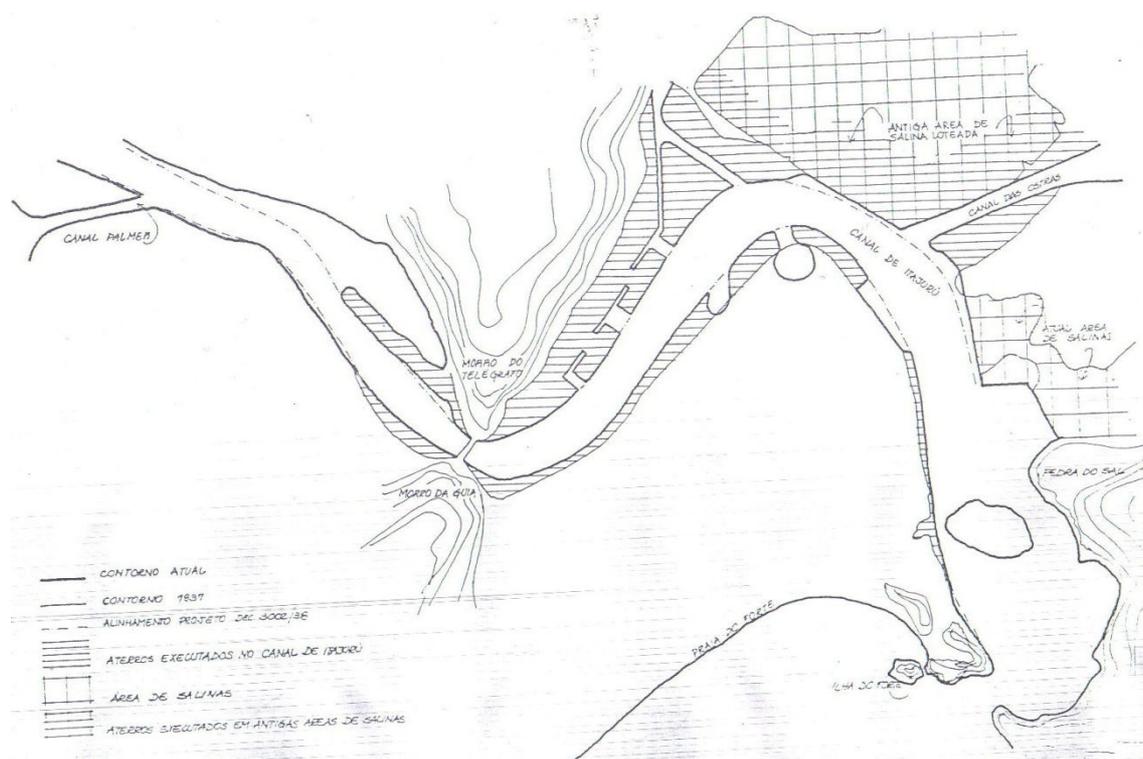


Imagem 11 – Mapa comparativo – contorno do Canal Itajuru em 1937; Projeto do Decreto 3002 de 1938; Contorno “atual” (anos 80) e aterros realizados – Márcio Werneck da Cunha – Arquivos de Penha Leite.

Todos esses processos, locados nos anos 30 e 40 da história da cidade, desembocam numa explosão da questão turística e imobiliária nos anos 60 e 70. Entretanto, 40 anos após as críticas de José Lins do Rego à estrutura turística da cidade, um relatório da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, garantia,

em 1978, que a cidade só possuía para oferecer a maravilhosa natureza – sem estrutura para o visitante (Lamego, 1974).

No ano de 1974 é inaugurada a Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, cuja função era ligar não só as cidades de Rio de Janeiro aos niteroienses, mas também permitir o acesso às cidades interioranas por meio dela.

Não há dúvidas de que a explosão do veraneio e da busca turística em Cabo Frio se dá em período equânime a este. Mais do que isso, a fala do engenheiro Juarez Lopes confirma o entendimento de que esta obra pública influencia diretamente o desenvolvimento das duas atividades na região:

A inauguração da Ponte "Presidente Costa e Silva", no ano de 1974, e a fusão que permitiu a criação do atual Estado do Rio de Janeiro, trouxeram ao interior do estado e, principalmente para a Região das Baixadas Litorâneas, um princípio de euforia natural e o prenúncio de novos tempos (...) A partir da década de 80, se observa em Cabo Frio e nas cidades vizinhas, uma pressão muito grande por parte da especulação imobiliária e da indústria da construção civil, função de seus atraentes recursos para o turismo de 2ª moradia. (Lopes, 2011)

Obviamente, tal processo não nasce imediatamente com a construção da ponte, que constitui apenas um marco representativo de um momento de evidência de tal fenômeno. Ainda nos anos 60, um estudo de caso ocorrido no bairro da Gamboa deixa clara tal afirmativa.

O caso a ser citado envolve uma empresa do grupo Cesar Tedin, que iniciou, nesse período, obras que visavam à abertura de uma estrada no alto do Morro do Telégrafo, com o intuito de inaugurar um loteamento com vista privilegiada da cidade.

Segundo o Deputado Janio Mendes, neste período, um grupo de moradores liderados por João Pereira da Silva, vulgo “João Burro”, Durvalino Narciso Leal, Daldevino José Rodrigues¹⁵, Domício Rodrigues e Oswaldino dos Santos e outros, foram para o enfrentamento e

(...) conseguiram impedir as obras. Para isso mobilizaram o Advogado Antônio Carlos Sigmaringa Seixas, que na Capital, conseguiu apoio do Presidente Juscelino Kubitschek, determinando, pelo SPU, a suspensão da obra. Este feito se deu em razão da militância do Sr. João Burro junto ao Partido Comunista.

¹⁵ Daldevino é “Vivino”, tradicional morador da Gamboa, já falecido, apresentado em trabalho anterior como uma figura quase mítica para os moradores do local, ao ser entendido, pela memória coletiva local, como o “primeiro pescador” do bairro (Moura, 2011).

Os anos 70, assim, surgem como momento de consolidação do processo em tela. O início de tal década, tem como destaque, no cenário político local, a eleição de Otime Cardoso dos Santos para o mandato de 1971/1972, que, segundo Baptista (2007), se alia a tal processo, já que, para o autor, Otime viu “o turismo e a construção civil como atividades econômicas importantes de atração de empresários para Cabo Frio” (Baptista, 2007, p.56).

Entre os projetos que representam essa mentalidade Otime, Baptista destaca o Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo (que fazia parte do município de Cabo Frio à época) e o Marinas do Canal, no Canal Itajurú, no bairro da Gamboa em Cabo Frio. Segundo Baptista, Otime conseguiu criar “uma sensação de modernidade em uma Prefeitura que ainda representava o passado” (idem).

O ex-prefeito Alair Corrêa destaca ainda, como obras do governo Timinho, o Condomínio Moringa, o aterro da Lagoa, o Hotel Acapulco sobre as dunas e a venda da área do Braga. Para Alair ainda, Timinho “perdeu o foco da urbanização consciente da cidade e acabou refém de certos investidores” (...) “no quesito aprovação de projetos polêmicos”, o governo de Timinho será difícil ser ultrapassado”. Alair, entretanto, ressalva que Otime teve motivos para realizar tais empreendimentos dessa forma:

Timinho teve pressa na tentativa de realizar quatro anos em apenas dois, o que prejudicou seu modelo de administração e o levou a ser responsabilizado por alguns empreendimentos que, certamente, não aprovaria se tivesse oportunidade de melhor discuti-los.

1.3.1 O Projeto Marinas do Canal e o Projeto de Urbanização do bairro da Gamboa

Sem dúvida, o empreendimento mais marcante dentre os autorizados pelo governo Otime dos Santos, e o que mais interessa ao nosso estudo, é o Projeto Marinas do Canal, empreendimento privado, que só foi possível graças ao Projeto de Urbanização do Bairro da Gamboa. Este, por sua vez, com caráter público, só foi possível graças a articulações entre poder local e Governo Federal, não só através da criação de legislações contemporâneas ao Projeto, mas também da justificativa legal oferecida por antiga legislações igualmente advindas da União.

O Projeto Marinas do Canal atuou sobre as águas da margem esquerda/Norte do Canal Itajurú, na altura do bairro da Gamboa, consistindo em aterros entrecortados

por canais artificiais, formando três ilhas de uso residencial (Alves, 2009), dotadas de marinas para o ancoradouro de embarcações particulares. Para tratarmos deste assunto, entretanto, é essencial relacionar outros dois elementos – um anterior e outro posterior à autorização dos aterramentos, que acontece através do Decreto Federal 70.540, de 16 de maio de 1972: o já citado Decreto Federal 3002 de 19 de agosto de 1938 e a CPI da Especulação Imobiliária de 1978.

Segundo o arquiteto responsável pelo Projeto de Urbanização do Bairro da Gamboa, Aristarco Acióli, a intenção original era realizar obras para desassorear o Canal do Itajurú, através da criação dos três canais artificiais, que alterariam o curso das águas e permitiriam tal intento, conforme estudos das correntes marítimas e dos cursos d'água locais, elaborados pelo Almirante Paulo Moreira da Silva¹⁶. Os aterramentos e as ilhas criados, pelo projeto seriam, assim, apenas consequências do objetivo principal: a criação dos canais, em prol do desassoreamento do canal maior.

Publicação da ACIRB- Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis – confirma tal versão, compreendendo que “essas ilhas são fruto da dragagem do Canal de Itajurú, como medida para por fim ao assoreamento do Canal” (ACIRB, 2008, p.22).

O projeto traria, assim, ainda as condições necessárias para as intenções do governo municipal em favorecer a navegação para o interior do Canal Itajurú, nas direções de Massambaba e São Pedro da Aldeia, deslocando o fluxo turístico que partia na direção contrária, isto é, do Canal para o Oceano (na direção da Praia do Forte). Para isso, projetava a Prefeitura criar uma marina no Portinho, em Mata Figueira.

Nesse sentido, o projeto de urbanização da Gamboa, para Acióli, possuía uma justificativa ambiental (desassoreamento do Canal) e turística (criação de novo mercado de turismo na cidade), não sendo meramente ferramenta de especulação imobiliária, cabendo lembrar ainda que tais aterramentos obedecem ao desenho do projeto de 1938 e o utilizam como justificativa legal.

A comparação entre a planta abaixo, referente ao Plano de Urbanização do Bairro da Gamboa, de 1972, e a planta já apresentada (imagem 9), referente ao Decreto de 1938, mostram a congruência entre as duas propostas de realinhamento das margens do Itajurú, e provam essa intenção de buscar justificativa na antiga legislação, ao visualizarmos que um dos textos inseridos na planta refere-se à “linha traçada de acordo

¹⁶ O Almirante Paulo Moreira da Silva foi um dos principais articuladores ligado às Forças Armadas que se dedicou à criação, à época, da instituição hoje conhecida como IEAPM – Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, localizada em Arraial do Cabo, então Distrito do município de Cabo Frio.

com o projeto de cais aprovado p/ D.N.P.V.N. através do Decreto nº 3002 de 19/08/1938 e Portaria 380 de 01/04/1941”:

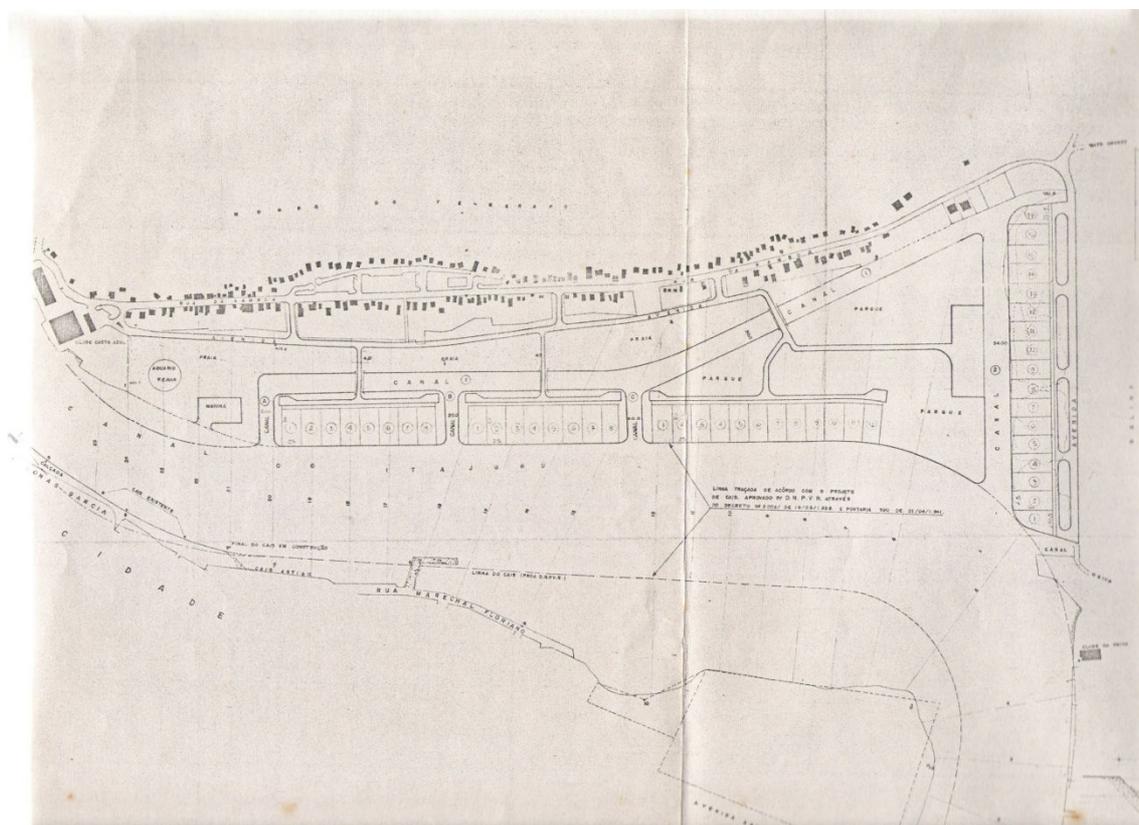


Imagem 12 – Planta do Projeto de Urbanização do Bairro da Gamboa – 1972 – Aristarco Acióli – Arquivos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

O trato inicial da Prefeitura Municipal de Cabo Frio com o Governo Federal, segundo Acióli, era de que este arcasse com determinadas despesas de dragagem, o que o Executivo Federal não pôde fazer, apesar de um acerto já ter sido feito, pessoal e anteriormente, com o então Ministro dos Transportes Mário Andreazza.

Em compensação à desistência da parte do Governo Federal, as três ilhas artificiais, que seriam de propriedade da Marinha, por meio do SPU, foram cedidas pelo SPU (Serviço de Patrimônio da União) à municipalidade, sob regime de aforamento, o que consta no artigo 3º do Decreto 70.540, de 16 de maio de 1972.

Cabe lembrar que, em acordo com legislação federal dos anos 40, os aterramentos, enquanto terrenos criados em águas pertencentes à União, nasciam como propriedades da Marinha, registradas no SPU. Veremos maiores detalhes sobre essa

questão ao tratarmos dos conflitos fundiários dos anos 80 no bairro da Gamboa, nas próximas páginas.

A Prefeitura, por sua vez, como proprietária das novas terras, negociou as mesmas como loteamentos, por meio de licitação, vencida pela construtora Sybeton, que criou, nas três ilhas três, três condomínios: Marinas do Canal; Ilha do Meio e Casas da Ilha – era o Projeto Marinas do Canal.

O Decreto Federal 70.540, de 16 de maio de 1972, assinado conjuntamente pelo Presidente Médici, José Flávio Pécora (Secretário-Geral do Ministério da Fazenda), Adalberto de Barros Nunes (Ministro da Marinha), Mário David Andreazza (Ministro dos Transportes) e José Costa Cavalcanti (Ministro do Interior), autorizava a Prefeitura Municipal de Cabo Frio a utilizar a área do bairro da Gamboa, então medida em “aproximadamente duzentos e quarenta e um mil e setecentos metros quadrados (241.700,00m²)” para a

realização de obras de urbanização e saneamento, nestas incluídas dragagem do canal, aterro e construção de cais, de acordo com o projeto aprovado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e pela diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, e com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 33.897, de 1971.

Interessante observar, primeiramente, que a terminologia utilizada pelo texto separa os conceitos de *urbanização* e *saneamento*, incluindo, entretanto, como constituindo elementos comuns de ambas, as ações de dragagem, aterro e construção de cais.

O texto fixa o prazo de dois anos para a realização das obras do projeto, entretanto, é notório que as obras foram realizadas com morosidade. Prova disso é que o Governo Federal teve de emitir outros dois Decretos para estender o prazo por mais dois anos, em setembro de 1974 (Decreto Federal 74.504, de 4 de setembro de 1974), e mais dez meses em maio de 1977 (Decreto Federal 79.633, de 2 de maio de 1977).

O íterim entre os prazos mostra ainda que a obra prosseguiu irregular por cerca de seis meses, já que o prazo dado pelo Decreto de 1974 vence em setembro de 1976, sendo estendido novamente apenas em maio do ano seguinte. As duas extensões de prazo foram promovidas pelo governo Geisel, sucessor de Médici, que autorizou o projeto.

O relato de Acióli, bem como a análise dos textos legais dos Decretos já citados, evidencia uma estreita relação, ainda que institucional, entre a Prefeitura de Cabo Frio,

no governo Otton de Froure, e o Regime Militar então vigente, relação que permitiu a efetivação do Projeto Marinas do Canal e do Projeto de Urbanização do Bairro da Gamboa.

Ressalte-se, tratando desse assunto, inicialmente, que Andreazza, signatário do Decreto de 1972 e citado por Acióli como interlocutor pessoal entre Governo Federal e Prefeitura Municipal de Cabo Frio à época, ocupou a pasta dos Transportes tanto no governo Costa e Silva quanto no governo Médici. Foi ele o responsável pelas obras que criaram a Ponte Rio-Niterói, já citada como relacionada ao processo de expansão turística e imobiliária do interior do estado do Rio de Janeiro.

A relação entre a Prefeitura de Cabo Frio e o Governo Federal no início dos anos 70 foi abordada na CPI da especulação Imobiliária de 1978, quando o então Secretário de Turismo de Cabo Frio, Márcio Werneck da Cunha, convocado a depor sobre o empreendimento Marinas do Canal, manifestou sua impressão acerca do assunto. Para Márcio, “existe uma ligação entre a Presidência da República e a autorização para aterrar o Canal. Não sei dizer o porquê, mas existe” (Brasil, 1978, p.170).

O atual Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Janio Mendes, nascido na Gamboa, era, à época da construção do Projeto Marinas do Canal, um dos líderes de um movimento de moradores em defesa das propriedades das famílias tradicionais do bairro, movimento este que recuperou a mobilização da Associação de Moradores da Gamboa, integrando a participação de atores sociais de diferentes gerações. É o que relata, entre outros entrevistados, o Deputado Estadual Janio Mendes:

Na década de 70, com a criação dos condomínios na área aterrada, o Sr. Laurindo, então proprietário da oficina mecânica Mecmar, que consertava embarcações no local, reestruturou a Associação para lutar contra o aterramento da lagoa. Neste período criamos um grupo de jovens que se mobilizou em apoio aos mais velhos. Nossa tarefa era retardar a obra, enquanto se tentava uma decisão judicial que a suspendesse, durante a noite, quando as máquinas eram desligadas, dávamos cachaça aos vigias e quando estes dormiam, sabotávamos as máquinas, estourando cabos ou colocando areia no tanque de óleo. (Mendes, 2011)

Janio declarou ainda, na mesma entrevista, sua concordância com a tese de Werneck:

(...) a dragagem foi autorizada e financiada, pelo Governo Federal, para revitalizar a Lagoa de Araruama, e esta se deu somente nas imediações dos loteamentos Marinas do Canal e Moringa, não se estendo até a boca da barra, nem além da ponte, ficando explícito que o objeto era apenas a especulação imobiliária. Na época, defendíamos que o material retirado fosse usado como

aterro em outras áreas, e não na construção de loteamentos e marinas, conservando a baía existente. (Mendes, 2011)

Cabe destacar que, por outro lado, os olhos da Ditadura Militar, de modo geral, se voltaram para a cidade de Cabo Frio não apenas no governo Otton de Faria. Durante os mais de 20 anos do Regime, foram emitidos vários Decretos relativos às terras da cidade.

Ao todo, foram 19 Decretos, entre 1964 e 1988, autorizando estrangeiros a adquirirem terrenos de Marinha na cidade, oferecendo aos mesmos o domínio útil, aforamento, renovação ou preferência de renovação de aforamento. Boa parte das terras era do então Distrito de Armação dos Búzios, parte integrante do Município de Cabo Frio à época. Os Decretos apontam a presença francesa na Ogiva e espanhola na Gamboa. A maioria desses Decretos foi emitida pelo Presidente João Figueiredo, derradeiro do Regime Militar no país.

Há ainda Decretos de autorização de aterramentos de áreas de marinha e cessão dos mesmos aos entes privados e públicos, que arcaram com as despesas dos mesmos aterramentos. Além do caso do Decreto 70.540, na Gamboa, se encaixa nesse contexto o Iate Clube Armação dos Búzios, que aterrou áreas na Praia dos Ossos em 1975.

Há casos ainda de terrenos naturais de Marinha cedidos a entidades públicas, como as áreas à beira mar na Praia da Barra (conhecido como “canto do Forte”, Praia do Forte), cedidos à Companhia de Turismo de Estado do Rio de Janeiro S.A. – FLAMITUR para a construção de um hotel.

Voltando ao Projeto Marinas do Canal, cabe salientar que a versão de Acióli acerca do empreendimento possui outra vertente de interpretação. A CPI da Especulação Imobiliária de 1978 questiona as intenções do projeto – e não só deste, mas de diversos planejamentos para a construção de marinas em todo o país. As marinas, na verdade, tornaram-se assunto de discussão nacional nesse período. Cabo Frio, assim, apresentou-se como um laboratório dessa problemática.

A CPI da Especulação Imobiliária, nome oficial dado ao procedimento instaurado pela Resolução número 132 de 1978 do Congresso Nacional, desenvolveu seus trabalhos na Câmara Federal entre os dias 5 de abril e 25 de outubro deste mesmo ano, tendo como presidente o Deputado Joaquim Brevilacqua (MDB); como vice-presidente o Deputado Ário Theodoro (MDB); e como relatora a Deputada Lygia Lessa Bastos (ARENA).

O relatório final da Deputada Lygia Lessa Bastos é claro ao entender que os problemas da especulação imobiliária nos municípios brasileiros possuem raízes nos erros do Regime Militar ao impor a algumas cidades seus governantes:

É notório o interesse dos prefeitos municipais em dotar suas cidades de planos-diretores. Ocorre que a maioria desses planos é encomendada a técnicos de fora, desconhecedores da realidade local (...) além disso, a nomeação de prefeitos, destituindo o povo da prerrogativa de escolher seus governantes, merecedores da confiança popular e conhecedores das realidades do lugar, leva o responsável pela comunidade a optar pelos interesses do poder econômico e não pelas necessidades daquele povo que não lhe outorgou o mandato (Brasil, 1978, p.04)

A crítica aqui evidencia um contexto nacional de planejamento urbano, através da instituição de Planos Diretores¹⁷, como um processo defeituoso, no qual a preocupação com as populações, com a realidade local, diante do avanço da urbanização, é relegada a segundo plano, enquanto a valorização do que é externo parece ser primordial, constituindo, sem dúvida, uma crítica ao *comportamento exógeno das gestões municipais* brasileiras nesse período, comportamento esse estimulado pelas imposições, no que se refere aos cargos de Prefeito, realizadas pela Ditadura Militar.

As atas das reuniões da CPI da Especulação Imobiliária de 1978 trazem definições, por vezes divergentes, por vezes complementares, dos depoentes ao longo do procedimento, acerca do que seriam, exatamente, as marinas, bem como suas implicações diversas.

Segundo a relatora da CPI, a Deputada Lygia Lessa Bastos, as Marinas eram “discriminadores condomínios. Discriminadoras marinas, violações criminosas” de diversos artigos de diversas legislações federais e estaduais (Brasil, 1978, pp.6,7)

¹⁷ O Planejamento Urbano, nas concepções de Villaça (1999) e Leme (1999) de fato, é, ao longo de seu histórico no Brasil, baseado em planos. Para Leme (1999), a concepção de planos de urbanização no Brasil desloca-se de intenções voltadas aos simples melhoramentos (fase de 1895 a 1930), para as intenções ligadas a remodelação das cidades (a partir dos anos 30). Desde então, até os anos 90, haveria uma outra fase, inaugurada com os Planos de Agache para o Rio de Janeiro e de Prestes Maia para São Paulo, fase na qual a ótica é a dos chamados planos intelectuais. Villaça, por sua vez, entende que essa fase pode ser dividida em três subfases: o do urbanismo dos Planos Diretores (1930-1965); o dos Superplanos (1965-1971) e o dos “Planos sem mapa” (1971-1992) (Villaça, 1999, p.204). De fato, passa a ser exigência constitucional em 1988 que as cidades com mais de 20 mil habitantes elaborem seus planos diretores, como vimos. O Estatuto das cidades (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001) ratifica tais intenções, solicitando que essas mesmas cidades renovem seus Planos Diretores a cada dez anos (artigo 39, parágrafo 3º) e as que ainda não os tivessem elaborado na data da publicação da referida lei, o fizessem até 30 de junho de 2008 (artigo 50).

Para Marcelo Moreira, então vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, as marinas eram “construções à beira d’água, em bens de uso comum do povo brasileiro (Brasil, 1978, p.59)

Já Ricardo Augusto Oberlaender, então Vereador de Niterói, lembrava que, no dicionário Aurélio, as Marinas eram tratadas como

(...) construções que servem de ancoradouro de embarcações; no plural, são plantas que nascem e vivem no fundo do mar. Atualmente, marinas designam ancoradouros e habitações em torno, que são alugadas e vendidas. Os projetos caracterizam-se pela privacidade, ou seja, só desfrutam os inquilinos ou proprietários. (idem, p.75)

O fato é que o distanciamento político entre Otime e Bonifácio fica evidenciado a partir do depoimento de Márcio Werneck na CPI, denotando as diferenciações internas do MDB cabofriense. Cabe, portanto, após a apresentação do governo Otime, que autorizou o empreendimento, apresentar o governo Bonifácio, que, convocado para explicar o projeto na CPI, posicionou-se contrariamente às intenções do colega de legenda.

José Bonifácio lembra em entrevista que suas principais ações, em seus dois governos (1977-1980 e 1993-1996), no que se refere à urbanização da cidade foram a duplicação da Ponte Feliciano Sodré, a urbanização do bairro do Braga (que diz respeito ao asfaltamento das ruas e ao saneamento da área, corroborando a concepção política do conceito de urbanização) a construção da ciclovia da Avenida Joaquim Nogueira e a construção da Rodoviária da cidade. O ex-Prefeito não fez referências a intervenções urbanas relevantes no bairro da Gamboa.

Bonifácio analisa seu primeiro governo (1977-1980) como tendo a facilidade de

criar uma estrutura onde antes nada havia. Criamos as leis de zoneamento e uso do solo e elas são obedecidas até hoje. A grande maioria das áreas da cidade não extrapolou o gabarito que nós determinamos lá atrás. Acho que essa foi a grande contribuição daquele governo (Novellino, 2011).

Interessante observar como tanto José Bonifácio quanto Alair Corrêa afirmam como positiva, em suas entrevistas, a manutenção da legislação de 1979 ao longo dos anos seguintes, apesar das mudanças urbanas, populacionais, sociais e econômicas da cidade, não acompanhadas pela lei em tela.

Alair Corrêa afirma que durante seu segundo mandato (1997-2000), “apesar de enormes pressões de empresários, mantive intocável a Lei do Solo”. Ao questionarmos o ex-Prefeito acerca dos instrumentos utilizados por seus governos para regular e

ordenar o crescimento da cidade de Cabo Frio, obtivemos a seguinte resposta: “principalmente o fato de não ter modificado a legislação do município sob qualquer pretexto”.

O pensamento dos dois ex-Prefeitos, ao que parece, acompanha uma tendência nacional dos anos 70/80, gestada durante o Regime Militar, segundo a qual a criação de corpos de leis e estruturas de planejamento e gestão urbana, bem como a manutenção indelével dos mesmos, seriam a solução precípua para os problemas das cidades de então. Criar leis e estruturas institucionais fortes e permanentes parecia ser a garantia de uma cidade organizada e justa urbanisticamente.

De fato, a criação de uma grande estrutura nacional de planejamento urbano por parte do Regime Militar é prerrogativa presente desde 1964, quando é criado o SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, através da Lei Federal 4380, de 21 de agosto. A partir de então, é o SERFHAU que dá as diretrizes e presta assessoria aos municípios. Para Leme (1999), há, a partir de então, uma política nacional de planejamento urbano, quando então os planos são feitos a partir da metodologia determinada pelo órgão (Leme, 1999, p.38).

Cabe salientar que o período do planejamento urbano no Brasil regido pelo SERFHAU (1966 a 1974) é, segundo Villaça (1999), voltado ao que chama de *superplanos*, “peças da mais pura tecnocracia, elaborados por especialistas de escritórios privados”, ao contrário dos planos do século XIX e do de Prestes Maia“ que consolidavam o pensamento dominante em sucessivas administrações municipais e estaduais, sendo elaborado dentro das prefeituras” (Villaça, 1999, p.216). Parece claro, portanto, que o pensamento da gestão urbana, em nível nacional, que influencia os pensamentos de Alair e Bonifácio, claramente tende ao exógeno, relegando a segundo plano a técnica local.

Villaça é favorável à tese de que o Regime Militar pretendia legitimar pela técnica a ação do Estado, já que havia sido suprimida a legitimação popular (Villaça, 1999, p.190) encontra-se aqui uma das possibilidades de explicação da enorme estrutura institucional montada no período para tratar do planejamento urbano: durante o Regime Militar, foram criadas 14 mecanismos financeiros de apoio ao desenvolvimento urbano, sendo 9 programas, 4 fundos, 1 financiadora (a FINEP) e uma fonte de recursos específica: o BNH (Fortuna, 1975).

No que se refere ao caso empírico aqui estudado, entretanto, cabe salientar que, a partir dos primeiros anos do século XXI, a Lei de Zoneamento de 1979 passou a sofrer

diversas alterações pontuais, com o objetivo de permitir a ereção de empreendimentos imobiliários e turísticos em áreas específicas, “retalhando” a legislação, a partir de interesses determinados, em descompasso com a manutenção do zoneamento no resto da cidade. Sobre este assunto trataremos no capítulo 3 deste trabalho.

Apesar de não citar o bairro da Gamboa como foco de intervenções urbanas de seus governos, o Deputado Janio Mendes salienta que o ex-prefeito José Bonifácio, em seu primeiro mandato (1976-1979), tomou partido dos moradores do bairro:

Eleito prefeito em 1976, José Bonifácio convocou a comunidade e fez grandes alterações no projeto Marinas do Canal, o que permitiu que os moradores tradicionais do bairro tivessem acesso ao canal secundário, com a criação da Rua Jorge Veiga, permitindo ainda a ocupação, pelos mesmos moradores, de uma faixa de acrescido de marinha de uma terra que restou entre as casas e o loteamento, sem que tivessem que pagar por isso, como propunha a Sybeton, alegando terreno novo colocado à venda.

Nesse sentido, observamos que os governos Alair e Bonifácio se inserem no contexto de seu tempo, isto é, um contexto de forte especulação imobiliária local. Se Alair tentou negociar áreas de salinas com um grupo espanhol, Bonifácio desapropriou a área das Salinas Pring (1981), apesar de não termos informações sobre o fato da referida desapropriação ter sido utilizada para a construção de empreendimento imobiliário. Tanto Alair quanto Bonifácio afirmam não se lembrarem da chegada de nenhum grande empreendimento imobiliário em seus governos.

O diferencial entre a gestão de Otime e as gestões de Alair e Bonifácio, no que concerne ao planejamento e crescimento urbano da cidade, residiria no fato de que os dois últimos efetivaram políticas compensatórias ao processo de intensa especulação imobiliária e inchaço urbano devido ao turismo local.

Cabe salientar que tais políticas compensatórias situavam-se igualmente no campo da legislação municipal, valorizada, em sua natureza e sua manutenção, como salvação dos problemas urbanos no país nos anos 60 e 70, como vimos acima.

Destarte, Souza (2004) entende que o período após a Constituição de 1988 mantém esse tipo de pensamento nas gestões públicas pelo Brasil, pensamento este que segue pautado na tendência de se superestimar a importância das leis e dos planos, subestimando as contradições sociais e cultivando um otimismo exagerado no que tange a “pactos territoriais” e consensos (Souza, 2004, p. 163).

Tais práticas se evidenciam, por exemplo, com José Bonifácio, através da criação do PUC - Plano de Urbanização Comunitária¹⁸ em 1981, das leis de Parcelamento do Solo (Lei Municipal 108, de 16 de novembro de 1979) e Zoneamento (Lei Municipal 116, de 16 de novembro de 1979). Alair Corrêa, por sua vez, investiu nas já citadas legislações de conservação dos moinhos de vento das salinas e da disciplina do uso de bens e espaços públicos da cidade, bem como nas Leis Municipais que disciplinam a ocupação de lotes destinados a condomínios horizontais ao “zoneamento” dos usos das áreas marítimas, conforme já citado igualmente.

Podemos afirmar, assim, que a maioria das gestões municipais a partir dos anos 70 passam por um processo de ação-compensação no que se refere à especulação imobiliária. A mesma mão pública que abre as portas ao especulador lhe cria barreiras e busca a compensação da dilapidação do patrimônio natural local com legislações que lhe protejam.

Destaque-se, antes de prosseguirmos, que o zoneamento constitui uma corrente diferente da do planejamento urbano em nível nacional, segundo Villaça (1999). Para o autor, as noções de zoneamento no Brasil surgem sem concepções teóricas, sem a participação de estrangeiros e intelectuais. Objetivando fixar limites e regras para determinadas partes da cidade e não para outras, o zoneamento, teoricamente parte dos Planos Diretores, é, entretanto, construído no Brasil separado do mesmo, constituindo a prática de planejamento urbano mais difundida no país (idem, pp. 177,178). Para o autor, na verdade, o único aspecto do planejamento urbano brasileiro que tem sido vivido e conseqüente é o zoneamento (*ibid*, p.222).

Voltando à questão específica do Projeto Marinas do Canal, e ainda tratando das ações compensatórias das gestões municipais do período, lembremos que Márcio Werneck Da Cunha afirma em seu depoimento à CPI que Bonifácio teria embargado, em seu governo, as construções de todas as marinas na cidade de Cabo Frio, permitidas pelos governos anteriores (Otime dos Santos e Antônio Castro), à exceção do Projeto Marinas do Canal, na Gamboa, devido ao fato de ter “se constituído em ato jurídico perfeito”, com obtenção de todas as licenças necessárias, inclusive a do Presidente da República de então, Garrastazú Médici, como vimos (Brasil, 1978, p.170).

¹⁸ O Plano de Urbanização Comunitária (Lei Municipal 244, de 10 de fevereiro de 1981), permitia que a execução de obras ou melhoramento nas vias e logradouros públicos do Município de Cabo Frio decorresse de solicitação de 2/3 dos proprietários interessados nas obras ou melhoramentos. A lei também determinava que os projetos e orçamentos oriundos dessas solicitações poderiam ser examinados pelos interessados a partir de convocação através de edital público.

Apesar disso, o próprio Bonifácio lembra que conseguiu paralisar as obras do empreendimento por um período, baseado no argumento de que o cronograma da obra, que previa dragagem do canal, não estava sendo cumprido. Além disso, o ex-Prefeito lembra que sancionou a lei 23, de 18 de outubro de 1977, que cria posturas especiais para a área, no que se refere a dimensões, taxa máxima de ocupação por lotes, recuos, delimitação de áreas “não edificantes” e a proibição de construções de *decks* além do limite do cais.

Em matéria de direito, o ato jurídico refere-se a todo o ato lícito que tenha o objetivo imediato de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos (Silva, 2004, p.165). De fato, obedeceu a autorização da construção em tela o procedimento legal de licenças e trâmites que lhe era exigido.

Apesar disso, de acordo com o Relatório Final da CPI da Especulação Imobiliária de 1978, o projeto em tela, assim como todas as marinas construídas no país naquele período, veio de encontro a legislações correntes de proteção ao meio-ambiente, tais como o Código de Águas; o Código Florestal (Brasil, 1978, p.59); os artigos 153 e 180 da Constituição Federal; do título III da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (texto de 1975); o artigo 66 do Código Civil; do Decreto Lei 852 de 1938; a Lei da Caça e da Pesca de 1967; o Decreto lei 303 de 1967; a Lei Federal 6513 de 77 e a Lei Federal 3924 de 1961. (idem, pp. 7,8).

1.3.2 A CPI da Especulação Imobiliária de 1978 – outras questões nacionais

Antes de prosseguirmos no trato dos conflitos fundiários dos anos 80 na Gamboa, cabe salientar que os aterramentos de áreas à beira-mar, na verdade, constituíam a grande questão de discussão jurídica e social da CPI naquele momento. Num contexto de crescimento da população urbana em todo o Brasil, os aterros e as marinas eram vistos como um avanço desregulado da especulação imobiliária sobre o meio-ambiente, demonstrando a necessidade de ocupação de espaços artificiais, posto que os naturais não suportavam mais a crescente quantidade de habitantes das cidades brasileiras.

Sobre o crescimento populacional da época, cabe lembrar que a grande preocupação do momento era o resultado do censo de 1970 realizado pelo IBGE, quando, pela primeira vez no Brasil, a população urbana superou a população rural: 55,8% contra 44,2%. Segundo dados do mesmo censo, a população urbana de cabo frio

creceu 87,2% entre 60 e 70; os domicílios cresceram 138,5% no mesmo período. O descompasso matemático entre crescimento populacional e espaço (concentração de mais pessoas em espaços mais reduzidos) consistia o foco do temor da época (Brasil, 1978, pp.002, 168;).

Esta viragem urbana gerou projeções desesperadoras, claramente fundadas em cálculos malthusianos preocupantes, como é o caso da previsão de Neto: se fosse tomada por base a população brasileira da época de Dom Pedro II (7 milhões), notaríamos que a dobra desse número se dá no final do século XIX, quando o país possuía 14 milhões de pessoas. 28 milhões habitam o Brasil em 1920 e o dobro deste número, 56 milhões, em 1955. Como a população chega a 110 milhões em 1976, projetou 220 milhões de pessoas em 1993 e 440 milhões de habitantes em 2016 (Neto, 1976, p.33) – O IBGE, em 2001, previa pouco mais de 202 milhões de pessoas para esse mesmo ano no país (IBGE, 2001).

Cabe salientar, entretanto, que para alguns autores, o desespero das autoridades brasileiras com o inchaço das cidades nos anos 70 era consequência das próprias políticas públicas implementadas nas décadas anteriores, conforme entende Bernardes (1986, pp. 86, 98) no que se refere à aplicação da legislação trabalhista no campo; aos programas de erradicação de cafezais antieconômicos; e aos programas de modernização da agricultura, por exemplo.

Os anos 70, em nível nacional, fazem surgir outra discussão: o conceito de cidades médias. Para Steinberger e Bruna (2001) o germe das cidades médias brasileiras está no Plano Decenal 1967-1976, que defendia a tese da integração regional e nacional, exatamente como saída para a desconcentração das metrópoles – o caminho eram as cidades do interior do estado (idem, p.39).

Assim, percebemos que, para alguns autores, é a iniciativa estatal, destacada como política pública, que torna as cidades médias detentoras de um papel de destaque no cenário brasileiro. De fato, para Townroe (1983), o Censo do IBGE de 1970 já evidenciava o início de um processo de desconcentração metropolitano na direção das cidades do interior do Estado, com populações então entre 50 mil e 500 mil habitantes, estimuladas pelas novas ligações ao sistema viário de integração regional-nacional, processo que, como vimos, tornou-se manifesto em Cabo Frio a partir dos anos 70.

Os dados apresentados, além da notável presença da “mão pública” no processo histórico, evidenciam ainda, mais uma vez, a presença de um contexto exógeno no trato da questão. De fato, as mesmas autoras salientam que tal ação estatal planejada, na

direção da constituição de cidades médias, fundamenta-se na experiência francesa de *aménagement du territoire*, especialmente a política das metrópoles de equilíbrio, que tomou por base uma regionalização do território da França (Hantreux; Rochefort, 1964) e também no *comprehensive planning* inglês, além do *land use* americano (Steinberger; Bruna, 2001, p.45).

Além da visualização da cidade média como foco de escoamento populacional das grandes metrópoles, há ainda a visualização das mesmas como pólos de desenvolvimento, concebendo a necessidade de espalhar, por outras áreas, o desenvolvimento que ocorre nas grandes cidades. Assim, essas municipalidades são abordadas como partes das regiões de dinamização (próprias ao desenvolvimento) no Documento sobre Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de 1973 (Steinberger ; Bruna, 2001, p.41).

1.3.3 Os anos 80 – questionamento das propriedades tradicionais da Gamboa

A já relatada rearticulação da Associação de Moradores do Bairro da Gamboa, nos anos 70, em oposição aos aterramentos condominiais do Projeto Marinas do Canal, encontrou um novo capítulo nos anos 80, possibilitando aos moradores não apenas uma vitória na área jurídica, mas também uma representação política na cidade.

Para uma explicação e análise coerente de tal processo, entretanto, é necessário regredir às primeiras ocupações do bairro da Gamboa. Não se sabe ao certo quando as mesmas ocorreram, entretanto, há registros que confirmam essa origem na década de 50. Uma publicação da ACIRB – Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquinis – entende que as mesmas remontam dos anos 40, “quando o sopé do Morro do Telégrafo recebeu seus primeiros aterros” (ACIRB, 2008, p.22).

De fato, as Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio registram o episódio no qual Lucilia Palmer de Souza, em 1937, exige para si o aforamento de parte dos terrenos da Gamboa, nos quais se encontram as Salinas Fluminense, a partir do direito que lhe confere o inventário do falecimento de seu pai, concluído em 1909. Estes terrenos já são aterros, pois “se trata de terrenos adjacentes e accrescidos e marginaes da Gambôa (...) sido o terreno da supplicante adquirido por aterrados da Gambôa” (Cabo Frio, 2011a, folha 57, livro 40).

É preciso destacar, entretanto, recordando o que já tratamos, que Cabo Frio possuía várias gamboas, entendidas como áreas sujeitas às variações das marés, sendo muito difícil identificar, em documentos datados até a primeira metade do século XX, se os autores falam do bairro da Gamboa ou de gamboas enquanto os acidentes geográficos já citados, que se localizavam em vários lugares da cidade.

É certo, porém, que antes da primeira metade do século XX, o bairro da Gamboa “não existia”. O que havia, na verdade, antes dos primeiros aterramentos, na fina faixa de terra natural entre o sopé do Telégrafo e o Canal Itajurú, era um longo e possível caminho na direção de outras paragens, hoje pertencentes ao município de Armação dos Búzios.

Confirmam as informações a imagem 5 deste trabalho (Planta da Cidade de Cabo Frio de 1788) e a imagem abaixo, referente à Planta da Cidade de Cabo Frio de 1841, nas quais a atual área do bairro da Gamboa aparecem identificadas, respectivamente, como “caminho para a Baía Formosa” e “estrada que vai aos Búzios”. Cabe salientar que a região de Baía Formosa localiza-se, ainda hoje, na entrada do município de Armação dos Búzios.

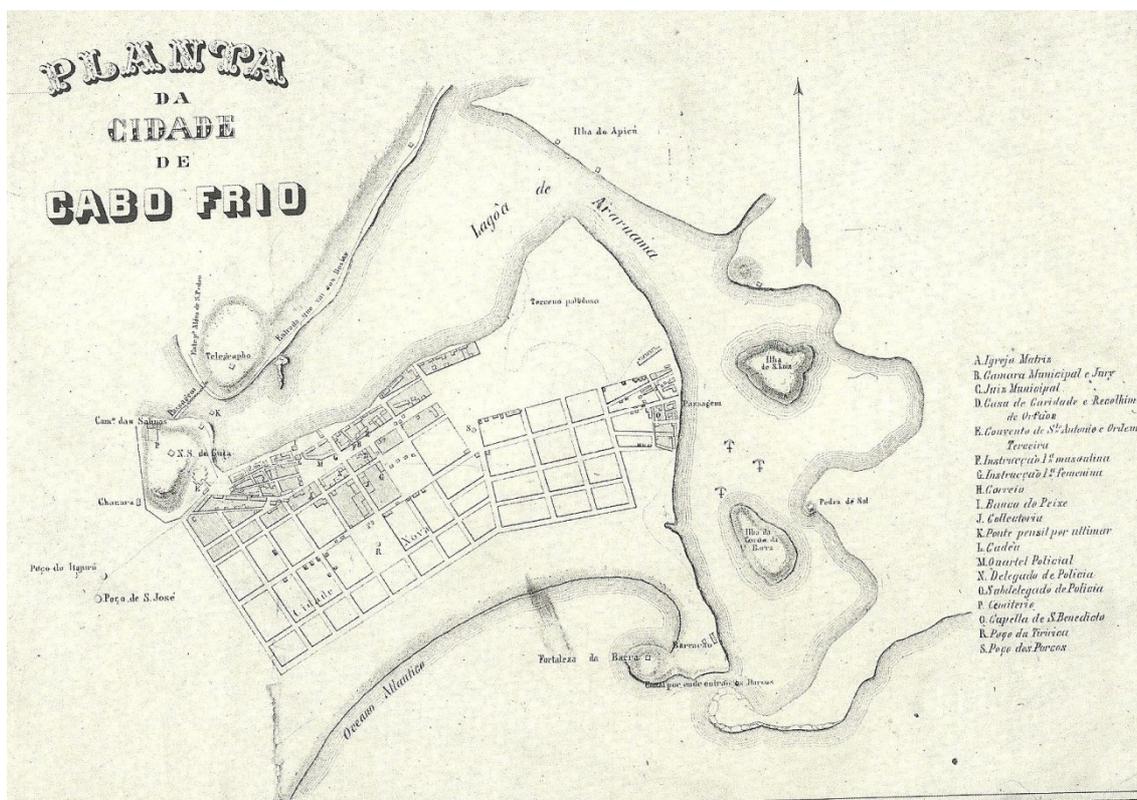


Imagem 13 – Planta da Cidade de Cabo Frio – 1841 – autor: Major G.J. Silva Pimentel – Arquivos da Biblioteca Nacional – Arquivos Penha Leite.

Uma foto de Evange Achill Pagalidis, de 1958, evidencia que a ocupação da então fina faixa de areia localizada entre o Morro do Telégrafo e o Canal Itajurú, naquele momento, se encontrava em estágio inicial. Comparada à foto dos arquivos do fotógrafo Wolney Teixeira de 1917 sobre o mesmo ângulo, percebemos a pequena mudança na ocupação dos espaços do bairro, evidenciando o início de sua tomada de terrenos:



Imagem 14 – Foto de Evange Achill Pagalidis – 1958 – Arquivo Evangelus Pagalidis.



Imagem 15 – Foto de Augusto Malta – 1915 – Arquivo Wolney Teixeira

De forma diferente da que analisamos ao tratarmos da margem direita/Sul do Canal Itajurú, o crescimento da margem esquerda/Norte, na qual se localiza o bairro da Gamboa, não acompanha um vetor ordenado e contínuo de crescimento. Não houve, historicamente, um deslocamento sequencial como vimos “do outro lado”, concentrando, ao longo da história, habitações irregulares ocupadas por classes de baixo poder aquisitivo¹⁹, ocultadas, em geral, por uma cortina de empreendimentos imobiliários pontuais, condomínios voltados para populações de classe média alta.

Na segunda metade dos anos 60, o Morro do Telégrafo, principal espaço de localização das moradias mais antigas do bairro é tombado pelo Governo Federal, através do Processo nº 57-T-65, de 1967. A Lei Federal 4771, de 1965, por sua vez, entende as encostas de morros como áreas de Preservação Permanente.

O cronista Antônio Terra lembra que o bairro sempre teve um histórico de fragilidade na questão fundiária: “A Gamboa fica ao sopé do Morro do Telégrafo ou Morro Trindade, porque nos idos tempos pertencia ao velho Chico Trindade (...) O velho Chico doava aos pobres pescadores terras ao sopé do morro, que pra lá da ponte era chamado de Gamboa” (Terra, 2003, p.35).

¹⁹ A definição dos bairros do “pós-ponte”, isto é, da margem esquerda/Norte, como de menor poder aquisitivo é atestada pela própria Prefeitura, em estudo solicitado à FGV (2010).

Para o autor, nos anos 80, a Gamboa já não era mais “o bairro pobre dos pobres pescadores. É o bairro das boutiques, calçada em toda a sua extensão. Até aterraram a terça parte da formosa lagoa e fizeram a chamada “Marinas”, com casas de luxo” (idem, p.36)

De fato, a distribuição e a ocupação de terras na Gamboa se deu, ao longo dessas décadas, de maneira informal. Segundo L., seu avô teria sido um dos primeiros moradores a obter da Marinha do Brasil um documento que assegurava a posse de sua residência no bairro. O documento, datado de 1959, não era regra na localidade: o mais comum era a autorização verbal de ocupação das terras de Marinha na área àquela época.

Lembremos que, embora , a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro tenha se manifestado, no final dos anos 70, sobre as terras oriundas de aterros constituírem bens do domínio público (Brasil, 1978, p.60), é preciso reconhecer que o Decreto-Lei Federal 9760 de 1946 define que tais terrenos eram de propriedade da Marinha do Brasil, como todo terreno em uma profundidade de trinta e três metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831, assim como os terrenos influenciados pelas marés e os terrenos formados, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

Nesse sentido, todos os terrenos do bairro da Gamboa, bem como o espaço surgido nas décadas posteriores – leia-se aterramento de áreas em virtude do Projeto de Urbanização da Gamboa, até então banhadas pelo Canal Itajuru – são legalmente de propriedade da União.

É claro o artigo 18 e seguintes do mesmo Decreto-Lei de 1946, acerca da “demarcação de terrenos para regularização fundiária de interesse social”, no sentido de referendar à Marinha do Brasil, através do SPU, o poder de emitir cartas assinadas pelo Diretor do órgão, com força de instrumento público, contendo todos os requisitos necessários para transcrições e averbações das áreas ocupadas nos Registros Públicos, conforme denota o artigo 31 do Decreto-Lei já citado.

Na década de 50, entretanto, apenas parte das exigências foi feita aos moradores para regularização de suas propriedades. Segundo L., I. e A., a Capitania dos Portos, órgão da Marinha localizado na cidade de Cabo Frio, solicitava aos pescadores espécies de memoriais da área, sondava suas rendas e enviava técnicos para medição da área, entre outros cálculos, e emitia, dessa forma, autorizações verbais, muitas das vezes, para a habitação naquelas terras.

Na década de 80, o sossego dessa relação verbal e oficiosa entre Marinha e moradores da Gamboa era abalado pela chegada de um forasteiro: o senhor Mauricio Barbosa, conhecido como “Zé Barbosa” que se apresentou aos moradores da localidade com documentos de IPTU de vários terrenos da Gamboa – que, segundo relatos locais, “nunca foram dele” – exigindo para si a ocupação dos mesmos, enquanto terrenos registrados na Prefeitura Municipal como de sua posse.

Cabe destacar que, dificilmente, há ausência de relação entre esse processo e o *boom* da especulação imobiliária dos anos 70 e 80, que possui no Projeto Marinas do Canal um de seus principais efeitos. O repentino interesse nas terras da Gamboa não parece ter sido motivado, senão, pelo crescimento da localidade como pólo turístico e de moda praia²⁰.

Munidos, na maioria dos casos, apenas de acordos verbais com a Capitania dos Portos, os moradores viram-se ameaçados, em confronto com um indivíduo que possuía, ao menos formal e teoricamente, documentações que o colocariam num plano mais elevado de direitos na disputa pelos territórios em questão.

Na primeira metade da década de 80 desenvolve-se então na Gamboa um movimento de regularização fundiária das propriedades dos moradores no SPU, sob a liderança do Bombeiro Chagas, Janio Mendes e outros moradores ligados à Associação de Moradores, que organizam a coleta de documentos dos habitantes da localidade para proceder a regularização fundiária.

Ocorre, porém, é preciso salientar, que o procedimento adotado não foi o do artigo 30 do já citado Decreto de 1946, longo e complicado, que visa garantir o direito de propriedade das habitações. Na verdade, a opção do movimento à época foi a dos artigos 127 e seguintes, uma espécie de regularização cadastral de ocupações, garantidora apenas da posse das áreas, que obrigava os moradores a pagarem uma taxa anual de ocupação ao SPU, conforme discrimina.

²⁰ “Dona Nilza relatou-me que tudo começou quando sua patroa à época, a atriz Tônia Carrero, que possuía residência de veraneio na região, lhe pediu uns ajustes no biquíni. Fazendo mais do que o solicitado, Dona Nilza teria reformado toda a peça, recebendo aprovação e apreço da atriz, que passou a divulgar sue trabalho. Com o crescimento da atividade na Gamboa, Dona Nilza passou a ensinar outras costureiras e criou confecção própria. Daí para frente, a atividade só se expandiu no bairro” (MOURA, 2011, p.47). O fato teria se dado em meados dos anos 50. Quanto ao termo “moda praia”, cabe salientar que os lojistas da localidade o entendem como todo o conjunto de vestuário e acessórios que importem a inserção – especialmente do turista – numa rotina cotidiana de acesso às praias da cidade de Cabo Frio e Região, indo desde biquínis e sungas até cangas.

Segundo o Deputado Janio Mendes, durante cerca de dois meses, os técnicos do SPU fizeram um trabalho de levantamento de campo com a medição e identificação de cada ocupante, gerando ainda a emissão de documentos definitivos que puseram fim a briga judicial.

Obtendo vitória na justiça e reconhecimento oficial do SPU sobre as propriedades em litígio, os moradores da Gamboa vencem o conflito com “Zé Barbosa”. Janio Mendes é eleito Vereador da cidade de Cabo Frio em 1988, segundo o próprio, devido à sua participação no processo ao lado dos habitantes do bairro. Janio afirma não ter dúvidas de que “essa mobilização inspirou minha decisão de militar na ação política, e uma prova incontestada desta influencia é o fato de ter obtido 90% de minha votação no bairro”. Posteriormente, Janio cumpriria mais quatro mandatos no Poder Legislativo da cidade, sendo hoje Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

No mesmo ano de 1988, a prefeitura da cidade sai das mãos de Alair Corrêa, assumindo o cargo Ivo Saldanha. É clara, no contexto da gestão pública municipal de então, a preocupação com a urbanização da cidade, o que se evidencia no uso de nomenclaturas para intervenções públicas. Um dos últimos atos de Alair Corrêa como Prefeito neste mesmo ano, por exemplo, foi desafetar área em loteamento que denominou “Urbanização Cabo Frio”, localizada em parte do bairro hoje conhecido como Porto do Carro.

Nesse sentido, é forçoso concluir que a mobilização de moradores pela regularização fundiária local nos anos 80 gera, a partir de então, uma expressão de representatividade política do bairro para a cidade e para o estado do Rio de Janeiro, manifesta na trajetória pessoal de Janio. Nessas esferas públicas, passam a ser teextrnalizadas as demandas históricas da localidade, pautadas na valorização do meio-ambiente, do território, da

cultura e das atividades tradicionais do bairro²¹. O local, assim, ganha expansão, e a identidade do bairro²² alcança a cidade e o estado.

1.3.4 Anos 90 – a força dos *royalties*

Os anos 90 marcam uma nova viragem na estrutura social, política e econômica da cidade. A lei federal 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a beneficiar os municípios produtores de petróleo. Assim a instituição do repasse dos *royalties*²³ gera, no orçamento da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, um paulatino crescimento, paralelo ao inchaço do centro urbano da cidade, que busca ser compensado pela criação de Planos Diretores, a partir de exigências constitucionais, posteriormente, ratificadas por legislação federal, como vimos, assim como outras legislações compensatórias, mantendo a linhagem gestora que, como vimos, consolidou-se nacionalmente a partir do Regime Militar.

²¹ Como Vereador, Janio Mendes foi um dos líderes da criação da Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa – APEAG, por volta de 2003, bem como da construção da Rampa do Pescador (estaleiro público) no mesmo bairro. Como Presidente da Câmara, dirigiu os trabalhos da elaboração da Lei Orgânica Municipal em 1990, fazendo questão de destacar o Morro do Telégrafo como área de preservação permanente do município. Foi autor ainda da lei municipal que cria o benefício emergencial (seguro-defeso) do pescador artesanal local (lei 1677 de 2003). Como Deputado Estadual, apresentou o Projeto que declara a culinária da pesca artesanal da Região dos Lagos como patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro (Projeto de Lei 555 de 2011) destacando na justificativa o tradicional Festival de Culinária da Pesca que ocorre anualmente no bairro da Gamboa.

²² Um dos principais pontos dos quais falamos está na essencialização do conceito de bairro, postura da qual desejamos fugir. Essa postura, entretanto, não exclui a possibilidade de visualizarmos o bairro como estrutura urbana dotada de identidade e características mínimas. Cordeiro e da Costa (2006) confirmam que toda cidade “possui um conjunto de traços característicos, mais ou menos emblemáticos, que a identificam” (2006, p.58). Para a autora, algo semelhante acontece com os bairros, por vezes compreendidos como “populares” ou “típicos” quando possuem como atividades principais elementos ligados à coletividade, como festas e eventos. Alguns espaços urbanos possuem uma unidade temática, segundo Lynch (apud Cordeiro & Da Costa, 2006, p.58), “feita de características sociais, morfológicas, sociais, históricas e até míticas”. Para Rodrigues (2005) ainda, o estudo do espaço tanto como produto social como físico requer, necessariamente, investigar a adaptação do estudo juntamente com a atividade que a motivou (2005, p.5).

²³ Define-se pelo termo *royalties*, no caso da exploração petrolífera, de acordo com os artigos 1º, 3º, 6º e 9º da lei federal 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a compensação financeira aos estados, Distrito Federal e municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada, referente a fator percentual do valor da energia constante da fatura do setor obtida nas respectivas regiões geográficas dos mesmos, excluídos os tributos e empréstimos compulsórios, correspondente a até 3% sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial, cabendo aos estados beneficiados a transferência de 25% da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída.

Nesse contexto, no ano de 1988 é eleito como Prefeito o psiquiatra Ivo Saldanha, que institui o primeiro Plano Diretor da cidade (Lei Municipal 1.123), datado de 10 de dezembro de 1991. A Lei Orgânica Municipal de Cabo Frio, por sua vez, é aprovada no ano de 1990.

Entre 1989 e 1990, Ivo Saldanha emite uma série de legislações (17 Decretos e uma Lei) de tombamentos municipais, contemplando monumento, sítios arqueológicos e entornos paisagísticos – entre eles os terrenos de Marinha aterrados sobre o Canal Itajurú (Decreto Municipal 017, de 19 de janeiro de 1990)

Cabe salientar que o texto legal fala de todos os terrenos localizados entre o Morro do Telégrafo e o Canal Itajurú, ou seja, a totalidade do bairro da Gamboa. Imerso no mesmo conjunto de decretos encontra-se o tombamento da Ponte Feliciano Sodré (Decreto Municipal 010, de 28 de novembro de 1989).

Marafon (2005) confirma a mudança na estrutura das cidades litorâneas neste período:

Durante as últimas décadas, as atividades ligadas ao turismo e ao lazer passaram a ser muito importantes nos municípios litorâneos, onde se observa, como consequência, o parcelamento do solo, resultante da especulação imobiliária, que aumenta ainda mais a demanda sobre os equipamentos urbanos e a estrutura viária (Marafon, 2005, p.55).

Para o engenheiro Juarez Lopes, o processo foi prejudicial para o desenvolvimento urbano ordenado da cidade de Cabo Frio:

Outro momento importante e emblemático, é o início da década de 90, quando passamos a receber vultuosos recursos oriundos dos royalties sobre a exploração do petróleo, dinheiro esse que nunca foi usado para dotar a cidade de uma verdadeira infraestrutura urbana e gerar emprego e renda através de políticas públicas sustentáveis (...) Esta imensa soma de poder econômico, aliado à fragilidade ideológica dos governos municipais e contando com a desmobilização da militância de defesa socioambiental, contribuiu para formar o que chamamos de “urbanismo de risco” (...) dividindo as cidades entre uma porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária, gerando iniquidade social e acelerando o processo de tensão e violência urbana (Lopes, 2011).

Corrêa (2004), concordando com a fala de Lopes (2011), por sua vez, ressalta o fato de que este breve histórico apresenta descompasso entre o índice crescente de arrecadação das prefeituras beneficiadas e os investimentos sociais realizados nas cidades pelas mesmas geridas:

Os municípios do estado do Rio de Janeiro que recebem estes recursos não apresentaram, até o momento, nenhuma ação voltada para o desenvolvimento de atividades substitutivas. Induzir este tipo de consciência nos governos locais será um desafio, pois o tema sempre foi cercado de atritos entre estes governos e o governo federal, principalmente quando esbarra no equilíbrio federativo e nas autonomias estadual e municipal (Corrêa, 2004, p.72).

De fato, entre 1991 e 1994, Cabo Frio aparece apenas como o 24º município em qualidade de vida²⁴ no estado do Rio de Janeiro, atrás, por exemplo, do vizinho Arraial do Cabo (Almeida, 1997, pp. 34-36). Gonçalves (2008) ratifica a posição de Corrêa (2004) e Lopes (2011) acerca desse descompasso social na cidade:

Cabo Frio conhece de perto a realidade do seu orçamento vinculado aos recursos provenientes dessas compensações que tiveram início em 1997 com pouco mais de 3 milhões e que em 2007 superou a marca de 178 milhões de reais. No entanto, o que percebemos são os contrastes e as desigualdades que aparecem como fruto da falta de responsabilidade no uso dos recursos e da inexistência de um planejamento que dê conta dos anseios das classes menos favorecidas. (Gonçalves, 2008, p.36)

Tendo estabelecido um retrato breve da economia da cidade e os impactos da mudança de eixo econômico desse período, passemos a uma análise de duas articulações culturais, presentes no bairro da Gamboa nessa época.

L., N. e J. foram concordes em suas lembranças acerca dos anos 90 no bairro, no que se refere ao conflito entre Veteranos e Canto do Galo, dois times de futebol amador da Gamboa.

O bairro era não apenas dividido entre torcedores dos dois times: também o espaço do bairro era rachado entre os dois clubes, de maneira que, de um determinado limite “para lá”, eram os veteranos; “para cá”, era o Canto do Galo. O limite dava-se por volta da Praça Major Terra, na Rua José Rodrigues Póvoas. Não havia, assim, opção pessoal ou por identificação com os times – bastava morar de um lado ou do outro do bairro para um gamboense ser identificado como torcedor de um ou de outro clube.

Outra movimentação cultural que envolve questões de espaço encontra-se na criação do Bloco Carnavalesco A Arca. Dentre os relatos coletados entre nossos interlocutores, foi concorde que a origem da agremiação encontra-se na comunidade católica do bairro. Famílias frequentadoras da Capela de São Pedro, localizada no

²⁴ O autor apresenta o conceito de qualidade de vida enquanto articulação de diferentes índices estatísticos, tais quais: abastecimento de água, de esgoto, coleta de lixo, presença de linhas telefônicas, anos de estudo e média salarial dos chefes de domicílio, leitos hospitalares e presença de médicos, consumo de energia elétrica, presença de doenças infecciosas, número de homicídios e cômodos nas residências. A média entre estes fatores gera o IQV-UFF: Índice de Qualidade de Vida.

bairro, decidiram, nos anos 90, dar vazão à iniciativa de colocar nas ruas da Gamboa um bloco carnavalesco que fizesse referência à Arca de Noé. A agremiação contaria em seu desfile com um carro alegórico, representado por um grande barco, levando animais cenográficos, a representar a história bíblica.

Essas duas manifestações culturais do bairro da Gamboa serão importantes para a etnografia que nos propomos a fazer no capítulo 2, no que se refere ao uso e aos conflitos de espaço na localidade em estudo.

No ano de 1997, o então Prefeito Alair Corrêa elaborou para a cidade um projeto de setorização cromática (vide imagem 3), que dividia os bairros ou conjuntos de bairros do município em 15 setores, cada um com uma cor, “criando uma verdadeira tematização, desde as lixeiras e equipamentos urbanos até a cor dos uniformes dos funcionários municipais” (Boiteux e Werner, 2009 ; Jornal Primeira Hora, 2011).

De acordo com os estudos de Sahlins (2007), as cores são usadas como signos em vastos esquemas de relações sociais, dotadas de significados, constituindo uma significância cultural efetiva como códigos de valor social, econômico e ritual (Sahlins, 2007, pp.155, 156, 163). Tais significados, assim, variariam entre as culturas em acordo com relações binárias de oposição dentro de cada sistema, apesar de, concordando parcialmente com os trabalhos de Berlin e Kay, haver relações universais de oposição entre algumas cores, o que não elimina as especificidades relacionais no interior de cada cultura, nem justificam a criação de uma hierarquia de culturas devido a este dados, como desejavam sustentar os autores (idem, pp.169,170).

Victor Turner (2005) e Franz Boas (*apud* Stocking, 1968) foram também autoridades da antropologia que discutiram as relações entre as cores e as culturas. Apoiado nestes autores, Sahlins entende que as cores expressam diferenças entre vida e morte, nobre e plebeu, puro e impuro, sagrado e profano, masculino e feminino em diferentes sociedades (*ibid*, pp.168, 170).

De igual maneira, é possível observar, no mapa cromático da cidade de Cabo Frio, a materialização de alguns desses pressupostos, presentes quase de forma universal nas culturas, isto é, casos nos quais “a concordância da média das identificações focais entre sociedades” é “maior do que a gama das variações experimentais em uma única sociedade” (*ibid*, p.154)

Tomando o gráfico das *urfaben* (anexo I), isto é, das chamadas cores primitivas ou primárias (preto, branco, vermelho, verde, azul e amarelo), excluindo-se as duas primeiras, que constituem a oposição mais básica que o cérebro humano pode captar (a

distinção de tonalidade entre claro e escuro), obtemos relações de oposição nas quais o vermelho se opõe ao verde de forma basilar, o que se observa no mapa na relação entre o bairro da Gamboa (setor 7), de cor vinho – variação de luminância da mesma tonalidade básica do vermelho – e o Centro (setor 2) de cor verde (*ibid.*, pp. 154, 156, 160, 161, 172).

A possibilidade de confusão do marrom foi rechaçada quando a cor vinho do mapa foi confirmada pelos moradores entrevistados, havendo a presença ainda de resquícios da setorização nos postes do bairro que apontam à mesma coloração. De toda sorte, as confusões visuais não eliminariam o argumento: tanto o roxo quanto o marrom são vistos como derivados do vermelho: aquela cor é construída como mistura de vermelho com azul, ao passo que o marrom é fisicamente analisável como um vermelho-amarelo escuro (*ibid.*, pp. 160, 161)

De fato, a inconsubstancialidade entre vermelho e verde aparece como dado geral, e, por isso mesmo, tais cores, opostas, aparecem próximas em espaços e tempos, segundo a teoria da visão da cor pelo processo opositivo de Hering (*ibid.*, p. 161). Recebendo apoio dos estudos eletrofisiológicos, as concepções de Hering afirmam que vermelho e verde constituem um dos três pares contrastivos que saltam ao cérebro humano, junto aos processos binários azul/amarelo e preto/branco. Assim, “cada um desses processo dispara impulsos para o cérebro, através de células que reagem a apenas uma das tonalidades complementares, excluindo as outras” (*ibid.*, p. 162).

Igualmente, o vermelho, segundo os mesmos estudos, assemelha-se ao amarelo na oposição ao verde e ao azul (*ibid.*, p.172). Perceba-se que, no mapa cromático de Cabo Frio, a Gamboa faz parte do setor vinho, anexo ao setor laranja (setor 14), composto pelos bairros Porto do Carro, Jacaré, Jardim Esperança, Jardim Però, Caminho de Búzios e Tangará, a região mais pobre da cidade que, assim como o setor 7, localiza-se na margem esquerda/Norte, enquanto os setores 2 (centro) e 1 (Marlim, Passagem, São Bento e União), respectivamente, de cores verde e azul, localiza-se na posição diametralmente oposta aos setores 7 e 14, na outra margem do Canal.

Sahlins salienta que tais relações de oposição entre as cores é largamente vista nas mais diversas manifestações nas sociedade, tais como a tríade dos semáforos de trânsito, nos quais o vermelho se opõe ao verde e o amarelo precede o vermelho, a visando-o, por se assemelhar mais a ele em oposição ao verde (*ibid.*, p. 172).

Levando-se em conta que a cor laranja é exatamente derivada da mistura entre vermelho e amarelo, é possível aqui identificar o sentido de oposição entre os conjuntos

dos setores 2/1 e dos setores 7/14, destacando-se ainda a oposição entre os conjuntos numa escala numérica – enquanto os principais bairro da margem direita/Sul recebem as primeiras numerações, as da margem esquerda/Norte recebem numerações mais elevadas.

Aliás, interessante perceber como, seja na escala numérica ou na sequência progressiva dos termos básicos de cor de Berlin e Kay (1969) e também de Hering (vide anexo II), o bairro da Gamboa aparece como uma estrutura híbrida, de equilíbrio, de ligação, neutralidade e liminaridade. Próximo da exata divisão da escala numérica (que seria o número 8 em um universo de 15), a cor vinho da Gamboa, como vimos, pertence à tonalidade do vermelho, a mais saliente experiência de cor aos olhos humanos, constituindo o efeito conhecido como aberração cromática, segundo o qual os vermelhos são trazidos mais subjetivamente para perto do observador do que as outras cores a uma mesma distância: o vermelho, simplesmente, tem mais cor do que as outras cores (*ibid.*, pp. 157, 158). Por manter a saturação ao longo de uma vasta gama de valores de luminosidade, o vermelho aparece como liminar e inter-relacional entre a distinção básica do preto e do branco, parecido com o preto em oposição ao branco, mas parecido como branco em oposição ao preto (*ibid.*, p.170). Assim, o vermelho salta aos olhos antes das outras tonalidades (*ibid.*, p.162)

A relevância cultural dessas reflexões aparece, por exemplo, no trabalho de Turner (2005) acerca dos rituais dos Ndembu, nos quais a tríade braço/preto/vermelho marca todos os rituais. Neste caso, o vermelho surge como significação dúbia, ao ser ligado, por exemplo, ao sangue, que representa tanto a vida quanto a morte. Em outros casos, salienta Sahlins, o vermelho é visto, no pensamento ocidental, como uma cor “avançada”, por exemplo, no que se refere à sexualidade, posto que representa a prostituição e a luxúria, enquanto azuis e o branco remetem à pureza pudica (Sahlins, 2007, p. 174).

1.3.5 anos 2000 – Gamboa Shopping. A questão da sazonalidade. Discursos e representações

Após a duplicação da Ponte Feliciano Sodré, o fluxo de veículos entre os dois “lados da cidade” traz à tona a carência de uma nova ponte, obra que foi realizada e inaugurada em 2004. A partir de então, Cabo Frio passa a ter duas pontes sobre o Canal Itajurú: uma que recebe o fluxo da margem direita/Sul para a margem esquerda/Norte

(Feliciano Sodré) e outra que recebe o fluxo inverso. Acerca dessa segunda ponte, sua denominação oficial traz polêmicas que remetem ao passado.

A inauguração da Ponte Feliciano Sodré, em 1926, expressou de forma evidente as diferenças entre o governo municipal de Cabo Frio e o governo estadual da época. Embora eleito pela facção política do Coronel Gouveia, o então prefeito Antônio Novellino está rompido a essa altura não só com seu grupo, mas também com o governo do estado e com o grupo rival na cidade, liderado pelo Coronel Quintanilha (Massa, 1980, pp. 165-171).

Na verdade, as dissidências entre o então Prefeito e o Presidente do estado iniciaram quando aquele manifestou seu descontentamento com aquele em março do ano anterior, devido ao não cumprimento das promessas de construção da mesma ponte, cujo prazo teria vencido em janeiro daquele ano (idem, p.162).

Em 1926, a ponte recebe o nome do Presidente do Estado, Feliciano Sodré, para marcar a vitória das forças estaduais sobre Novellino, o que é ratificado pela destituição do mesmo do cargo de Prefeito pela Assembleia Legislativa do estado, no mesmo ano.

A relação entre nomes de pontes sobre o Canal Itajurú e disputas por espaços políticos na cidade e no estado do Rio de Janeiro, entretanto, não é exclusividade da década de 20 do século XX. A nova ponte recebeu, em 11 de julho de 2005, através da Lei Municipal 1.831, a denominação de Deputado Márcio Corrêa, falecido filho do já ex-Prefeito Alair Corrêa, que fizera eleito seu sucessor, Marquinho Mendes, nas eleições de 2004.

Ocorre que, tendo o grupo político de Marquinho rachado com o de Alair Corrêa em 2006, o governo municipal, em articulação com o governo do estado, consegue a aprovação da Lei Estadual 4.814, de 18 de julho de 2006, que dá à mesma ponte o nome de Wilson Mendes, o falecido pai do então Prefeito Marquinho Mendes – apesar de, ainda hoje, a placa indicativa da referida ponte trate a mesma com o nome da lei municipal de 2005.

Como compensação, o mesmo governo do estado, pouco mais de um mês depois, sancionou a Lei Estadual 4.834, de 30 de agosto de 2006, que dá o nome de Deputado Márcio Corrêa à Rodovia Estadual RJ-140, que liga os municípios de São Pedro a Cabo Frio. Dois meses depois, Alair Corrêa era eleito Deputado Estadual. Assim como nos conflitos dos anos 20, apesar de facções e grupos políticos diferentes, os atores envolvidos faziam parte da mesma legenda partidária.

No bairro da Gamboa, a vigência do século XXI tem seu início marcado por uma intervenção urbana de impacto: o Gamboa Shopping.

Construído no ano de 2002, na vigência da gestão do então Prefeito Alair Corrêa, o Gamboa Shopping, que, segundo a Revista Náutica, de circulação nacional, constitui atualmente a maior rede de moda praia da América, com 135 lojas (ACIRB, 2008), constitui-se por um trecho da Rua José Rodrigues Póvoas fechado à passagem de carros, composto por galerias de lojas especializadas. A ACIRB – Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis é criada no ano seguinte (Campos, 2007, p.29).

A importância do Gamboa Shopping alcança parâmetros nacionais e internacionais, bem como constitui espaço responsável pela imagem da cidade como pólo do setor moda praia. Tal conclusão é confirmada, por exemplo, em matéria da Revista Click Fashion, de circulação em estados de quase todas as regiões do país, segundo a qual “a partir da Gamboa, Cabo Frio dita a moda dos biquínis nos grandes centros do país, Europa, Estados Unidos e América do Sul”. De acordo com dados da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior – O Brasil saltou de quase 5 milhões de dólares em exportações de moda praia feminina, em 2001, para 9 milhões e meio de dólares em 2003. (*apud* Oliveira, 2004).

Até então, a localidade era conhecida como Rua dos Biquínis, na verdade, uma rua de comum circulação de pedestres e carros, dotada de uma sequência considerável de lojas que vendiam a produção de moda praia local, atividade que, como vimos anteriormente, tornou-se tradição do bairro a partir dos anos 50, com o pioneirismo de Dona Nilza.



Imagem 16 – Gamboa Shopping – foto de Rafael Peçanha de Moura, 2011.

Apesar do aparente sucesso atual, o processo de remodelação da área hoje ocupada pelo Gamboa Shopping envolveu polêmicas com os moradores do bairro:

Posso afirmar que foi um dos maiores desafios que enfrentei, porque as pessoas que residiam na Rua dos Biquínis não mais poderiam guardar os seus carros em casa. Tive que reduzir a quantidade de ambulantes que vendiam coco e caldo de cana. Eram 38, licenciei apenas 12, aos quais demos barraquinhas. O pior foi fechar as lojas durante seis meses, para realizar a obra. (Corrêa, 2011)

Veremos o reflexo desta intervenção urbana, especialmente no que se refere à questão dos estacionamentos e dos ambulantes locais no capítulo 2.

No que se refere à cidade de Cabo Frio, o período localizado a partir do ano de 2000 marca uma tendência das gestões municipais locais, voltada para a criação de discursos e imagens enquanto ações compensatórias aos processos urbanos que grassam sobre a localidade: a sazonalidade e o contraste entre as condições turísticas e a qualidade de vida da população local.

A sazonalidade, segundo os lojistas da Gamboa, diz respeito à extrema movimentação lucrativa do comércio, no bairro e na cidade, durante o verão (a chamada “alta temporada” ou “veraneio”), devido à presença turística, em contraste com o pequeno índice de vendas no resto do ano (a “baixa temporada”). Como podemos perceber comparando as reportagens do Jornal Folha dos Lagos de 7 de janeiro e 25 de janeiro de 2011 (anexos III e IV), a alta temporada/veraneio das vendas da Gamboa oscila entre o dia 27 de dezembro, isto é, os primeiros dias após o Natal, e os 20 primeiros dias de janeiro do ano seguinte.

De fato, nos anos 80, a cidade já respira o turismo como atividade econômica basilar, sustentadora da economia local, apesar da sazonalidade. Esse processo de substituição de atividades econômicas culmina, por exemplo, em análises como a do TCE-RJ sobre o final dos anos 90, com a retirada da cidade de Cabo Frio do quadro de Arranjo Produtivo Local Pesqueiro e sua inserção no conjunto de APL's turísticos, em um processo, na verdade, de âmbito regional, já que Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Rio das Ostras procedem a mesma mudança no mesmo período (TCE-RJ, 2004).

Para analisarmos não apenas a questão da sazonalidade, mas também o impacto do turismo nesse sentido, parece interessante traçarmos uma análise iconográfica, bem

como uma análise dos discursos dos governos do período (manifestos nos slogans, símbolos, logotipos), a fim de observar de que maneira as gestões públicas municipais agiram em relação às questões urbanas apontadas acima.

Para Campos (1998), “a análise iconográfica (...) desempenha um papel fundamental na compreensão do objeto como um todo” (Campos, 1998, p.93). Rama (1985), por sua vez, observa que as cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação; e a simbólica, que a ordena e interpreta.

Harvey (1992), por sua vez, entende que a estética estável da modernização fordista nas cidades foi substituída pela instabilidade, efemeridade e espetáculo da cultura, recebendo, nesse contexto, importância inédita a imagem e a marca. Nesse sentido, parece mais do que oportuna uma análise dessas questões no que concerne ao assunto em questão.

A gestão do Prefeito Marcos da Rocha Mendes, iniciada em 2005, constitui um capítulo relevante ao histórico e à análise que aqui desejamos traçar. Em sua estrutura simbólica, tal gestão utilizou dois slogans de combate aos problemas urbanos apresentados ao início deste tópico.

“A cidade para o cidadão” é um dos slogans utilizados em peças publicitárias e outros materiais pelo referida gestão, claramente, visando à imagem de uma gestão que privilegie o morador da cidade ao invés do turista, combatendo a *exogenia* histórica no processo do planejamento urbano municipal, conforme já evidenciamos neste trabalho.

Um segundo slogan igualmente utilizado é “alta temporada o ano inteiro”, que parece empreender a o combate à sazonalidade.

O primeiro slogan citado merece nesse texto nossa atenção e nossa análise. A imagem que vem associada à frase no logotipo da Prefeitura Municipal deixa clara a intenção de transmitir uma mensagem de participação popular, na qual os cidadãos, de diferentes cores, unem suas mãos, seguindo curvatura semelhante à da linha da onda do mar, representada em azul, sob o sol da cidade. A mensagem dá a entender ao interlocutor, portanto, que a cidade cresce de acordo com e no mesmo ritmo dos seus cidadãos, independente de suas diferenças.



Imagem 17 – Logotipo da Prefeitura Municipal de Cabo Frio – Gestão 2005-2008.

As cores do logotipo, por sua vez, parecem ser passíveis da análise cromática semelhante à que realizamos diante da imagem 3.

As cores mais presentes no logotipo são o azul (presente em duas variações de tonalidade) e o amarelo. O azul aparece como plano de fundo do logotipo, ao passo que os objetos em amarelo, ou seja, o Sol e um dos bonecos (o maior deles, na “crista da onda”) aparecem, respectivamente, no canto superior direito e no canto inferior esquerdo do logotipo, ou seja, em posições diametralmente opostas.

Os dois bonecos centrais possuem as cores roxo e laranja, as últimas da sequência progressiva dos termos básicos de cor (vide anexo II), de Berlin e Kay (1969), presentes no estágio VII, enquanto o boneco oposto ao boneco amarelo (o último da sequência, se entendermos o amarelo como o primeiro) possui a cor verde – as cores verde e amarelo encontram-se no estágio III da citada sequência.

Ora, analisando a já citada estrutura perceptual das *urfaben* (anexo I), citada por Sahlins (2007, p.172), bem como suas relações constituintes de oposição, observaremos que as cores verde e amarelo assemelham-se na oposição ao par vermelho e azul – exatamente o par constituinte da parte externa do logotipo, isto é, as cores das letras que grafam a frase “Prefeitura de Cabo Frio – A cidade para o cidadão”.

De igual maneira, as cores mais presentes dentro do logotipo, o azul e o amarelo, são inconsustanciais absolutos no esquema estudado, conforme confirma Sahlins, para quem “o azul é sempre diferente do amarelo (...) o azul só tem significado semelhante ao do amarelo uma vez na vida e outra na morte” (idem, p.173).

Resumidamente, podemos obter, como conclusões gerais da análise cromática em tela:

1. Algumas cores de significados próximos, como o verde e o amarelo, foram colocadas distantes;
2. Pares de cores opostas em significados foram colocados em localizações opostas da imagem (verde e amarelo dentro; vermelho e azul fora do

logotipo). Cabe lembrar que as oposições de pares de cores são relativas, ou seja, dependem das combinações – o vermelho, que é oposto ao amarelo nessa combinação de pares, lhe é semelhante em outras combinações entre as *urfaben*;

3. Estágios distantes da sequência progressiva de Berlin e Kay foram colocados próximos (roxo e laranja, do estágio VII, estão junto ao verde a amarelo, do estágio III);
4. Cores absolutamente opostas em significado (azul e amarelo) constituem as mais presentes dentro do logotipo, constituindo elementos de destaque da marca (plano de fundo, Sol, boneco maior).

Não seria forçoso, nesse sentido, interpretar a organização das cores na imagem analisada como um discurso de significância que se pauta na eliminação das diferenças.

As diferenças entre “Prefeitura”, “cidade”, “Cabo Frio”, do lado de fora do logotipo; e a imagem representativa da população unida diante do sol e do mar de Cabo Frio, são diferenças relativas, que parecem existir, mas podem não existir, dependendo da forma como essa relação for composta, já que as cores presentes nos dois lados são opostas apenas em pares e de acordo com suas arrumações relativas.

Por sua vez, a cidade de Cabo Frio, representada pelo Sol, pelo mar, pelo céu e pelo cidadão, agregam e misturam, em tom de unidade e comunhão, o que há de mais oposto, como as cores azul e amarelo. O discurso, portanto, tem tom de eliminação das diferenças mais fundamentais em prol do crescimento da cidade.

Os cidadãos, por sua vez, ainda que de classes, culturas e posicionamentos extremamente diferentes, encontram-se unidos, como representam as cores de estágios distantes na sequência progressiva de Berlin e Kay.

O discurso de unidade entre cidadão e cidade, veiculado pela gestão pública municipal a partir de 2005, tangente a um processo de participação popular no planejamento urbano, constituir-se-á elemento essencial para as análises a serem realizadas no capítulo 3. Como veremos, tal tendência discursiva, em nível nacional, surge no final dos anos 80, sob a égide da discussão constitucional (Souza, 2004), materializando-se de forma destacada na cidade do Rio de Janeiro, nas gestões que vão até o final dos anos 90.

Nos anos seguintes, a cidade encontra-se impactada pelas polêmicas levantadas a partir das tentativas de implementação de grandes empreendimentos turísticos – como o Club Med – e imobiliários – como os loteamentos do Projeto Marinas Cabo Frio, no bairro da Ogiva. Envolvida ainda nas discussões que levaram à implementação do Novo Plano Diretor da cidade, temas polêmicos, no que se refere ao planejamento urbano, surgem na localidade, em especial, questões ligadas aos impactos ambientais, geração de empregos e elevação de gabaritos²⁵ de construções.

Tais temas tangem a já citada questão da participação popular no planejamento urbano, trazendo o discurso da gestão pública para o desafio da realidade prática, dos conflitos jurídicos, sociais e ambientais nos casos concretos, conforme veremos, como já anunciado, de forma minuciosa no capítulo 3 deste trabalho. Nesse sentido, por hora, parece necessário tecer algumas conclusões prévias em nosso trabalho, a partir do histórico que expusemos até o presente momento.

1.4 Primeiras hipóteses e conclusões

A partir das reflexões traçadas até agora, podemos estabelecer algumas hipóteses e conclusões prévias sobre nossa temática, que serão essenciais para a abordagem do capítulo seguinte.

Como hipótese geral, suspeitamos que as relações sociais entre os moradores da Gamboa, bem como a visão de cidade dos mesmos, possuem estreita relação com o processo histórico pelo qual ambos – cidade e bairro – passaram no que tange à urbanização. Há uma história – aliás, há histórias – no uso dos espaços do bairro. Nesse sentido, nosso objetivo, no capítulo que segue, será demonstrar como a configuração cultural²⁶ observável no bairro da Gamboa encontra suas raízes em uma memória

²⁵ O termo *gabarito*, neste caso, diz respeito à altura máxima permitida e/ou o número de andares permitidos em edificações urbanas a partir de legislação municipal. A expressão é utilizada largamente com esse porte na Lei Municipal 116, de 16 de novembro de 1979 (Lei de Zoneamento) e na Lei Municipal 1123, de 10 de dezembro de 1991 (Plano Diretor), sendo entretanto, inexistente no novo Plano Diretor (Lei Complementar 01, de 7 de dezembro de 2006).

²⁶ O conceito de configuração cultural aparece claro na obra *Padrões de Cultura* (Benedict, 1969), na qual a autora defende a substituição de uma análise linear e estanque dos comportamentos sociais, enquanto padrões estandardizados, por uma concepção mais pautada nos processos culturais e na integração das feições de culturas não pela simples soma de aspectos, mas por uma visão de conjunto. Aqui, a cultura de um povo passa a ser entendida como uma configuração heterogênea de diversos aspectos, aos quais os indivíduos participantes aderem, com mais ou com menos intensidade, desmitificando a ideia de padronização dos comportamentos no interior das culturas. Nesse sentido, por exemplo, ao analisar as reflexões de Splenger, Benedict entende que uma cultura não é nem completamente apolínea nem totalmente fáustica, mas uma mistura de ambas as representações. Sua identidade não se obteria, assim, pela opção homogênea de um povo a uma das duas representações, mas mediante a tendência maior dos

coletiva urbana – adaptando o conceito que dá nome à obra de Halbwachs (2008) – seja ela consciente ou não.

Assim, parece fundamental para essa reflexão resgatar, neste momento, as já apresentadas concepções de Mello e Vogel (1984), no que tange ao conceito de *arqueologia urbana*. Somos concordes, assim, com a concepção dos autores, compreendendo que

O caminho para definir a identidade, o caráter de certos bairros, regiões e centros urbanos depende, portanto, em maior ou menor escala, de se reconstituir a história dos seus espaços e da maneira de praticá-los. Isso envolve a ideia da recorrência quotidiana; do que é comum dentro de determinados quadros de referência sócio-espaciais. (Mello e Vogel, 1984, p.4)

Nesse sentido, empreendemos, neste capítulo, um resgate de tal histórico, buscando usá-lo como base e fundamento explicativo para as relações sociais e fenômenos urbanos observáveis no capítulo seguinte, a fim de comprovar a hipótese aqui apresentada, isto é, a de que a identidade do bairro e da cidade de Cabo Frio passa necessariamente por sua história, aplicando, no caso empírico, o conceito de arqueologia urbana.

Nas próximas linhas, portanto, apresentaremos algumas conclusões prévias, exclusivamente sobre a análise do histórico urbano, neste capítulo evidenciado. Tais conclusões primeiras, destaque-se, tornar-se-ão base para comprovarmos a hipótese de aplicabilidade do conceito de arqueologia urbana no capítulo 2.

A primeira conclusão é a de que o bairro da Gamboa possui um histórico de constantes disputas por seus espaços, a partir do conflito entre cidadãos e instituições externas à realidade social do bairro, de um lado, e os moradores tradicionais da localidade, do outro. Nesses conflitos, o campo jurídico foi largamente utilizado na busca de solução e a mobilização dos moradores pela manutenção ou aquisição de seus direitos foi constante, tendo sido a Associação de Moradores do bairro instituição social surgida a partir de tais demandas.

A segunda conclusão perceptível é que a urbanização de Cabo Frio, e, conseqüentemente, do bairro da Gamboa, constitui-se por um processo exógeno.

Não apenas no que se refere a uma urbanização que, a partir da segunda metade do século XX, volta-se à demanda turística pela especulação imobiliária, tal processo

indivíduos na direção de uma delas, o que não excluiria a presença da outra, já que ambas encontrar-se-iam imersas na configuração cultural de tal povo (Benedict, 1969, pp. 41-43)

evidencia-se ainda na relação entre o internacional, o nacional e o local – Cabo Frio segue demandas advindas dos grandes centros e do pensamento nacional, como a urbanização do país obedece ditames pautados no pensamento europeu vigente.

Assim, a reflexão pautada na valorização de legislações e planos, da parte de ex-Prefeitos de Cabo Frio, encontra sua origem no SERFHAU e no pensamento urbano do Regime Militar vigente no país. *O aménagement du territoire* francês e o *comprehensive planning* inglês, além do *land use* americano influenciam o planejamento urbano brasileiro no mesmo século XX. No planejamento urbano carioca dos anos 30, o pensamento de Agache volta-se ao turista que visita a cidade, assim como a imposição de gestores municipais externos às realidades municipais, que, por sua vez, utilizam técnicos igualmente “de fora” para o planejamento da cidade, é constância denunciada ao longo da Ditadura Militar, em especial, na fala da Deputada Lygia Lessa Bastos na citada CPI de 1978.

Em Cabo Frio, os apelos pela melhoria da condição de acolhimento turístico, a partir dos anos 30, denotam tal realidade, assim como o citado relatório da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro nos anos 70 o faz, sem esquecer a representação corrente na cidade, observável no depoimento do ex-Prefeito Alair Corrêa, de que o processo de urbanização de Cabo Frio tem seu *boom* a partir dos investimentos de turistas mineiros nos anos 60.

As maiores intervenções urbanas, públicas e privadas, no bairro da Gamboa, por sua vez, buscam o atendimento ao público turístico (externo à cidade) ou elitizado socialmente (externo ao bairro). O Clube Costa Azul, o Projeto Marinas do Canal e o Gamboa Shopping são exemplos.

Nesse sentido, no que se refere ao histórico de urbanização, é possível afirmar que o que pauta cada espaço imerso em tal processo são realidades externas aos mesmos espaços – o processo nacional guia-se pelo internacional; o municipal pelo nacional e pelo turístico; o de bairro, pelo turístico e por outros bairros.

A terceira conclusão surge como consequência da segunda: tal processo exógeno cria uma concepção negativa de urbanização dos espaços estudados. Assim, determinadas identidades urbanas constituem *não-lugares* mais do que lugares. A história da urbanização da cidade de Cabo Frio caminha pautada a partir do que *não é Cabo Frio* (o turista) e a história da urbanização do bairro segue o mesmo percurso, influenciado não só pelo turista, mas também pelo que *não é Gamboa* (o morador de outro bairro).

A Gamboa, por sua vez, também aparece representada historicamente como *não-lugar*. Nos mapas analisados, o bairro, ainda inabitado, é citado apenas como caminho e estrada que leva a outros lugares. Levando-se em conta ainda que os aterros realizados no bairro, a partir dos anos 30, deram espaço para grande quantidade de instalações do bairro (Capitania dos Portos, as três ilhas residenciais, o Clube Costa Azul, o estacionamento novo) é perceptível que mais da metade da área do bairro é artificial, ou seja, não constitua terrenos originalmente pertencentes ao bairro – uma área dentro do bairro que, originalmente *não era do bairro*.

Ao questionarmos tal informação aos entrevistados, obtivemos algumas respostas interessantes. Para a maioria dos entrevistados toda a Gamboa é aterrada – o bairro é um imenso aterro. Buscamos então, pra efeito de compreensão, extrair dos entrevistados alguma diferenciação, chegando à conclusão de que, de fato, todo o bairro é aterrado, mas a faixa de terra inicialmente habitada pelos primeiros moradores (a fina faixa de areia no sopé do Morro do Telégrafo) sofreu os efeitos de aterramentos particulares, de pequeno ou médio porte, para a instalação de residências, enquanto uma segunda área recebeu a intervenção de grandes aterramentos, destinados à instalação de empreendimentos maiores, como o Projeto Marinas do Canal e o Clube Costa Azul.

Numa gradação ambiental, se assim podemos dizer, foi possível perceber que a primeira área, apesar dos aterros, era mais original, mais natural que a segunda. A primeira foi enxergada como continuação e extensão da já existente faixa de areia no sopé do morro, ao passo que a segunda foi visualizada como uma intervenção maior e mais impactante, em uma área “que era lugar das águas do Canal”, na qual “a areia ficava lá embaixo” e a intervenção humana transformou “a água em terra para construir, onde só havia água do Canal” segundo as falas colhidas.

Assim, dos oito espaços citados como mais relevantes no bairro para os moradores (citados na introdução), cinco fazem parte dessa segunda área. Na verdade, os dois estacionamentos, a Rampa dos Pescadores e o Janhão são espaços surgidos entre os aterramentos elaborados para a instalação do Clube Costa Azul e do Projeto Marinas do Canal. Na imagem 4, é possível perceber claramente como essas duas áreas possuem sua fronteira marcada pela Rua Jorge Veiga, indicada em vermelho. No citado mapa, abaixo da rua, até o limite do Canal Itajurú, encontra-se a segunda área, ao passo que a primeira localiza-se acima da mesma, até o limite do Morro do Telégrafo.

Assim, parece claro que a *topofilia*²⁷ dos moradores da Gamboa, devido ao seu histórico, transformou *o que nem sempre foi Gamboa* no que *é Gamboa*, privilegiando espaços presentes na segunda área, “mais artificial” que a primeira. Na imagem abaixo, a diferença entre a área original aterrada (em vermelho) e a área aterrada a partir dos anos 70 (em verde) aparece clara, apresentando a Rua Jorge Veiga, novamente, como fronteira das duas áreas:



Imagem 18 – Mapa da Gamboa – área original e área aterrada. Fonte: Google Earth. Adaptação: Rafael Peçanha de Moura.

O crescimento ordenado da cidade na margem oposta à Gamboa, concomitante ao crescimento desordenado na Margem do Canal Itajuru na qual, além de outros bairros, localiza-se o bairro em estudo, denota ainda a diferenciação entre dois lados da cidade (margem direita/Sul e margem esquerda/Norte), assim como ocorre entre os dois lados da Gamboa (o artificial e o natural).

A quarta conclusão constitui um detalhamento, um *plus* da segunda conclusão. A influência exógena no histórico de urbanização, no país, na cidade de Cabo Frio e no bairro da Gamboa, submete-se a um processo temporal de passagem entre os espaços,

²⁷ Para Tuan (1980), *topofilia* é o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal (...)” (Tuan, 1980, p. 5). O conceito leva em conta, na observação dos indivíduos e grupos sociais, alguns fatores, tais como percepção de valores, esquemas de deslocamentos e mudanças de ideias de valores.

de maneira que as influências externas levam anos para se implantarem nos espaços urbanizados pelas mesmas.

Assim, a substituição da hegemonia das elites dominantes por um discurso urbanizador, como processo nacional nos anos 30, se realiza de forma plena em Cabo Frio nos anos 70. Por outro lado, o enxadrezamento urbano, marca do crescimento das cidades coloniais americanas no século XVI, é registrada como obedecida em Cabo Frio ainda no século XIX.

A relação em tela é perceptível ainda no que se refere a um paralelo entre capital e interior no estado do Rio de Janeiro. O planejamento da cidade carioca se dá nos anos 30, comandado por Agache, o mesmo autor do Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses, que engloba o interior, apenas nos anos 40, chegando a Cabo Frio em 1943. No plano nacional, a implantação dos dispositivos da francesa Lei Cornudet, dos anos 20, que chega apenas à Constituição de 1988, evidencia também tal processo.

A quinta conclusão diz respeito à crença dos gestores públicos da cidade na solução ou amenização dos problemas urbanos a partir da criação e manutenção de instrumentos legais. Como vimos, tal crença funda-se em pensamento nacional vigente ao longo do Regime Militar no país, e manifesta-se na fala dos ex-Prefeitos Alair Corrêa e José Bonifácio, bem como na publicação de nada menos que 17 Decretos Municipais pelo ex-Prefeito Ivo Saldanha, objetivando a preservação de espaços e monumentos históricos urbanos.

No capítulo 2, veremos como a etnografia propriamente dita, realizada a partir da observação cotidiana no bairro da Gamboa, confirma ou altera o processo histórico evidenciado neste capítulo.

Capítulo 2: Etnografia – O hoje

Disputa por espaços no bairro da Gamboa – uma etnografia do bairro que vê e é visto pela cidade.

2.1 Apresentação

Se o capítulo 1 tratou do passado do bairro, este capítulo que agora se apresenta diz respeito ao presente. Trata-se da descrição, análise e reflexões sobre observação participante realizada na localidade desde o ano de 2009, a partir de alguns focos.

Como veremos na conclusão deste trabalho, as relações sociais observadas neste capítulo – que propriamente constitui uma etnografia de bairro – possuem ligação com o histórico de urbanização do local, constituindo este exercício analítico proximidade com o conceito de arqueologia urbana, já apresentado no capítulo anterior.

Por outro lado, a etnografia de bairro que desejamos fazer neste capítulo 2 não é, com certeza, um fim em si mesmo neste trabalho. Ela objetiva enxergar a cidade através do bairro, como salientam os estudos de Rodrigues (2005), disposto a ver o espaço “tanto como produto social quanto físico, como forma e atividade, como significado e razão social”, ou seja, uma visão que busca estudar “a adaptação do espaço juntamente com a atividade que a motivou (...) ver o edifício através da cidade e a cidade através do edifício” (Rodrigues, 2005, p.5).

Saliente-se ainda o fato de que a denominação deste capítulo com o termo *etnografia* não significa que apenas nesta parte temos a etnografia como fonte e parâmetro de pesquisa. É clara a observação, no capítulo anterior, de como técnicas de coleta de dados ligadas ao termo são utilizadas, inclusive, como fontes históricas. Assim acontece com depoimentos, entrevistas, textos literários e jornalísticos, bem como a forma de condensar, analisar e extrair tais informações, sempre tendo como pauta a busca de um caleidoscópio da vida local (Malinowski, 1976, p. 19), o esquema mental dos moradores (idem, p. 25) e seus códigos e organização sociais (*ibid*, pp. 81,93). Destarte, será possível observar a presença da etnografia também no capítulo 3, conforme veremos.

Assim, elegemos três focos de análise neste capítulo, que aqui serão apresentados, não em ordem cronológica, mas de relevância para o estudo, posto que aparecerão mesclados e constantes ao longo de todo o exposto.

Nosso primeiro foco é o uso dos espaços pelos moradores do bairro, bem como a relação entre as configurações culturais dos atores sociais locais referentes a este uso.

Em segundo lugar, focaremos as leituras realizadas pelos atores sociais do bairro em relação a si mesmos; em relação ao bairro; e em relação à cidade.

Finalmente, nosso terceiro e último foco diz respeito às leituras feitas pelos atores externos ao bairro (moradores de Cabo Frio em outros bairros, turistas e imprensa local) sobre a Gamboa e seus atores.

Dito isso, antes de adentrarmos na descrição e análise etnográfica das observações feitas em campo, cabe discutirmos e esclarecermos alguns termos, assuntos e expressões apresentadas nestes primeiros parágrafos.

2.1.1 Observação participante

Inicialmente, parece sensato discutir a legitimidade de tratarmos a experiência que traçamos no bairro como *observação participante*.

Termo largamente utilizado em trabalhos acadêmicos, por sua “popularidade”, aproxima o risco de tornar-se residual, isto é, de, na dúvida, toda análise ligada ao universo das Ciências Sociais ser tratada como *observação participante*.

Não há dúvidas que, das diversas autorias que utilizam a expressão, a mais emblemática é a de Foote-Whyte (1990).

De modo geral, o próprio autor não define, de forma objetiva, o conceito – talvez esse tenha sido o motivo de sua larga utilização e da confusão em torno do mesmo. Entretanto, a partir de uma leitura apurada no texto, fica claro que alguns precedentes, alguns quesitos, parecem ser essenciais para que um pesquisador possa determinar que os resultados de sua pesquisa são oriundos de observação participante.

Em primeiro lugar, Foote-Whyte busca deixar claro que o conceito tende menos ao método de entrevistas formais e mais à participação cotidiana na rotina do grupo estudado (Foote-Whyte, 1990, pp. 80,81). Aliás, o autor é um crítico do método de entrevistas como base de uma pesquisa social: para Foote-White é preciso saber o momento certo de fazer perguntas e o que perguntar e isso só a participação cotidiana pode oferecer (idem, p.81).

Essa participação cotidiana prender-se-ia sobremaneira a algumas atividades básicas, tais como participar das discussões do grupo social estudado e estar atento às atitudes pessoais dos indivíduos em sua relação com o mesmo grupo (*ibid*, p.86).

De toda sorte, é certo que o autor deixa evidente que o processo da observação participante se constrói por si mesmo, paulatinamente, sem definições estanques prévias

– prova disso é que o título do texto está no gerúndio, e que, de todos os verbos utilizados no mesmo, o que mais se repete é o verbo aprender – por cinco vezes.

Alguns termos, entretanto, referentes aos atores sociais do grupo estudado, fazem parte de uma estrutura fixa do conceito de observação participante. É o caso dos indivíduos-chaves (*ibid*, p. 79) ou informantes passivos (*ibid*, p. 80), termos referentes a pessoas que, possuindo contato cotidiano com o pesquisador, enquanto membros do grupo estudado, fornecem dados e informações relevantes e espontâneas, atuando como colaboradores de pesquisa à pesquisa. Seguindo essa lógica, já apresentamos, no Capítulo 1, a descrição de nossos indivíduos-chave.

Nesse sentido, podemos afirmar com segurança que os dados e análises apresentados neste capítulo dizem respeito à utilização da observação participante conceituada por Foote-Whyte, conforme demonstraremos nas páginas que se seguem.

2.1.2 Quem é o leitor da cidade

Antes de darmos sequência a nosso capítulo, cabe, previamente, tecermos reflexões acerca da identidade, não apenas do indivíduo-chave, mas do ator social urbano em geral, como leitor da cidade. Parece necessário, neste momento, identificar qual é o seu papel, como receptor e como produtor de representações sobre o bairro e sobre a cidade, bem como de que maneira este ator pode ser partícipe em um processo de mudança da configuração social de seu espaço urbano.

Nas leituras de Gilberto Barbosa Salgado, articulador sagaz de abordagens da literatura, psicologia, antropologia, filosofia e sociologia, encontramos o tom da linhagem que buscávamos seguir, a partir de dois de seus escritos: o livro *Fabulação e Fantasia* (2005) e o artigo *Grupos sociais e instituições: comunicação, interação e recepção* (2009).

Salgado entende a contemporaneidade como claramente marcada por duas esferas: a da velocidade e a da heterogeneidade. A contemporaneidade, por sua vez, é vista como síntese de aspectos da modernidade e da pós-modernidade (Salgado, 2005, p.66). Da modernidade, a contemporaneidade herda a ruptura com o passado e com a tradição; a aceleração do presente e a heterogeneidade do futuro, conforme as lições de Koselleck (*idem*, p.24).

Conclui Salgado, a partir dessa reflexão, que a modernidade operava sobre os agentes culturais sempre a partir da noção de representação, sinalizando para o campo

das utopias, fabulações e fantasias (idem, p.27). Nesse momento, Salgado nos dá uma das primeiras definições que interessam ao nosso estudo acerca do conceito de leitor – o leitor como “um ideólogo também – e não só agente cultural, inserindo-se na pauta de representações para buscar a experiência de liberdade, mas também se expor a perigos” (idem). Assim, o leitor é “um agente de representações e mediações” (idem, p.28).

Nesse sentido, a contemporaneidade traz como marca a ausência de referências prontas, o que estimula o leitor, como qualquer agente social, a ser capaz de ajustar, de maneira ativa (p.49). Retirando o leitor da passividade, Salgado o insere em uma postura ativa crítica, e não meramente receptiva (idem, p.47), já que ele se movimenta em espaços significativos de pautas adstritas à cultura (idem, p.216), com possibilidades de transformação, pois seu ambiente, digamos, propõe a constante desconstrução e construção das realidades.

Ao apresentar a obra de Turner (2005), Da Matta, por sua vez, contribui com essa noção, ao afirmar que toda descrição etnográfica deve respeitar a capacidade dos informantes como agentes que também refletem sobre a própria realidade (Turner, 2005, p.22). Nesse sentido, é necessário afirmar que Salgado não apresenta uma novidade, e sim, através de uma via inovadora, traz à tona informações já caras às Ciências Sociais.

Entretanto, o leitor contemporâneo de Salgado, ao mesmo tempo, também afetado por um ambiente de velocidade e heterogeneidade, gerador de uma pauperização de seu universo abstrato formal e um fechamento progressivo de sua esfera locucional (Salgado, 2005, p.1119), tornando-o mais pragmático, com poucos espaços de ampliação de horizontes e reflexões simbólicas (idem, p.66).

Simmel (1979), cabe lembrar, fez reflexão semelhante no início do século XX, acerca das metrópoles de seu tempo: nelas, haveria impossibilidade do indivíduo de se afetar profundamente com todas as pessoas e impressões da cidade (múltiplas e velozes), posto que tal postura o levaria à loucura. Assim, sobra para o sujeito uma posição *blasé*, disposta à não afetação, superficial em suas reflexões, em prol de sua própria sobrevivência na sociedade.

O leitor de Salgado, portanto, é híbrido – cria significados e também é criado por eles. Entretanto, é certo que, para o autor, a face ativa do leitor contemporâneo é bem maior e potente do que a passiva. Citando autores da antropologia desde Frazer, passando por Lévi-Strauss, Salgado confirma a compreensão do leitor como demiurgo, “eficaz ao incorporar os argumentos dentro de si e conferir-lhes, por extensão,

significado” (Salgado, 2005, p.79), de maneira similar ao argumento de Sahlins supracitado.

Geertz também é convocado para corroborar a compreensão do leitor como produtor de sentido e significação (idem, p. 81). Passeando por autores da Nova História, Salgado cita Darnton e Chartier, lembrando que na contemporaneidade há espaços de significação coletiva, comunitários ou não (idem p.87). Jameson e outros autores são citados ainda, todos concordes em um aspecto: o leitor confere sentido próprio à leitura. Autorias, leituras e narrativas são sempre contextuais (idem, p.89).

Em outro texto, Salgado (2009) dedica-se a apontar o interacionismo, corrente de grande volume dentro da antropologia, como uma de suas bases de desenvolvimento de sua teoria sobre a relação entre leitor e leitura.

Resumidamente, Salgado defende que o interacionismo baseia-se em três conceitos: interação, identidade e representação (Salgado, 2009, p.5). O primeiro, seu pilar maior – como fica evidente pelo nome – tem seu nascedouro nos estudos de Simmel, caríssimos à sociologia e à antropologia urbana, como já citamos anteriormente. Nele, o movimento é o “principal determinante da determinação quantitativa dos grupos sociais e consequente alteração em sua morfologia” (idem), como concorda nossa citação anterior sobre Simmel.

Posteriormente, como veremos, com Ferrara e outros, o conceito de interação irá se expandir para além da relação entre indivíduos – na sociedade, não há indivíduos isolados uns dos outros, nem isolados dos objetos, imagens e contextos que os cercam: o eu (sujeito) e o outro, seja ele outro sujeito, uma imagem, um monumento, um espaço, constroem-se mutuamente na relação que possuem entre si. De fato, Salgado concorda que, não só neste, mas em diversos outros momentos, essa teoria inicial da interação “passaria por variadas hibridizações e sincretismos” (idem).

Para Salgado, a Teoria do Efeito Estético, de Wolfgang Iser, e a Estética da Recepção, desenvolvida por Hans Robert Jauss, bebem das fontes do interacionismo, trazendo contribuições mais objetivas para seus estudos sobre o leitor (idem, p.10). A Jauss, cabe a relevância ao estabelecer a importância da experiência de afetação e de impacto, como capazes de metamorfosear os afetos, as percepções, os sentidos, as sensações e as emoções do receptor. Iser, entretanto, vai além, o que não exclui Jauss, segundo Salgado, do rol de autores que compreende o receptor não mais como meramente passivo ante as mensagens, mas sim como um sujeito ativo e deliberador. Para Salgado,

Essa observação também vale para as reações às mensagens midiáticas, bem como para qualquer tipo de texto, ou seja, escrito, oral, sob a forma de imagens, e outras. (Salgado, 2009, p.11).

Esta compreensão de Salgado nos abre portas, sobremaneira, para a aplicação de seus entendimentos sobre a interação entre leitor e mensagem no campo da antropologia urbana, já que parece claro que suas reflexões se aplicam a leituras dos mais variados típicos, da literária à urbana. Se Salgado lembra a recepção dos estudos de Simmel – poderíamos chamá-lo de patriarca do interacionismo? – nas pesquisas sobre planejamento urbano de metrópoles, queremos, neste momento, ensaiar a recepção de seus estudos no âmbito de nossa pesquisa, voltada às reflexões sobre a cidade e ao planejamento urbano. A citação acima nos permite entender o leitor não só como um elemento da interação com o livro, mas com outros tipos de textos, por que não, implícitos nas imagens urbanas.

Por outro lado, se é claro também que a partir de bairros periféricos podemos enxergar a cidade – e não apenas a partir dos bairros centrais²⁸ – parece que avaliar a leitura que os moradores do bairro fazem de suas próprias imagens urbanas nos traz a noção indireta da forma pela qual os mesmos enxergam a cidade. (Rodrigues, 2005, p.5)

Ora, tais compreensões, basilares na antropologia, recebem contribuição essencial dos estudos de Salgado: além da ampliação da noção de leitor, permitindo que possamos avaliar o ator social na cidade como leitor dessa cidade, o autor nos permite visualizar a possibilidade do ator social – no caso, o morador – não só atuar como influenciado pela leitura exógena da cidade – isto é, a leitura que atores fora das relações sociais diretas de bairro fazem do mesmo – mas também como construtor de significados a partir de sua própria leitura das imagens e lugares do bairro.

O leitor da urbanidade, assim, é, digamos, um *leitor interativo*, que, em alguns momentos, aceita a leitura exógena; em outros casos, *indigeniza*, nos termos de Sahlins (1997), a leitura exógena de seu bairro; em outros casos, finalmente, ele cria sua própria leitura em oposição à leitura exógena.

²⁸ Para Panerai. (1983), a análise do crescimento de aglomerados pode alcançar a compreensão da cidade. Segundo este autor, o conceito de *aglomerado* é genérico para grupo de pessoas na cidade, que pode se traduzir em um bairro, zona ou associação, dependendo do grau de coesão e organização. Nesse sentido, Panerai afirma que o elemento unitário, ou seja, o *aglomerado* a partir do qual se estudará a cidade, “poderá ser desde o lote ao longo de uma rua até o aglomerado ao longo de uma rodovia ou periferia da própria cidade” (idem, grifo nosso).

Como veremos adiante, o morador da Gamboa atua pautando-se na mescla dessas três possibilidades, lendo os textos indiretos escritos nos espaços de seu bairro e dando a essa leitura seu próprio significado, ampliando e metamorfoseando suas “formas de percepção, memória, atenção e deslocamento, gerando novas possibilidades para a estética da recepção” (Salgado, 2005, p.15).

2.1.3 O espaço-lugar como leitura urbana

Para que este trabalho torne-se objetivo é necessário que delimitemos um tipo de leitura que o ator social da cidade faz sobre ela mesma e sobre o bairro da Gamboa. Assim, desejamos tratar da leitura dos espaços do bairro, não só por seus moradores, mas também no que se refere à leitura “do resto” da cidade sobre os mesmos. Nesse sentido, parece necessário, antes de apresentarmos de que forma dividiremos os temas de abordagem desta etnografia, trazer à luz uma breve discussão sobre o conceito de espaço, esclarecendo a partir de qual prisma trabalharemos tal noção neste capítulo.

A categoria de *espaço* carrega em si, ao longo da história da autoria antropológica, a responsabilidade de trazer bases sólidas às análises dos grupos sociais. Durkheim a denomina *categoria do intelecto*, numa continuidade à tradição dos antigos filósofos, já que as mesmas são “ideias essenciais” (Durkheim, 1989, p.46), “noções essenciais que dominam nossa vida intelectual”, “propriedades mais universais das coisas”, molduras sólidas do pensamento, a “ossatura da inteligência” (idem, p.38).

Para Harvey (1993), o espaço esconde, sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente “naturais”, territórios de ambiguidade, de contradição e de luta (Harvey, 1993, p.190). Para o autor, o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, pois afeta a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo. As teorias sociais tradicionais, ao longo da história (Marx, Weber, Adam Smith e Marshall), teriam privilegiado o tempo em detrimento do espaço, tornando-o um elemento contingente ao invés de basilar. Com o advento das ideias de Foucault e suas metáforas espaciais, o tema, para Harvey, teria passado a adquirir relevância nos estudos das ciências sociais.

Evans-Pritchard (1978), por sua vez, lembra que os homens criam espaços e constroem suas relações através dessa criação (Evans-Pritchard, 1978, p.102). Para o britânico, em seu estrutural-funcionalismo, existe uma diferença e uma relação entre

uma distância espacial e uma distância estrutural, bem como uma diferenciação entre distância ecológica (espaços físicos) e distância estrutural (espaços estruturais, sociais) (1978, p.122). Para o autor, o físico possui grande raio de influência sobre o político. Assim, as fronteiras e distâncias físicas (ecológicas) podem coincidir com as fronteiras e distâncias políticas, como acontece entre os Nuer (idem, p.125).

Nesse sentido, parece claro na literatura do antropólogo britânico que o conceito de espaço não significa apenas algo físico, possuindo tal noção também sua faceta estrutural. Bourdieu (1996) não pensa muito diferente ao tecer o conceito de espaços sociais²⁹ (Bourdieu, 1996, p.190). Nesse sentido, visualizamos a possibilidade de compreender o conceito de espaço não só como elemento físico, mas como lugar social de movimentação e construção da identidade de um grupo.

Assim, não seria absurdo empreender uma interpretação também extensiva do conceito de meio ambiente. Mais do que um tipo de espaço físico (aquele ligado aos entornos paisagísticos naturais), o meio ambiente, corroborando Evans-Pritchard, pode ser também domesticado (fruto da ação do homem) e não apenas natural, como vimos. Ambiente domesticado e natural, dessa forma, encontram-se em imediata relação, e a ação da urbanização da cidade de Cabo Frio sobre os dois tipos ambientais (mais especialmente sobre o natural, tornando-o domesticado) recebe deste trabalho atenção especial, no que se refere à observação das categorias socioespaciais (Evans-Pritchard, 1978, p.122).

Para abordarmos o desenvolvimento do conceito do espaço ao longo da história, de forma simplória e breve, recorreremos à literatura da geografia, dispostos a apontar o caráter de interdisciplinaridade já corrente neste trabalho.

Corrêa (1995) lembra que, no que se refere ao âmbito da Geografia, o conceito de espaço adquire status de personagem, ainda que coadjuvante, durante o período denominado geografia tradicional (entre 1870 e 1950) com Ratzel e Hartshorne.

Para Massey (2009), somente com a chegada do *estruturalismo* que ocorre o oferecimento ao conceito de espaço de um papel mais próximo de protagonista,

²⁹ Para Bourdieu, os espaços sociais seriam os diferentes campos que podem ser ocupados por um mesmo indivíduo na sociedade: “o dono de empresa, o dono de jornal, o deputado, o produtor de filmes etc”. Para o autor, é o nome próprio e a individualidade biológica do agente social que mantém a constância e a unidade em meio a diversidade dos espaços sociais. Ao falar dos acontecimentos biográficos, Bourdieu cita que os mesmos “se definem como colocações e deslocamentos no espaço social”, sendo os espaços sociais entendidos aqui como “diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (Bourdieu, 1996, pp. 186, 190)

incluindo-o na agenda intelectual ocidental. Ainda assim, tal conceito continuava a ser compreendido como oposto ao de tempo – se há espaço, há atemporalidade (2009, p.65).

Na fase denominada por Corrêa (1995) como *teorético-quantitativa*, a partir dos anos 50, com Ullman e Watson, é dado ao espaço, pela primeira vez, o papel de comando das discussões (1995, p.20). É a partir do valor dado por esta escola às reflexões sobre a distância que Harvey teria criado sua noção de *espaço relativo*, a partir da crença de que é o conjunto específico de meios para obtenção de diminuição de distâncias que constitui, de forma relativa, o espaço (idem, p.21).

Nesse sentido, Harvey marcaria a fronteira da escola *teorético-quantitativa* da geografia com a fase iniciada na década de 70, influenciada pelo materialismo histórico – ainda que as autorias marxistas, salvo algumas objeções, negligenciem a noção de espaço em prol da de tempo, na opinião de Corrêa (1995, pp. 24,25), o que seria redimido por Lefébvre, entendedor que é do espaço como elemento nem absoluto (vazio e puro, lugar dos números apenas) nem relativo (apenas reflexo, produto da sociedade) mas como lócus de reprodução das relações sociais de produção.

Na mesma década de 70, haveria o surgimento de outra compreensão do conceito de espaço, com a chegada da geografia humanista, assentada na subjetividade, privilegiando o singular e o simbólico (Corrêa, 1995). Tuan (1979) é um bom exemplo deste pensamento, ao compreender que existe uma diferença tênue entre os conceitos de *espaço* e de *lugar*. Como já vimos, de forma breve no Capítulo 1, Tuan considera os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Já o lugar possui um espírito, uma personalidade um sentido próprio, manifestável pela apreciação visual a partir de uma longa vivência.

Trocando em miúdos, para Tuan (1979), o espaço seria mais fluido, de existência mais breve, na qual a participação dos sentimentos do grupo possui um papel de maior relevância, ao passo que os sentimentos dos grupos como que tatuam os lugares, imprimindo-lhes, a longo prazo, determinadas identidades. O espaço é mais passivo, mais breve, mais fluido; o lugar é mais ativo, mais voltado aos tempos longos e mais fixo. Massey (2009), por sua vez, de modo geral nega a distinção entre os dois conceitos (2009, p.25), ainda que se renda a uma sutil distinção entre os termos, ao entender que o espaço é uma simultaneidade de estórias-até-então, enquanto o lugar é a coleção dessas estórias, “articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço” (idem, p. 190).

As posições de Massey e Tuan, assim, não se excluem, mas se completam. De toda sorte, é passiva a posição, entre ambos, de que espaço e lugar são diferentes, mas não existem separados; de que o espaço é um encontro histórico de experiências e histórias (seja esse encontro eventual ou não); e de que o lugar é uma espécie de feixe dessas vivências, que se cristaliza (ainda que não se engesse) em forma de um sentido próprio, de uma quase-identidade – de um sentido de lugar.

Massey (2009), ao tratar do pós-estruturalismo, cita as importantes contribuições desta escola no que se refere à compreensão do espaço, mas permanece a afirmar a manutenção da oposição entre espaço e tempo, por exemplo, em Laclau, que, como vimos, entende o espaço de forma causalmente fechada, articulada (2009, p.74). Como para a autora tudo que é desarticulado conduz à liberdade, podemos concluir que, para Massey, Laclau “quase acertou”.

Assim, observando o desenvolvimento histórico do conceito de espaço, especialmente na geografia, trataremos o termo, ao longo deste capítulo, com o rigor necessário, pautando-nos, sobremaneira, na abordagem de Massey (2009) e Tuan (1979) sobre os conceitos de espaço e lugar, e, por entender que a abordagem, a ótica pela qual queremos enxergar os locais no bairro da Gamboa e o próprio bairro da Gamboa incorpora ambas as posturas – isto é, enquanto encontro histórico de experiências e feixe cristalizado e identitário dessas mesmas experiências – usaremos o termo *espaço-lugar* em nosso trabalho.

2.2. Para início de conversa: divisão dos temas abordados

Após esse breve momento de esclarecimento teórico dos termos, linhas e posições a serem adotados em relação a este trabalho, daremos consecução propriamente à nossa etnografia, organizando os conflitos sociais gerados pelos usos dos espaços-lugares em três grandes eixos: espaço-lugar e símbolos urbanos ; espaço-lugar, poder e rituais do mundo moderno ; e espaço-lugar e conflitos locais.

No item 2.3 nos dispusemos a falar sobre os usos sociais de alguns espaços-lugares no bairro da Gamboa, enquanto símbolos urbanos. Vimos no capítulo 1 que os locais mais citados pelos moradores como importantes e simbólicos para o bairro são a Ponte Feliciano Sodré; o Clube Costa Azul; os estacionamentos; o Gamboa Shopping; a

rampa dos pescadores (sede da APEAG – Associação de pescadores e Amigos da Gamboa); a Praça Major Terra; e o *Janhão* (campo de futebol de areia).

Entretanto, neste Capítulo, selecionamos dois desses espaços para tratarmos especificamente no item já citado.

A Ponte Feliciano Sodré será tratada como símbolo em conjunto com a Ponte Márcio Corrêa/Wilson Mendes e as pontes que ligam os loteamentos do Projeto Marinas do Canal (Casa da Ilha, Ilha do Meio e Marinas do Canal) à Rua Jorge Veiga, dentro do bairro da Gamboa.

Os estacionamentos – o “velho”, ou “estacionamento 2”, próximo à Rampa dos Pescadores; e o “novo”, ou “estacionamento 1”, ao lado do Clube Costa Azul – também recebem um texto específico, devido ao fato de constituírem dois dos mais inusitados e “invisíveis” espaços de interação social no bairro. De fato, os estacionamentos foram os itens menos citados pelos moradores, entretanto, parecem encerrar um rico receptáculo de dados e informações relevantes aos nossos estudos.

Os demais espaços-lugares citados pelos moradores, entretanto, não serão esquecidos – todos estão presentes no capítulo que aqui corre, disseminados em outros itens. Todos, assim, como locais de interação dos atores sociais do bairro em estudo, surgem também como personagens, influenciadores e influenciados pelas construções identitárias ali presentes.

Os rituais e simbolismos do mundo moderno, assim tratados como uma homenagem ao professor José Sávio Leopoldi – que ministrou disciplina homônima neste curso – encontram-se presentes, enquanto eventos, usos constantes e costumeiros de objetos, espaços e temas pelos moradores da localidade, revelando impressões, representações e posturas urbanas de poder que subjazem às suas ações mais simples e concretas.

Finalmente, os conflitos de espaço propriamente ditos denotam a já citada relação entre distâncias e proximidades sociais e físicas, apontando para o conflito por espaços e nos espaços-lugares do bairro como chave e item essencial para a compreensão da identidade social do grupo estudado.

2.3 Espaço e símbolos urbanos

Para Turner (2005), “os símbolos fazem as coisas, transformam situações, estados e pessoas” (Turner, 2005, p.26). Para o autor, no estruturalismo clássico, a felicidade do estudioso se dava somente quando o mesmo decodificava um sistema e fazia sua coerência com as dimensões estruturais da sociedade estudada (idem). Nesse sentido, podemos dizer que Turner torna o símbolo ativo e central, ao passo que, no estruturalismo clássico, o símbolo é passivo e acessório.

Ao apresentar a já citada obra de Turner, Da Matta afirma que o norte-americano dá início a um novo estilo de estudar símbolos e rituais, no qual os informantes nativos se tornaram mestres, e o etnólogo um intérprete (idem, p.19).

Geertz (1978), por sua vez, lembra que os sistemas organizados de símbolos significantes – como padrões culturais – são vitais para o balizamento do comportamento social (Geertz, 1978, p.57). Rapoport, igualmente, ao explicar seu conceito de cognição urbana, relaciona-o a um produto oriundo da soma entre a forma visual (mundo perceptivo) e a significação social (mundo associativo) (Rapoport, 1978, p.282).

2.3.1 As pontes

O item que se inicia nestas páginas, de título simplório, é, entretanto, a mais importante das representações simbólicas que pudemos observar entre os moradores da Gamboa, bem como em interlocutores de fora do bairro. Não só pela quantidade e constância da presença de elementos dessa representação, mas também pela profundidade do significado deste assunto dentro – e fora – do grupo estudado no contexto citadino, podemos destacar este momento como crucial para nosso trabalho. Sem risco de erro, definimos aqui a representação que estudaremos neste momento como a representação basilar de nosso trabalho, a partir da qual toda a etnografia de bairro se desenvolve.

A relação entre a simbologia da ponte, em contextos urbanos, e os conflitos sociais presentes em grupos estudados não é novidade nas Ciências Sociais. Gluckman (1997) possui parte de seu trabalho sobre a inauguração de uma ponte na Zululândia, enquanto situação social que elucida a relação entre negros e brancos na região.

Pretendemos aqui observar como não somente as pontes que ligam a Gamboa ao centro da cidade de Cabo Frio e vice-versa (respectivamente, Ponte Feliciano Sodré e Ponte Deputado Márcio Corrêa/Wilson Mendes), mas também das pontes que ligam o bairro aos loteamentos Marinas do Canal, Casa da Ilha e Ilha do Meio, são símbolos das relações de pertença e separação que envolvem os moradores do local e o moradores fora do bairro.

Cabe lembrar ainda que, como vimos no Capítulo 1, é outra ponte, a Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), que traz em seu bojo histórico um novo momento de ocupação dos espaços no interior fluminense, em especial, da Região dos Lagos, com grande foco na cidade de Cabo Frio. É ela que realiza a ligação entre a região metropolitana e o interior fluminense, bem como acentua suas diferenças – e ela que queremos atravessar, aplaudindo as pesquisas sobre as metrópoles brasileiras, mas tentando fornecer contribuições profícuas aos estudos urbanos sobre cidades do interior.

2.3.1.2 Pontes dentro do bairro – as diferentes zonas espaço-representacionais na Gamboa

Como já adiantamos no Capítulo 1, dentro do bairro, as pontes entre os loteamentos e a Rua Jorge Veiga separam dois grupos oriundos de espaços diferentes; possuidores de poder aquisitivo diverso, que não se compreendem como habitantes de um mesmo espaço-lugar, havendo entre ambos uma distância social, apesar da proximidade geográfica (Evans-Pritchard, 1978).

De fato, há uma realidade de pobreza relativa, de modo geral, no bairro da Gamboa, que contrasta com o alto poder aquisitivo dos três loteamentos do Projeto Marinas do Canal. Talvez por isso – há uma separação econômica, mas também de rotinas entre os dois grupos de moradores – a leitura feita pelos moradores do bairro em geral seja a de que os loteamentos “não fazem parte” do bairro.

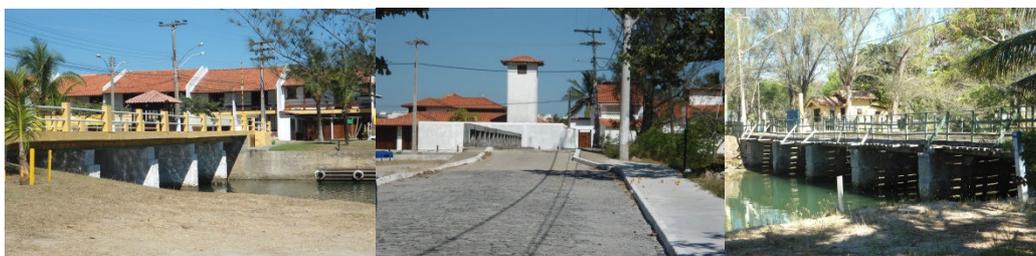


Imagem 19 – *As três pontes condominiais da Gamboa – da esquerda para a direita: Condomínio Casa da Ilha, Loteamento Ilha do Meio e Condomínio Marinas do Canal. Foto: Rafael Peçanha.*

De fato, a leitura atual dos nossos interlocutores/indivíduos-chave no bairro diz respeito a uma total separação da rotina, eventos, espaços e cotidiano entre os moradores dos loteamentos e os moradores do resto do bairro. Ao conversar com o morador N. sobre minha intenção de dar à minha dissertação o título de “o outro lado das pontes”, o mesmo disse-me que o correto seria falar no singular, pois a Gamboa só tinha uma ponte: a Ponte Feliciano Sodré, excluindo as pontes que estabelecem a ligação entre os loteamentos e a Gamboa.

Como já apresentamos, o Projeto Marinas do Canal, oriundo dos anos 70, diz respeito a três loteamentos: O Condomínio Casa da Ilha; o loteamento Ilha do Meio (que não se trata de um condomínio fechado) e o Condomínio Marinas do Canal.

O Casa da Ilha possui 72 residências, mas apenas 2 comportam moradores – as demais tratam-se de casas de veraneio. Dos funcionários do Condomínio, nenhum é morador da Gamboa, havendo uma maioria de moradores do bairro Jacaré e uma parte do bairro Jardim Esperança e arredores.

A Ilha do Meio, por sua vez, não é um condomínio – não há porteiros ou funcionários, nem zeladores, nem portaria. Com 10 casas, não há nenhum morador: todas as residências são de propriedades de veranistas – “só *casão*, tudo do Rio”, segundo G., um dos zeladores de uma das residências.

O Condomínio Marinas do Canal, por sua vez, possui 136 casas. Segundo o funcionário S., 70% são moradores.

A realidade das residências de veraneio é cada vez maior e mais evidente em Cabo Frio. Na estatística de número de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional, a cidade perde apenas para a capital do estado – são 34.720 residências nesses moldes em Cabo Frio contra 66.852 no Rio de Janeiro. Também no número de domicílios coletivos sem moradores a cidade perde apenas para Angra dos Reis e Rio de Janeiro (IBGE, 2011b).

As diferenças internas do bairro, ainda que tenham sido percebidas pela via da representação, também são visualizadas – e se confirmem – por dados sociais e econômicos. De acordo com os estudos da Fundação Getúlio Vargas, enquanto os chefes de domicílios da área da Gamboa em geral possuem em média 1 a 3 salários mínimos de renda, os moradores dos loteamentos do Projeto Marinas do Canal possuem rendimento médio de 3 a 5 salários mínimos.

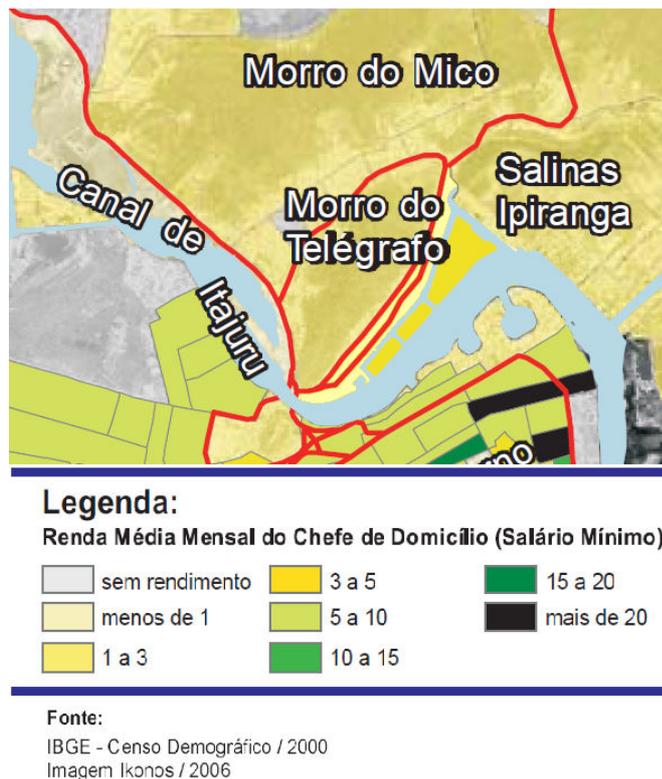


Imagem 20 – Detalhe - Mapa de Renda mensal dos chefes de domicílio. Fonte: FGV.

Assim, podemos concluir que há no bairro não apenas um *espaço artificial* (as três ilhas/loteamentos) na Gamboa, mas também um *grupo social artificial*. Há, dentro do mesmo bairro, dois grupos sociais distintos, de classes sociais diferentes, habitantes de espaços diferentes (um natural, outro artificial); de origens diferentes (um grupo é morador do bairro; o outro, composto de proprietários e funcionários de outros bairros ou cidades); possuidores de poder aquisitivo diverso.

É fato, porém, que as representações dos moradores no bairro dividem a localidade em outros setores, outras zonas, não se restringindo apenas à separação maior entre os lados das três pontes. É o caso do *final da Gamboa*, termo comumente usado para designar a parte do bairro localizada após a última curva à esquerda da Rua Jorge Veiga na direção da Rua José Rodrigues Póvoas.

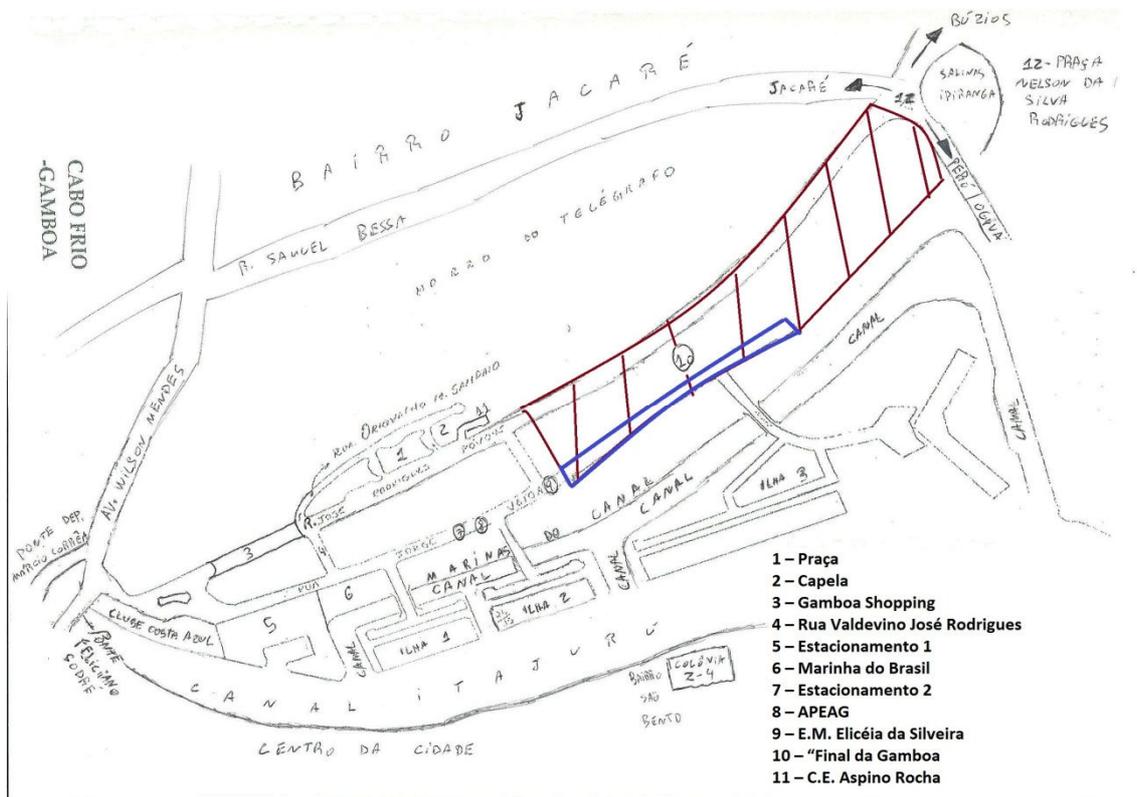


Imagem 21 – Mapa do bairro da Gamboa com área hachurada em marrom destacando a representação coletiva dos moradores denominada “final da Gamboa”. Desenho: Rafael Peçanha.

Dentro dessa área encontra-se um local, que, no projeto original dos anos 70, seria destinado para exclusividade dos loteamentos do Projeto Marinas do Canal, no qual se situaria um canal exclusivo, destinado à localização de marinas e cais para jet-skys. Este local encontra-se marcado na imagem 20 em azul, e diz respeito a uma rua sem saída, na verdade, o final da Rua Jorge Veiga.

Por meio da intervenção do então Prefeito José Bonifácio, ainda nos anos 70, o projeto foi alterado e a área pôde ser ocupada por residências independentes de famílias do bairro. Hoje, a localidade possui é banhada pela continuação do Canal Itajuru e dotada de estaleiros particulares e cais para jet-skys, mas sem a exclusividade de uso dos moradores condominiais.

Destaque-se ainda que é nesse “fim de rua” que se encontra o campo de futebol de areia conhecido como *Janhão*, que se tornará espaço-lugar importante para nossa etnografia a partir do item 2.3.1.4.

Uma outra divisão representacional dentro do território do bairro é o *lado do morro*. Além dos próprios moradores identificarem suas casas como sendo localizadas ou não nessa região, os funcionários da Secretaria de Fazenda do Município de Cabo

Frio são orientados a questionar os contribuintes que buscam realizar lançamentos no bairro sobre a localização do imóvel, no sentido de ser ou não *do lado do morro*.

A diferenciação é explicável – é *do lado do morro* que acontecem as polêmicas fundiárias e ambientais referentes aos conflitos com o IPHAN e com entidades ambientais diversas, devido ao fato do sopé do Morro do Telégrafo ser área de preservação permanente, com tombamento federal e sujeita a deslizamentos, conforme veremos mais detalhadamente no item 2.5.2.

Outro dado relevante aponta que, ainda que o bairro tenha um dos melhores índices de coletas de lixo do município, o *final da Gamboa* possui uma grande quantidade de depósitos irregulares do mesmo material. Pelo mesmo estudo, essa parte do bairro encontra-se em área de riscos de edificações urbanas, por tratar-se de localidade receptora de detritos, na qual desembocam saídas de esgoto.

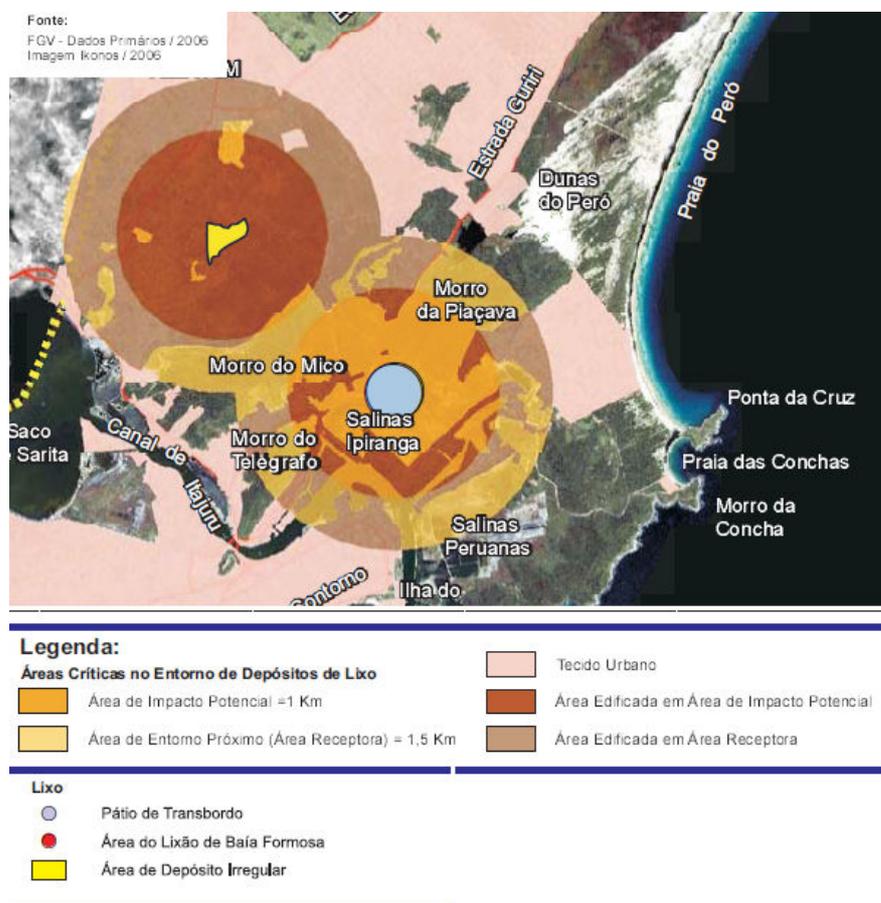


Imagem 22 – Detalhe - Mapa de áreas críticas no entorno de depósitos de lixo. Fonte: FGV.

A moradora B. afirmou, em uma de nossas conversas, que sua residência se situaria no que ela denomina de “faixa de Gaza”, localizada entre “o final da Gamboa e o mal falado Jacaré (...)”. A afirmativa nos remete não apenas à constatação da existência da região chamada *final da Gamboa* no imaginário local, mas também a representação de oposição e segregação entre bairros próximos, dentro da categoria do *pós-ponte* – o *final da Gamboa* é exatamente a fronteira geográfica com outro bairro, o Jacaré, aqui tratado de maneira pejorativa – um bairro mal falado.

Finalizando, há ainda a representação da existência de um setor denominado *lado da ponte*, área situada nas proximidades do Clube Costa Azul, logo na descida da Ponte Feliciano Sodré e início do Gamboa Shopping. Os moradores dessa área são vistos como mais ligados ao centro da cidade, embora não sejam descartados ou segregados como se não fossem gamboenses. O que há é o reconhecimento de que esses atores possuem uma ligação mais direta com a representação *antes da ponte*. Assim, por exemplo, B. afirma que buscará informações sobre um fato político ocorrido na cidade através de uma conversa com uma amiga porque “ela mora *do lado da ponte*, está sempre no centro e deve ter essas informações”. Já I., por sua vez, afirma que “o pessoal que morado pro *lado da ponte* está sempre mais ligado no que acontece na cidade do que o resto do bairro”.

Nesse sentido, concluímos analiticamente pela existência de uma divisão macro no bairro: as *duas Gamboas* dentro do mesmo bairro, separadas pelas pontes que ligam os terrenos naturais do bairro aos artificiais (as três ilhas) e pelos conflitos sociais que segregam parte de seus atores. Poderíamos, dessa forma, arriscar as denominações de cunho geográfico e social referentes a uma *Gamboa natural* e uma *Gamboa artificial*.

Há, entretanto, sem negação ou supressão dessa divisão macro, como vimos, uma divisão micro, dentro da *Gamboa natural* – o *final da Gamboa*, o *lado do morro* e o *lado da ponte*. Como veremos com mais detalhes no item 2.6 deste capítulo, cada região, cada uma dessas zonas dentro do bairro, determinadas pelas experiências dos moradores, possui sua identidade, seu conjunto mais ou menos ordenado e segmentado de representações específicas. Essas zonas, portanto, não são apenas geográficas, mas sim *zonas espaço-representacionais*.

O conceito de *zonas espaço-representacionais* que aqui queremos delimitar muito se aproxima do que Evans-Pritchard (1978) denomina *categorias socioespaciais* (Evans-Pritchard, 1978, p. 122). Na verdade, nosso objetivo com este conceito é, à

semelhança também do conceito de *regiões morais*, de Park (1979), visualizar a criação de determinados espaços internos a bairros, pela *representação coletiva* dos moradores.

Assim, antes de prosseguirmos com a articulação entre as noções de Park e Evans-Pritchard, parece ser necessário esmiuçar o conceito de representações coletivas, que, a nosso ver, apresentam bem a base das impressões coletadas nas conversas com os moradores do bairro em questão acerca das zonas já citadas.

O conceito de *representações coletivas*, a nosso ver, deve ser abordado não de maneira separada, mas relacionada ao conceito de *categorias*. O próprio Durkheim o entende assim, pois, para ele, “as categorias são representações essencialmente coletivas” (Durkheim, 1989, p.45). Assim, podemos dizer que as categorias são “um tipo” de representação coletiva.

De que maneira as representações coletivas, então, se formam, existem e subsistem? Para Durkheim, as representações coletivas não são fruto de uma individualidade, nem de um mero somatório ou uma simples justaposição de individualidades, mas sim

produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo. Para produzi-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos (idem, p.44)

Dessa forma, compostas pelas representações coletivas dos moradores, essas zonas observadas dentro do bairro da Gamboa são definidas não apenas por recortes geográficos e físicos, mas também por combinações e misturas cooperadas de ideias e sentimentos, valores, “impulsos, paixões, ideais vagos e reprimidos”, já que, para Park, “a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos” (Park, 1979, pp.64,65).

Nesse sentido, ao falar de final da Gamboa ou lado do morro, o morador – seja ele do bairro ou não – compreende, ao mesmo tempo, uma zona, uma área fisicamente demarcada e que encarna uma determinada identidade, um determinado valor, um estereótipo, que acaba marcando também o morador daquela zona. Assim, espaço físico e espaço social se entrelaçam e se relacionam, sem que um tenha poder maior de influência do que o outro (como parece desejar Evans-Pritchard ao entender que o espaço físico possui mais influência sobre o estrutural do que o contrário), criando, assim, uma *zona espaço-representacional*.

Esse zoneamento interno, por sua vez, se reproduz na ocupação e distribuição espacial dos moradores do bairro em outros ambientes, isto é, fora da Gamboa, externalizando, refletindo em outras áreas da cidade suas próprias cisões internas. Essa conclusão tornou-se bastante evidente ao participar de um domingo na Ilha do Japonês com moradores da localidade.

A Ilha do Japonês fica próxima à margem esquerda/Norte, ou seja, a margem do Canal Itajurú na qual se localiza o bairro da Gamboa. Certa parte da ilha é tradicionalmente ocupada, com barracas, mesas e cadeiras, pelos moradores da Gamboa.



Imagem 23 – *Ilha do Japonês. Foto: Pousada Bom Vivant*

Ocorre que os moradores do bairro não combinam entre si o fato de se reunirem em um domingo na Ilha do Japonês – naturalmente eles se encontram lá, já que se tornou uma “tradição não combinada”, digamos, o domingo dos gamboenses na ilha.

Os moradores do bairro, assim, ocupam tradicionalmente a mesma faixa da Ilha há anos – exatamente a região da ilha mais próxima da Gamboa. Entretanto, espontaneamente, os habitantes do “início” da Gamboa, isto é, moradores localizados próximos à Ponte Feliciano Sodré (*o lado da ponte*), ocupam a parte mais a Leste da

ilha, enquanto os moradores do final da Gamboa e do lado do morro ocupam a área mais a Oeste, recriando, por assim dizer, a divisão interna – social e geográfica – que já existe no bairro, em outro ambiente geográfico.

Ao chegarem, mesmo sem haver combinação prévia, já sabem que ficarão mais a Leste ou a Oeste dependendo da posição geográfica – e social – que ocupam no bairro, até porque reconhecerem que, por ali, encontraram vizinhos próximos, o que não ocorrerá se alterarem muito seu posicionamento.



Imagem 24 – Croqui da Ilha do Japonês, com destaque para as áreas utilizadas pelos moradores. Desenho: Rafael Peçanha

L. me disse que há anos não participava desses domingos na Ilha do Japonês com “o povo da Gamboa” e que gostaria de ficar próxima a uma certa árvore, “a nossa árvore”, já que, segundo L., “meus pais e meus avós, quando criança, me traziam aqui e ficávamos sempre nessa árvore”. Aqui, a utilização do espaço-lugar natural como demarcação familiar – e, portanto, social e geográfica, na hierarquia interna do bairro – parece evidente.

Mas há mais cisões no bairro, internas ainda às zonas espaço-representacionais. Essa realidade se tornou evidente no mês de junho, quando as festas juninas familiares tomaram conta da Gamboa. Na verdade, observei, naquele período, um conflito específico: a disputa entre as festas juninas promovidas por duas famílias, na Rua José Rodrigues Póvoas, ambas localizadas dentro da zona denominada *final da Gamboa*.

A família “A” realizou uma bela festa na última semana de junho, alugando inclusive *pula-pula* para uso das crianças e oferecendo quitutes aos participantes. Estando a rua fechada durante o evento, os moradores participavam livremente, não

precisando, para isso, serem convidados. Destaque-se que todos os moradores do bairro participaram, e não apenas os moradores do final da Gamboa.

Ocorre que, no fim de semana seguinte, a família “B”, que não morava a mais de 150 metros da família “A”, decidiu fazer um evento semelhante, mas ainda mais estruturado: várias barraquinhas, com direito a pescaria, *pula-pula* e palco para show de artista local faziam parte do cenário. Com estrutura próxima às festas organizadas pela Prefeitura da cidade, entretanto, o evento foi conduzido pela família “B”, com suas próprias verbas, e aberta a todos os moradores do bairro, que lotaram a rua fechada, talvez, duplicando o comparecimento percebido no evento da semana anterior.

Segundo N., há, todos os anos, disputas entre as duas famílias – e outras do bairro, a fim de determinar quem faz a melhor festa daquela região. N. afirmou ainda que “sabia” que a festa acabaria acontecendo, pois era natural que a família “B” resolvesse “reagir” e promover uma festa melhor do que a da família “A”. “Eles fazem essa disputa todo ano”, mas os “B” quase sempre ganham, segundo N.

Assim, podemos supor a existência do seguinte quadro hierárquico, que leva em conta elementos sociais e geográficos para sua divisão, dentro do bairro da Gamboa:

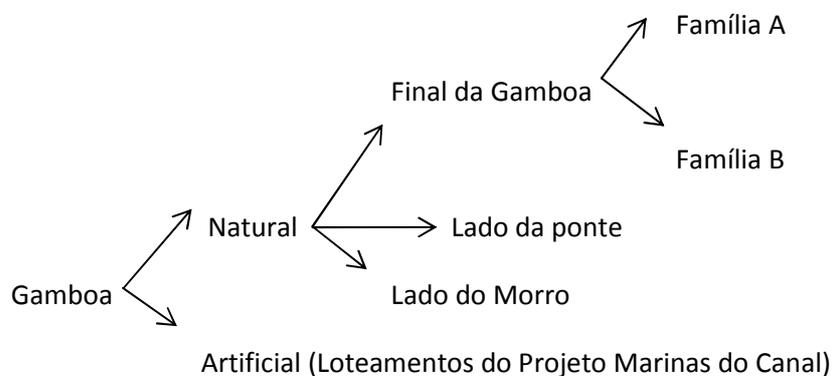


Imagem 25 – *Esquema de zonas espaço-representacionais da Gamboa*

2.3.1.3 *Antes da ponte e depois da ponte – as duas cidades. Liminaridade e confinamento*

De todas as representações observadas nas falas, gestos, atitudes e comportamentos dos indivíduos observados, bem como em dados coletados na imprensa da cidade, a mais evidente e saltante aos olhos, de maneira imediata e numerosa, é a que

se refere à divisão da cidade de Cabo Frio em duas cidades: uma situada antes e outra depois da ponte, no caso, a Ponte Feliciano Sodré; uma rica, famosa e bela; a outra pobre, invisível e esquecida.

Em rádio local, o entrevistado Mário Flávio, membro do Consórcio Ambiental Lagos São João, na data de 26 de outubro de 2010, afirmou que apresentaria projeto de tubulação de esgotamento dividido em duas áreas: “centro e *pós-ponte*”.

N., pré-candidato a Vereador da Gamboa para as eleições de 2012, disse, em conversa comigo no bairro, que só conta com os votos “da ponte para cá” e que quer ser o Vereador “da ponte para cá”.

O professor cabofriense André Garrido, ao ser entrevistado em jornal local sobre a cultura da cidade, afirmou que os eventos e atividades culturais “ainda não chegaram ao pós-ponte”, que seria “área excluída da vida da cidade” segundo suas palavras.

T., por sua vez, afirmou que seu trabalho político era direcionado somente ao indivíduo “formador de opinião”, que, segundo ele, estaria “apenas da ponte para cá, e não da ponte para lá”.

O próprio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, a partir das eleições de 2010, dividiu as Zonas Eleitorais de maneira correspondente à representação local: a Zona Eleitoral 96 agrega exatamente os bairros *antes da ponte* e a Zona Eleitoral 256 engloba os bairros do *pós-ponte*, indo até o Segundo Distrito (Tamoios).

Há, entretanto, divergência entre as leituras sobre a ponte – divergência, que na verdade, leva a uma convergência. Membros do poder público da cidade, entrevistados, entendem em geral que a ponte é sinal de ligação entre as duas cidades. Literatas locais, por sua vez, entendem de igual maneira: o cronista Antônio Terra (2003), nos anos 80, já reverencia a Ponte Feliciano Sodré como um elo de ligação entre ambas: “numa noite de inverno, ao passar satisfeito com o seu feito, sentindo-se realizado diante da obra de cimento armado, a ponte de um só arco de lado a lado do Canal Itajurú, unindo a cidade de cá com a cidade de lá (Terra, 2003, p.75)”. É o mesmo autor que define a Gamboa como localidade “logo depois da ponte” (idem, p.35).

No que se refere à ponte Feliciano Sodré, assim, a leitura maciça dos moradores da Gamboa e da população média cabofriense é a de que a mesma sinaliza separação e segregação dos bairros com menor poder aquisitivo, entendidos como periferia da cidade.



Imagem 26 – *Ponte Feliciano Sodré nos dias atuais. Foto: www.cabofrioturismo.com.br*

De qualquer forma, em ambas as representações, fica evidente a noção de divisão entre uma *cidade real* e uma *cidade ideal* – esta, focada do centro e bairros de classe média; aquela, *o outro lado da ponte*, com bairros compostos por moradores de baixo poder aquisitivo, incluindo a Gamboa.

É o que parece também dizer o engenheiro Juarez Lopes em sua fala já citada no Capítulo 1, acerca da existência de uma divisão de Cabo Frio em uma parte “legal, rica e com infraestrutura” e uma parte “ilegal, pobre e precária, gerando iniquidade social e acelerando o processo de tensão e violência urbana (Lopes, 2011)”, ainda que não faça uma referência geográfica à divisão.

De fato, a relação entre fronteiras territoriais e fronteiras sociais nos lembra as discussões de Evans-Pritchard sobre a ligação entre os conceitos de *distância espacial* e *distância estrutural* (Evans-Pritchard, 1978). Representações urbanas acerca da divisão de uma mesma cidade em duas, através dos paradigmas da pobreza e da segregação social, também não são novidade no campo da História. Chartier (1988) visualiza a existência de duas França ao longo de sua própria cronologia nacional, enquanto, já na

área da Literatura, Lima Barreto recorda que o Rio de Janeiro dos anos 20 dividia-se em uma cidade indígena e uma cidade europeia (Villaça, 1999, p.202)

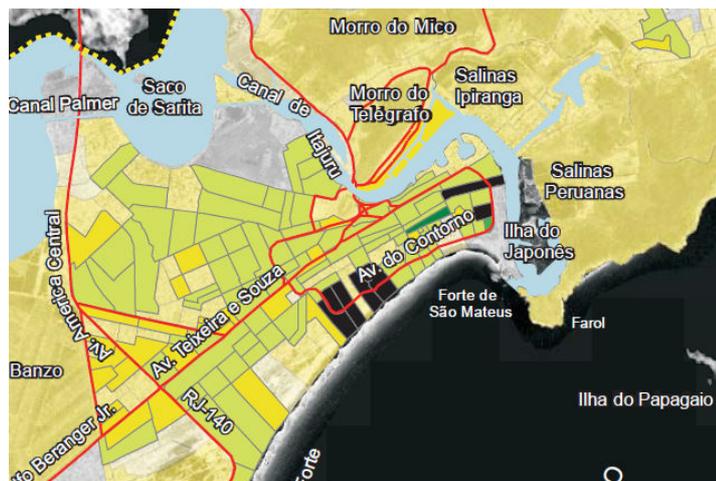
No campo das Ciências Sociais, além da já citada reflexão de Evans-Pritchard, aparece claro, em alguns exemplos, o cunho espacial, geográfico, dado às representações de divisões nas cidades estudadas. O “racha” entre uma cidade real e uma cidade ideal vem, em geral, acompanhado por uma indexação das duas representações a dois espaços distintos.

Assim ocorre com a divisão do Rio de Janeiro entre guerra e paz, morro e asfalto, denunciada por Leite (1995). A visualização do Rio de Janeiro como uma “cidade partida” já havia, por sua vez, encontrado amparo na famosa obra homônima de Ventura (1994). Rodrigues (2009), por sua vez, aborda a divisão carioca entre *cidade real* e *cidade do governo*, elucidando a diferença entre as formas de gestão da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Lessa (2001) trabalha, de forma similar, a tese de existência de duas cidades do Rio de Janeiro dentro de uma só: o Rio de Janeiro *real* e o que chama de Rio *Kitsch* (termo que significa “maquiado”, “aparente”).

Buscando a aplicação dessas reflexões metropolitanas em nossa temática voltada ao interior do estado do estado do Rio de Janeiro, guardadas as devidas proporções, estabelecemos, a partir das observações e relatos colhidos, o marco referencial dessa representação urbana como a Ponte Feliciano Sodré, tendo, do lado *antes da ponte*, bairros como o Centro da cidade, Braga, Passagem, São Cristóvão, e, no *pós-ponte*, bairros como Gamboa, Jacaré, Porto do Carro.

A representação que divide a cidade encontra certo amparo em dados estatísticos. Como já vimos, a renda mensal dos chefes de domicílio na Gamboa varia entre 1 e 3 salários mínimos, guardada a especificidade dos loteamentos, como apontamos anteriormente, média de bairro que difere bastante da dos bairros do outro lado da ponte.

Por sua vez, o mapa de ocupações irregulares do município de Cabo Frio, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, tendo em vista estudos técnicos para a construção do Plano Diretor Municipal, define boa parte do bairro como “Centro Especial de Aglomerado Urbano – Baixa Renda” (FGV, 2010).



Legenda:

Renda Média Mensal do Chefe de Domicílio (Salário Mínimo)

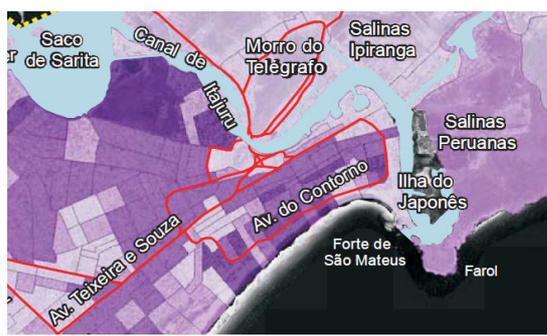
sem rendimento	3 a 5	15 a 20
menos de 1	5 a 10	mais de 20
1 a 3	10 a 15	

Fonte:

IBGE - Censo Demográfico / 2000
Imagem Ikonos / 2006

Imagem 27 – Detalhe - Mapa de Renda mensal dos chefes de domicílio. Fonte: FGV.

Em acordo com o censo demográfico de 2000, a maioria dos chefes de domicílio do bairro da Gamboa possuía entre 1 e 4 anos de estudos (IBGE, 2011). Mas não só o bairro da Gamboa: de acordo com os estudos da FGV, os bairros cabofrienses do *pós-ponte* estão, quase em sua totalidade, na mesma situação. Do outro lado da ponte, nos bairros do centro e arredores, a situação é oposta: a maioria possui mais de 4 anos de estudo (FGV, 2010).



Legenda:

Número Médio de Anos de Instrução do Chefe de Domicílio (ano)

1 a 4	11 a 15	mais de 15
4 a 8	8 a 11	

Fonte:

IBGE - Censo Demográfico / 2000
Imagem Ikonos / 2006

Imagem 28 – Detalhe - Mapa do número médio de anos de instrução do chefe de domicílio. Fonte: FGV, 2010.

Os dados confirmam a representação local acerca do *pós-ponte*. A diferença de instrução é visível pelo contraste de cores entre os lados da cidade dividida pelo Canal Itajuruí. Nesse sentido, não apenas a Gamboa, mas os outros bairros adjacentes – Jacaré, Porto do Carro, Tangará, Jardim Esperança, etc. – possuem índices menos vantajosos nas áreas de renda, escolaridade, saneamento básico, de acordo com os principais estudos realizados nos últimos anos (FGV 2010; IBGE 2010; IBGE 2001; IBGE 2011, 2011b, 2011c, 2011d, 2011e).

Entretanto, dentro da *zona espaço-representacional* urbana do *pós-ponte*, o bairro da Gamboa, apesar dos índices que corroboram sua pertença ao grupo, possui um posicionamento social e geográfico diferente dos demais bairros – situação que a coloca em postura destacada tanto dos bairros de um lado como do outro, como veremos a seguir.

A Gamboa possui os maiores vetores de crescimento urbano da cidade de Cabo Frio, apenas comparados em possibilidade de avanço com as áreas de Tamoios, na altura de Nova Califórnia, e Gargóa, que perdem, porém, no quesito de possibilidade de volumes. A Gamboa possui a vantagem de ser um território com possibilidades múltiplas de expansão urbana, nas seguintes direções: Centro, Jacaré e Porto do Carro (pela Avenida Wilson Mendes), Jacaré (pelo entroncamento com as Salinas Ipiranga) e Però/Ogiva.

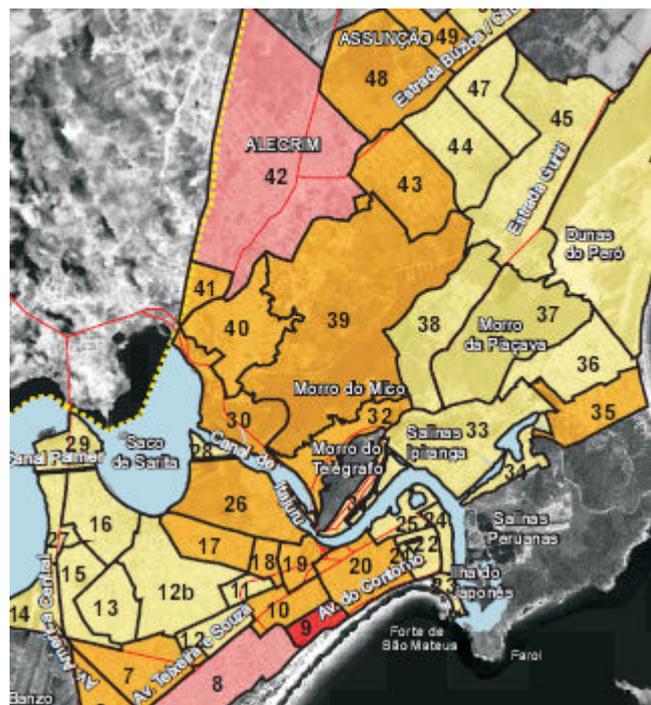


Legenda:

→ Vektor de crescimento urbano

Imagem 29 – Detalhe - Mapa de Vetores de crescimento da cidade de Cabo Frio. Fonte: FGV, 2010.

Apesar disso, a previsão da FGV para o crescimento demográfico da área até 2020 está entre os menores da cidade: apenas 2%. Especulação imobiliária, lembremos, neste caso, parece favorecer uma população flutuante (veraneio), e não fixa, que caracterizaria uma previsão de taxa de crescimento demográfico mais ampla.



Legenda:

Taxa de Crescimento (%)

	até 2,0		3,0 a 5,0
	2,0 a 3,0		maior que 5,0

Fonte:

Censo Demográfico - IBGE / 2000
 Plano Diretor de Abastecimento de Água - ProLagos / 2003
 Cálculos Demográficos - FGV Projetos / 2006
 Imanem Ikonnis / 2006

Imagem 30 – Detalhe - Mapa de Previsão de taxa de crescimento até 2020. Fonte: FGV, 2010.

Alves (2009) lembra que, a partir dos anos 60, a Gamboa passou por um processo de maquiagem, ou seja: o desejo da cidade ideal maquiou parte do bairro. Para a autora, os moradores do bairro, com suas dificuldades econômicas e sociais, ficaram presos a uma faixa de terra que denomina *cidade confinada*, entre duas ocupações de alto padrão: o Clube Costa Azul e o Condomínio Marinas do Canal. A maquiagem da *Cabo Frio Kitsch*, portanto, parece se estender até parte do além-ponte, criando na Gamboa uma *estrutura social esquizofrênica*, ao mesclar glamour e pobreza num mesmo espaço.

A maquiagem da cidade, disposta a torná-la uma utopia de sonhos e status turístico, portanto, parece possuir um *borrão social*, uma mancha, localizada no sopé do

Morro do Telégrafo, com a ocupação dos pescadores da Gamboa, maquiagem esta que tem seu fim atrás do mesmo morro, caracterizando o que Alves chama de *cidade escondida*, a partir do bairro do Jacaré, com todos os problemas urbanos que caracterizam a área a partir dali.

A autora cita ainda a justificativa utilizada para o tombamento do Morro do Telégrafo, por ser *moldura cênica da cidade* (Alves, 2009). De fato, como nas artes cênicas, o Morro do Telégrafo seria o limite geográfico entre o real e o imaginário, entre a cidade que temos e a cidade que queremos que os outros vejam. Ele é a cortina que fecha o espetáculo, e acaba escondendo, quem sabe, a desorganização e o burburinho da coxia. Se a ponte divide a cidade, o Morro do Telégrafo tenta mostrar que a cidade não é tão dividida assim, escondendo visualmente uma cidade da outra.

Essa posição diferenciada da Gamboa na geografia da cidade também aparece clara quando descemos a Ponte Feliciano Sodré em direção ao famoso município de Armação dos Búzios. Dos bairros do além-ponte, a Gamboa é o único que é passagem obrigatória para Búzios. O fato de estar à frente do Morro do Telégrafo, logo, de frente para o centro da cidade; e por estar de frente também para o Canal Itajurú, fazendo parte do conjunto natural visto como beleza pelos turistas; bem, como o fato do próprio Morro do Telégrafo “esconder” os demais bairros do pós-ponte da visão geral da cidade, deixando à mostra apenas a Gamboa, colocam o bairro em posição geográfica e representacional diferenciada dos demais bairros de sua zona espaço-representacional – o pós-ponte.

Veremos ainda, adiante, que, imersa no cosmopolitismo turístico da indústria da moda praia; no cosmopolitismo esportivo, com a exportação de jogadores de futebol e atletas do surf; e, como caminho natural para um dos mais ricos balneários do país, a Gamboa aproxima-se do glamour desejado pela cidade ideal, do *antes da ponte*, ao mesmo tempo em que apresenta índices negativos no que se refere à pobreza, escolaridade e saneamento básico, mais próprios da representação do *pós-ponte*.

A Gamboa, assim, constitui, na verdade, uma região fronteiriça, espacial e socialmente, entre a *Cabo Frio real* e a *Cabo Frio ideal*, reunindo, na verdade, elementos de ambas misturados em sua configuração social. Por isso, entendemos que o bairro da Gamboa encontra-se em situação *liminar*.

O termo *liminaridade*, em sua inserção na Antropologia, tem como principal propagador Van Gennep (1978), ao abordar a existência de três fases no rito de passagem: preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)

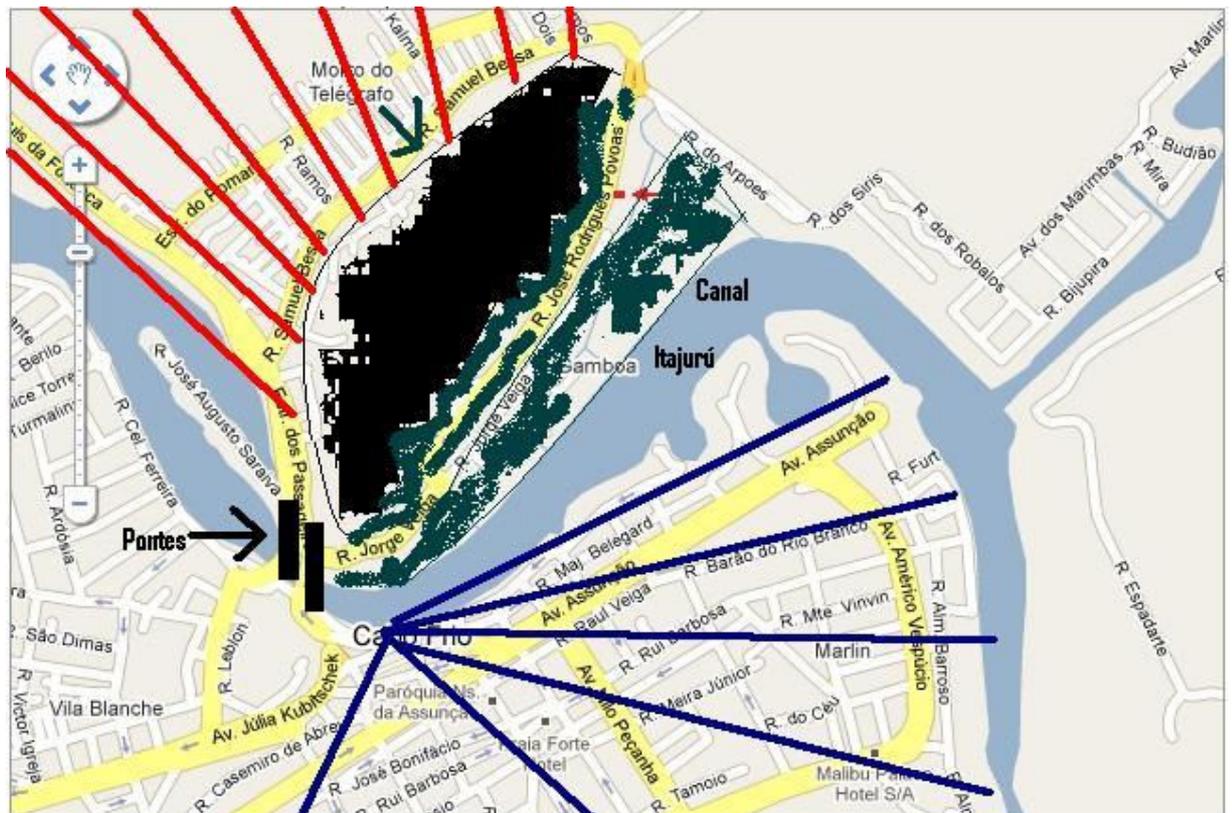
(Gennep, 1978, p.37). Turner observou que a liminaridade, o estado de transição entre duas fases, é um limbo, um período ambíguo, uma situação interestrutural (Turner, 2005, p.137), já que o indivíduo iniciado não está mais na condição preliminar, mas também ainda não ascendeu à pós-liminaridade. Assim, os indivíduos que passam pelo rito de passagem não pertencem à sociedade que antes eram parte e eles ainda não foram reincorporados em que a sociedade.

Ao entendermos a posição geográfica do bairro em relação à cidade como liminar, somos forçados a definir, em paralelo com as reflexões de Van Gennep, não dois momentos de um ritual de passagem, mas sim duas identidades espaciais e sociais, para que, entre elas, assim como entre os momentos do rito de passagem, haja uma situação liminar.

Longe de tratar as posições de Van Gennep de maneira heterodoxa, desejamos, ao contrário, uma adaptação, um paralelismo. Nosso objetivo, assim, é apenas “tomar por empréstimo” as análises acerca da liminaridade nestes autores e adaptá-las, de um universo de pesquisa ritual, para um universo de pesquisa onde se aborde o conceito que trataremos como *liminaridade espaço-representacional*.

Outro elemento do conceito clássico de liminaridade, que desejamos aproveitar em nossa concepção de *liminaridade espaço-representacional*, diz respeito ao posicionamento do indivíduo. Para Turner (2005), em situação interestrutural, isto é, liminar, o indivíduo fica invisível, estrutural ou fisicamente (Turner, 2005, p.139), postura que advém das reflexões de Van Gennep sobre a morte do indivíduo no período liminar (Gennep, 1978, p.77).

A visualização dessa *liminaridade espaço-representacional* na Gamboa fica harmônica ao considerarmos as ocupações iniciais do bairro, como vimos, a partir do Morro do Telégrafo, somente com o passar do tempo se expandindo, devido aos já citados aterramentos das décadas de 60 (Clube Costa Azul) e 80 (Projeto Marinas do Canal). Dessa forma, no mapa abaixo, podemos notar como os setores em verde (Gamboa) e o Morro do Telégrafo e pontes (em preto) formam um só conjunto espacial, possuindo uma história de ocupação comum, formando, portanto as duas cores unidas, a situação de *liminaridade espaço-representacional* entre a Cabo Frio real (pós-ponte) e a ideal (antes da ponte):



PRETO - Espaço liminar entre Cabo Frio ideal e Cabo Frio real - Pontes Feliciano Sadré e Márcia Corrêa; **Morro do Telégrafo**
VERDE - Gamboa
AZUL - Cabo Frio ideal
VERMELHO - Cabo Frio real

Imagem 31 – Mapa de aplicação do conceito de liminaridade espaço-representacional na cidade de Cabo Frio. Adaptação de Rafael Peçanha sobre a base cartográfica do Google Maps.

Como vimos no capítulo 1, a representação do bairro da Gamboa na cor vinho, de tonalidade vermelha, em outro mapa (o mapa cromático da cidade), também remete à articulação com o híbrido, o liminar, diferente do laranja dos demais bairros do pós-ponte e do azul e verde dos bairros antes da ponte.

Nesse sentido, é exatamente pelo fato da Gamboa se constituir um bairro híbrido, liminar, que mescla itens das duas representações basilares na memória coletiva dos moradores da cidade (cidade ideal e cidade real), dentro e fora do bairro, que entendemos ser essa localidade o objeto de estudo ideal para enxergarmos a cidade, seu processo histórico, presente e futuro de urbanização, já que, na Gamboa, encontramos, de forma mesclada, envolta em conflitos de pertença e segregação, as principais características, das formas mais contrastantes possíveis, da configuração social da cidade de Cabo Frio. É a partir dos olhos multicores da Gamboa que desejamos enxergar Cabo Frio, e, enxergando Cabo Frio, enxergar a cidade, o urbano.

2.3.1.4. Versões culturais locais – separação e pertença entre os lados da ponte

As relações híbridas de segregação e pertença entre a Gamboa e o *outro lado da ponte* na cidade de Cabo Frio se manifestam de maneira peculiar no que chamamos de *versões culturais locais* de elementos da estrutura social dessa *cidade ideal*. De maneira geral, observaremos como alguns causos, lendas e espaços-lugares, que marcam simbolicamente a cultura de um lado da ponte, são construídos simbolicamente pela população do outro lado dela, portando algumas denominações e elementos constituintes diferentes, ainda que dotados de estruturas culturais semelhantes.

Os casos concretos que servem para nossa reflexão dizem respeito ao paralelismo entre a ACIA (antes da ponte) e a ACIRB (depois da ponte); o *Correão* (antes da ponte) e o *Janhão* (depois da ponte); as sandálias de Malaquias (antes da ponte) e os biquínis de Dona Nilza (depois da ponte); e, finalmente, entre a *Kombi da Meia Noite* (antes da ponte) e o *Monzauro* (depois da ponte).

O *Monzauro* é um causo³⁰ típico do bairro. A história conta a existência de um carro (um Monza) que buscava homossexuais da Gamboa em suas casas para levá-los a orgias e encontros diversos. Essa lenda é extremamente semelhante à da *Kombi da Meia Noite*, carro que exerceria a mesma função, mas circulando pelos arredores dos bairros Centro e São Bento, segundo M..

³⁰ Mata (2008) apresenta em seu trabalho o conceito de *lenda urbana* ou *lenda contemporânea* para tratar de histórias narradas como “experiências próprias ou de segunda, terceira mão, estratégias de moralização, tentativas de formação de uma opinião pública”, conforme os estudos de Stehr (1998). A narração dessas histórias, portanto, constituiria uma forma de manutenção do consenso moral de uma dada “comunidade de comunicação”. Para o autor, tais lendas são entendidas, portanto, como comunicação (mais do que como representação), no sentido de que, ao narrar essas histórias, as pessoas participam de um processo de formação e legitimação de um senso moral. Bloch (1998), corroborando o sentido, digamos, comunitário do tema, lembra que nas lendas está a alma coletiva. No que se refere ainda ao trabalho de Mata, cabe afirmar que o caso do *Monzauro* aproxima-se mais ao conceito de *lenda urbana* do que do de *lenda contemporânea*, já que este engloba uma relação com algum fato histórico e é contado pelos membros da comunidade como se fosse verdadeiro. Nenhum desses dois fatores encontra-se presente na lenda do *Monzauro*. Destaque-se ainda que, para Turner (1974), as lendas são focos de interação, já que as pessoas de uma comunidade se mobilizam em torno delas. Entretanto, o foco da lenda do *Monzauro*, como o da *Kombi da Meia Noite*, é o humor, ainda que haja todos os requisitos necessários à constatação de uma lenda, conforme acima apresentamos (comunidade de comunicação, valor moral, etc.). Os dados, assim, nos levam a crer que o termo *causo* seja mais eficiente para definir o tema, posto que tal expressão é definida por Campos (2009) como “tipo de narrativa popular encontrada, mais frequentemente, no Nordeste brasileiro. A maneira como se conta um *causo* lembra o estilo da lenda. É narrado como quem conta uma história que começa com ‘era uma vez...’, explorando o humor do inusitado, mas que tem a intenção de relatar um evento passado e uma mensagem verdadeira e de valor moral”.

Um morador, C., chegou a me afirmar, na tentativa de explicar a lenda, que “o *Monzauro* é a *Kombi da Meia Noite* da Gamboa”. A frase parece dizer bem o que queremos apresentar: histórias, causos, lendas e espaços-lugares da Gamboa construídos na representação coletiva local como versões para os mesmos elementos da cidade *antes da ponte*.

Um segundo paralelismo diz respeito ao estádio municipal Manoel Francisco Corrêa, conhecido como *Correão*. Localizado no bairro de São Cristóvão (*antes da ponte*), o estádio sedia os jogos do time de futebol profissional local, a Cabofriense, que participa da 2ª divisão do campeonato estadual do Rio de Janeiro.

Construído em 1986 e reformado em 2003, parece-nos que o Correão recebeu uma versão cultural local na Gamboa. O campo público de futebol de areia, localizado no *final da Gamboa*, sedia os jogos semanais dos moradores e eventos como o futebol entre Solteiros e Casados e o futebol do Preto no Branco. Ambos serão analisados com mais detalhes no item 2.4.2.

A chave mais clara do paralelismo, da possibilidade de visualizar este campo no bairro da Gamboa como uma versão cultural local do Correão encontra-se no apelido dado a esse espaço-lugar pelos moradores. Conhecido popularmente como *Janhão*, a localidade faz referência ao ex-Vereador e atual Deputado Estadual nascido no bairro, Jânio Mendes. A denominação informal do campo, sem dúvida, relaciona-se com o estabelecimento de uma oposição representacional entre Janio Mendes e o ex-Prefeito Alair Corrêa – filho de Manoel Francisco Corrêa, que dá nome ao estádio – já que Janio, enquanto Vereador, colocou-se como oposição política aos governos de Alair, ambos protagonizando embates ferrenhos na cidade.

Uma terceira versão cultural local que podemos observar diz respeito à ACIRB (Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis), nome oficial da associação de proprietários lojistas do Gamboa Shopping. Pela comparação entre as denominações, aparece claro que a ACIRB é uma versão local para a ACIA (Associação Comercial, Industrial e Turística de Cabo Frio), fundada por volta de 1992, anos antes da associação gamboense.

Segundo o presidente da ACIA, José Martins, a ACIRB descompatibilizou-se da ACIA pelo fato dos lojistas da Gamboa estarem insatisfeitos, desejosos em receberem atenção especial e pelo fato de trabalharem com um produto muito específico – a moda praia. A semelhança entre os estatutos das duas associações é evidente, e, a partir de

uma análise mesmo superficial dos dois documentos, é possível concluir que a base do estatuto da ACIRB é o da ACIA.

Notemos ainda que, na sigla gamboense, a versão local retira a referência ao turismo – já que a associação é “comercial e industrial”, mas não “turística” – ainda que os grandes lucros dos lojistas advenham da presença deste grupo nas temporadas e veraneios. Na verdade, esse posicionamento pode relacionar-se com a representação do turista como *outsider maior*, conforme veremos no item 2.5.1.

Um quarto caso a ser estudado é o que põe em paralelo as sandálias de Malaquias e os biquínis de Dona Nilza.

No centro da cidade de Cabo Frio e na cidade vizinha de Armação dos Búzios, muitos moradores falam das famosas sandálias de Malaquias, produzidas na década de 60/70. Ainda hoje, Malaquias possui sua banca de confecção de sandálias na Rua Major Belegard, centro da cidade, ainda que sem a mesma exposição e fama de outrora.

O que se conta nesse bairro e em bairros próximos (*antes da ponte*), é que a atriz francesa Brigitte Bardot, nos anos 60, teria vindo passar as férias na região, que, na época, unia em um só município os hoje independentes Cabo Frio, Búzios e Arraial do Cabo. Em busca de conforto para os pés, a então famosíssima teria encontrado a banca do Malaquias, que vendia suas sandálias de couro. O conforto e a beleza das simples sandálias teriam encantado a atriz, que espalhou a fama do produto pelo mundo das celebridades.

A presença de Bardot na cidade de Cabo Frio é atestada como de conhecimento popular pelo poeta José Casimiro por volta de 1962 (Casimiro, 1995, p.47). Em Búzios, a francesa mereceu inclusive homenagem com uma estátua de bronze na principal orla da cidade, que, inclusive, leva seu nome.

O fato é que a história muito se assemelha com o relato local acerca do surgimento e explosão do comércio de moda praia na Gamboa, com Dona Nilza: também uma atriz famosa, mas brasileira (Tônia Carrero) se encanta pelo produto local – que ao invés de sandálias, são biquínis – divulgando a fama do mesmo, bem como de sua idealizadora, entre o meio artístico, gerando a explosão da produção local, com projeção nacional e internacional.

Na versão gamboense, permanece o cosmopolitismo e a ligação direta entre o popular/local e a externalidade, entretanto, reduzindo a distância, já que a atriz é brasileira, e não francesa, criando uma ligação direta entre o bairro e a nacionalidade, e

não com a internacionalidade. Além disso, muda-se o produto (de sandálias para biquínis) e o gênero do personagem local – uma mulher é a “atriz social” principal.

Acerca do conjunto da análise em tela, em meio aos casos concretos estudados, poderíamos ouvir o questionamento de que um estádio, uma história e um caso, são de uma cidade e são de um bairro ao mesmo tempo, não havendo possibilidade concreta de separação entre ambas as estruturas.

Como resposta, desafiaria o desafiante a falar sobre a ACIRB, o *Janhão*, o *Monzauro* e os biquínis de Dona Nilza em outros bairros da cidade. Esses termos são ou desconhecidos por outros bairros, ou, quando recordados, ligados diretamente ao bairro da Gamboa.

De fato, o Correão é um estádio de Cabo Frio, mas não é sentido pelos moradores de São Cristóvão (bairro no qual se localiza) como “deles” – não há um sentimento de pertença ao bairro. O caso da *Kombi da Meia Noite* não tem local ou bairro definido: é da cidade. As sandálias de Malaquias também são da cidade e poucos sabem que sua banca se localizava na Rua Major Belegard, no centro da cidade.

Esse conjunto de topofilias é observável e comprovável a partir da colheita de depoimentos e citações em conversas e entrevistas que realizamos. Conversamos, ao longo de três meses, com moradores do bairro de São Cristóvão (E., P., X., H. e W.) e com os já citados T. e M.

Reunindo as citações dos entrevistados e ordenando-as em ordem de aparecimento nas conversas e quantidades de menções, podemos concluir que, questionados sobre os principais espaços de práticas de esportes na cidade de Cabo Frio, os cinco moradores do bairro São Cristóvão citaram, em primeiro lugar, o Correão; em segundo lugar, o Ginásio Poliesportivo e em terceiro lugar o estádio Aracy Machado.

Questionados, entretanto, sobre os principais espaços de prática esportiva do bairro em que moravam, citaram, em primeiro lugar o Clube São Cristóvão; em segundo lugar, a Praça de São Cristóvão e em terceiro lugar – com apenas uma menção – empatado com o Progresso Esporte Clube – aparece o estádio Correão.

Já T. e M. foram questionados sobre o caso da *Kombi da Meia Noite* e sobre as sandálias de Malaquias das seguintes formas: quanto ao primeiro tema, perguntei em quais bairros a Kombi passava para buscar pessoas e qual bairro ela representava. Quanto ao segundo tema, questionei qual bairro da cidade as sandálias de Malaquias representava e qual a conexão de seu produto e de sua pessoa com bairros de Cabo Frio.

T. e M. concordaram em dizer que a *Kombi da Meia Noite* não representava um bairro específico. T. não soube dizer em quais bairros a Kombi passaria. Já M. enfatizou bairros como Passagem, Centro, São Cristóvão e Gamboa como locais de presença da Kombi, de acordo com os ditos populares.

Tanto T. quanto M., por sua vez, tinham conhecimento de que a banca de sandálias de Malaquias situava-se no centro da cidade, mas não avaliaram a conexão de Malaquias e de seu produto com o bairro. Segundo T.,

(...) ele tinha lá suas amizades no centro, no São Bento, na Passagem, naquela área toda...mas toda a cidade vinha comprar as sandálias do Malaquias, então não dá para dizer que elas ou ele são um patrimônio do São Bento ou coisa do tipo.

Ao que nos parece, assim, os causos, histórias e espaços-lugares da representação *antes da ponte* se refletem e ganham suas versões “da Gamboa”, como forma de afirmar, ao mesmo tempo, independência e pertença à cidade.

2.3.2 Os estacionamentos

Os espaços-lugares menos citados pelos moradores com os quais teci entrevistas, conversas informais e participação cotidiana, foram os estacionamentos do bairro. Entretanto, apesar da invisibilidade desses locais, foi possível notar com clareza que os mesmos constituem localidades de conflitos e relações sociais representativas para a identidade do grupo estudado.

O espaço que chamaremos arbitrariamente de *estacionamento 1* localiza-se na descida da Ponte Feliciano Sodré. Por ele passam não só os turistas que vêm do centro da cidade de Cabo Frio, de carro ou a pé pela ponte, mas também os que vêm da barca que realiza este mesmo trajeto, gratuitamente, pelo Canal Itajurú. O estacionamento 1 é forçadamente a entrada da Gamboa para o visitante, que, ao descer a ponte, vê, logo depois do Clube Costa Azul, uma artesanal placa de madeira, na entrada do estacionamento, que indexa o espaço ao bairro, empunhando seu nome: Gamboa.

Cabe lembrar que o trajeto apresentado em tela constitui elemento de importância à análise etnográfica cidadina, já que, por exemplo, é cara a Rodrigues (2005) a análise dos trajetos de transeuntes nos espaços urbanos como dados essenciais ao estudo das identidades dos grupos ali presentes. Tais reflexões, realiza o autor a

partir de estudos de mestres como Aymonimo (1981), que, entretanto, prega a prudência na análise, a partir do risco da exclusividade de utilização deste paradigma (a circulação) para reflexões urbanas.

Mais desafiador é o pensamento de Peponis (1989), para quem é essencial o estudo da relação entre a morfologia urbana e os padrões de movimentos de pedestres. Santos Neto (1991) é concorde, entendendo ser essencial a percepção dos percursos em territórios comuns e cotidianos da população.

Feita a defesa, cabe lembrar que, até o ano de 2010, a área em questão foi subutilizada pela Marinha do Brasil, com um campo de futebol de uso público. Em maio desse mesmo ano, esse espaço, continuação do ancoradouro das barcas que fazem a travessia gratuita entre Centro e Gamboa, foi asfaltada, dotada de jardins, canteiros e outros, tornando-se uma grande área de lazer e, ao mesmo tempo, de estacionamento para todo o bairro, de maneira que os consumidores do Gamboa Shopping acabavam naturalmente deixando seus veículos ali, enquanto realizavam suas compras.



Imagem 32 – Estacionamento 1, em frente ao Gamboa Shopping.

Entretanto, há uma outra área de estacionamento no bairro, mais antiga, que chamaremos de *estacionamento 2*. Enquanto o estacionamento primeiramente citado fica exatamente na descida da ponte Feliciano Sodré, o outro estacionamento, mais antigo – isto é, há mais tempo utilizado para os fins inerentes a seu nome, desde a

década de 80 pelo menos – encontra-se mais à frente, ao lado da Rampa dos Pescadores e da sede da APEAG.

Nesse mesmo mês de maio de 2010, no que se refere ao *estacionamento 1*, os moradores da Gamboa reviveram um conflito territorial com episódios semelhantes ao ocorrido nos anos 80, referentes ao questionamento da posse de residências tradicionais do bairro. Os atores envolvidos, por sua vez, também não eram tão diferentes assim.

Havia, na localidade, um conflito de informações dos moradores acerca da propriedade legal da área na qual a prefeitura da cidade construía o estacionamento público: uns diziam ser uma área da Marinha; outros diziam pertencer à Prefeitura, que, assim, estaria realizando obra em terreno legalmente de sua propriedade, sem nenhum problema, fora a retirada de uma casuarina histórica do local (marca do bairro, segundo relato de alguns moradores) e o fato de não ter havido consulta à população local sobre a conveniência da obra, bem como a colocação de placa sem dados referentes aos valores da obra em tela.

De acordo com a legislação da qual já falamos no capítulo 1, as terras naquela área seriam originalmente da Marinha, como quase a totalidade das áreas do bairro da Gamboa. Entretanto, como também sabemos pela legislação que já citamos, as terras da Marinha podem ser arrendadas, cedidas, aforadas e ocupadas, desde que regularizadas junto ao SPU, o que pode ter ocorrido com este terreno no qual a Prefeitura realizou a referida obra.

Mas um terceiro personagem, desta vez não institucional, mas sim individual, surge, ou melhor, ressurgue na história. No mesmo ano de 2010, é aberto um processo judicial, sob o número 2010.011.008682-2, por Sillandsia de Campos Pacheco, esposa de Maurício Barbosa, o “Zé Barbosa”, mesmo personagem dos conflitos fundiários do bairro ocorridos nos anos 80 e já abordados no capítulo 1 deste trabalho.

Em agosto, de fato, a justiça concedeu o embargo da obra realizada pela Prefeitura. O fato é que, apesar disso, a obra continuou posteriormente, o que nos leva a crer que, após a decisão, a Prefeitura conseguiu contestar o despacho e obter autorização jurídica para continuar a execução da obra. O estacionamento hoje, assim, é realidade no bairro, ocupado por uma simpática e informal “cooperativa” uniformizada de guardadores de carro, além de espaço para brincadeiras com as crianças nos fins de semana.

Percebemos que o processo de 2010 é apensado a outro de 2008, onde Maurício Barbosa acusa a Prefeitura de intervenção estatal em propriedade. Neste processo, o

próprio Maurício é autor, tendo como litisconsorte sua esposa, a senhora Sillandsia de Campos Pacheco, que, entretanto, como já dissemos, é autora do processo de 2010, o que nos leva a cogitar a possibilidade de falecimento de Maurício Barbosa entre 2008 e 2010.

Em comparação com os conflitos dos anos 80, é preciso salientar algumas diferenças. Desta vez, a disputa não teve participação popular, tendo sido localizado apenas nas esferas do Poder Judiciário. Não houve qualquer tipo de movimento popular da parte dos moradores, que não foram consultados sobre a obra; não foram chamados a tomar conhecimento do conflito e nem se manifestaram para entrar nele. Por outro lado, cabe salientar que ocorreu uma disputa entre Prefeitura e Maurício Barbosa por uma área de uso público dos moradores do bairro, e não por áreas de ocupação familiar e residencial dos mesmos.

O interessante é perceber como os espaços-lugares na Gamboa passam por um processo histórico contínuo de confusão de proprietários – o bairro possui vários “donos do pedaço”, diria Magnani (2002), ou, pelo menos, vários indivíduos e instituições que tentam se proclamarem donos de vários pedaços.

Mas o estacionamento 1 surge ainda envolto em polêmicas mais recentes. Por ocasião da construção do Gamboa Shopping, em 2002, segundo versão de alguns moradores, teria havido uma promessa do então Prefeito Alair Corrêa de compensar os moradores da área que teriam perdido suas áreas de garagem por ocasião das obras.

Segundo R., “Alair prometeu compensar os moradores que perderam suas garagens para a construção do Shopping, mas até hoje ninguém recebeu nada”. Para A., ainda, “tem gente que diz que essa área da Marinha era para ser um grande estacionamento que compensasse os moradores que perderam as garagens, mas todo mundo aqui paga ou para os flanelinhas ou para a Centra Park³¹”.

L. comenta, ainda: “eu não vou pagar ninguém para estacionar aqui. O Alair prometeu as vagas de garagem para os moradores depois da obra e todo mundo continuou sem nada. Quero ver alguém me cobrar aqui. É direito nosso”.

³¹ Em 25 de janeiro de 2011, foi aprovada a lei municipal 2336 que permite à Prefeitura Municipal de Cabo Frio “delegar, mediante concessão onerosa precedida de licitação na modalidade concorrência pública, a exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores e similares nas vias e logradouros públicos do Município de Cabo Frio”. A empresa vencedora da licitação foi a Central Park Rio 33, que passou, desde então, a cobrar pelo estacionamento de veículos nos logradouros da cidade, inclusive na área de estacionamento público da Gamboa em frente ao Gamboa Shopping (*estacionamento 1*).

O próprio Alair comenta o caso em entrevista, deixando indícios, ainda que não exatos, de que as versões locais da perda de garagens são verdadeiras. Apesar disso, a promessa de compensação dos efeitos da obra através da construção de um estacionamento público para os moradores atingidos não é levantada em sua fala:

Entretanto, acho que o meu maior investimento nessa comunidade foi o Shopping da Gamboa, na rua dos biquínis. Posso afirmar que foi um dos maiores desafios que enfrentei, porque as pessoas que residiam na rua dos biquínis não mais poderiam guardar os seus carros em casa. (Corrêa, 2011)

De toda sorte, o fato é que, imediatamente após a construção do *estacionamento 1*, um grupo de moradores resolveu assumir o papel de guardadores de carros no local. Confeccionaram camisetas onde se identificavam como “seguranças” na parte de trás. Na parte da frente, a inscrição “Gamboa Shopping” demonstra a relação do estacionamento com o shopping, pois, embora esteja em área pública, permitindo a qualquer pessoa ali estacionar, o estacionamento fora criado para receber aquele público específico.



Imagem 33 – *Guardador de carros uniformizado do estacionamento 1.*

Em cada turno, um dos guardadores ostenta a camisa mais importante: a de “supervisor de segurança”. Cabe afirmar e ratificar que o grupo não é cooperado ou institucionalizado, nem foi colocado ali pelo poder público. Os indivíduos (em sua grande maioria moradores do bairro) se organizaram espontaneamente, mantendo boas relações com os lojistas do Gamboa Shopping.

O acordo tácito na área dizia respeito ao fato de que moradores do bairro e lojistas não pagariam ao grupo de guardadores para deixar seus carros ali. O acordo era seguido com rigor, remetendo a uma resolução de conflitos referente às obras de construção do Gamboa Shopping, ainda que o Poder Público Municipal não tenha tido nenhuma participação nesta configuração. A espontaneidade do grupo, assim, supre, na informalidade, o papel de mediador e solucionador de conflitos do estado – especialmente quando o próprio ente público cria historicamente o conflito, como no caso em tela.

A tensão dos primeiros dias de inserção da Central Park no *estacionamento 1* deu lugar, em uma semana, a uma rápida solução de conflitos, por iniciativa da própria empresa, que contratou os guardadores do grupo para seus quadros, integrando-os aos funcionários já designados para exercer os serviços no local.

O *estacionamento 2*, por sua vez, como dissemos, localiza-se em área anexa à Rampa dos Pescadores, sede da APEAG. É utilizada há décadas – pelo menos desde os anos 80 – para essa função.

O grupo que se organiza para a guarda desse espaço é composto por membros da APEAG e da AMAG. Coordenado por Beto – esposo da presidente da APEAG e ele próprio presidente da AMAG – o grupo também possui uma organização informal, ainda que dotada de menos símbolos, hierarquias e estruturas internas que os do *estacionamento 1*.

Neste estacionamento, em geral utilizado quando o primeiro está lotado – até por ser mais afastado dessa primeira área do bairro, vista por quem desce a ponte – os guardadores de carros não criaram funções e uniformes.

2.4 Espaço-lugar, poder, rituais e simbolismos do mundo moderno

2.4.1 Carnaval

A questão central desde capítulo, já tratada anteriormente – a representação das duas cidades através da ponte – relaciona-se sobremaneira com o primeiro ritual³² urbano do qual queremos falar no bairro da Gamboa, já que a agremiação mais antiga do bairro é, exatamente, a Escola de Samba Unidos da Ponte. Assim, pautada não exclusivamente, mas principalmente nas abordagens de Turner (2005), Da Matta (1979, 1977), Van Gennep (1978) e do próprio Leopoldi (1978), a relação entre carnaval, rituais, cultura e sociedade, envolta em conflitos de pertença e segregação, é exatamente o fundamento da reflexão que agora iniciamos.

Minha experiência de campo referente a este tópico deu-se no bairro da Gamboa a partir de observação participante realizada durante os carnavais de 2010, 2011 e 2012. Na localidade, temos ativas três agremiações carnavalescas: os Blocos A Arca e União do Arrastão; e a escola de Samba (G.R.E.S.) Arrastão da GB. No passado, conforme vimos no capítulo 1, tivemos ativos o bloco Unidos da Gamboa e a Escola Unidos da Ponte, ambos já extintos.

Dirigido há dez anos pelas mesmas famílias tradicionais do bairro, o Bloco carnavalesco A Arca apresenta algumas características simbólicas interessantes para nosso escopo antropológico.

Neste ano de 2012, a agremiação comemora seus 10 anos homenageando Vavadinho e Gandola, personagens históricos e populares do bairro do Gamboa, cujos bonecos gigantes, em homenagem *post mortem*, já ocupam os desfiles da agremiação desde o ano anterior. Temos aqui, portanto, um enredo ufanista, sem dúvida.

Cabe salientar, antes de prosseguirmos, que ao entrevistamos os moradores do bairro acerca dos enredos trabalhados pelas agremiações carnavalescas do bairro que se lembravam – e não apenas os mais agradáveis – somente os enredos que falavam do

³² Cabe esclarecer que o conceito de ritual que tomamos neste trabalho refere-se ao evidenciado por Leach, receptor da anuência de Da Matta (1977), segundo o qual todo ritual diz respeito ao “traço social de qualquer ação social que objective: a) a comunicação social e b) a evocação de poderes ocultos. Apenas seriam não-rituais as condutas onde os meios e os fins guardassem uma relação direta e mecânica, como o ato, por exemplo, de derrubar uma árvore” (Da Matta, 1977, p.41). De fato, a partir desse conceito, Da Matta aventura-se em compreender o carnaval como ritual brasileiro, sendo perfeitamente plausível a aplicabilidade do conceito em tela, mediante sua descrição apresentada, não só ao fato que nesta página se descreve, mas também nas descrições que veremos à frente, especialmente no que concerne ao esporte e à moda praia.

bairro foram lembrados, havendo apenas um dos 13 entrevistados que se recordou de um enredo desarticulado das questões locais.



Imagem 34 – *Bloco A Arca, carnaval 2011. Carro representando a Arca de Noé e os bonecos de Gandola e Vavdinho. Foto: Carla Loyola.*

Os poucos relatos que pudemos colher acerca da origem e fundação do Bloco Carnavalesco fazem remissão à comunidade católica do bairro. Moradores ligados à Capela de São Pedro, localizada na Gamboa, decidiram, há alguns anos, dar vazão à iniciativa de colocar nas ruas da localidade um bloco carnavalesco que fizesse referência à Arca de Noé. O Bloco teria apenas um carro, que seria justamente representado por um grande barco, com animais cenográficos, representando o que relata a história bíblica.

Uma das primeiras simbologias que pudemos supor diz respeito à relação entre a estrutura da agremiação e a estrutura do grupo de pescadores do bairro. São Pedro, padroeiro da Capela cujos membros criaram o Bloco, é considerado pela fé católica o padroeiro dos pescadores. Por sua vez, a Arca de Noé nada mais é que um grande navio, um grande barco, veículo utilizado pelos trabalhadores da pesca.

Essa relação entre símbolos e significados, longe de caracterizar suposições vagas e relações sem limites, diz respeito a uma linha de pensamento da antropologia, denominada por Da Matta como Antropologia dos Símbolos (Turner, 2005, p.15), já que, para o autor brasileiro, o próprio Turner vê os símbolos como agentes que “fazem as coisas, transformam situações, estados e pessoas” (*ibid*, p.26).

Os espaços, por sua vez, também dão vazão a reflexões simbólicas de peso na análise da identidade de um grupo social. Para Ferrara (2008), a cidade, como espaço físico, é cenário e ao mesmo tempo ator de uma relação social que contracenam com o homem, usuário ou cidadão. Pelo imaginário humano, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passam a remeter a algo mais, devido à incorporação de significados extras e autônomos, em relação à imagem básica que lhes deu origem (Ferrara, 2008, pp.193,194).

Kant de Lima, por sua vez, destaca, em seu trabalho sobre os pescadores de Itaipu, de forma semelhante, a análise da topografia do lugar, no sentido da observação do espaço no entorno, enquanto item de análise etnográfica (Kant de Lima, 1997, p.31).

As reflexões de Foucault e Bourdieu acerca das relações entre objetos, espaços, símbolos e a organização social de grupos também é conhecida. Este afirma, por exemplo, que as estruturas espaciais estruturam – com o perdão da redundância – não só a representação de mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo em acordo com sua representação” (*in* Harvey, 1993, p.198).

Dada a análise teórica acima, parece ser coerente traçar, nas linhas que seguem, uma análise do ritual que relacione organização espacial e símbolos, integrando as estruturas do espaço físico e do espaço social, já apresentadas como relacionáveis exaustivamente neste trabalho.

Cabe-nos, portanto, neste momento, observarmos a ocupação espacial da concentração e de “saída” da agremiação. O Bloco concentra-se em um espaço confinado: no final de uma rua, limitado, de um lado, por uma praça, e de outro, pela Capela de São Pedro. É exatamente o “canto” do bairro:



Imagem 35 – Mapa de localização da concentração do Bloco A Arca. Adaptação sobre imagem do Google Earth.

Ao analisarmos a situação geográfica do bairro da Gamboa, em relação à cidade de Cabo Frio, pudemos notar duas questões interessantes: em primeiro lugar, o fato de que o bairro é liminar; segundo, que é confinado.

Já tendo nos debruçado sobre os conceitos de *liminaridade espaço-representacional* e confinamento, no que concerne ao bairro da Gamboa; suas divisões internas e sua relação de pertença e segregação para com a cidade, cabe analisar, neste momento, de que maneira o ritual urbano estudado reproduz a estrutura representacional que aqui elencamos, através da ação organizada de seus atores sociais.

Nosso entendimento é de que o confinamento espacial e o hermetismo do Bloco (que não é divulgado na cidade, até 2010 não fazia parte da Associação de Blocos, sendo administrado pelas mesmas famílias há anos) se dá como um reflexo do confinamento do próprio bairro em relação à cidade, seja no sentido espacial, seja no sentido social e representativo.

Assim, por ocuparem uma posição espacial e representacional, além de liminar, confinada, entendemos que a “saída” de um bloco carnavalesco em espaço do bairro igualmente confinado, como vimos no mapa acima, manifesta e afirma essa condição estrutural do grupo.

Se compararmos, portanto, a imagem 31 com a imagem 35, veremos como o confinamento espacial e social do bloco e do bairro são extremamente semelhantes, motivo pelo qual entendemos em um (o bloco) a representação, afirmação e manutenção da estrutura do outro (bairro).

A ideia de permanecer concentrado no canto da praça principal do bairro, entre a Igreja de São Pedro e uma rua que passa escondida por detrás da Praça Major Terra, reflete simbolicamente a representação de uma cultura que não deseja a expansão e a divulgação, mas ao contrário, encontra seu orgulho em manter-se exclusiva dos moradores locais e das famílias tradicionais do bairro.

O Bloco percorre assim, nessa linha, um trajeto intimista – ao invés de ganhar a Rua Jorge Veiga na direção do estacionamento 1 e da Ponte, o bloco segue o curso oposto, indo a passar defronte ao estacionamento 2, ao campo de futebol do bairro, na direção do que os moradores chamam de “o final” da Gamboa, no entroncamento com o bairro Jacaré e a estrada que segue para Búzios. A impressão, novamente, é que o pequeno trajeto reflete um desejo de não conexão, de não exposição à cidade, evitando o território do bairro mais próximo à ligação com o mesmo centro: a ponte e sua descida para o bairro – *o lado da ponte*.

Este tipo de situação social, na qual um ritual carnavalesco reproduz a estrutura do grupo, remete-nos, sem dúvidas, às reflexões de Leopoldi sobre os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro (Leopoldi, 1978).

Para ele, esse ritual, em oposição ao que afirma Da Matta, não reflete uma *communitas*³³, no conceito de Turner, mas no máximo uma *communitas relativa*, já que o ritual em tela mantém, e não inverte ou anula as relações de poder da estrutura social, refletindo o domínio do mundo social sobre o mundo do samba (*ibid*, p.130), especialmente observado no que diz respeito à divisão de ocupação espacial (*ibid*, pp. 125 e 127), assim como aqui queremos afirmar na relação entre a estrutura do grupo de

³³ A *communitas*, para Turner (2005), é conceito gerado em oposição à estrutura. Se para Marvin Harris a estrutura é a ordem de um sistema (Turner, 2005, p.32) ou ainda os aspectos mais estáveis de ação e inter-relacionamento, para o autor a *communitas* é sua oposição (*idem*, p.29). No caso do carnaval, segundo Leopoldi (1978), a compreensão de Da Matta acerca da visualização do carnaval como *communitas* possui falhas, sendo o conceito, nesse caso, relativizado (*communitas relativa*), já que o ritual central do carnaval seria propriamente o desfile das escolas de samba, evento este que, ainda que propicie sentimentos e imagens de igualdade, na realidade, mantém as relações da estrutura social, fortalecendo o domínio do mundo social sobre o mundo do samba (Leopoldi, 1978, pp. 124, 126, 129,130), especialmente observado no que diz respeito à divisão de ocupação espacial (*idem*, pp. 125, 127) do sambódromo, nos quais os espaços privilegiados e mais caros continuam sendo próprios das classes mais altas, ao passo que os espaços menos nobres e mais baratos permanecem sendo refúgio das classes mais populares, seja dentro (destaques de carros, rainhas de bateria) ou fora do desfile (camarotes, tribunas).

moradores da Gamboa e o Bloco A Arca como ritual carnavalesco imediatamente a ele ligado.

Resumidamente, no confinamento espacial do bloco, bem como na proposital falta de divulgação e inclusão nos eventos da cidade, por vontade de sua diretoria (confinamento social consentido), encontramos, como afirma Leopoldi (1978_, a reprodução da estrutura do grupo social, e não sua inversão. Localizados numa liminaridade que é socioeconômica, espacial e pautada nas representações sociais (uma *liminaridade espaço-representacional*), os moradores da Gamboa trazem a si próprios na Arca, confinada e escondida.

Outra agremiação carnavalesca do bairro é o G.R.E.S. Arrastão da GB, que, em 2007, teve como enredo “Gamboa, meu bairro...minha paixão”. Mas os enredos, digamos, ufanistas, não são novidade em nosso tempo – o já extinto bloco Unidos da Gamboa, pelos anos de 1995/1996, quando ocorria na cidade um campeonato de Blocos de Enredo (uma “fase” posterior aos “blocos de arrastão”), venceu com o enredo “O Havá é aqui”, exaltando as belezas e as personalidades do bairro da Gamboa.

No caso do Arrastão da GB, todas as pessoas que entrevistei lembravam-se apenas do samba de 2007, cujo enredo era o próprio bairro, mas não lembravam de sambas dos anos mais recentes, que tratavam de temas externos ao local. Mais do que isso, a atual crise da agremiação, que, em 2012, foi rebaixada do grupo de acesso pela segunda vez consecutiva, é devida, segundo os moradores, ao fato da Diretoria não ser mais composta por moradores da Gamboa.

Para J., “é tudo de fora, não é da comunidade. Na minha geração, era a gente que tocava na bateria e só tinha nota 10. O bairro todo participativa. Por isso que cai toda hora. E só vai levantar depois que a gente tomar a Diretoria de novo”. O detalhe é que a “geração”, termo usado por J., diz respeito ao seu grupo de amigos que participava junto dos desfiles da agremiação há não mais de 4 anos.

Aqui, o ufanismo inconsciente dos moradores se mistura a uma noção de história, de passado, construído de forma mítica, ainda que recente. Sobre a noção de tempo mítico, temos boas referências – inclusive já trabalhadas em nossa pesquisa anterior (Moura, 2011) – na pesquisa de Prado (1997).

Para exemplificar o sentimento coletivo em tela, citaremos um fato ocorrido no carnaval 2012. Ao final do desfile do bloco União do Arrastão, o ex-presidente do G.R.E.S. Arrastão da GB pediu a palavra e afirmou reconhecer ter cometido um erro: apoiar “uma diretoria que não fazia parte do bairro da Gamboa”. Por isso, para remediar

sua falha, estaria disposto a apoiar D., morador do bairro, membro da família “A”, da qual tratamos no item 2.3.1.2. A fala gerou aplausos, gritos e manifestações de apoio dos moradores participantes do evento.

As datas de desfile dos dois blocos também manifestam importantes afirmações para nossa etnografia.

O Bloco A Arca é um dos primeiros a desfilar na cidade, na sexta-feira anterior ao carnaval, com concentração na Praça Major Terra por volta das 20h e desfile às 21h30min. Já o União do Arrastão – a terceira agremiação carnavalesca atuante no bairro – desfila no sábado após o carnaval, com concentração a partir das 17h e desfile às 20h na mesma praça.

No carnaval de 2012, destaque-se, o samba do União do Arrastão não foi bem aceito pelos moradores do bairro em geral, devido ao fato de ter como enredo o G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, diferente do que aconteceu em 2011, no qual o enredo foi exatamente o bairro da Gamboa. Os versos desta canção foram entoados ao longo de todo ano pelos moradores em outros eventos, ao passo que o samba desse ano “é sem graça”, segundo N., ou ainda, “não tem nada a ver com a gente”, segundo L., e ainda, “ninguém vai cantar isso no bairro”, de acordo com J.

Perceptível é o fato de ambas as agremiações não desfilarem especificamente no período carnavalesco de quatro dias (sábado, domingo, segunda e terça-feira) e sim antes (A Arca) ou depois dele (União do Arrastão). Outro fato ponderável é a mínima diferença do trajeto: ambas as agremiações saem da Praça Major Terra, passam pela Rua Jorge Veiga e retornam à Praça pela Rua Virgílio da Silva Rodrigues. A única diferença está no fato de que A Arca inicia seu percurso por trás da Praça (pela Rua Oriovaldo Sampaio), enquanto o União o faz pela frente (pela Rua José Rodrigues Póvoas).

Ambos os blocos, entretanto, não chegam à “entrada” do bairro (a descida da ponte Feliciano Sodré – o *lado da ponte*), dando as costas a ela assim que entram na Rua Jorge Veiga. Como duas faces de uma mesma moeda, podemos observar, nos dois blocos carnavalescos do bairro, a reprodução do esquema mental que se apresenta na configuração cultural observada no bairro.

Misturando coesão e fissão, as duas agremiações possuem em comum o repúdio à externalidade que um trajeto que expusesse o bairro ao *outro lado da ponte* pudesse oferecer, preferindo virar às costas à cidade. Comum também é a eleição da praça como ponto de encontro e a ideia de não desfilar dentro da estrutura cronológica clássica do

carnaval, mas sim fora dele, seja antes ou depois. O objetivo comum parece ser negar a estrutura oferecida pela cidade, marcando um diferencial pela via do tempo.

Por outro lado, os dois blocos se opõem no que representam para o bairro, internamente. Se A Arca é a agremiação das marchinhas antigas, do catolicismo, das famílias tradicionais e da simbologia popular religiosa, o União do Arrastão é o bloco da juventude e dos adolescentes, onde as bebidas alcoólicas são consumidas em profusão muito maior. O desfile do União também é precedido pelo “jogo das piranhas”, no *Janhão*, no qual os homens do bairro se vestem de mulheres e disputam um jogo de futebol, “emendando” no bloco, para o qual se dirigem mantendo sua caracterização até o final do desfile.

Assim, parece claro que, representando a coesão de um grupo social que nega a cidade, ou, ao menos, procura se manter à parte dela, seja em seu trajeto, seja na escolha das datas de desfile, as duas agremiações representam também as fissões internas do grupo, nesse caso, representando o sagrado (A Arca) e o profano (União do Arrastão), o que se simboliza pelo trajeto realizado pelos mesmos: A Arca passa por dentro da praça para seguir a rua da Igreja, da Capela de São Pedro (sagrado) enquanto o União passa pela Rua José Rodrigues Póvoas, a principal do bairro, rota que liga Cabo Frio e Búzios, cidade símbolo de turismo de alta renda, luxo e prazer.

Douglas (1976), fundamentando-se em Eliade, compreende que há uma forte conexão, apesar da aparente oposição, entre sagrado e profano. Assim, para a autora, “o sagrado é ao mesmo tempo profano e maculado” (Douglas, 1976, p.20). A raiz do termo latino que indica a sacralidade, *sacer*, pode ser empregada também como profanação. Corroborado a tese, o termo hebraico para a santidade, o K-D-SH, significa, ao mesmo tempo, o santo e o separado, posto à parte (idem, p.21), ou seja, aquilo com o que não se deve ter contato.

De fato, as observações em tela confirmam a postura de Douglas, trazendo uma contribuição no que se refere aos instrumentos através dos quais é possível observar essa relação mista de separação e ligação entre sagrado e profano: a análise dos trajetos de urbanos, manifestações significativas de circulação (Rodrigues, 2005, p. 53).

Mais do que isso, o caso em tela nos possibilita observar como essa relação ambígua entre sacralidade e impureza pode possuir conexão direta com os contextos de fusão e cisão dos grupos sociais (Evans-Pritchard, 1978) e com o empreendimento de uma arqueologia urbana (Mello e Vogel, 1984), já que, as formas de ocupação e circulação dos espaços desse grupo social – que revelam as relações sagrado x profano e

fusão x cisão – parecem ser reflexos claros do histórico social e geográfico de ocupação dos espaços físicos e sociais do bairro, conforme veremos ao concluir esta pesquisa.

2.4.2 Esporte

Uma outra linhagem de rituais urbanos que nos parece relevante para nossa pesquisa diz respeito ao esporte. Em nossa observação participante, notamos a estreita relação entre as disputas pelo poder político no bairro da Gamboa, através de suas associações urbanas (ver conceito no item 2.5.3) e o jogo entre a manutenção de ritos tradicionais e a criação de novos ritos ligados ao esporte no bairro.

Como vimos no Capítulo 1, o passado urbano da Gamboa remete ao enfrentamento de grupos esportivos que se relacionavam a divisões de espaço no bairro – é o caso do confronto entre os times Canto do Galo e Veteranos. O fato é que um grupo político local, interessado no poder da AMAG – Associação de Moradores e Amigos da Gamboa – surge no final da década de 90, e, disposto a captar o interesse e o voto dos moradores, este grupo tenta, desde então, criar uma nova tradição no bairro: o futebol anual do Preto no Branco.

No dia 1º de maio, feriado, dia mundial do trabalho, o evento acontece no *janhão*, sendo os times divididos em um preto e outro branco. Quanto à essa divisão, L. alertou-me que a confusão na alocação dos moradores nos dois times não possuiria relação com a cor de suas peles. Segundo L., “o objetivo é mesmo misturar as duas raças para mostrar que aqui não tem preconceito”. O objetivo do evento, desde então, é obter a simpatia dos moradores (no evento há churrasco, cerveja e outras benesses) a fim de buscar espaço político para alcançar o poder na AMAG.

A criação de uma nova tradição esportiva de disputa entre preto e branco, denota, em primeiro lugar, um novo viés de articulação do esporte na localidade – a indexação desta atividade ao campo de disputa política pela AMAG. Por outro lado, o desejo de espaço político, nesse novo cenário, não aparece coadunado com disputas ou representações de divisões territoriais internas ao bairro: O “lado” dos veteranos e o “lado” do Canto do Galo já estava sacramentado pela população local – não haveria mais zonas do bairro a disputar.

Interessante citar ainda que o evento tem o patrocínio de uma das lojas do Gamboa Shopping, cujo dono é membro da Associação de Lojistas. Este grupo político não conseguiu chegar ao poder da AMAG.

Entretanto, há rituais ligados ao futebol no bairro sem ligação política com relações de poder alocadas em associações urbanas. É o caso do tradicional futebol entre casados e solteiros, que acontece anualmente, sempre no dia 31 de dezembro, último dia do ano. No futebol de 2010, pude participar ativamente da preparação e do jogo com os moradores.

O primeiro dado interessante é que a “concentração” para o jogo aconteceu entre 12h e 16h30min. O jogo, propriamente dito, não durou mais de 20 minutos. A “concentração” (que na verdade constituía o próprio ritual, e não sua prévia) ocorreu em frente ao *Janhão*.

A “concentração” constitui-se de um isopor comum, colocado no meio da calçada defrente ao campo, com gelo comprado por alguns moradores. Cada participante que chega deve trazer sua contribuição em bebidas – na grande maioria, cerveja – que são depositadas e retiradas livremente do local. Não há controle de entrada e saída de bebidas, nem de quem traz ou não traz sua contribuição. Um dos moradores, que me acompanhou neste dia, entretanto, deu a entender que levar a contribuição era extremamente necessário, sob o risco do não contribuinte “passar como vacilão”, o que representa, sem dúvida, rígido controle moral entre os moradores.

A temporalidade do ritual destaca características peculiares em outro momento: não há horário marcado para começar. Estava eu acompanhado de L. quando questioneei o Deputado Janio sobre o horário de início do futebol. “Não tem hora”, disse-me ele. L. concordou e me disse que o futebol só começava “quando todo mundo estivesse ruim”, isto é, quando os participantes estivessem parcialmente ou totalmente alcoolizados.

A concentração para o futebol, entretanto, não se confinava somente ao arredor do campo. Em todo o bairro, pessoas já colocavam bandeiras e camisas de seus times de futebol profissional nas sacadas e nos corpos, enquanto ocupavam os bares da localidade. Foi confeccionada uma camisa do jogo, utilizada e dependurada por grande número de moradores pelas ruas do bairro durante todo o dia. O local respirava o evento desde cedo. Diferente do Bloco da Arca, o ritual do futebol entre solteiros e casados ganha todo o bairro, ainda que, igualmente, não “atrasse a ponte”.

Outro dado interessante é que o futebol entre solteiros e casados atrai a presença dos nomes ilustres do esporte nascidos na Gamboa. Por ser realizado em período de férias, os jogadores de futebol profissional Glauco (União de Leiria, Portugal), André (então no Dínamo de Kiev, Ucrânia; já convocado pela Seleção Brasileira; ex-Santos e atualmente no Atlético-MG) e Aleksandro (atualmente jogador do Resende, com

passagens pelo Botafogo e pelo futebol da Coréia do Sul) compareceram ao evento, assim como o jogador de futsal Digo (ala do Macaé, ex-jogador do Cabo Frio futsal e de clubes de Portugal e Cazaquistão) estiveram presentes. André, então em alta no futebol brasileiro e internacional naquele momento, foi o grande assediado do evento. A casa de sua família é praticamente em frente ao *Janhão*.

A conexão dos talentos da Gamboa com uma certa identidade nacional é largamente utilizada nos meios de comunicação da cidade e nas conversas do bairro. O jornal local *O Completo*, de 27 de março de 2010, exalta André como “Artilheiro do Brasil” já em sua capa, reforçando, nos textos da entrevista, o nascimento do jogador na cidade e sua posterior moradia em Búzios, com seu sucesso nacional. O fato de ter nascido na Gamboa, entretanto, não é citado em nenhum momento da entrevista e matéria.



Imagem 36 – Jornal O Completo, 27 de março de 2010. Detalhe da capa.

Já o *Jornal Noticiário dos Lagos*, em sua edição de 25 de junho de 2010, exalta em sua manchete a Gamboa como celeiro de atletas, citando a vocação esportiva do

bairro e lembrando, inclusive, que, em um determinado momento, um grupo de moradores decidiu confeccionar uma faixa que foi colocada no final do Gamboa Shopping, com fotos dos principais nomes do futebol e do futsal revelados pelo bairro. Cabe destacar que a faixa não se encontra na entrada do Gamboa Shopping, melhor local para a visibilidade de quem desce a ponte a adentra a antiga Rua dos Biquínis. Ao contrário, ela está no final do Shopping e virada na direção do *final da Gamboa*. O recado, pois, parece ser mais aos moradores do que aos visitantes.



Imagem 37 – *Jornal Noticiário dos Lagos*, edição de 25 de junho de 2010.

Cabe lembrar ainda que Gamboa possui o time de futsal Costamar, que treina na Praça Major Terra unindo, em sua denominação, as regiões de conflito entre pescadores artesanais e industriais: a costa e o mar (Moura, 2011).

A história da cidade, em busca de um cosmopolitismo, um nacionalismo e um internacionalismo que referende e que se encaixe no seu processo de urbanização, reflete-se nas histórias do bairro. O caso de André assemelha-se: a cidade toma o talento como empréstimo para garantir sua vocação de exportar talentos para o Brasil e para o mundo, mantendo esta conexão.

Não seria absurdo, assim, supor que a necessidade de criar imagens cosmopolitas, que estabeleçam tal ligação direta bairro-país ou bairro-mundo, possui conexão próxima ao que vimos na comparação entre os casos das sandálias de Malaquias e dos Biquínis de Dona Nilza. Os biquínis de Dona Nilza e a reportagem sobre André possuem o mesmo foco: ligar a Gamboa ao país – quiçá ao mundo – sem passar pela cidade, algo não muito diferente do que manifesta a negativa dos blocos carnavalescos em passar pela ligação do bairro com a cidade: há uma renúncia à cidade.

Na Gamboa, a sensação entre os moradores é a mesma, ainda que não reconhecida pela cidade – talvez por isso a faixa com fotos e nomes de craques locais esteja apenas no Gamboa Shopping, voltada na direção do bairro, e não da ponte – sua “fronteira” com a cidade – ao passo que o jornal trata o artilheiro como cabofriense e “do Brasil”, e não da Gamboa. Como no Bloco A Arca, o sentimento parece ser a manutenção dos costumes internos do bairro, sem a “saída” para a cidade.

O caso da faixa demonstra como o grupo social estudado cria formas próprias para exaltar seus talentos locais, já que tal reconhecimento não é dado pela imprensa e pelas instituições públicas da cidade. Já que haveria essa “omissão”, a resposta do gamboense é uma homenagem vista apenas ao seu próprio grupo, como retaliação ao esquecimento oferecido pela cidade.

Não podemos esquecer, ainda como ritual no universo do esporte do bairro, do jogo das piranhas, que precede o desfile do Bloco União do Arrastão. Sobre esse evento, já tratamos brevemente no item 2.4.1, sendo dispensável se detalhamento.

2.4.3 Moda Praia

Nem só de rituais voltados para o futebol e carnaval vive a Gamboa. Durante uma visita a casa de uma família do bairro, observei um ritual ligado à confecção de moda praia. Ocorre que, da confecção para a loja, os bojos (parte de cima dos biquínis, com enchimentos) são enviados com os dois cadarços que passam pelas costas, para fazer o nó, do lado avesso. Cabe aos funcionários das lojas ou seus administradores virarem esta parte do outro lado, a fim de que o lado certo apareça e a peça fique pronta para a venda.

Para realizar tal intento, é necessária uma peça especial de metal fino, espécie de palito metálico, que deve penetrar a ponta do cadarço e ir até o final da peça, sem furá-lo. Em seguida, a peça de metal é retirada e, com as próprias mãos, deve-se puxar o resto do material, que fica então pronto para ser comercializado.

Inicialmente, o ato não me pareceu possuir significados interessantes. Ao ser convidado para realizar a ação junto aos presentes, percebi, em primeiro lugar, que não era o evento tão simples quanto parecia. Realizado na casa dos proprietários da loja – e não no interior do estabelecimento – fui surpreendido por um dos presentes, que me disse que o nome daquela ação era *vira-tripa*.

Tal ritual, segundo ele, era realizado por sua família – toda composta por indivíduos ligados ao ramo de moda praia ou da pesca – desde a infância, sempre com disputas sobre quem era melhor naquela “arte”. Ao errar por cerca de três vezes, tive de ser ensinado novamente por um dos proprietários, que apresentava ar de sapiência e palavras de compreensão com a minha reconhecida inabilidade. Depois que acertei a técnica, tinha meus bojos prontos fiscalizados pelo mesmo proprietário, para ver se o serviço estava certo. Percebi ali que o *vira-tripa* constituía um ritual de demonstração e manutenção de um saber local, dotado de uma hierarquia de fiscalização do bom conhecimento daquela técnica artesanal.

Mais do que falar deste ritual pontual, parece ser coerente descrever a estrutura do comércio moda praia que visualizei na Gamboa. Cabe lembrar inicialmente que vi, no mês de janeiro de 2011, algo semelhante ao que observamos no carnaval: há um ano todo de trabalho para a produção das peças, mas o objetivo final é um tempo curto: quatro dias, no caso do carnaval, e cerca de 25 dias no comércio moda praia. Como podemos perceber, comparando as reportagens do Jornal Folha dos Lagos de 7 de janeiro e 25 de janeiro de 2011 (anexos III e IV), é perceptível que a chamada *temporada* ou *veraneio* das vendas da Gamboa dura entre o dia 27 de dezembro e os 20 primeiros dias de janeiro do ano seguinte.



Imagem 38 – *Gamboa Shopping. Foto: Rafael Peçanha.*

A estrutura das lojas do comércio de moda praia, assim como das agremiações carnavalescas, é montada com antecedência. A loja que pesquisei de forma mais direta mantém suas atividades o ano todo, contando com duas atendentes, três costureiras e um corpo de três administradores. Entretanto, já a partir de outubro, uma casa próxima foi alugada para servir de confecção. Os tecidos são comprados no Rio de Janeiro, especialmente em Copacabana.

Quando as peças acabam durante o verão, porém, a saída é recorrer a compras de tecidos no centro de Cabo Frio. A confecção da qual falo contratou três costureiras e produziu 7000 bojos na primeira semana da temporada. O bojo é campeão de vendas no verão deste ano e foi fabricado em diversas cores para agradar à freguesia feminina, que, como veremos nas linhas abaixo, constitui a principal clientela de moda praia na Gamboa e no Brasil.

As lojas na Gamboa abrem cerca de 10h e fecham, por vezes, às 23h, todos os dias na temporada. Essa jornada gera nos administradores das lojas a necessidade de trabalhar com turnos de funcionários para atendimento, no mínimo dois (um por turno) ou dois grupos (um por turno), dependendo da demanda e tamanho do empreendimento.

Nesse sentido, durante o verão, os moradores que administram lojas de moda praia na Gamboa vivem praticamente 100% de seu dia em trabalho. Em geral, optam por realizar viagens antes do Natal, pois dali para frente não terão espaço de tempo pra lazer – ao menos até meados do fim de janeiro.

Quanto ao conceito de moda praia, cabe salientar que alguns lojistas com os quais pude conversar entendem que esta noção remete a todo o conjunto de vestuário e acessórios que importem a inserção – especialmente do turista – numa rotina cotidiana de acesso às praias da cidade de Cabo Frio e Região, indo desde biquínis e sungas até cangas.

De acordo com dados da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior – O Brasil saltou de quase 5 milhões de dólares em exportações de moda praia feminina, em 2001, para 9 milhões e meio de dólares em 2003 (Oliveira, 2004). Por isso, talvez, o samba do G.R.B.C. União do Arrastão de 2011 afirme que no shopping da Gamboa *tem mulher bonita*: sem dúvida, pela beleza feminina que circula, mas, principalmente, pelo fato do grande consumidor de moda praia nacional ser exatamente o público feminino.

O Gamboa Shopping é hoje referência nacional e internacional de moda praia, além de ser atividade que, em larga escala, é praticamente exclusividade do bairro na região. Um guia de empreendimentos da região dos lagos, distribuído no pedágio da Via Lagos, utiliza o conceito “moda praia” como atividade econômica apenas entre os empreendimentos da cidade de Cabo Frio. Das lojas citadas, todas são do bairro da Gamboa. Outros detalhes sobre a definição e importância do conceito de moda praia visualizamos no capítulo 1.

O já citado ritual do *vira-tripa*, assim, pareceu tornar-se apenas uma prática ritual dentro de um universo ritualístico maior – o próprio comércio de moda praia de veraneio, a nosso ver, pode ser considerado um ritual do bairro.

Da Matta (1977) estabelece, a partir da leitura de Leach, Van Gennep, Loyd Warner e Turner, a diferenciação entre *rituais de passagem* e *rituais de calendário* – estes mais presos a mudanças de ano, estações ou atividades. Embora ritos de passagem e de calendário estejam ligados à noção de tempo e periodização, os ritos de calendário estão explicitamente relacionados aos modos de uma sociedade dividir as etapas do seu ciclo de atividades, sempre dizendo algo a respeito da cronologia de um grupo, bem como implicando na participação de todo o contexto social, e não de um indivíduo apenas, como ocorre nos ritos de passagem (Da Matta, 1977, p.55).

Ora, a partir de tal conceitualização, Da Matta intuiu o encaixe do carnaval como ritual de calendário brasileiro, já que contém os elementos indicados por Turner e Leach para o estabelecimento de tal noção, isto é: o fato de constituir uma “fase especial entre momentos bem marcados de uma cronologia que se pretende cósmica”, neste caso, entre o Advento e a Quaresma (idem, p.56).

Nesse sentido, é facilmente perceptível o semelhante encaixe do comércio de moda praia de veraneio na Gamboa como um ritual de calendário, conforme veremos a seguir.

Localizado numa fase entre momentos cruciais de uma cronologia que se pretende cósmica – a do ano civil, já que o veraneio se delimita após o Natal e antes do fim das férias escolares (ou ainda, do carnaval) – a movimentação das lojas aponta para um “comportamento cotidiano revirado”, já que “dorme-se de dia e anda-se de noite”, conforme analisa Da Matta.

Também tal como no carnaval, as lojas da Gamboa costumam funcionar até a meia noite durante todos os dias de veraneio, sendo o final desse expediente exatamente o momento de movimento do comércio, que, entretanto, reabre no dia seguinte no horário convencional de 9h. De fato, como na festa momesca, enxerga-se uma “parada das atividades regulares”, sendo o “tempo de realização rotineiro” suspenso e invertido: o tempo noturno, contínuo e não marcado passa a ser demarcado, no caso, pela demanda comercial do Gamboa Shopping (idem, p. 36).

A preparação para o veraneio também se assemelha à preparação carnavalesca, que, entre confecções de fantasias, organização de enredos, eleição de diretores e ensaio, torna o tempo do carnaval, de modo geral, quase ininterrupto, já se iniciando as atividades do próximo desfile após o fim do desfile presente – é uma atividade que toma o ano inteiro ao final.

O comércio de moda praia de veraneio no bairro aproxima-se dessa realidade: a partir do mês de março, os lojistas, costureiros e outros membros do grupo, já se organizam para o ano que virá – ampliação das lojas, construção ou aluguel de confecções, formação e contratação de profissionais, compra de material por preço inferior, etc.

Nos momentos mais próximos do veraneio, a partir do mês de outubro, semelhante ao que observou Leopoldi (1978) sobre o carnaval, é evidente um “estado generalizado de tensão que envolve os grupos participantes” (Leopoldi, 1978, p. 115).

Finalizando, parece claro que os demais elementos que conceituam os ritos de calendário se encaixam no exemplo observado: relação com mudanças de ano, estações ou atividades; relação com os modos de divisão de etapas do ciclo de atividades de um grupo social; participação de todo o grupo social. Sobre este último item, de fato, é preciso salientar que, na Gamboa, quem não se relaciona diretamente com o comércio de veraneio de moda praia, ocupando posições centrais (lojista, atendente, costureiro) o

faz de forma indireta: os guardadores de carro, ambulantes, pescadores e demais moradores envolvem-se de alguma forma, nesse ritual anual.

2.5 Espaço e conflitos locais

2.5.1 Moda Praia - Moradores/lojistas estabelecidos x lojistas outsiders

Um dos principais grupos sociais que interagem na rotina do bairro da Gamboa, como vimos, é o grupo de pessoas ligadas à confecção de moda praia³⁴, envolvendo proprietários de lojas, costureiras, atendentes e outras categorias profissionais de atores sociais.

A relação entre os antigos moradores, donos de lojas e confecções, com os membros da associação de lojistas (ACIRB), possui características de visualização clara da configuração *estabelecidos* – *outsiders*, conforme os estudos de Elias e Scotson (2000). Em nossas observações hodiernas, as frases “esse pessoal que veio de fora” ou ainda “fulano acha que é dono da Gamboa” ou até “ele chegou aqui outro dia, quem ele acha que é?” são cotidianas para tratar os *lojistas outsiders*.

Entretanto, se a característica da anterioridade repete as observações de Winston Parva, já que o grupo estigmatizado por essas frases é o que “chegou depois”, a característica de coesão não se manifesta no mesmo caso. Ao contrário, foram os *lojistas outsiders*, que, rapidamente, se articularam em uma associação de classe (ACIRB) e utilizaram a instituição como plataforma de diálogo e reivindicação de seus direitos diante da Prefeitura da cidade. Os antigos moradores, embora *estabelecidos* por anterioridade, parecem ocupar o papel de *outsiders*, no que se refere à organização e gestão dos espaços-lugares do bairro e do Gamboa Shopping.

Os conflitos apresentados geraram, na leitura dos moradores do bairro, uma impressão de não-pertença do espaço. Para C., por exemplo, “o Gamboa Shopping não é

³⁴ Alguns lojistas com os quais pude conversar entendem que este conceito remete a todo o conjunto de vestuário e acessórios que importem a inserção – especialmente do turista – numa rotina cotidiana de acesso às praias da cidade de Cabo Frio e Região, indo desde biquínis e sungas até cangas. De acordo com dados da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior – O Brasil saltou de quase 5 milhões de dólares em exportações de moda praia feminina, em 2001, para 9 milhões e meio de dólares em 2003. (*apud* OLIVEIRA, 2004). O Gamboa Shopping é hoje referência nacional e internacional de moda praia, além de ser atividade que, em larga escala, é praticamente exclusividade do bairro na região. Um guia de empreendimentos da região dos lagos, distribuído no pedágio da Via Lagos, utiliza o conceito “moda praia” como atividade econômica apenas entre os empreendimentos da cidade de Cabo Frio. Das lojas citadas, todas são do bairro da Gamboa.

da Gamboa”. A afirmação inusitada, após investigação, desdobrou-se na seguinte explicação – o Gamboa Shopping, na verdade, afastou o morador da Gamboa do comércio de moda praia do próprio bairro, pois a ACIRB – gerida, em sua maioria, por pessoas que chegaram ao bairro depois dos moradores tradicionais – retirou destes o comando do comércio do bairro, seja nas lojas de moda praia, seja no comércio ambulante de alimentos, lanches e bebidas nas imediações do lugar.

Foram os lojistas da associação que, com o poder de gerir as dependências do Gamboa Shopping, decidiram que vários ambulantes, então atuantes na Rua dos Biquínis, em sua maioria, ligados às famílias antigas do bairro, não poderiam vender seus produtos no local.

Ao mesmo tempo, moradores antigos acusam um dos diretores da mesma associação de permitir que um ambulante vendesse seu produto numa rua paralela ao Shopping. “Ele se acha dono da Gamboa”, disse uma antiga moradora.

De fato, a redução do número de ambulantes constituiu-se uma medida governamental. O próprio Alair Corrêa, Prefeito à época da construção do espaço, lembra em entrevista que teve de “reduzir a quantidade de ambulantes que vendiam coco e caldo de cana. Eram 38, licenciei apenas 12, aos quais demos barraquinhas” (Corrêa, 2011). Apesar disso, a leitura feita pelos moradores tradicionais do bairro, que trabalhavam como ambulantes na então Rua dos Biquínis, é a de que o grupo social que lhe é oposto, isto é, os lojistas da ACIRB, são os responsáveis pela ação.

O “poder”, portanto, e a coesão de grupo, encontram-se ao lado dos *outsiders*, e não ao lado dos *estabelecidos*, contrariando o quadro imaginado por Elias e Scotson (2000) neste caso, ainda que o menor valor humano seja imputado àqueles, estando estes beneficiados pelo critério da anterioridade, conforme visualiza o autor – constantemente, os lojistas da associação são tratados pelos moradores antigos do bairro como pessoas “que chegaram na Gamboa com uma mão na frente e outra atrás” ou até “só com um *cigarro de maconha* na mão e mais nada”, segundo A., corroborando a tese de imputação de menor valor humano ao grupo *outsider*, conforme as reflexões de Elias e Scotson sobre Winston Parva.



Imagem 39 – Placa de aviso instalada pela ACIRB na entrada do Gamboa Shopping.
Foto: Rafael Peçanha.

Um episódio dos mais interessantes trouxe ainda mais contribuições à análise da aplicabilidade da configuração no grupo observado. Ao chegar ao bairro, certo dia, notamos um tumulto, com presença de carros da Polícia Militar, no estacionamento 1. Passada a confusão, busquei conversar com os guardadores de carros do local. Aconteceu, segundo seus relatos, que um dos diretores da ACIRB havia ido ao estacionamento tirar satisfações com um vendedor de almofadas e redes do Rio Grande do Sul, que passava a temporada em Cabo Frio e vendia suas peças no local em sua pick-up da marca Toyota.

Os guardadores de carro me contaram que o vendedor ameaçou acelerar seu carro na direção do lojista, que chamou a polícia, acusando-o de tentativa de homicídio. Por outro lado, o vendedor afirmava que o lojista havia chamado cerca de 10 pessoas para ameaçá-lo.

Ainda prestando esclarecimentos aos policiais, conversamos com o diretor da ACIRB que participou do episódio. Segundo suas palavras “é sacanagem esses caras virem de fora só para temporada, venderem produtos no nosso espaço, sem licença, não gerarem emprego para a cidade e ainda levarem nosso dinheiro. É um absurdo”.

Voltando às minhas conversas com os guardadores de carros, ouvi frases de apoio ao lojista: “é isso mesmo. Ele está certo. Não podem chegar aqui e sair vendendo na nossa Gamboa não”, disse-me um deles. Duas lojistas com as quais conversei,

moradoras antigas do bairro, concordaram com os guardadores, que também residem há décadas no local. Apenas uma voz, de uma antiga moradora e comerciante, levantou-se contra o lojista, novamente dizendo que ele seria um dos que “querem mandar na Gamboa”.

A situação nos mostra um deslocamento interessante – há uma gradação, neste caso, de *outsiders*. Ainda que os antigos moradores vejam os lojistas que não nasceram na Gamboa como *outsiders*, a chegada de um outro grupo ou indivíduo com ainda menos raízes no bairro; sem moradia fixa; passando apenas a temporada; explorando o comércio e, acima de tudo, chegando ainda depois dos lojistas, transformou a antiga situação de fissão em cisão (Evans-Pritchard, 1978) contra o *outsider maior*, já que, para o autor,

Cada segmento é, por sua vez, segmentado e há oposição entre suas partes. Os membros de qualquer segmento unem-se contra os segmentos adjacentes da mesma ordem e unem-se com esses segmentos adjacentes contra seções maiores. (Evans-Pritchard, 1978, p. 154)

Nesse sentido, a visão geral de um grupo *outsider* pelo grupo *estabelecido* parece ser alterável diante de uma situação-limite na qual os sentimentos geradores dessa visualização sejam mais fortes e mais ofensivos socialmente à comunidade estabelecida. Mesclando, assim, as reflexões de Elias e Scotson (2000) e Evans-Pritchard (1978), poderíamos visualizar o seguinte quadro:

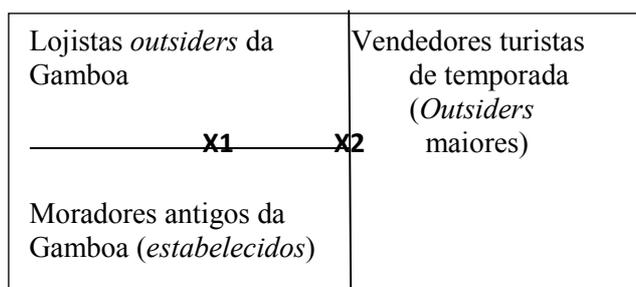


Imagem 40 – Quadro de visualização da configuração estabelecidos-*outsiders* no bairro da Gamboa.

Na situação “X1”, os lojistas *outsiders* da Gamboa são vistos como pessoas de menor valor humano e estigmatizados pelos moradores *estabelecidos*. Na situação “X2”, porém, ambos os grupos, então rivalizados, se unem contra “um inimigo maior” ou ainda contra um *outsider maior*. Assim, dependendo da figuração, da relação de

interdependência entre os grupos, bem como dependendo do grupo com o qual se rivaliza, as oposições se materializam de formas diferentes.

De fato, a configuração visualizada por Elias e Scotson (2000) em Winston Parva pode também ser observada, guardadas as já citadas diferenças, no bairro da Gamboa. Assim, concordamos com os autores citados acerca do “teste” necessário a uma teoria sociológica, já que

(...)o teste crucial da fecundidade ou da esterilidade de uma teoria sociológica é a fecundidade ou esterilidade das investigações empíricas estimuladas por ela e nela fundamentadas. (idem, p.184)

Apesar do turismo ser exatamente o grupo que garante, por assim dizer, a sobrevivência do comércio na Gamboa – atingindo lojistas e moradores – a maior externalidade deste grupo garante um rivalismo que propicia a unidade entre as dissidência internas do bairro. Numa escala de externalidade, isto é, numa escala de exogenia, o lojista é “mais externo” à Gamboa, é “menos raiz” do que o morador tradicional. O turista, entretanto, é ainda mais externo – ele é exógeno à cidade: é o *outsider maior*. O “não ser da Gamboa”, assim, acaba sendo devorado pelo “não ser de Cabo Frio”.

Observa-se, assim, um acordo tácito com o grupo identificado como turista na cidade. Tal grupo é bem-vindo ao espaço da Gamboa enquanto gerador de lucros e enquanto não influencia diretamente nos acordos e sistemas estabelecidos entre os moradores da localidade – sejam eles *estabelecidos* ou *outsiders*. Esse é o código de ética inconsciente, digamos, que mantém turistas como aliados, e que, quando quebrado, os torna em rivais.

Os moradores da Gamboa, por sua vez, em suas relações mistas de adesão e renúncia à cidade, acabam por se oporem ao grupo mais oposto a ela – o não-cabofriense.

O turista, enquanto tipo social, é considerado, por sua vez, uma construção recente para Castro (2006), surgido na história em meados do século XIX e entendido como aquele que viaja motivado, acima de tudo, pelo prazer da viagem. Assim, relacionado ao fenômeno da urbanização, o fenômeno turístico traz, em seu bojo, valores como a subjetividade, o relaxamento do stress e a busca da satisfação pessoal (Castro, 2006, p. 80).

Para Jordan (1980 *apud* Castro, 2006), que estudou o processo de implantação da indústria turística em uma vila de New Jersey, o turismo “aparece como um fardo que a comunidade de suportar”, já que os turistas interferiam de forma significativa no cotidiano dos moradores do local. Há, assim, junto ao surgimento de uma importante fonte de renda para a comunidade, o nascimento dos efeitos colaterais: perda da tranquilidade e da privacidade da população local (Castro, 2006, p.28).

Não é difícil observar esse movimento na realidade estudada em tela, levando-se em conta ainda que, historicamente – como vimos no capítulo 1 – há, conforme denuncia Castro acerca da indústria turística em geral no Brasil, um “processo de desapropriação do território antes coletivo pelo capital imobiliário”, indexado, como vimos, à indústria turística crescente no local (Castro, 2006, p.35).

Assim como ocorreu no litoral catarinense estudado por Martins (1995), a indústria do turismo ofereceu aos moradores da Gamboa apenas os serviços de mais baixa remuneração. A diferença deste caso para o analisado por Martins é que, na Gamboa, alguns dos postos menos valorizados no mercado imobiliário turístico – leia-se condomínios tipicamente de veraneio, como os do loteamento Marinas do Canal – não são oferecidos nem aos moradores do bairro, mas de outras localidades, como vimos anteriormente, ao contabilizar a inexistência de funcionários do bairro dos condomínios citados.

Nesse sentido, a possibilidade de inserção marginal do trabalhador gamboense na indústria do turismo imobiliário do bairro é radicalizada, não podendo ser entendida como participante do conceito de *inserção excluída*, já que, no entendimento de Posthuma e Lombardi (1997), tal termo refere-se à exclusão social em relação ao mercado de trabalho, enquanto fundamentada em três possibilidades: fora o desemprego aberto, enquadram-se então as formas precárias de inserção no mercado de trabalho; formas de trabalho não remunerado; e a exclusão das oportunidades para desenvolver novas habilidades.

Assim, nesse caso, não haveria a abertura de postos a trabalhadores de forma precária, mas sim o não oferecimento destes mesmos postos aos moradores do bairro.

2.5.2 O IPHAN, a questão ambiental e suas representações

Como vimos no capítulo 1, boa parte das ocupações no bairro da Gamboa localizam-se no sopé do Morro do Telégrafo, que, além de possuir tombamento federal e ser uma Área de Preservação Permanente, conforme já citado no capítulo 1, é também um Parque Municipal, em acordo com o artigo 166 da Lei Orgânica Municipal de 1990, sendo classificado como área sujeita a deslizamento pela Defesa Civil³⁵.

A questão ambiental, sem dúvida, é a grande temática da disputa de espaço que ocorre nessa área do bairro, que, como vimos no já citado capítulo anterior, possui edificações de uso residencial de moradores tradicionais do bairro, a maior parte, fazendo referência às primeiras ocupações do espaço-lugar estudado.

Na verdade, a ambientalização diz respeito a “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais”, nesse caso, uma “interiorização das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente” (Lopes, 2004, p.17).

No contexto dessa linguagem interiorizada, em 2010, o IPHAN empreendeu uma ação de intervenção na área, a fim de, inicialmente, promover um levantamento das edificações, em busca de suas regularizações, já que se encontravam em área de preservação.

O Jornal local Folha dos Lagos acompanhou de perto os momentos mais críticos da situação. Em sua edição de 13 e 14 de março de 2010, o veículo apresenta a postura do IPHAN, favorável em promover um levantamento das edificações da área, em busca de suas regularizações. Tanto a reportagem quanto minhas conversas com Ivo Barreto e Manoel Vieira, respectivamente, atual e ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN na região, comprovam a postura conciliadora do órgão, na direção de busca da adaptação dos moradores a algumas regras de edificações básicas, para posterior regularização.

³⁵ Vide Mapa de Ameaças Múltiplas disponível em http://www.cba-v.cbmerj.rj.gov.br/redec-v/roteiro_do_mapa.html, acesso em 10 de julho de 2011.

Instituto inicia levantamento dos imóveis existentes no bairro para conter os abusos

Gamboa na mira do Iphan

Uma nova medida do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para regularizar alguns imóveis do bairro da Gamboa, em Cabo Frio, está deixando os moradores preocupados. O órgão inicia agora um levantamento das construções existentes no local numa tentativa de promover um maior diálogo com os moradores e, assim, iniciar o processo de regularização dos imóveis no bairro.

A primeira inspeção no local aconteceu no início do ano passado e alguns moradores receberam notificações sobre as irregularidades e comunicando-os do levantamento que se inicia agora. As principais irregularidades são a altura indevida das casas (que devem chegar ao máximo de 8m40cm), imóveis construídos no pé do Morro do Telégrafo (que é patrimônio tombado pelo Iphan) e a fachada das casas inacabada.

O presidente da Associação de Moradores da Gamboa, Carlos Alberto Mendes, conta que ainda não recebeu a notificação pedindo o levantamento, mas se interessou pelo assunto e procurou o órgão:

- Eu fui pegando o nome dos moradores interessados



Carlos Alberto Mendes



Instituto quer dialogar com os moradores da Gamboa e ajuda-los a regularizar os imóveis e as obras no local

com medo de como isso vai influenciar minha vida - comentou Valdelir.

Para ele, o principal receio é sobre o que vai acontecer no fu-

finalizado.

- Com uma fiscalização efetiva - sem ser aquela que acontecia uma vez ou outra e os fiscais sumiam por meses depois -

Imagem 41 – *Jornal Folha dos Lagos, edição de 13/14 de março de 2010.*

As principais exigências do IPHAN estavam ligadas à altura das casas, localização e fachadas. Uma espécie de gabarito foi estabelecido (as edificações não poderiam ultrapassar 8,40m) e técnicos foram disponibilizados pelo instituto para a elaboração de plantas das propriedades, como parte do processo de regularização. Todas as obras locais, então em curso, foram embargadas, tendo seus moradores recebido dez dias para se pronunciarem.

Essa primeira intervenção do IPHAN, segundo J., “foi mais dura”. Alguns moradores afirmam que o IPHAN teria os ameaçado de despejo caso o prazo não fosse cumprido, o que o órgão nega. Segundo Beto (presidente da AMAG), após a criação de uma comissão para debater a situação com o IPHAN, “o discurso mudou” de uma quase solicitação de evacuação das casas para um pedido de pronunciamento dos moradores sobre as situações dos imóveis.

Na imprensa local, a representação de ofensa a moradores tradicionais é sentida em declarações como as do site In360: “a medida está gerando polêmica, já que quase todos os moradores estão há mais de trinta anos no local³⁶”.

O IPHAN prometeu ainda aos moradores uma ajuda de custo para aqueles que tivessem de paralisar suas obras por causa da determinação. Em parceria com a 2ª Vara da Justiça Federal de São Pedro da Aldeia, as 35 casas notificadas receberam engenheiros e técnicos que refizeram plantas e se disponibilizaram a permitir que todo o procedimento técnico de regularização das casas fosse feito gratuitamente.

Beto e os diretores da AMAG atuaram em parceria com o órgão, cadastrando moradores interessados em tal política conciliadora, desejosos em regularizar suas casas em acordo com as determinações federais.

A atuação do IPHAN na área gerou nos moradores um misto de medo, preocupação e rivalidade. Ao entrar em algumas casas, os olhares de desconfiança e as conversas sussurrantes davam ideia do que depois seria confirmado por nossos indivíduos-chave: muitos moradores achavam que eu era um técnico do IPHAN indo fiscalizar ou sondar, disfarçadamente, as moradias na encosta do Telégrafo.

Esse sentimento comum é observável na fala de Valdelir, na mesma reportagem já citada. O momento de crise na disputa pelo território acende também o discurso dos *estabelecidos*: o morador Gerson, na mesma notícia, cita o fato de que os residentes naquele sopé estão ali desde que o bairro foi fundado, e “ninguém veio aqui fiscalizar na época em que o bairro começou a crescer”.

Além disso, outra fala interessante do mesmo interlocutor local é que “nós somos os principais fiscalizadores do Morro do Telégrafo. Nunca subimos ou deixamos alguém subir para construir”. A fala denota a tentativa de desvincular as ocupações dos problemas ambientais – ao contrário: nessa argumentação, se o morador da Gamboa ocupa o Telégrafo é justamente para preservá-lo, e não para destruí-lo. A ideia de cuidado com o bairro, numa representação que transforma o gamboense no “tutor” de seu próprio espaço-lugar natural, apresenta uma faceta de identidade e de ufanismo do morador do bairro, também em relação ao seu meio ambiente.

³⁶ Disponível em <http://intertvonline.globo.com/rj/noticias.php?id=1160>, acesso em 28 de janeiro de 2011.

Um exemplo que corrobora a fala de Valdelir, como uma representação social que afeta as ações individuais dos moradores da localidade, é o fato ocorrido em outubro de 2010, também noticiado pelo Jornal Folha dos Lagos.

Segundo a reportagem do dia 29 de outubro de 2010, os próprios moradores do local teriam denunciado à Secretaria de Ordem Pública o desmatamento em uma área do Morro do Telégrafo, em mata atlântica e nativa. Interessante notar que o terreno, que, de acordo com a foto da reportagem, localiza-se não no sopé, mas na parte alta do morro, possui um dono, sendo que o mesmo deu entrevista ao jornal, afirmando que seu pai sempre o ensinou a preservar o terreno. A preservação do Telégrafo, notemos, adquire o status de discurso comum aos moradores da localidade.

Folha dos Lagos

SEXTA-FEIRA, 29 de outubro de 2010

MP entra com ação contra a prefeitura de Cabo Frio

● Processo quer evitar a extinção de Parque Ecológico

Thiago Assis

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) ajuizou uma ação civil contra a prefeitura de Cabo Frio para evitar a extinção do Parque Ecológico Municipal do Mico-Leão-Dourado. A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio requer a imediata declaração de nulidade do decreto municipal que revogou o ato de criação do parque, há 13 anos.

Na ação, o promotor de Justiça André Luiz Farias, adverte sobre a importância do parque, ainda não implementado, para manter a fauna e a flora da Mata Atlântica da Baixada Litorânea Fluminense, que possui espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-dourado, conservadas.

A ação se baseia em três inquéritos civis instaurados pelo MP-RJ para acompanhar a implementação da unidade de conservação. Segundo a Constituição Federal, é estabelecido que a criação dessas unidades pode ser feita mediante qualquer ato do Poder Público, mas a alteração ou a supressão, conforme o Sistema Nacional de Conservação da Natureza, só pode acontecer por intermédio de lei específica.

Dentre as ações que cabem à prefeitura para a implementação do parque, estão a criação do Conselho Consultivo, a elaboração de um plano de manejo e a promoção adequada das desapropriações necessárias. O Parque Ecológico Municipal do Mico-Leão-Dourado foi criado por um Decreto Municipal de 1997.

Para o promotor de Justiça André Luiz Farias, a prefeitura está tentando se esquivar do dever de proteger o meio ambiente.

— A prefeitura, ao editar o decreto municipal buscando de maneira ilegal e inconstitucional extinguir aquela unidade de conservação, violando as determinações impostas pela Constituição, foge do seu dever — afirma.

De acordo com o sub-procurador da Procuradoria Geral do Município, o advogado Diogo Carvalho, a ação civil do MP-RJ ainda não chegou à Procuradoria. Além disso, ele afirma que mesmo sem a implementação do parque, o local é protegido pela

legislação federal e a prefeitura tem fiscalizado o local, impedindo que qualquer ação seja feita na área.

— Para criar um parque é preciso desapropriar e indenizar quem está na área. Neste parque, os governos federal, estadual e municipal atuam sobre ele, mas, apenas Cabo Frio cuida do local e teria que pagar as indenizações. Essa omissão dos outros dois governos joga nos ombros do município o dever de efetuar esse pagamento e preservar o parque. Sendo que é obrigação de todos preservar o meio ambiente — apontou o advogado.

Atualmente, restam menos de 10% da cobertura original de floresta virgem na região de Cabo Frio. Em março de 2005, oito grupos de moradores foram fotografados e visualizados na área do parque que compreende entre a margem direita do Rio São João até a margem do córrego Gargóá.

O MP-RJ requer a declaração da nulidade desse decreto, que extingue o parque, a elaboração de um plano técnico emergencial para regular as atividades da unidade de conservação até o advento do plano de manejo, a criação do Conselho do Parque Municipal Natural do Mico-Leão-Dourado e a criação de um plano de regularização fundiária para garantir os procedimentos de desapropriação.

Operação em área desmatada

Foi realizada na manhã de ontem, no bairro Gamboa, em Cabo Frio, uma operação conjunta entre a coordenadoria do Meio Ambiente e a secretaria de Ordem Pública para colibir o desmatamento de uma área no Morro do Telégrafo. A denúncia foi feita por moradores do próprio bairro, que repararam uma clareira que foi aberta em alguns dias. O morro é preservado por possuir mata atlântica nativa e a fiscalização deve ser feita pelos órgãos responsáveis.

Entretanto, o suposto dono do terreno desmatado foi encontrado durante a operação e explicou o que está acontecendo no local.

— Meu pai é dono do terreno e sempre utilizou o lugar para plantar milho, banana, alpin e outras coisas, inclusive sustentou a família com o plantio, mas ele faleceu há quatro anos e não sabemos onde está o documento — explicou Joan Matias da Silva, de 41 anos, filho de Severino Matias da Silva, que morou a vida toda na Gamboa e sempre utilizou o terreno.

— Ele sempre nos ensinou a preservar também, tanto que não arrancamos árvore nenhuma, nem utilizamos fogo para tirar o mato — disse Joan.

Segundo a coordenadoria de Meio Ambiente, o local será monitorado constantemente. Um prazo de 30 dias foi estabelecido para ficar comprovado se o terreno já era utilizado e se não está havendo crime ambiental.



OPERAÇÃO - Área desmatada na Gamboa foi fiscalizada pela coordenadoria do Ambiente

Imagem 42 – Jornal Folha dos Lagos, 29 de outubro de 2010.

A partir do diálogo com a AMAG, principal instituição que agrega o grupo de moradores tradicionais /antigos do bairro – em sua maioria habitantes do sopé do Telégrafo – o IPHAN pôde, ao menos parcialmente, obter resultados, ainda que as representações dos moradores acerca do fato rememorem o caso “Zé Barbosa”, gerando temor.

A articulação com a AMAG parece ter sido essencial para o sucesso do IPHAN na demanda em tela. Essa articulação; as falas dos moradores acerca da proteção ao morro; e a própria intervenção do IPHAN, pautam-se no que Lopes chama de *linguagem biologizante*, própria dos conflitos socioambientais brasileiros a partir dos anos 70 (inaugurada e interiorizada pelo cenário brasileiro a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972), numa tendência de substituição dos conflitos sociais do trabalho por uma ênfase em outros conflitos sociais urbanos, como o ambiental, nos quais a participação das associações urbanas permanecem como relevantes (Lopes, 2004, pp.17, 30, 31).

De fato, a ocupação de espaços políticos, por meio das associações urbanas presentes no bairro (AMAG, ACIRB, APEAG) se mantém coadunada com a disputa por espaços territoriais. Especificamente, a AMAG é personagem de um histórico de disputas por espaços políticos e físicos no bairro, como vimos no capítulo 1. Como veremos, a AMAG possui braços políticos, envolvendo relações com a Prefeitura, com o esporte amador e com a comunidade pesqueira, fixando-se como importante personagem nesse jogo de disputas locais.

A principal diferença entre as situações abordadas nesse item e a importante pesquisa coordenada por Lopes (2004) é que, no que se refere à poluição, a análise referente à participação das associações urbanas, em geral, refere-se à forma pela qual tais instituições articulam-se e relacionam-se com o poder público e privado com o objetivo de evitar ou reduzir tal dano ao meio ambiente – seja ele uma realidade concreta ou construída polissemicamente.

Por sua vez, no caso da Gamboa, o que há é uma ação quase na contramão: atua o poder público na direção de uma preservação ambiental, postura questionada pelos moradores associados, em busca de composição. Longe de negarem o discurso ambiental, o mesmo, por outro lado, é na verdade, internalizado por eles, sofrendo uma viragem discursiva: é preciso sim preservar o morro, mas isso “nós já fazemos”, já que a ocupação da área é exatamente causa de proteção, e não de destruição do ambiente

natural ali presente, patrimônio do morador da Gamboa mais do que do Governo Federal.

Não há, portanto, uma negação da linguagem biologizante própria da demanda ambiental brasileira, nem uma inversão dos papéis mais prováveis desses conflitos, passando o poder público a constituir personagem disposto à preservação ambiental e a população organizada a faceta de poluidor – ou, nesse caso, de permissor da degradação ambiental. O que há, nesse caso, é uma flexibilização e uma relativização de papéis nos conflitos ambientais, assumindo, o morador da Gamboa, uma postura liminar, quiçá híbrida (mas não ambígua), que permeia as esferas do cuidar e do degradar.

2.5.3 Associações urbanas - disputa por espaços políticos e físicos

A fim de tratarmos do tema em questão, parece ser necessário esclarecer, conceitualmente, o que ele significa primeiramente.

À questão sociológica supracitada, que nos move neste tópico, podemos denominar *associativismo urbano*. Tal denominação é controversa – para Prates, ela relaciona-se apenas com as chamadas associações civis (Prates,1992), parecendo receber a concordância de Vilaça (1991), sendo que esta, por sua vez, compreende a noção de forma mais ampla, como qualquer “envolvimento dos atores sociais em projetos coletivos” (Vilaça, 1991,p.175). Essa é a tendência que seguiremos ao tratarmos do conceito de associativismo urbano.

Ao tratar do tema, Park (1979) sugere seu conceito de *Região Moral*, “um ponto de encontro, um local de reunião” onde “os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante”, já que, para ele, “a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos” (Park, 1979, pp. 64,65).

Cabe destacar aqui que o termo “segregação” tem significado destituído de um caráter negativo. Para Park (1979), é justamente a segregação que “garante um suporte moral para os traços que têm em comum, diferindo dos outros grupos sociais (...)” (Park, 1979, p.66). A segregação, para o autor, portanto, se dá como “o outro lado da moeda” da agregação: para que indivíduos com interesses comuns se agreguem em torno de determinados gostos e paixões, é preciso, como num efeito colateral óbvio, que os mesmos se segreguem em relação a outros grupos de gostos e paixões diversas.

Para Castells (1980), os atores sociais se associam no ambiente urbano visando à transformação da sociedade, propondo enfrentamentos diretos com o aparelho do Estado, já que, para ele, a significação histórica de toda prática coletiva depende de sua relação com as formas e orientações da luta de classes (Castells, 1980, pp. 25,26).

Castells e Park, assim, de escolas diferentes, concordam que há algo fundamental que une os atores em associações. A diferença é que Castells visualiza esse “algo” como uma resposta dos setores populares ao seu alijamento pelas elites dominantes entrincheiradas no Estado, como interpreta Prates (Prates, 1992, p.107), ao passo que Park traz esse “algo” para dentro dos atores, no âmbito de suas emoções, paixões e gostos comuns.

Para Castells, ainda, a noção de associativismo relaciona-se com o militante, o filiado a um movimento social urbano, um “movimento cidadão”, como costumava se denominar tal fenômeno urbano na Madri dos tempos de sua pesquisa (Castells, 1980, p.36). A noção de Park, contudo, relaciona-se a pessoas que freqüentam lugares comuns (pontos de encontro) devido a gostos comuns.

Podemos dizer, portanto, de maneira simplificada, que o associativismo de Park é intrínseco (pois relaciona-se mais com a personalidade do indivíduo) e amplo (pois abarca diferentes formas de associação), ao passo que o associativismo de Castells é extrínseco (pois tende ao externo, à transformação do aparelho estatal) e restrito (pois abarca apenas os movimentos sociais urbanos, como as associações de vizinhança).

Wirth (1979) tende a aproximar-se de Park. Para o autor, devido aos diferentes interesses relativos aos diferentes aspectos da vida social, o indivíduo se associa a grupos diferentes, cada um em acordo com um segmento de sua personalidade (Wirth, 1979, p.105). Mais do que isso, Wirth parece ver ainda as associações urbanas como um espelho e um motor da própria personalidade do indivíduo, posto que, “por meio de atividades de grupos (...) o habitante da cidade exprime e desenvolve sua personalidade, adquire status e consegue desempenhar a quantidade de atividades que constitui sua carreira na vida.” (Wirth, 1979, p.111).

No debate com o texto de Castells (1980), não poderíamos, levemente, entender que as interpretações de Wirth (1979) e Park (1979) afirmam que as associações não possuem o objetivo, não têm a capacidade ou não têm a função de, como diria Castells, propor o enfrentamento direto com o aparelho do Estado, visando à satisfação de seus direitos individuais e coletivos. A nosso ver, os pensamentos de

Wirth e Park não excluem essa possibilidade, mas sim abrem caminho, justamente, para que ela seja uma das opções possíveis às associações urbanas, mas não a única.

O enfrentamento direto com o aparelho do Estado, no contexto de uma histórica luta de classes, pode servir para exprimir e desenvolver a personalidade dos indivíduos associados, ou ainda, para emancipar os impulsos, paixões e ideais vagos e reprimidos dos mesmos. Porém, esta não é, necessariamente, a única forma possível (o que Prates critica como uma “unidimensionalidade”) para que essas personalidades se realizem, se desenvolvam, se emancipem.

Tendo estabelecido nosso posicionamento dentro do universo de debates acerca do conceito de associativismo urbano, podemos proceder à descrição e análise etnográfica de nosso grupo social estudado.

Um pouco já foi dito sobre cada uma das três associações do bairro: moradores (AMAG), lojistas (ACIRB) e pescadores (APEAG). Cabe, antes de prosseguirmos, recordar um breve histórico do surgimento dessas instituições.

A associação de moradores nasce na década de 80, ligada às disputas fundiárias do SPU entre as famílias tradicionais do bairro e “Zé” Barbosa. Hoje, a mesma associação encarna, como principal causa, questão semelhante, no que se refere às disputas pelas ocupações no Morro do Telégrafo.

Liderada por Beto, que também é diretor da APEAG, ambas as associações (AMAG e a APEAG) assemelham-se por encarnarem como causa principal disputas de espaços, pois se a associação de moradores luta pelos espaços em terra, a APEAG discute como reorganizar os espaços no mar, tendo em vista a manutenção de condições mínimas para a pesca artesanal costeira (Moura, 2011).

De fato, a AMAG participa de forma decisiva nas atuais discussões sobre a regularização fundiária das ocupações na encosta do Telégrafo com o IPHAN. A AMAG, na verdade, é palco de disputas políticas tradicionais, inter-relacionadas com o campo do esporte amador e os espaços físicos do bairro, como também vimos, por exemplo, no item 2.4.2.

A ACIRB, por sua vez, como já vimos no item 2.5.1, é comandada por moradores vistos como *outsiders* pelas famílias locais mais antigas e sua demanda não é diferente: seus conflitos são por espaços, especialmente o espaço do Gamboa Shopping e suas lojas (onde há proibição de ambulantes tradicionais, por exemplo) e o espaço do estacionamento (como vimos no caso do *outsider maior*, o turista).

Nesse sentido, podemos dizer que as associações do bairro possuem diferentes demandas e ocupam diferentes espaços políticos, não disputando os mesmos diretamente. Em contrapartida, as três associações possuem como pano de fundo comum de suas demandas as disputas por espaços-lugares físicos do bairro, seja em terra ou no mar. As fronteiras físicas e políticas, nesse caso, também convergem. A diferença deste caso para os estudos de Evans-Pritchard (1978) é que as divisas aqui descritas não denotam relações de rivalidade, ou seja, a distância física não denota, imediatamente, uma distância estrutural: as três associações disputam diferentes espaços físicos e diferentes demandas.

O desenvolvimento de trajetórias a partir deste conflito dos anos 80 e da articulação desta associação urbana também é destaque que merece nossa atenção. Por meio de lideranças políticas surgidas nesta lide e neste conflito social, o bairro da Gamboa externaliza para a cidade e para o estado do Rio de Janeiro suas demandas históricas, pautadas na valorização do meio ambiente, do território, da cultura e das atividades tradicionais do bairro³⁷.

Há de se salientar ainda que as articulações entre as disputas de poder nos espaços de mar e de terra, como perceberemos, encontram-se ligadas por diversos elementos da vida social do bairro, entre eles, a questão do associativismo urbano. Basta lembrar, como já dissemos acima, que Beto é presidente da AMAG e também diretor da APEAG, cuja presidente é sua esposa, Eliezer. Nesse sentido, queremos lembrar que, ao ser interlocutor do bairro no caso das ocupações irregulares na encosta do Telégrafo junto ao IPHAN, Beto o faz como representante da AMAG, mas, na prática, também o faz em nome dos moradores tradicionais da Gamboa, todos praticamente pescadores artesanais.

A existência das duas instituições, na pessoa de Beto, mostra o mesclar de seus interesses e a congruência das identidades do pescador artesanal e do morador tradicional do bairro: é a mesma faixa de desejos atuando em instituições distintas, que

³⁷ Como Vereador, Janio Mendes, liderança surgida dos conflitos fundiários do bairro nos anos 80, foi um dos líderes da criação da Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa – APEAG, bem como da construção da Rampa do Pescador (estaleiro público) no mesmo bairro. Como Presidente da Câmara, dirigiu os trabalhos da elaboração da Lei Orgânica Municipal em 1990, fazendo questão de destacar o Morro do Telégrafo como área de preservação permanente do município. Foi autor ainda da lei municipal que cria o benefício emergencial (seguro-defeso) do pescador artesanal local (lei 1677 de 2003). Como Deputado Estadual, apresentou o Projeto que declara a culinária da pesca artesanal da Região dos Lagos como patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro (Projeto de Lei 555 de 2011) destacando na justificativa o tradicional Festival de Culinária da Pesca que ocorre anualmente no bairro da Gamboa.

tendem a diversificar as disputas de poder no âmbito da mesma causa, neste caso, sob uma única regência pessoal.

2.6. Segundas conclusões e confirmações de hipóteses

Diante de todo o exposto ao longo desse capítulo, chegamos a algumas conclusões prévias, antes da conclusão geral do trabalho – aliás, um segundo momento de prévias respostas e confirmações, já que o capítulo 1 teve também seu ensaio conclusivo.

Podemos concluir, inicialmente, que alcançamos, neste capítulo, os conceitos básicos de *liminaridade espaço-representacional*; de *versões culturais locais*; e de *zonas espaço-representacionais*, que contornam a configuração cultural urbana em estudo.

Acima dos conceitos, entretanto, a representação que divide a cidade de Cabo Frio em *antes da ponte* e *depois da ponte* tornou-se nosso mote neste capítulo – e é ela que banha, em seu fluido, os três termos acima descritos.

O zoneamento espaço-representacional, dentro do bairro da Gamboa, é marcado pelos rituais, eventos e costumes que descrevemos. No lado do bairro mais distante da ponte, desfila o Bloco da Arca. Para ele, volta-se a faixa que exalta os craques do bairro. Ali se encontra o estacionamento 2 e, na parte deste lado mais oposta à ponte, o final da Gamboa, onde despejam-se os detritos. Este é o lado mais voltado para o próprio morador. Ali se encontram as representações mais ufanistas do bairro, em perspectivas de confinamento para manutenção dos costumes locais. É o *final da Gamboa*.

No lado do bairro mais próximo da ponte, destaca-se a placa que fala das obras de urbanização da Prefeitura. Ali está o Clube Costa Azul, o estacionamento 1 e a entrada do Gamboa Shopping. Este é o lado mais voltado para o turista e para os costumes da “cidade”, o *antes da ponte*. Ali encontram-se as representações cosmopolitas. É o *lado da ponte*.

Antes de prosseguirmos, cabe uma análise conclusiva à parte sobre os estacionamentos do bairro. Dos fatores mais preponderantes do tema, o conflito entre informalidade e formalidade parece ser o mais relevante.

De fato, a organização dos guardadores, seus símbolos, a delimitação de seus espaços e a resolução de seus conflitos – com destaque para a questão da Central Park –

pertencem ao campo do informal, mas, ao que parece, buscam e visualizam a formalidade.

Ao observarmos os uniformes criados pelos guardadores, a criação de cargos e hierarquias informais no grupo – marcados nos mesmos uniformes, notamos uma estrutura informal de uso dos espaços-lugares do bairro. Para Leopoldi (1978), é exatamente pelo fato das segmentações sociais serem bem demarcadas no universo cotidiano, que há a ação no sentido de uma compensação simbólica dos desníveis sociais realmente existentes (Leopoldi, 1978, p. 131).

Nesse sentido, se a separação entre classes sociais leva, por exemplo, a agremiação carnavalesca a ser denominada “escola”, cujo nome pode portar termos como “acadêmicos”, sendo ainda o regente da bateria um “mestre”, marcando a diferenciação (e a tentativa de compensação dessa separação) entre letrados e não letrados, parece-nos que a demarcação de cargos e uniformes no estacionamento traduz exatamente não a simples diferença entre guardadores de carros oficiais e extra-oficiais (“flanelinhas”), mas entre o campo da formalidade e o da informalidade, não necessariamente marcando a “extrema distância que separa tais homens dos brasileiros” (Da Matta, 1973, p.43), mas sim mascarando e reduzindo simbolicamente a distância entre o trabalhador formal do *antes da ponte* e o trabalho informal do *pós-ponte*.

Assim, os guardadores do estacionamento gamboense assumem como uniforme de trabalho semelhante à função social exercida pela fantasia carnavalesca, pautada em um “modelo de escala do tipo real”, mais distante do aproveitamento de meros traços da realidade e mais próxima à bricolagem de Lévi-Strauss (Da Matta, 1973, p.39).

Próximos, assim, do ar de formalidade do centro da cidade, por se localizarem na zona espaço-representacional do *lado da ponte*, os guardadores do estacionamento 1 investem na formalização de sua informalidade, através de uniformes e funções, diferentemente dos trabalhadores do estacionamento 2, mas afeitos à falta de símbolos e hierarquias para suas funções, posto que se localizam na zona denominada *final da Gamboa*, onde se encarna o informal, o ufanismo de bairro e a negação à cidade.

Outra zona espaço-representacional que percebemos ao longo desse estudo dentro do bairro da Gamboa é o *lado do morro*, no caso, o Morro do Telégrafo. Nessa região, parafraseando Evans-Pritchard (1978), há um ambiente mais natural do que domesticado, isto é, a presença da flora e da fauna naturais à região é mais pulsante e “o produto do trabalho humano” sobre o espaço natural é mínimo, relativo apenas às habitações ali construídas (Evans-Pritchard, 1978, p.99). Nessa área, as representações

voltam-se para a autoimagem do morador “tradicional” da Gamboa, como autêntico fiscal e agente da preservação ambiental do bairro.

Um outro zoneamento dentro do bairro seria o que o divide entre os loteamentos do Projeto Marinas do Canal e o resto do território da Gamboa. O *lado do loteamento*, acaba por se constituir verdadeiro reflexo, materializado no bairro, do processo de urbanização e especulação imobiliária que chega à cidade nos anos 80. As três ilhas, isoladas de ligação com a Gamboa por *terra*, encontram-se na mesma região de *mar*, denotando a clássica divisão e ligação salientada por Silva (1989).

De fato, a analogia entre os sistemas classificatórios dos seres da terra e do mar, observável no grupo estudado por Silva (1989, pp.78, 79), aparece de forma semelhante na Gamboa, se considerarmos que o principal conflito no mar, do qual participam os pescadores da Gamboa, conforme evidenciamos em nosso trabalho anterior (Moura, 2011), diz respeito exatamente à grande questão conflituosa do grupo maior (bairro) em terra: a disputa por espaços.

Se nas águas os gamboenses têm seu acesso ao alto mar negado e impedido pelos barcos industriais, restringindo-os à costa, na terra, a cidade lhes nega uma representação coletiva de pertença, que, como consequência, acarreta ao bairro um oferecimento inferior de políticas públicas e serviços básicos, gerando os índices já apresentados no item 2.3.1.



Imagem 43 – Mapa do zoneamento espaço-representacional do bairro da Gamboa. Adaptação sobre base do Google Earth.

A divisão do bairro em “lados”, zonas”, por sua vez, possui um histórico na memória coletiva do grupo, ligado aos embates esportivos, como vimos no caso da divisão esportiva e geográfica entre Veteranos e Canto do Galo nos anos 90. Essa divisão, histórica, se reproduz, como vimos, em espaços externos ao bairro e nas disputas familiares, simbolizados em rituais e festividades.

É coerente afirmar que o bairro respira essas divisões e que as mesmas definem e são definidas pelos limites geográficos internos à Gamboa, denunciando um grupo cujos membros reconhecem e se preocupam, sobremaneira, com a hierarquia e os lugares (no sentido social e espacial) demarcados de cada um na estrutura social interna do grupo (Da Matta, 1979, p.142).

O mesmo bairro, entretanto, que se divide a todo momento em subgrupos, zonas e lados, historicamente, também mantém um processo de coesão. É o que percebemos nos conflitos entre lojistas *outsiders* e moradores tradicionais *estabelecidos*, que se unem contra o *outsider maior* – o turista.

Tal configuração é também notável na reprodução da divisão espacial entre as famílias da Gamboa na Ilha do Japonês, ao mesmo tempo em que rivalizam através de competições rituais, como as festas tradicionais de rua.

De igual maneira, tais relações aparentam ser reproduções do misto de segregação e oposição mentalmente representada na cidade entre o *antes da ponte* e *depois da ponte*.

Como na configuração cultural interna ao bairro, o apartamento (fissão) e a pertença (fusão), dão a tônica do processo, em geral, observáveis nos mesmos elementos culturais, como é o caso das versões culturais que estudamos: A ACIRB, o Janhão, os biquínis de Dona Nilza e o Monzauro são adaptações locais para elementos culturais do *antes da ponte*, que nos levam a observar, ao mesmo tempo, desejo de união – já que há itens semelhantes entre os elementos – e de separação, ao mesmo tempo, já que outros itens são alterados para marcarem a diferença.

Os estudos de Gluckman (1997), em especial, no que se refere à cerimônia de inauguração de uma ponte na África do Sul, vão ao encontro de nossa reflexão. Ali também a ponte – mais exatamente o evento que a inaugurou – denotava relações mistas de pertença e separação entre brancos europeus e Zulus. Ao mesmo tempo em que ambos os grupos praticavam a adaptação de seus costumes aos dos outros sem coerção (Gluckman, 1997, p.239), suas relações “eram predominantemente marcadas por separação e reserva” (idem, 242).

A Ponte Feliciano Sodré liga a Gamboa à cidade e as pontes dos loteamentos do Projeto Marinas do Canal ligam os mesmos ao bairro – apesar disso, é notável que esses mesmos elementos urbanos encarnam sinais de segregação entre os mesmos espaços ora apontados como se fossem por elas ligados.

Para Gluckman, na verdade, “uma separação socialmente reforçada e aceita pode representar uma forma indireta de associação (...) mesmo quando levada ao extremo do esquívamento” (idem). À semelhança do que refletiu Souza (1986) sobre as relações entre mal e bem; Deus e o Diabo na história colonial brasileira; ou ainda, Mary Douglas (1976) sobre o sagrado e o profano, o puro e o impuro.

Como vimos, os termos opostos não necessariamente portam relações de separação total, mas sim relações entrecortadas por sistemas de segregação e contato. Mais do que isso, Gluckman consolida sua postura ao afirmar que “a cisão existente entre os dois grupos raciais é em si o fator de sua maior integração em apenas uma comunidade” (idem, p.243). Utilizando os termos de Evans-Pritchard (1978), podemos dizer que, nesses casos, fusão e cisão, embora sejam categorias opostas, relacionam-se diretamente, e mais – uma só existe devido à existência de sua oposição categorial.

De fato, essa é tendência observável nos exemplos que apresentamos, com destaque para as gradações de identidade entre o habitante da Gamboa e da cidade de Cabo Frio. No conflito misto entre moradores tradicionais *estabelecidos*, lojistas *outsiders* e turistas, o primeiro abre mão de sua cisão com o lojista e também com o “resto da cidade” – *pós-ponte* e *antes da ponte*, para defender a mesma cidade contra o turismo, visualizado como “predatório” e “invasor” no caso.

Entretanto, essa relação de pertença e separação não ocorre apenas entre a Gamboa e o *antes da ponte*, mas também entre o bairro e o *depois da ponte*, levando-se em conta a situação liminar do grupo estudado.

Acompanhei uma conversa entre J. e L., na qual aquele lembrava que teve muitas mulheres na adolescência, recebendo de L. a resposta de que aquelas mulheres não contavam pois eram “todas do Jacaré”. Já I. lembrou a B., em outra conversa, que se ela tivesse de vender sua residência na Gamboa, o jeito seria ir morar no Jardim Esperança, “quer dizer, morar não, se esconder”. Lembremos ainda que B. se remeteu ao Jacaré, em um de nossos diálogos, apresentados no item 2.3.1.2, como um bairro “mal falado”.

Estes e outros exemplos nos serviram para evidenciar que os moradores da Gamboa possuem relações de segregação com os demais bairros do *pós-ponte*,

garantindo sua situação liminar, ou seja: são diferentes e segregados pela representação *antes da ponte*, mas segregam e “não se misturam” com os bairros do *pós-ponte*.

Híbrida, mista, liminar também é a configuração cultural que encontramos no bairro da Gamboa, não só no que se refere à oposição fundamental na representação social urbana – antes e depois da ponte – mas também em relação às dicotomias fundamentais das sociedades humanas. É o caso das relações entre sagrado e profano manifestas na oposição entre os blocos da Arca e o União do Arrastão.

Outros fatores apontam ainda para a liminaridade e o hibridismo da identidade social do morador do bairro da Gamboa – conclusão à qual já havíamos chegado ao observarmos o grupo de pescadores do bairro (Moura, 2011). O citado caso dos conflitos ambientais com o IPHAN, como vimos, seguem nessa lógica interna, ao apontar papéis híbridos de preservação e degradação assumidos pelos moradores, em especial, os associados à AMAG e suas lideranças.

Finalizando, é preciso contemplar a aplicação de mais um conceito no que se refere à nossa observação sobre o bairro.

Como vimos, a configuração *estabelecidos-outsiders* na Gamboa já possui suas flexibilizações, no que se refere à teoria original de Elias e Scotson (2000). Assim, utilizando como referência o universo da moda praia, podemos observar que os *outsiders* ocupam as posições de maior relevo econômico – lojistas proprietários – ao passo que os *estabelecidos*, isto é, membros das famílias tradicionais do bairro, operam como membros de posições inferiores na escala hierárquica desse universo, ou seja, ocupando os cargos de costureiros e atendentes.

É possível, assim, visualizar, nesse caso, a aplicação do conceito de *inserção excluída*, oriundo dos estudos de Posthuma e Lombardi (1997), que não pôde ser evidenciado no caso do mercado imobiliário turístico. De fato, aqui não há desemprego aberto, mas sim formas precárias de inserção no mercado de trabalho, ainda que não se configure a existência de trabalho não remunerado ou exclusão das oportunidades para desenvolver novas habilidades.

Diante desse segundo momento de conclusões prévias, respostas e resultados, parece necessário seguir nosso estudo na direção de mais um capítulo, antes de nossa conclusão geral, a fim de analisar de que maneira os próximos passos a serem dados pela cidade e pelo bairro, no que se refere ao planejamento urbano, têm sido enxergados pelos gestores públicos e pelos atores sociais envolvidos na discussão do futuro dessa urbanidade.

Capítulo 3: *Planejamento urbano – O amanhã* **Caminhos e visões da cidade**

3.1 O que é Planejamento Urbano e o que queremos com ele

Este capítulo se propõe analisar, a partir de fontes oriundas de nossa observação direta e de bibliografia ligada ao tema, a forma pela qual gestores públicos e a população da cidade de Cabo Frio (com foco específico no morador da Gamboa), visualizam e, principalmente planejam (ou participam de uma estrutura que almeje planejar) seu bairro e sua cidade para os próximos anos.

O presente tema pauta-se, portanto, na articulação das conclusões dos capítulos anteriores, acerca do passado e do presente do bairro e da cidade, como dados e injunções essenciais para compreensão dos caminhos visualizados para ambos os espaços, na direção dos próximos anos.

De toda sorte, busca este momento ainda uma análise de como ambos os tipos de atores acima elencados – população e gestores – se encaixam ou poderiam se encaixar num contexto de planejamento de cidade e de bairro que leve em conta as demandas históricas e sociais apresentadas nos momentos anteriores desta pesquisa.

Nesse sentido, podemos conceber que a abordagem que segue refere-se a uma antropologia da política, entendida aqui no sentido conferido – e já apresentado – por Kuschnir (2007), e Kuschnir e Carneiro (1999), mas também a partir do prisma levantado por Goldman (2000), ao compreender que o termo, mais do que uma abordagem clássica da política como “um domínio, ou mesmo um processo, específico, definível objetivamente de fora”, constitui, na verdade, investigar “fenômenos relacionados àquilo que, ‘do ponto de vista nativo’, é considerado como política” (Goldman, 2000, p. 311).

No caso em tela, população local e gestores públicos constituem os atores “nativos” desse processo de construção social na direção de um planejamento urbano. Analisar os papéis atualmente ocupados pelos mesmos e as perspectivas de suas atuações nesse drama (Turner, 2008), nessa arena social (Davis, 1996), constituem o objeto deste capítulo.

A partir de qual prisma o morador da Gamboa, de outros bairros, e o gestor público da atualidade dessa urbanidade fluminense vêem o futuro urbano local? Qual cidade e qual bairro ambos os atores desejam? De que maneira ambos articulam a

memória local e as realidades das relações sociais presentes com o planejamento urbano desejado?

Antes de adentrarmos especificamente na esfera da resposta a essas indagações, entretanto, parece necessário esclarecermos o que se entende por *planejamento urbano*.

Para Villaça (1999), o conceito de planejamento urbano diz respeito a toda ação do Estado no espaço intra-urbano. Ressalte-se que, nos anos 30 e 40, o conceito era tratado no Brasil com o nome de *urbanismo* (Villaça, 1999, p.173).

Para o autor, o planejamento urbano possui como instrumentos os planos e os projetos³⁸, incluindo, como correntes constitutivas, o planejamento urbano *stricto sensu* (que dá origem aos planos diretores); o zoneamento; o planejamento de cidades novas (cidades planejadas); e o urbanismo sanitaria (idem, p.173).

Discordando pontualmente de Villaça (1999), Choay (1965) lembra que desde 1910 o termo *urbanismo* é desenvolvido, tendo como personagem principal o *urbanista*, que, para o autor, nada mais é do que o próprio arquiteto. Para Choay, há, mais do que correntes, fases do urbanismo na história do Brasil.

Nesse sentido, temos um *urbanismo progressista*, que ocupa as décadas de 10, 20 e 30 do século XX, encontrando seu ápice na criação de uma instituição – o grupo dos C.I.A.M. (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) e na publicação de um documento – a Carta de Atenas, em 1933, que, propriamente, diz respeito à formulação doutrinária do urbanismo progressista (Choay, 1965, pp.18-20).

Enquanto a ideia-chave do urbanismo progressista – cujo maior nome é Le Corbusier – é a noção de *modernidade* – que se manifesta na cidade através da racionalização das formas, no anacronismo de sua identidade e da liberdade da razão colocada a serviço da eficácia e da estética (idem, pp.20-21) – o *urbanismo culturalista*, por sua vez, anterior ao progressista (datado no final do século XIX), prega que a totalidade (aglomeração urbana) deve prevalecer sobre as partes (indivíduos) e que o conceito cultural de cidade supere sua noção material. A ideia de criar limites precisos para as cidades, cercadas de cinturões verdes gerando as *gardens-citys*, é apontada aqui como tendência do movimento, que inclui autores fora dos quadros franceses, como Howard, Sitte e Unwin.

³⁸ Para o autor, os planos se diferenciam dos projetos no que tange ao fato daqueles abrangerem todo o espaço urbano; serem passíveis de revisões e atualizações; incidirem sobre a maioria ou grande parte da população; levarem em conta as decisões políticas; e serem construídos com maior participação da esfera municipal do que da estadual e federal (Villaça, 1999, p. 174)

No urbanismo culturalista, cada cidade ocupa o espaço de modo particular e diferenciado, como consequência do papel que os próprios culturalistas atribuem à individualidade, pensamento oposto aos posteriores progressistas. A análise do passado e das relações sociais de grupos é utilizada, por exemplo, para estabelecer o traçado das vias de circulação de um espaço urbano, conforme aconselha Sitte (*idem*, p.23).

Um terceiro modelo de urbanismo ainda ocorre, segundo Choay (1965): o modelo naturalista, que toma o século XX a partir dos anos 30, tendo como personagem principal Wright. Nessa concepção, a cidade faz o indivíduo mergulhar em um universo artificial, sendo o contato com a natureza a única possibilidade de trazer o cidadão industrial de volta à realidade. Na prática, o modelo pauta-se no estímulo a criação de casas particulares, pequenas, com espaços para plantações, negando o incentivo aos prédios de vários andares. O trabalho encontra-se voltado para o surgimento de vários centros especializados, ligados às áreas residenciais por rápidas rotas, já que o isolamento aqui só tem sentido se puder ser rapidamente quebrado quando necessário (*idem*, p.30).

De modo geral, uma das definições mais conhecidas de urbanismo é exatamente a do arquiteto Donat Alfred Agache:

É uma ciência e uma arte, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo o conjunto de regras aplicadas aos **melhoramentos** das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a **remodelação**, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras. (*apud* Leme, 1999, p.29, grifo nosso)

Mas não são apenas as fases históricas e os conceitos estanques que fazem o urbanismo. Para Villaça (1999), a noção de urbanismo possui ainda três sentidos: o urbanismo como modo de vida, já apresentado, a partir de Wirth (1978); o segundo sentido, mais próximo da concepção de Agache, visualiza o urbanismo como o conjunto das ciências que estudam o urbano; e um terceiro sentido, que se refere ao conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade (Villaça, 1999, p.180).

Campos (1998), por sua vez, trabalhando o caso concreto da Praia Grande (Niterói) no século XIX, entende que o planejamento urbano possui boa parte de suas pautas na legislação, entendendo as normas de urbanização como aquelas que pautam “

a largura das ruas (...) para a construção e conservação das casas, sobre quintais, desapropriação para construções públicas, dentre outras” (Campos, 1998, p.50).

É no último quarto do século XIX que surge, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro documento relevante sobre o urbanismo enquanto plano geral, visando ao alargamento e retificação de várias ruas, abertura de praças, melhorias das condições higiênicas e de circulação, embelezamento e harmonização das construções (Villaça, 1999, p.194). Aqui, beleza, ampliação de espaços de circulação e higiene se combinam em uma só prática de intervenção urbana em uma clara tendência *higienista*.

O histórico da urbanização brasileira e sua regulação, enquanto planejamento, já foi apresentado, de maneira pontual, no capítulo 1 deste trabalho. Cabe, neste momento, recordar e organizar o que já foi apresentado, a fim de dar continuidade ao trato do tema.

Villaça (1999) e Leme (1999), concordam que, por volta de 1895, surge no Brasil o discurso sobre a regulação da urbanização – entendido aqui como urbanismo. Desse momento até por volta do ano de 1965, Leme (1999) salienta a existência de um descompasso entre o planejado e o executado (Leme, 1999, pp.20, 21).

Dentro dessa primeira *macrofase* do planejamento urbano brasileiro, entretanto, há fases que merecem nossa atenção. Os anos 20 e 30 do século XX, por exemplo, encarnam a existência de grandes planos de urbanização das grandes cidades brasileiras, confeccionados por intelectuais. Os destaques ficam para os trabalhos de Alfred Agache no Rio de Janeiro e Prestes Mais em São Paulo. Para Leme (1999), essa fase, na verdade, se estende até os anos 90.

Os anos 40, como vimos, agregam o interesse dos gestores públicos em aprofundarem a tendência dos planos de urbanização para as cidades no interior fluminense, movimento este no qual o próprio Agache, retornando da França, torna-se personagem de relevo novamente.

De acordo com Leme (1999) há, ainda dentro dessa *macrofase* que aqui buscamos construir, um período no qual os planos de urbanização no Brasil possuem as intenções de efetivar *melhoramentos* nas cidades – entre 1895 e 1930 – fase que antecede um novo momento no qual as intenções planejadoras passam a ser a *remodelação e embelezamento* das cidades (a partir dos anos 30).

A partir de 1965, assim, marcaríamos uma nova tendência na história do planejamento urbano do Brasil. O advento do Regime Militar traz ao urbanismo brasileiro, segundo Villaça (1999), o período dos *Superplanos* (1965-1971) e o período

dos *Planos sem mapa* (1971-1992) (Villaça, 1999, p.204). A união desses dois períodos, a nosso ver, condensariam a existência dessa segunda *macrofase* na história do urbanismo nacional, que se estende de 1965 até os anos 90.

Nesse período, a criação de uma grande estrutura de planejamento urbano, dotada de quantitativas instituições públicas para regramento e organização do mesmo, parece ser a tendência que se alinha.

Nessa *macrofase* é possível observar que, embora o discurso paute-se na descentralização do planejamento urbano, o fato é que as tendências práticas são de centralização.

Tomemos como exemplo o II PND, que salienta o centralismo da gestão do espaço público local, não havendo no texto qualquer referência à criação de mecanismos de fortalecimento dos municípios e à gestão dos solos urbanos municipais (Bernardes, 1986, p.102). É somente o Decreto 74156 de 1974 que cria, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Assim é notável o fato de que a autora salienta, durante essa *macrofase*, a *tendência à simetria*, isto é, a tendência da administração pública federal em tratar as diferentes regiões do país da mesma maneira.

É o que estaria presente na lei federal 6766 de 1979, a Lei de Parcelamento do Solo. Para a autora, a legislação em tela restringe poderes locais, vinculando-os a entidades metropolitanas e estaduais, bem como estancando a oferta de terrenos nas periferias, fator que, se fosse cumprido com exatidão, traria, na verdade, o maior inchaço, e não a descompressão pretendida aos centros urbanos (idem, p.116).

Esse processo de visualização nacional e simétrica do desenvolvimento regional se enfraquece a partir de 1985. É o que comprovam documentos do IPEA e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (Sedu), do início e do final da década de 90 (Steinberger e Bruna, 2001, p.73). A avaliação do Banco Mundial de 1989 confirma a tese, ao entender que “qualquer esforço futuro de atuar sobre cidades médias no Brasil deveria se basear mais nos governos municipais e estaduais”.

Se o início dessa segunda *macrofase* é marcado pelo advento do Regime Militar, o fim da mesma possuiria como marco a Constituição de 1988, a partir da qual surge a necessidade dos municípios brasileiros elaborarem seus Planos Diretores. Em um contexto histórico de restauração democrática, a exigência da participação popular na construção dos mesmos planos, sem dúvida, constitui um somatório que gera o

nascimento de uma terceira *macrofase* na história do planejamento urbano brasileiro, na qual nos encontramos nos dias atuais.

Tal divisão histórica, como vimos, não elimina nossa tradicional definição, segundo a qual toda ação do Estado no espaço intra-urbano se caracteriza como planejamento urbano, o que nos faria crer que poderíamos conceber uma noção de *planejamento lato sensu*, dentro da qual, por exemplo, o enxadrezamento urbano aplicado nas colônias ibéricas na América desde o século XVI (documentado como observável em Cabo Frio a partir do século XIX) seria reconhecido como uma ação de planejamento urbano; e uma outra noção de *planejamento stricto sensu*, relacionada à divisão histórica que acabamos de conceber, isto é, nascendo por volta de 1895 na história do país.

MACROFASE	FASE	TENDÊNCIAS ESPECÍFICAS DAS FASES	TENDÊNCIA GERAL DA MACROFASE
1895-1965	<u>1920-1990</u>	Grandes planos para grandes cidades produzidos por intelectuais.	Descompasso entre o planejado e o executado.
	1895-1930	Planos voltados aos melhoramentos .	
	Anos 40	Interiorização dos planos nas cidades fluminenses.	
	1930-1965	Planos voltados ao remodelamento e embelezamento.	
1965-1990	<u>1920-1990</u>	Grandes planos para grandes cidades produzidos por intelectuais	Conflito entre centralização e descentralização do Planejamento. Criação de instituições e regras nacionais voltadas ao urbanismo.
	Superplanos (1965-1971)		
	“Planos sem mapa” (1971-1992)		
1990- ?			Planos Diretores com apelo à participação popular.

Imagem 44 – *Quadro da divisão histórica do planejamento urbano no Brasil.*

Observe-se, a partir da tabela acima, que a fase locada entre 1920 e 1990 se estende ao longo de duas *macrofases*. É ainda de causar estranhamento o fato de que a característica da primeira *macrofase* não é citada pelos autores estudados nas demais, como se a incompatibilidade entre o planejado e o executado não se manifestasse como um problema histórico do urbanismo brasileiro.

Como veremos ao longo deste capítulo, não apenas esse descompasso, mas outros – como o existente entre participação popular de fato e de direito; entre necessidades das cidades e intenções de seus gestores; entre representações da população sobre o urbano e a visão de seus gestores – formam uma rede de relações e disputas que, em geral, tendem a criar mais obstáculos nos caminhos da cidade do que propriamente amaciar suas vias.

3.2 Planejamento Urbano e participação popular

Como vimos, a tendência mais pulsante no planejamento urbano brasileiro a partir do advento da Constituição de 1988 é o estabelecimento de Planos Diretores com foco no apelo à participação popular, obviamente, como resposta e compensação – quiçá reparação – ao longo período de exclusão dessa faceta do urbanismo nacional, com a configuração do Regime Militar.

Nos anos 90, a “gestão democrática” do planejamento urbano nos municípios passa a ser requisito para investimento do Banco Mundial e critério para aprovação de financiamentos a municípios (Lopes, 2004, p.153).

Com a aprovação da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, o apelo à gestão democrática da cidade não só é reafirmado como também se consolida através da nomeação de instituições concretas para instrumentalizar o conceito. É o que vemos no Capítulo IV da referida lei, no qual o planejamento urbano é visto basicamente como uma ação da população, a partir de ferramentas como órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A gestão democrática, assim, é demarcada, no campo legal do urbanismo brasileiro pós-anos 90, como possuindo na participação popular uma de suas diretrizes básicas, conforme salienta o artigo 2º da já citada lei, que aborda a materialização desse estilo de gestão “por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

O que observaremos, nas próximas linhas, é que a cidade de Cabo Frio, numa visualização geral de seus atores – com destaque para os gestores públicos – alinha-se a essa tendência, mas a integra de maneira semelhante à que Delgado (2007) visualiza no

processo do planejamento urbano de Barcelona: Guardadas as devidas proporções, veremos de que maneira há intencionalidades simbólicas no trato dado pelo poder público municipal ao planejamento local, tendendo este mais à criação de uma ficção de gestão democrática.

Na verdade, como vimos no capítulo 1, a gestão pública municipal, a partir do governo que assume o poder em 2005, pauta sua produção de símbolos na busca de criar uma sensação de participação popular e valorização do morador, em detrimento da louvação ao turista. Como uma autêntica *ideia-força*, segundo as reflexões de Bourdieu (1979), slogans e logotipos ligados à gestão em tela aqui pretendem mais tornarem-se verdade do que necessariamente sê-lo (1979, p. 484).

Compreendendo o campo político como baseado em uma luta cognitiva (prática e teórica) de representações, Bourdieu (2001, p.226) conclui que o discurso político simbólico acaba produzindo o que diz, isto é, transformando uma tentativa de convencimento acerca de um real possível em uma realidade representada na mente dos cidadãos sobre os quais pairam tais simbologias.

De fato, concorda Santos (1983) com o fato de que o conjunto de espaços, edifícios, marcos, signos, fronteiras, domínios e atividades que peculiariza uma formação urbana configura uma verdadeira máquina de criação simbólica (Santos, 1983, p.85).

Nesse sentido, vemos no slogan e no logotipo da gestão 2005-2008, reeleita para o quadriênio 2009-2012 (vide imagem 17), a tentativa de criação de uma imagem de participação popular na condução da gestão da cidade, o que se manifesta no discurso empregado no planejamento urbano local, conforme veremos adiante.

As tentativas de instalação do Club Med, em 2006, e do Projeto Marinas Cabo Frio, na Ogiva, em 2008, bem como os debates para a renovação do Plano Diretor, concluída também em 2006, denotaram um contexto no qual os entes públicos municipais convocavam a população da cidade, a todo momento, para participar dos processos, tangendo os impactos de tais empreendimentos sobre o município, no que se refere à temáticas tais como empregabilidade e preservação ambiental.

A tendência de convocação popular para a participação nos processo de planejamento urbano é fenômeno que ocorre, em nível nacional, a partir de meados da década de 80, segundo Souza (2004).

De acordo com o autor, as articulações em torno do MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana – deram-se a partir da brecha aberta pelo Assembleia

Nacional Constituinte para a apresentação de emendas populares ao projeto constitucional que acabaria sendo aprovado em 1988. Nesse momento, pela primeira vez se discute de forma abrangente o que se chamou de democratização do planejamento e da gestão das cidades (Souza,2004, p.158,159). Inicia-se, poucos anos depois, a tendência de implementar orçamentos participativos nos municípios brasileiros (idem, p.166,167).

Para Souza, entretanto, a participação popular, como item decisivo da democratização do planejamento e da gestão, acabou ficando relegada a segundo plano, constituindo o que chama de *tecnocracismo de esquerda*, no qual o diagnóstico estrutural, o prazo longo e a análise das contradições sociais são colocados de lado, em detrimento da superestima da importância das leis e planos, envoltos em uma perspectiva otimista ao extremo (Souza 2004, p.163).

Mecanismos como os Conselhos Municipais explodem como alternativa de participação neste período, mas suas primeiras experiências de aplicação apontam para realidades nas quais há mais formalidade do que poder de decisão, em situações nas quais a discussão das causas dos problemas urbanos são colocados de lado, em prol de uma perspectiva de “avanço”, otimismo e “pensar para frente”, pautados em uma metodologia que almeja um consenso irreal.

Segundo Vainer (1996), esse foi o clima, por exemplo, do Conselho da Cidade na gestão César Maia, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1993 e 1996. A ilusão da “trégua entre as diferenças” e da articulação entre os cidadãos “desiguais porém unidos”, excluía o apontamento de mudanças de fato essenciais na cidade, dentro de um conselho que mais se parecia com uma “grandiosa operação de marketing, promovida pela parceria entre o setor público e privado, que contou com a consultoria do escritório do urbanista catalão Jordi Borja” (Vainer, 1996, pp.123, 124).

A Catalunha – mais especificamente a cidade de Barcelona – acaba se tornando, de fato, modelo de gestão democrática de planejamento urbano, especialmente a partir do fim da ditadura franquista, em 1977, quando a região, assim como toda a Espanha, passa por um processo intenso de restauração democrática.

Para Delgado (2007), essa ruptura, embora tenha sido real no plano das representações, não efetivou mais do que um mero continuísmo no plano das realidades materiais (Delgado, 2007, p.22). No caso estudado pelo autor, os slogans, o *marketing urbano*, a invocação de valores abstratos e um processo de produção de significados, capitaneado pelo poder público, pela tecnocracia urbanística e pelos interesses

empresariais, deu a tônica do modelo Barcelona (o *barcelonismo*, segundo Jordi Borja) de democratização do planejamento urbano que, para o autor, nunca ocorreu (Delgado, 2007, pp. 40, 70).

Lopes (2004) realizou pesquisa semelhante sobre conselhos municipais e mecanismos de participação popular em municípios do estado de Minas Gerais, chegando a conclusões parecidas, isto é: embora teoricamente haja estruturas concretas e organizadas de participação popular no planejamento urbano, especialmente com os conselhos municipais, as atuações práticas dessas esferas apresentam limitações extremas, que comprometem a efetividade do conceito (Lopes, 2004, pp. 153, ss.), realidade que apenas pode ser observada com a análise de casos concretos.

O que observamos na estrutura de participação popular no planejamento urbano de Cabo Frio nem ao menos carece da penetração no universo das práticas sociais dos conselhos. O próprio corpo legal que rege alguns desses organismos na cidade já apontam para essa inconformidade entre discurso e prática.

Analisaremos os Conselhos Municipais de Transportes (Lei Municipal 2081, de 6 de novembro de 2007); de Defesa do Meio Ambiente (Lei Municipal 1695, de 9 de julho de 2003); e de Habitação (Lei Municipal 2166, de 23 de dezembro de 2008, alterada pela lei 2267, de 10 de março de 2010), essenciais ao planejamento urbano.

Em todos os casos, o quantitativo de membros possui paridade de representação entre sociedade civil e governo. Nos casos do primeiro e do terceiro, são 8 membros ao total, sendo 4 indicados pela sociedade civil e 4 pelo governo. Quanto ao segundo, segue-se o mesmo sistema, mas compondo 12 membros, com 6 indicações para cada lado.

O problema é que, nos três casos, o Secretário Municipal da pasta correspondente é o presidente do conselho, tendo direito a dois votos: um como membro nato e outro no caso de empate, tendo o poder de oferecer o chamado *voto de minerva* para decidir a questão.

Ora, parece claro que a matemática da composição desses conselhos não gera uma gestão democrática de fato, quiçá de direito, posto que, numa situação real na qual o enfrentamento direto entre sociedade civil e governo se der com igualdade de votos, a decisão final será sempre do governo, o que corrobora e mantém o centralismo executivo das gestões não-democráticas de períodos históricos anteriores. Além disso, como já observado em trabalhos anteriores acerca do tema (Lopes, 2004), na prática, há

a pressão desigual por parte do Executivo local, que detém informações, quadros técnicos e meios políticos de execução (Lopes, 2004, p. 254).

O próprio significado de democracia tem perdido na história seu significado original, se tornando tão impreciso ao ponto de não sabermos mais especificar seus traços distintivos (Vogel, 2003, p.106).

O fato é que disparidade de representação e voto entre membros do governo e da sociedade civil em organismos públicos, como os conselhos municipais acima citados, evidencia a política das democracias liberais contemporâneas, marcadas por profundas assimetrias de recursos e poder (idem, p.114). Schumpeter (1984) concorda com a postura, ao entender o método democrático, na verdade, como um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas nas quais as elites adquirem o poder de decisão.

Nesse sentido, antes de adentrarmos nas observações realizadas no bairro da Gamboa acerca dessa temática, parece necessário definir a questão a ser tratada: a participação popular nos processos de intervenção urbana em Cabo Frio, nos últimos anos, como uma *estrutura fictícia*. Conforme temos percebido, a solicitada participação da população local nos procedimentos de construção de planejamentos urbanos, a partir dos anos 90, se manifesta de maneira discursiva, imagética, simbólica e teórica na cidade de Cabo Frio, mas não de maneira material, concreta e real nas relações cidadinas.

Essa estrutura fictícia, por sua vez, gera diferenciadas reações nos grupos que são alvo de suas respectivas intervenções urbanas. Delgado (2007) salienta, no caso de Barcelona, a reação dura das populações organizadas de bairros contra os governos interventores, ao passo que Castells (1980) cita, como já vimos, o associativismo urbano como campo de enfrentamento direto com a estrutura estatal.

Na cidade de Cabo Frio, entretanto, temos observado posicionamentos flexíveis no que se refere à análise dos autores em tela.

Um caso que salienta bem a postura que aqui desejamos relatar é o ocorrido em relação ao bairro Jardim Esperança, considerado parte da periferia da cidade, participante ainda da zona espaço-representacional do *pós-ponte*, já evidenciada no capítulo 2.

No ano de 2011, o governo municipal lançou um *Pacote de Obras*, em grande evento ocorrido no Teatro Municipal da cidade. Contando com ações nas áreas de transportes, lazer, acessibilidade, entre outras, o “pacote” abrigava intervenções urbanas a serem realizadas na forma de obras públicas, em diferentes pontos.

A apresentação das maquetes foi feita em *power point* e 3D, a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento. O próprio teatro, que abrigava o evento, receberia, dentro do “pacote”, uma obra de revitalização caracterizada como “a maior intervenção urbana de Cabo Frio” (Jornal de Sábado, 2011)

Melo e Simões (2011) lembram que eventos desse porte, encarregados de apresentar projetos de planejamento urbano, ou, segundo as autoras, “anúncios de renovação urbana”, exercem, na verdade, uma “intensa produção coletiva de narrativas” elaborando e organizando “a experiência dos afetados pelas intervenções” permitindo ainda “orientar suas ações ao longo de todo o processo” (Melo e Simões, 2011, p. 1)

Dos bairros a receberem intervenções do “pacote”, o único no qual houve uma reunião prévia com os moradores foi o bairro Jardim Esperança. Cabe ressaltar que a reunião, realizada em 13 de abril de 2011, foi, na verdade, solicitação dos próprios moradores, especialmente dos comerciantes, com apoio de um canal de televisão comunitário.

Na ocasião, duas intervenções do “pacote” no bairro estariam na pauta das discussões: a reforma da Avenida Ézio Cardoso da Fonseca – a via principal do bairro, que abriga o comércio da área – e a criação de um grande terminal de integração dos transportes urbanos da cidade.

Acerca da primeira intervenção – na verdade, a grande motivadora da convocação da audiência pública – houve a ausência de representantes da Secretaria Municipal de Obras ou de Planejamento. Apenas o Secretário Municipal de Transportes compareceu, apresentando à população o projeto do terminal de integração no bairro.



Imagem 45 – Maquete do Projeto de Terminal de Integração no Bairro Jardim Esperança. Fonte: Secretaria Municipal de Transportes de Cabo Frio.

A revolta entre os comerciantes do bairro que compareceram à reunião era evidente e a discussão no evento acabou sendo levada a outro tópico, ainda que não distante do tema abordado: Os moradores presentes lembraram que, historicamente, o bairro recebia intervenções urbanas sem a opinião prévia da população local, o que teria gerado sérios problemas na organização urbana da localidade.

Segundo os moradores, a praça do bairro, planejada para interligar os então novos terrenos ocupados pela Escola Municipal Vereador Leaquim Schuindt e pelo Mercado de Peixe, acabou tendo sua entrada voltada para a lateral que faz ligação com ambos os terrenos, na perspectiva da integração dos espaços, o que, na verdade, apenas serviu para tornar a praça deserta, escura e sujeita à ações da criminalidade na localidade.

Não sendo agradável à população local, nem acessível à via principal que lhe dá frente (a Estrada Cabo Frio-Búzios), a praça tornou-se obsoleta, segundo o discurso dos moradores presentes, devido a um planejamento totalmente estatal, sem participação da população local, pautado mais em uma teórica e abstrata integração entre terrenos do que em uma acessibilidade aos interesses de circulação e usos dos grupos sociais locais.

A insatisfação com as futuras intervenções na Avenida Ézio Cardoso da Fonseca, assim, tomaram proporção ainda maior no evento com a ausência de representantes da pastas de mérito e com a comparação com obras passadas, realizadas pelo mesmo governo. A preocupação dos comerciantes da localidade com a necessidade de fechamento constante da via e a criação de dificuldades de acesso a clientes era evidente.

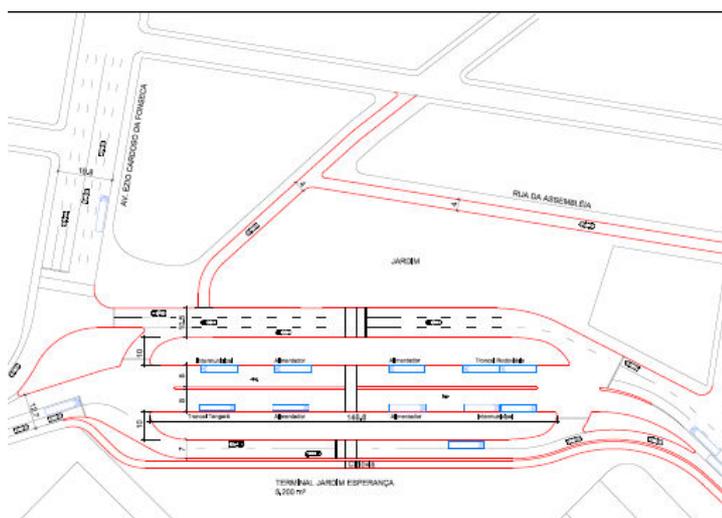


Imagem 46 – Croqui do Projeto de Terminal de Integração no Bairro Jardim Esperança. Destaque (em verde): Avenida Ézio Cardoso da Fonseca. Fonte: Secretaria Municipal de Transportes de Cabo Frio.

O fato é que, finda a discussão, a reação e indignação dos moradores não impediu nem alterou a intervenção na Avenida Ézio Cardoso da Fonseca, realizada tal qual planejada pela Prefeitura Municipal, tendo essa obra sido entregue no final de agosto de 2011.

Em seu discurso, durante a cerimônia de inauguração da referida obra, o Prefeito da cidade afirmou que “acabou aquela época em que os investimentos da prefeitura paravam na ponte. Ficava tudo para a parte rica da cidade”, parecendo desnecessário observar que a fala do gestor ratifica a representação que separa a cidade em antes e depois da ponte, respectivamente, “cidade rica” e “cidade pobre”.

O discurso da gestão aqui, como já apresentamos no capítulo 2, é pautado na promoção da unidade entre “as duas cidades”, trazendo para o morador dos bairros pós-ponte a noção de que ele faz parte da cidade que lhes é negada (vide Anexo V).

Cabe destacar que a única intervenção no bairro previamente discutida na reunião em tela – o terminal de integração – ainda não teve suas obras iniciadas.

Para fins de análise comparativa, migremos nossa atenção para o bairro da Gamboa, objeto de nosso estudo. Aqui, observamos uma mistura de diferentes reações da população local às intervenções públicas realizadas na localidade, bem como uma heterogênea gama de modos de participação e posicionamento diante dos projetos de organização urbana da área.

Um dos fatores diante dos quais moradores e lojistas se colocaram em postura crítica foi a intervenção da concessionária de águas da cidade (Prolagos) nas ruas do bairro em período próximo à uma das épocas de maior visibilidade e acessibilidade turística da região. Iniciadas no mês de maio de 2011, as obras de despoluição do Canal Itajurú, que levavam em conta a dragagem nas proximidades da Rua José Rodrigues Povoas, se estenderam até meados de julho, período de férias escolares e momento lucrativo para o comércio do bairro.

Parte de uma intervenção pública mais ampla, que buscava atuar sobre o cinturão coletor de esgotos no entorno da Lagoa de Araruama, a obra criava uma nova tubulação que chegaria ao bairro Jardim Esperança, no qual seria instalada uma Estação de Tratamento de Esgoto, disposta a impedir o despejo de cerca de duas toneladas diárias de detritos na Lagoa (Folha dos Lagos, 2011). Nesse sentido, a ação se realizaria *na Gamboa*, mas não *para a Gamboa*.

No que se refere às intervenções públicas específicas para a Gamboa, era corrente, naquele momento, a insatisfação do morador evidenciada pela reportagem do Jornal Folha dos Lagos de 4 e 5 de junho de 2011, como contrastante com “a aparente tranquilidade” do bairro.

Tal insatisfação se dava por conta da carência no que se referem às perspectivas de melhorias urbanas locais, confirmada pela fala do então Secretário de Turismo, afirmativo em não haver para o bairro um planejamento específico. Na mesma reportagem, já citada, o então Secretário de Obras lembra que o bairro está incluído no já citado “pacote de obras”, ainda que, na apresentação do projeto, em já comentado evento ocorrido no Teatro Municipal, nenhuma ação específica no bairro tenha sido apresentada.

Sem perspectivas de melhorias da aparelhagem urbana e ainda recebendo uma intervenção causadora de transtornos (a obra da Prolagos), pude conversar com vários moradores, que, de maneira unânime, reclamaram da ação da concessionária, seja pelo momento na qual vinha sendo realizada, seja pelos impedimentos no trânsito do bairro, seja pelo efeito colateral sentido pelo comércio local.

O interessante foi observar que, questionados, apenas um morador reconheceu a importância da obra para o meio ambiente da área de entorno. Três moradores entenderam que a obra não traria “nenhuma vantagem” para o bairro, já que o objetivo seria apenas “usar a Gamboa como ponte” (grifo nosso) para levar o esgoto até o Jardim Esperança, “um bairro que não tem nada a ver com a gente”.

Outra observação interessante nas conversas foi o fato de que apenas um morador entrevistado não questionou o fato da obra ter sido iniciada sem a consulta prévia da população por meio de audiência pública. “Diria a eles para fazerem em outro mês”, afirmou uma dona de casa.

A terceira observação relevante encontra-se no fato de moradores não participantes do comércio local terem apontado o prejuízo dos comerciantes como a principal consequência negativa da obra naquele período, notabilizando a preocupação com o setor como discurso corrente no bairro, independente da pertença ao referido universo.

Essas impressões acabaram se confirmando no dia seguinte às entrevistas, com a realização de reunião pública para discutir a intervenção da Prolagos com a população. As obras, entretanto, se iniciaram antes da discussão com os moradores, o que pode ser comprovado pela edição do Jornal Folha dos Lagos de 6 de maio de 2011, que noticia o

agendamento da reunião para o mesmo dia, citando que as intervenções se iniciaram dias antes.

O mesmo jornal, em edição do dia seguinte à reunião, trouxe os resultados do evento. Segundo a concessionária, haveria necessidade de ampliar o prazo da obra (que passaria a ter previsão de entrega em 60 dias), motivada pela descoberta de uma grande rocha de granito no caminho da tubulação, na Rua José Rodrigues Povoas. Diante da realidade residencial da área, a implosão da rocha seria insegura, o que gerou a necessidade de um método mais lento: a aplicação de argamassa expansora.

Ao questionar L. N. e J., que participaram da reunião, acerca de suas impressões, ouvi de L. a observação de que “ninguém estava preocupado com o solo do bairro e a estabilidade das casas, mas sim com o comércio”, o que foi confirmado por N. e J.

Para além dessa problemática, leve-se em conta que, em todos os casos abordados até o momento, sejam exemplos internos (os Conselhos Municipais de Cabo Frio; as audiências públicas nos bairros Jardim Esperança e Gamboa) ou externos (Conselhos Municipais cariocas dos anos 90, planejamento da cidade de Barcelona e até o próprio histórico do planejamento urbano brasileiro em geral) não há sinal de preocupação com a memória coletiva local, no sentido de uma arqueologia urbana da área a receber intervenções.

Na defesa de um planejamento que leve em conta as demandas locais e integre-se aos comportamentos, rotinas, usos e práticas da população local, parece salutar – a partir da compreensão de que as configurações culturais presentes de um grupo constituem, sobremaneira, reflexos de sua memória coletiva e conjunto, receptáculo da história dos mesmos usos urbanos – levar em conta um resgate passado e presente desses mesmos usos, e, acima de tudo, da forma pela qual os moradores da localidade impactada vêem seu próprio espaço urbano.

O posicionamento dos moradores na audiência pública citada confirma a observação geral, a partir das entrevistas realizadas, no que se refere à transformação de determinados ditames históricos do comportamento social do morador da Gamboa em relação aos conflitos de seu próprio espaço urbano.

Essa alteração comportamental, que se manifesta do paulatino desapego de valores essenciais do grupo – a questão ambiental; o ufanismo de bairro contra a exogenia histórica do processo de urbanização da cidade; e o relevo maior dado ao patrimônio comercial sobre o fundiário/habitacional – engendra-se em todo um contexto de alteração substancial na economia e nas relações sociais do bairro.

De acordo com Marcelo Chuairi, presidente da ACIRB, o início dos anos 90 começou a marcar uma tentativa de alteração do quadro sazonal na economia da Gamboa, junto ao processo de industrialização da produção de moda praia local, que, aos poucos, abandona o formato artesanal.

Para Chuairi, começa, a partir de então, um investimento na atração do morador da cidade como consumidor, deslocando a exclusividade da oferta ao turista, gerando o que chama de “mix” de produtos – a Gamboa passa a vender moda praia, mas também outras peças de vestuários e calçado, a fim de atender a demanda local que, em 2007, representava 80% do consumo nas lojas do bairro durante a baixa temporada (Campos, 2007, p.30).

Nesse sentido, a oposição simbólica à exogenia, que, como vimos, diz respeito a uma postura histórica e observável também no presente do bairro, através de seus rituais de negação à cidade (*outsider menor*) e ao turista (*outsider maior*), é entrecortada pelas alterações na esfera comercial da localidade, que passa a se direcionar ao morador de Cabo Frio (negação do *outsider maior*).

A defesa de um planejamento pautado na valorização da arqueologia urbana encontra neste ponto exemplar seu fundamento. O histórico exógeno da urbanização da cidade e do bairro da Gamboa, conforme vimos no capítulo 1, parece ser conclusão que, oriunda de estudo aprofundado das realidades sociais presentes e passadas da população local, serviria de ditame decisivo para a condução do planejamento local, a partir da compreensão do atual processo misto de aceitação e negação da influência externa ao bairro (exogenia).

A aplicação de um planejamento *a priori* – e, mais do que isso, de intervenções urbanas sequer discutidas com a população – só tendem a gerar desconexões evidentes entre os usos e circulações dos moradores do bairro e a própria constituição urbana do mesmo, tornando o bairro um espaço desconexo da configuração urbana local, isto é, deslocando seu sentido de lugar, conforme vimos no capítulo 2.

Nesse sentido, observa-se que as ações práticas recentes, referentes ao planejamento urbano na cidade de Cabo Frio, não se aplicam à efetividade do sentido de espaço-lugar, isto é, do espaço urbano como receptáculo simbólico dinâmico das representações passadas e presentes da população local, mas sim se dedicam a uma transformação urbana concebida e valorada teórica e abstrativamente.

A questão acima apresentada, referente às mudanças nos posicionamentos dos atores locais acerca da questão ambiental, relaciona-se sobremaneira à paulatina

transformação da grande maioria dos moradores da localidade em membros do setor comercial da localidade, de maneira direta ou indireta. A decadência da pesca como agenda econômica local, fenômeno já evidenciado em nosso trabalho anterior (Moura, 2011), acaba auxiliando na penetração do morador tradicional do bairro na esfera do comércio local.

O crescente apelo dos moradores por uma maior participação no processo do planejamento e intervenção urbana no bairro parece vir ao encontro da interiorização do discurso da gestão pública vigente (*a cidade para o cidadão*) e da tendência ao planejamento democrático operante a partir dos anos 90.

Nesse caso, ao que parece, confirma-se a noção de Bourdieu (2001) no que se refere ao entendimento do espaço político como lugar da produção das representações sobre o mundo social que, dada a sua eficácia simbólica performativa, acaba produzindo o que diz, isto é, acaba transformando o discurso intencional em realidade para o que o ouve, transmutando ficção em uma crença real de efetividade.

Assim, esse capital simbólico legitima a autoridade que impõe o conhecimento legítimo do sentido de um mundo social, de sua significação atual, e, principalmente, da direção na qual ele vai e deve ir.

Dessa forma, é possível dizer que, se um bairro possui uma identidade, como já argumentamos (cf. Cordeiro & Da Costa, 2006), a identidade do bairro da Gamboa tem se aproximado, cada vez mais, do perfil reivindicatório de projetos de intervenção urbana específicos para o local, que contem com a participação do morador, ao mesmo tempo em que se afasta do discurso tradicional interno ligado ao meio ambiente e ao fechamento à cidade, bem como se alia à defesa de seu comércio local enquanto nova demanda econômica e social que envolve grande parcela da população residente.

Mais afastado da negação à cidade, o gamboense, ao que parece, encarna paulatinamente a função desejosa pela intervenção da municipalidade – mas de acordo com suas opiniões e impressões.

Essa alteração de quadro vai ao encontro da noção de planejamento urbano enquanto busca de respostas para “problemas públicos” de acordo com “os paradigmas dominantes em cada época (higienismo, no início do século XX; ecologia, no início do século XXI)” (Melo e Simões, 2011).

As autoras auxiliam na compreensão em tela também a partir das experiências de “democracia participativa” nos processos de discussão de intervenções urbanas, observadas no bairro de Lille-Sud, cidade de Lille, França.

O processo ali descrito se difere sobremaneira dos casos de Jardim Esperança e Gamboa, no que tange à articulação da intervenção pública com as agências de fomento, naquele caso, perfazendo a soma de cerca de 40 bilhões de euros, financiados pela ANRU (Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine), tendo em vista a execução de projetos apresentados pela localidade.

O processo vivido em Lille, entretanto, se aproxima de Cabo Frio no sentido de que ambos possuem uma linguagem discursiva preocupada em imprimir nos moradores participantes um sentimento de “parceria”, transformando-os em “atores da renovação de seus bairros” (Melo e Simões, 2011, p.5).

Para as autoras, o sistema de participação popular, as reuniões de bairro ali realizadas entre poder público, agências de fomento e população, aproximam-se da noção de *drama social*, processo esse que se finaliza com a

(..) aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão pública e simbólica da reconciliação ou do rompimento irremediável”(Turner, 1974, p. 78-79).

No caso cabofriense, o que se viu não foi exatamente o *grand finale* reconciliador, através da instrumentalização por meios legais, cerimoniais ou demais ferramentas públicas de exposição e convencimento. Ambas as reuniões pautaram-se na audição das reclamações dos moradores acerca das condições das obras e intervenções, não gerando resultados concretos, nem satisfações públicas acerca do não atendimentos das reivindicações em tela.

No caso da Gamboa, as obras continuaram a ser realizadas, em meses de intenso comércio, com fechamento de trânsito e eliminação de pedras. Destaque-se apenas que houve a promessa de cessão de um ônibus gratuito para os moradores do bairro “subirem a ponte” e acessarem o centro durante as obras, o que de fato foi cumprido.

De igual maneira, a Avenida Ézio Cardoso da Fonseca, no Bairro Jardim Esperança, foi rasgada para a implementação das mudanças presentes no *pacote de obras* da prefeitura. A constatação de *mau planejamento* da praça do bairro pelos moradores não gerou qualquer iniciativa de reparação na área.

Resumidamente, ao que parece, ambas as reuniões, ainda que com caráter consultivo e deliberativo, acabaram assumindo, na prática, caráter meramente informativo. O poder público apresentou seus projetos, os moradores apresentaram seus

descontentamentos pontuais, e o poder público, “em contrapartida”, realizou exatamente o que projetara anteriormente.

Nesse sentido, aplica-se aos bairros da cidade um planejamento urbano que mantém a tendência histórica de urbanização local, que, como vimos no capítulo 1 – em especial na terceira conclusão prévia daquele capítulo – tende a um *não-lugar*, a uma negação do local. Mais do que uma exogenia, isto é, uma influência do externo, a urbanização local passada mantém no planejamento presente sua ideia de se distanciar do que se refere às realidades locais, como pauta primordial.

No que se refere especificamente ao caso da reunião realizada na Gamboa, é preciso considerar ainda a relação de pertencimento dos atores presentes. Houve presenças de moradores de diferentes gerações e grupos sociais dentro do bairro, ou seja: desde moradores tradicionais da localidade passando por comerciantes, lojistas e inclusive representantes da APEAG e AMAG. Beto, que, como já vimos, possui cargo de liderança em ambas as associações, manifestou-se com relação à preocupação comum do evento: o comércio no bairro.

Não houve, nesse caso, uma diferenciação de postura ou de valoração, no que tange às diferentes gerações ou grupos presentes. Não ocorreu também um maior valor dado às vozes de moradores antigos do bairro, conforme aconteceu no caso observado por Melo e Simões (*op. cit.*), no qual “os participantes mais capacitados para apresentar as demandas locais eram aqueles da primeira ou segunda geração de nascidos na França”.

O que se observa no caso estudado, em paralelo com outro fato concreto já apresentado no Capítulo 2 – o caso do turista que vendia redes no estacionamento do bairro – é que, em situações-limite de conflito, as dissidências internas do bairro, as divisões entre os grupos sociais, especialmente as disparidades entre moradores tradicionais e lojistas, são suplantadas pela articulação em torno de uma demanda comum que afete diretamente e de modo geral o bairro da Gamboa.

A análise de apenas uma reunião pública realizada no bairro configura, por ela mesma, fonte de produção de representações sociais de relevância, já que mobilizações como esta se manifestam através de dramas sociais protagonizados por certos atores sociais, inseridos em determinadas arenas sociais (Davis, 1996) obedecendo a uma temporalidade própria, na qual são levados em conta elementos tais como as relações e conteúdos políticos historicamente construídos no município.

Assim, conforme destaca Lopes (2004), os posicionamentos dos atores envolvidos nessas demandas, embora faccionalizados, não são fixos, podendo os mesmos ora defender uma posição, ora outra, conforme o atual feixe de temporalidade historicamente construído no momento da discussão (Lopes, 2004, p.244).

Parece claro, nesse sentido, que o caso concreto aqui estudado, caracteriza um reflexo da noção de configuração cultural (Benedict, 1969), como já apontado neste trabalho. O bairro da Gamboa manifesta-se não como um grupo de identidade fixa, definida e estanque, mas como uma configuração, que mescla elementos de posicionamentos que parecem, a primeira vista, divergentes.

Nem apolínea nem dionisiaca completamente, a configuração cultural da Gamboa, mais do que mista de elementos tradicionalmente vistos como paradoxais (como o comércio e o meio ambiente, denotando as oposições entre capitalismo x ambientalismo; lucro x preservação, artificial x natural, etc.), traz a conjunção presente de fases e experiências históricas de um grupo, que, ao longo de seu histórico, passou por diversas fases e demandas, sempre tendo, com temos afirmado, o exógeno como regra, como elemento de longa duração, e ao lado, dele, a reação ao exógeno, mista e alternada entre atitudes de aceitação e de repulsa à mesma influência – e por vezes oposição – externa.

Nesse sentido, como prévia da conclusão geral deste trabalho, observamos que o presente configuracional da Gamboa é, na verdade, uma manutenção – e não uma ruptura – com seu passado. As reações entrecortadas de adesão e combate ao exógeno; e a influência marcante e decisiva do mesmo exógeno no processo urbano local, encontram-se presentes na observação dos moradores do bairro e seu papel no contexto maior de desenvolvimento da cidade.

Esse é o processo observado nas atitudes dos moradores, ao mesmo tempo, pautadas no apelo à maior participação e na não participação na discussão urbanizadora; no apelo ao meio ambiente tradicional e ao comércio recente; ao passado e ao presente. Aproveitando a linguagem utilizada por Santos (2005, p.257), o grupo em questão mescla elementos *centrípetos* e *centrífugos*, caminhando tanto *para dentro* quanto *para fora* de si mesmo, de maneira não lógica e organizada, ao longo de sua própria história, conforme podemos comprovar com a leitura dos capítulos 1 e 2.

Cumpramos observar ainda, a respeito do item em questão, que a participação popular, por si só, não parece encerrar a solução “mágica” para a disparidade entre planejamento urbano e demandas locais. A reflexão que se articula neste momento,

entretanto, é de que se o discurso é o incentivo à participação popular, que ele seja concretizado em acordo com as peculiaridades das configurações culturais locais, de fato, e não apenas de maneira fragilizada, fundamentada num arcabouço institucional que, ao final das contas, ou não permite a plena participação da população local, ou, quando o permite, não leva em conta os resultados de seus desejos e identidades.

Não há, nesse sentido, uma fórmula exata para efetivar a participação popular no processo de planejamento urbano. Cumpre, nesta pesquisa, elevar a reflexão sobre o tema ao patamar de necessidade pungente, mais do que oferecer saídas calculadas e infalíveis.

3.3 Planejamento urbano e meio ambiente

As recentes discussões – com ou sem participação popular, dotadas ou não de uma participação apenas discursiva – acerca do planejamento urbano da cidade levam em conta ainda, como já evidenciado em momentos anteriores, as questões ambientais. Como temos apresentado, o fator meio ambiente, como pauta dos debates, tem perdido seu foco no bairro da Gamboa, em favor das preocupações com o comércio local e com a circulação urbana que liga o bairro ao centro da cidade.

É necessário, porém, evidenciar que tal discurso ainda se mantém como bandeira das relações sociais e representações coletivas do bairro, especialmente, como apresentamos no capítulo 2, na zona espaço-representacional denominada *lado do morro*. Pontos comerciais administrados por famílias moradoras daquela zona, no bairro da Gamboa, ostentam o discurso como propaganda institucional, como no caso abaixo:



Imagem 47 – Lava a Jato localizado no bairro da Gamboa, de propriedade de família residente no lado do morro. Foto: Rafael Peçanha

O discurso biologizante, já apresentado anteriormente, articula-se, porém, em todo o apelo de planejamento urbano vigente na cidade nos últimos anos. A Lei Complementar 4, de 7 de Dezembro de 2006, por exemplo, institui, conforme reza seu artigo 1º, o Plano Diretor de Desenvolvimento *Sustentado*.

O conceito de *desenvolvimento sustentável*, ou ainda, *sustentado*, refere-se, segundo Davidovich (1993), à compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental, a fim de garantir o patrimônio ecológico para gerações presentes e futuras. Essa noção se articulava ainda, segundo o mesmo autor, com o conceito de *ecodesenvolvimento* proposto por Sachs, que inclui a noção de justiça social, aliada à preservação ambiental e ao crescimento econômico, visando à manutenção de recursos duráveis e não duráveis (idem).

Para Becker (1993) o conceito possui uma faceta política necessária de ser evidenciada. Para o autor, a proposta do desenvolvimento sustentável passa pela regulamentação globalizada do desenvolvimento, envolvendo diretrizes específicas para países do terceiro mundo, através de incentivos financeiros a empreendimentos rurais de pequena escala, utilização de biomassa, proteção de “áreas de interesse vital”, etc.

Indo mais além, Camargo (1992) afirma que o conceito em tela busca uma composição política que articule hegemonia universal e soberanias limitadas.

Em concorde, Melo e Simões (2011) lembram que o argumento ambiental da “cidade durável” é apresentado como um requisito para os financiamentos do Banco Mundial e de outras agências, enquanto os “problemas sociais” e suas soluções são evidenciados como uma questão eminentemente urbana, a serem resolvidos através de “planejamentos estratégicos”.

O discurso ambiental utilizado no Plano Diretor Cabofriense (são duas seções da lei tratando da sustentabilidade e oito referências ao assunto ao longo do texto) vem indexado a outras ações que remetem ao padrão biologizante. A produção de dramas e performances (Turner, 2008), no que se refere ao cenário político, constitui outra estratégia de propagação e convencimento do discurso ambiental.

É o que vemos em outro grande evento realizado pelo poder público municipal para o lançamento do Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental na cidade – SiMLA. O SiMLA foi criado pela Lei Municipal nº 2330, de 31 de dezembro de 2010, como efetivação de exigências da política ambiental do Governo Federal, tendo como objetivo delegar aos municípios a liberação de licenciamentos ambientais, autorizações,

certidões, entre outros, agindo sobre o controle de empreendimentos e atividades de impacto local, consideradas ativas ou potencialmente poluidoras e capazes de causar degradação ambiental.

Fazem parte das atribuições do SiMLA também a permissão de construções, instalações, ampliações, reformas, recuperações, alterações, operações e desativações de obras e prédios, estabelecimentos, empreendimentos e quaisquer atividades que utilizem recursos ambientais ou que sejam consideradas de efetiva ou potencial ação poluidora, inclusive sonora ou visual. (Teixeira, 2011)

A crítica feita ao discurso que pauta o planejamento urbano, em extremo, no argumento ambiental, sugere também o “esquecimento” proposital das questões locais a partir de uma articulação com a demanda do meio ambiente de maneira conceitual e abstrata, em detrimento da análise dos processos sociais locais, imprescindível “à seleção dos atributos a serem considerados, e portanto, ao delineamento da problemática ambiental inerente à área estudada”, o que acaba imprimindo em um planejamento urbano um “caráter a-histórico ao espaço geográfico” (Ajara, 1993).

Nesse sentido, há o paradoxo entre discurso (incoerente com o real) e ação (incoerente com o discurso): de um lado, um debate ambiental *a priori*, e, do outro, uma ação do poder público municipal, enquanto agente modelador do solo urbano³⁹, que passa ao largo da mesma questão.

Ademais, cabe salientar a *polissemia* da fala ambiental. Há, na verdade, “meios ambientes” vários, produzidos nos conflitos e acordos estabelecidos entre a população e o poder público, conforme evidenciado por Lopes (2004, pp. 229, 231).

Assim, enquanto polissêmico, o discurso ambiental fica vulnerável a ser apropriado de maneira diferencial por agentes governamentais, representantes de associações e outros atores sociais, acabando por adaptar-se às mais diversas formas de convencimento político, dada a sua flexibilidade semântica.

Falar do caráter polissêmico da noção de meio ambiente é dizer que ela é datada, histórica e socialmente construída e politicamente manifestada (...) pode frequentemente ser exteriorizada através de outras questões, ou

³⁹ Para Almeida (1983), há determinados integrantes da sociedade que geram processos específicos determinantes para o uso e a forma espacial da cidade: são os agentes modeladores do solo urbano. Para o autor, “as estratégias e comportamento efetivo desses agentes provocam reflexos espaciais no processo de urbanização de uma área”. Quem seriam esses agentes? Para o autor, diferentes estudiosos apresentam gamas diferentes de personagens que fazem parte do conceito. Entretanto, Form, Capel, Harvey e Borja são concordes em apontar o poder público como um desses atores, apesar de apenas o último entender que a população também faz parte desse grupo. (Almeida, 1983, pp. 171-174)

permanecer embutida em diversos temas e domínios privados e públicos (Lopes, 2004, p. 231)

É passivo o entendimento de que os assuntos ecológicos tenham se tornado objeto de marketing e de prestígio, tanto para empresas quanto para o poder público (idem, 2004, p.247). Apesar disso, a análise de recentes projetos na cidade de Cabo Frio apresenta o contraste entre o discurso pautado no desenvolvimento sustentado e a manutenção de processos históricos de apropriação ambiental, por exemplo, traduzida na utilização de áreas de salinas, que poderiam ser preservadas pelo fato de constituírem aterramentos sobre espelhos d'água – sendo propriedades da União, portanto – para a construção de empreendimentos imobiliários de alto padrão.

É o caso do já citado Projeto Marinas Cabo Frio, na qual a já apresentada tentativa de esquecimento (proposital) do gabarito legal da cidade se articula com a utilização de área da desativada Salina Ipiranga, localizada, como vimos, no bairro da Ogiva, logo após a zona espaço-representacional denominada *final da Gamboa*. Por ser de iniciativa do Executivo Municipal, parece claro que a articulação pelo uso da área e pelo aumento do gabarito de forma ilegal surge como interesse do mesmo poder.

3.4 O que se vê e o que se quer que seja visto

O segundo papel desse drama – o poder público, a gestão municipal – merece agora sua análise, após as conclusões referentes ao morador da Gamboa enquanto ator social. De toda sorte, o que se percebe com a leitura do item anterior, em relação à atuação desse segundo personagem, é exatamente o abismo entre o discurso oficial e a prática concreta do planejamento urbano na atualidade da cidade de Cabo Frio.

Tal realidade, entretanto, não parece ser exclusividade nem desse município, muito menos do presente histórico do planejamento urbano em nível nacional. Villaça (1999) entende que, na história do urbanismo brasileiro em geral, os planos não são assumidos pelos governantes, devendo ser analisados mais pela ótica da ideologia e do discurso do que propriamente pelo foco da política pública (Villaça, 1999, p. 190).

Entendido pelo autor como “apenas discurso” e “fachada ideológica”, o planejamento é entendido aqui como ocultação, e não como legitimação da ação concreta do Estado, desde a concepção histórica de melhoramentos e embelezamentos até o atual aspecto de Plano Diretor, passando pelo plano urbanístico e pelo plano local integrado – de enormes volumes com dezenas de mapas e abordagem extensa realizada

por equipes múltiplas – até o nível de meros projetos de lei, declarando mais princípios do que ações e com a presença de poucos mapas (Villaça, 1999, pp.191, 192).

Mais do que isso, é preciso destacar que os Planos Diretores e as transformações urbanas integradas de grande porte (o que foi chamado de *pacote de obras* em Cabo Frio) mantêm, no interior fluminense, salvo raras exceções, a tendência exógena já evidenciada como constante na história da cidade de Cabo Frio desde o capítulo 1.

No caso do Planejamento Urbano, basta lembrar o que já foi apontado: a elaboração do atual Plano Diretor pela Fundação Getúlio Vargas, sob a forma de consulta encomendada, sem a participação de técnicos locais.

O município de Macaé, por sua vez, lançou em 2011 “um pacote de R\$ 150 milhões em obras e investimentos dentro do Programa Planejando Macaé” sob a batuta do renomado arquiteto curitibano Jaime Lerner (Macaé, 2012).

As contradições do Plano Diretor de Cabo Frio, entretanto, vão mais além: apesar da lei geral ter sido sancionada (Lei Complementar 04, de 07 de dezembro de 2006), não foi remodelada a lei de zoneamento de uso e ocupação do solo – a famosa legislação de 1979, como vimos, orgulho das gestões públicas municipais pela sua inalterabilidade.

Esta lei, destaque-se, implementa o Plano Diretor – conforme determina ao artigo 4º da legislação geral supracitada – e, enquanto instrumento de política municipal (artigo 35), deveria ter sido regulamentado em 180 dias (artigo 90).

Relevante, nesse contexto, é apontar ainda a deficiência do conjunto desse novo ordenamento urbano local enquanto portador de condição abstrata, pouco específica. O Observatório das Metrópoles entende que o Plano Diretor de Cabo Frio “não define a população que acessa os projetos habitacionais, nem tão pouco define projetos para este fim”. Não há referência “à população de baixa renda”, da mesma forma que não há o estabelecimento de “definições de investimentos em equipamentos sociais especificamente para as ZEIS (AIES), como investimentos em educação, saúde, cultura, saneamento, mobilidade, etc.” (UFRJ, 2011).

Nesse sentido, a conclusão do relatório é que “o zoneamento proposto pelo Plano Diretor do Município de Cabo Frio apresenta deficiências técnicas que dificultam a avaliação neste sentido”. (idem).

Assim, é necessário confirmar que a tendência contemporânea de elaboração de Planos Diretores meramente teóricos, abstratos, que apresentam apenas princípios,

denunciada por Villaça (1999) se confirma no caso concreto do Plano Diretor cabofriense.

De igual maneira, a noção já apontada como conclusão prévia no capítulo 1, que denuncia o alcance posterior de tendências históricas nacionais ao contexto social e político cabofriense, criando um lapso temporal entre o nacional e o local, se manifesta também no caso em tela, bastando, para isso, observar que, segundo o próprio Villaça (1999), no período entre 1971 e 1992 se consolida no Brasil o período dos “Planos sem Mapa”⁴⁰, tendência que, ao que nos parece, alcança o corpo legislativo do município em questão com o Plano Diretor datado de 2006. Nesse caso, consolida-se ainda o que o mesmo autor chama de “Plano-Mito” (idem, p. 230).

A morosidade no que se refere à aprovação das leis que complementam o conjunto legislativo do Plano Direto de Cabo Frio, entretanto, segue um longo histórico de manutenção da legislação urbana na cidade, processo que, como vimos, é considerado positivo pelos gestores municipais.

A manutenção do texto da Lei de Zoneamento, por exemplo, de 1979, à qual foi negada uma revisão geral e uma adaptação estrutural aos novos paradigmas da realidade urbana local, permitiu que diversos retalhos e remendos fossem nela realizados. A lei original (Lei 116 de 16 de novembro de 1979) recebeu 8 modificações em 32 anos⁴¹, sempre referentes à transformação de áreas específicas em zonas de cunho residencial ou comercial particular.

Assim, tais modificações pautaram-se sempre na transformação de zonas especiais (ZES) em zonas residenciais (ZR-2), ou ainda, na permissão de construções em ZPP’s (zonas de preservação permanente), seja aumentando a quantidade de unidades permissíveis em um mesmo lote, seja – no caso mais preocupante – no caso da Lei Municipal 2126 de 2008, tentando ludibriar uma cláusula básica da lei de 1979: o gabarito da cidade, isto é, o número máximo de pavimentos permitidos em construções no município, já que, em seu artigo 4º, inciso II, alínea “a”, a legislação de 2008 permite a construção de edificações com “térreo + 3 pavimentos + pavimento da cobertura com

⁴⁰ Segundo o autor, o “Plano sem Mapa” é um “novo tipo de plano que a ideologia dominante inventou nas suas constantes tentativas de dar a impressão de que está cuidando do planejamento e aperfeiçoando-o continuamente. O novo tipo de plano apresenta apenas objetivos, políticas e diretrizes. Já que é assim, o diagnóstico e a grande quantidade de mapas e estatísticas são dispensados” (Villaça, 1999, p.221)

⁴¹ São as leis municipais de números 600/1982, 593/1986, 613/1986, 921/1988, 1676/2003, 1968/2006 (que reorganiza o zoneamento de área específica para a instalação do Club Med na cidade), 2126/2008 (que realize o mesmo procedimento para a criação do Loteamento Marinas Cabo Frio, no bairro da Ogiva, continuação do bairro da Gamboa) e 2364/2011.

50%”, totalizando 5 pavimentos, um a mais do que permite a Lei de Zoneamento original do município.

O que se percebe, no histórico de alterações em tela, é o foco comum em investimentos imobiliários determinados, como nos casos da instalação do Club Med e do Loteamento Marinas Cabo Frio. Não há, em nenhum dos casos, a intenção de alterar estruturalmente a lei, para adaptar o zoneamento da cidade às mudanças urbanas da região ou do próprio município, diante das urgências do passar dos anos. Não há, nas legislações em tela, uma preocupação abrangente com o ordenamento urbano da cidade, e sim com projetos imobiliários ou turísticos específicos e previamente definidos.

Além disso, como aponta Villaça (1999) a legislação que zoneia a cidade simplesmente é desobedecida, sem que haja qualquer punição para o caso. É o que ocorre na Avenida Joaquim Nogueira, no Bairro de São Cristóvão. A via faz parte de Zona Residencial (ZR) na legislação de 1979, logo, é vedada a construções comerciais. Entretanto, há cerca de 15 anos pelo menos, constitui-se como o principal núcleo comercial da cidade depois do bairro do centro.

Nesse sentido, conclui-se que há um conjunto de disparidades, todas concernentes ao “abismo que separa o discurso da prática” (Villaça, 2005, p. 90): disparidades entre planejamento urbano e cumprimento do planejamento; alterações de zoneamento que são realizadas de forma pontual e na direção de interesses imobiliários específicos, e não de maneira global, tendo em vista a atualização da organização urbana da cidade para sua adaptação aos novos contextos de cada momento histórico.

Assim, de um lado, o planejamento urbano fica elevado à categoria de melhoria da qualidade de vida e “modernização” da vida cidadina; porém, do outro, sua prática aponta para a efetivação de visões e interesses pessoais, sempre a priori.

Tal conclusão, saliente-se, possui profunda conexão com os dois capítulos anteriores e suas abordagens. Elaboradas de maneira, via de regra, exógena, as intervenções urbanas na história de Cabo Frio criaram um arcabouço representacional que torna o desinteresse pela realidade social do espaço-lugar modificado uma regra.

Tal realidade histórica, por sua vez, cria reações de revolta, mas também de adesão ao discurso das gestões locais, tornando a reação a essa histórica exogenia, que despreza a configuração cultural local, um elemento que não transforma a realidade social e administrativa em Cabo Frio.

Ou seja: diante do passado e do presente local, tendo como foco o estudo de caso do bairro da Gamboa, vemos que o desejo exaltado por uma reação popular contra o

desinteresse da gestão pública, que teria como atores a população “insatisfeita” com o não atendimento de suas demandas – tal como desejava Castells (1983) – não parece realidade possível de ser vista na localidade estudada.

O levante da população contra a surdez planejadora de suas necessidades caracteriza-se como quase ilusória, dado que as reações mistas da mesma população – ora pautada na coesão e no “ufanismo” de bairro que se fecha à cidade; ora pautada na adesão ao discurso da cidade “para todos”, que inibe a reação à contradição entre discurso e prática – acaba deslocando para fora de si mesma uma possível solução para tal impasse histórico entre demandas locais e planos (ou ações pontuais) de urbanização que as atendam.

Cabe, portanto, além de apontar problemas e estimular novas reflexões, propor possibilidades de criação de uma estrutura legal municipal que force a audição da população, levando em conta, porém, este ponto como parte do arcabouço que direcione o planejamento local à articulação com as configurações culturais locais. É preciso, portanto, uma movimentação que se insurja “de cima para baixo”, a fim de que o movimento do planejamento local, mais do que constituir a ação oposta, isto é, de baixo para cima, na verdade, se situe como uma integração de interesses entre gestores públicos e população local – exatamente superando a tradicional oposição entre governantes “de cima” e população “de baixo”.

3.5 Por uma nova metodologia diagnóstica para projetos de intervenção urbana

A constatação do ambiente e da estrutura na qual se desenvolve o planejamento urbano em Cabo Frio, a partir dos dados etnográficos e históricos colhidos e apresentados até este momento, nos capítulos anteriores, aponta, neste capítulo, para a necessidade de reformulação dos métodos e posturas planejadoras, tanto por parte do poder público quanto da parte da população dos bairros afetados.

De toda sorte, como já observado também neste capítulo à exaustão, os efeitos históricos desse processo nas configurações culturais da população local dificilmente possibilitaria uma alteração substancial no processo, haja vista que oportunidades presentes para a efetivação das demandas locais em intervenções urbanas apenas denotaram o papel de mero ouvidor do poder público, que acabou colocando em prática uma intervenção de acordo com seus próprios preceitos, como ocorreu no caso da audiência pública no bairro Jardim Esperança.

Caberia, portanto, a outros setores da sociedade – como o acadêmico – propor melhorias e avanços para a superação da dicotomia entre discurso e prática no processo histórico de urbanização de Cabo Frio para os próximos anos.

De toda sorte, atores pontuais e individuais, em suas trajetórias, membros de universos sociais ligados aos moradores das localidades afetadas ou do próprio poder público, poderiam assumir os papéis de porta-vozes e/ou implementadores de tais propostas, descartando, entretanto, a romântica possibilidade de uma ação coletiva dentro desses grupos, ou ainda, por meio de articulação entre esses dois universos, de maneira institucional ou plural.

Cabe, portanto, após analisar histórica e etnograficamente a realidade apresentada, propor os elementos que abaixo se seguem para o alcance de tal intento, como contribuição prática e objetiva desta pesquisa.

Ao que parece, a necessidade de se enxergar a cidade através de planejamentos menos teóricos, menos abstratos e meramente apresentadores de princípios, urge, o que não significa que o extremo oposto, isto é, a concretude matemática rígida, baseada nas estatísticas frias, trará a “solução mágica” para o equacionamento entre os padrões culturais dos diversos grupos citadinos e a própria cidade, enquanto planejamento. Nesse sentido, concordamos com a perspectiva que critica a suposição de que o bairro seja algo perfeitamente mensurável com estatísticas (Melo e Simões, 2011). É preciso mais.

Diante dos fatos e das observações dos atores sociais participantes dos conflitos narrados, entendemos que um bairro carece de um planejamento que tenha como base, exatamente, a percepção das consciências que o habitam, isto é, um planejamento urbano cujo concebido *a posteriori* e não *a priori*, decorrente do “conhecimento do ponto de vista do habitante”, visualizando o habitante como interlocutor do planejador (Choay, 1965, p.48).

O plano pode, nesse sentido, levar em conta a forma de percepção da cidade pelo morador, sempre no que se refere aos laços afetivos e existenciais pontuais (de vizinhança, de rua, de bairro, de zona) e nunca no que se refere à cidade como um quadro, coeso, uniforme e dado de forma geral. Cabe, portanto, “colocar o problema da morfologia urbana” – e o problema do planejamento urbano – em termos de significações (idem, pp. 48, 49).

A base concreta da proposta que aqui será apresentada diz respeito à necessidade de um diagnóstico social e espacial prévio da área a receber intervenções. Como base, utilizaremos o Relatório de Impacto Social (R.I.S.).

O R.I.S. é metodologia desenvolvida pela professora Cristina Panella (PUC-SP) em parceria com a empresa CDN Estudos e Pesquisas, com o objetivo de medir o efetivo impacto social das diferentes ações de responsabilidade social; ultrapassar a abordagem restrita ao investimento per capita e abranger a multiplicidade de efeitos das ações sociais; e dar conta dos efeitos das ações ao longo do espaço e do tempo utilizando indicadores Socioeconômicos reconhecidos sem desprezar os impactos nos atributos de imagem das corporações.

Em suma, a apresentação do método deixa claro que sua natureza é voltada para o vínculo empresarial, em projetos de responsabilidade social⁴². Apesar disso, municípios brasileiros como Uberaba (SP) e Santana de Parnaíba (SP) têm se utilizado da metodologia para garantir “força e engajamento ao longo do tempo” e “retorno de imagem” a projetos ligados a políticas públicas, nestes casos, respectivamente, como exemplos, em projetos de abastecimento de água e na instituição de um código ambiental municipal.

Nosso objetivo, como dito a poucas linhas, não se prende a uma crítica contundente de tal metodologia, mas ao aproveitamento de suas bases para a elaboração de uma formulação específica para relatórios prévios de impactos sociais em projetos de intervenção urbana, especialmente no que se refere aos espaços públicos. A esta metodologia poderíamos denominar Relatório de Impacto Socioespacial – RISE

Parte prévia necessária a um instrumento de planejamento urbano (lei de zoneamento, plano diretor, etc.), o RISE teria a função de diagnosticar as impressões, visualizações, demandas e percepções dos moradores, considerando seus resultados

⁴² O conceito de responsabilidade social é extremamente difuso, múltiplo e ambíguo, não havendo, nem entre os estudiosos do tema, nem entre as empresas, consenso quanto ao seu significado. Apesar disso, pauta-se uma conceitualização geral nas ações empresariais que visem a atenuar a pobreza, melhorar as condições de vida, e promover a cidadania de grupos ou populações carentes. Para Ricoeur, a noção de responsabilidade implica agir sobre as conseqüências de atos, chegando, inclusive, a atribuir a este compromisso a preocupação de tutelar “os outros”, no que se refere a prestar serviços e zelar pelos objetos a seu alcance. Enquanto configuração moral, para o autor, a responsabilidade faz menção à preocupação de identificar o sentido na larga cadeia de referências, que conecta “*a ação em direção ao futuro*” (cf. Cappellin, 2005). Nesse sentido, aplicado à intervenção urbana, portanto, do poder público, a noção de responsabilidade social adquire a ideia de um conjunto de compromissos assumidos pelo Estado em agir sobre o espaço-lugar cidadão sem comprometer – a curto, médio e longo prazo – os demais bens, objetos e símbolos caros à comunidade na qual se realiza a intervenção e à população da cidade como um todo.

como a base para elaboração de uma política urbana planejada a curto, médio ou longo prazo.

Toda a intervenção urbana – como de fato é toda atuação do poder público sobre um aglomerado urbano a partir de um planejamento – segundo Massey (2009), se desejar ser socialmente efetivo, deve observar “a constelação de trajetórias, que, apesar de interagindo, e, sem dúvida afetando umas às outras, têm muitos ritmos diferentes” (2009, p.225). Nesse sentido, projetos de intervenção urbana, especialmente no que se referem a obras públicas, na ótica de nossa proposta, devem importar-se com tal universo relacional.

Dessa forma, outros elementos do R.I.S. merecem certa revisão na direção de uma metodologia de Relatórios de Impacto Socioespacial. A relação entre tempo e espaço é um dos pontos a serem discutidos, sob a ótica das reflexões de Massey acerca do mesmo tema. Tomemos como imagem a ser estudada o esquema da página 5 do Relatório de Impacto Social (CDN, 2011):

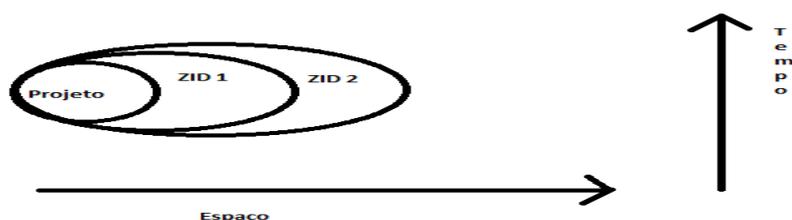


Imagem 48 – Gráfico da relação entre tempo e espaço no Relatório de Impacto Social. Fonte: CDN, 2011.

Na metodologia do R.I.S., tempo e espaço não aparecem como opostos, mas como variáveis separadas, diferentes, que podem ou não, nas ocasiões concretas, serem dotados de índices diversos e quiçá opostos. Aqui, como afirmou Massey (2009) sobre Laclau, Panella “quase acerta”, já que a transformação de tempo e espaço em eixos matemáticos de um mesmo gráfico não define, mas permite que ambos sejam tratados como diferentes e opostos.

A metodologia da Professora Panella eventualiza o que todos os teóricos criticados por Massey (e são muitos) generalizam – a oposição entre tempo e espaço. Quando tratados como variáveis relacionadas, porém independentes, tempo e espaço podem receber variações numéricas opostas, não sendo tratados como imbrincados, como facetas de um mesmo movimento (2009, p.175).

Graficamente falando, entendemos, a proposta da análise dos fatores espaço e tempo seria melhor representada, para tratar da posição de Massey, que aqui defendemos, em forma de espiral, na qual os dois filetes movimentam-se em paralelo, mas interligados em eixo a um movimento único. Dessa maneira, espaço e tempo movimentar-se-iam de maneira livre e não linear, mas de forma conjunta:

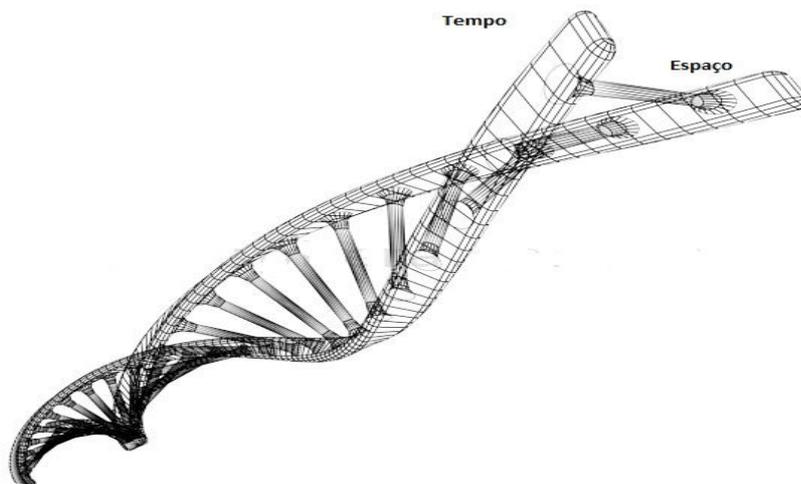


Imagem 49 – Proposta de gráfico relacional tempo-espço no Relatório de Impacto socioespacial – RISe.

Como vimos ao longo de todo o trabalho os usos dos espaços, as significações e impressões dos atores sociais, e seus conflitos nos mais variados âmbitos, cujos personagens são exatamente os espaço citadinos, indexados ao movimento da história, do tempo, das diferentes cronologias que envolvem os diversificados grupos sociais de um bairro e de sua memória coletiva.

Outra sutileza necessária diz respeito a abordagem do conceito de *lugar*, em paralelo ao conceito de *espaço*. Como vimos ainda no capítulo 2, com a efetivação do conceito de *espaço-lugar*, é preciso integrar as duas perspectivas clássicas, de maneira a entender a constituição física urbana pontual, arena das mais diferentes disputas sociais, como um elemento uno de articulação cultural.

Assim, ainda que Massey (2009) sugira negar a distinção entre os dois conceitos (2009, p.25), é a mesma autora que, mais à frente, se rende a uma sutil distinção entre os termos, ao entender que o espaço é uma simultaneidade de *estórias-até-então*, ao passo que o lugar é a coleção dessas estórias, “articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço” (idem, p. 190).

De fato, como já vimos, Tuan (1974, 1979) também entenderá essa diferenciação, a partir da noção de que o espaço considera os sentimentos espaciais e as

ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência, enquanto o lugar possui um espírito, uma personalidade, um sentido de lugar, que se manifesta pelos sentidos, apreciação visual ou estética, a partir de uma longa experiência.

Assim, ao que parece, Tuan considera o espaço como um receptáculo das impressões dos grupos que o habitam, ao passo que o lugar, ao receber tais impressões, cria para si um sentido próprio, que se desconecta das singularidades que criaram seu espírito, passando a adquirir um sentido *per se*.

As posições de Massey e Tuan, assim, não se excluem, mas se completam. De toda sorte, é passiva a posição, entre ambos, de que espaço e lugar são diferentes, mas não existem separados; de que o espaço é um encontro histórico de experiências e histórias (seja esse encontro eventual ou não); e de que o lugar é uma espécie de feixe dessas vivências, que se cristaliza (ainda que não se engesse) em forma de um sentido próprio, de uma quase-identidade – de um sentido de lugar.

A relação entre a conceitualização de espaço e lugar, em ambos os autores, não se refere, entretanto, a um mero jogo formal de disputa conceitual. Tais noções influenciam diretamente no jogo político e na prática das relações sociais, no que tange aos processos de construção de planejamentos urbanos, nos quais a população surja, de maneira mais evidente, como sujeito ativo.

Basta, para isso, lembrar, com o auxílio de Mello (1993), que Tuan faz parte da corrente denominada geografia humanística, pautada na relação simbiótica entre o ser humano e o meio ambiente, considerando “lugares como pessoas e pessoas como lugares” (Pocock, 1981), tornando cada ser humano “um geógrafo informal, pois é o homem que cria, vive e atua no espaço, estando, portanto, capacitado para discorrer sobre seu mundo vivido” (Mello, 1993, p.32)

Dessa forma, entendemos que um RISe deve, igualmente, englobar, como primícias, as abordagens acerca do espaço e do lugar, de maneira simultânea e integrada (*espaço-lugar*), no que se refere ao objeto de seu relato. A análise do impacto social de uma obra pública em um bairro, por exemplo, deve levar em conta não apenas a forma como aquele espaço se reúne e organiza as experiências das pessoas que ali circulam, mas também o sentido que este lugar imprime na vivência dessas mesmas pessoas.

Trocando em miúdos, não bastaria relatar e pesquisar, por exemplo, de que maneira os transeuntes utilizam as vias de circulação de um bairro, mas também como elas enxergam os motivos e os modos de circulação naquele bairro. Qual o sentido de por ali circular? Quais os motivos da circulação? Como quer se sentir ou o que quer

obter quem por ali, e não em outra parte do bairro ou de outro modo, circula? Qual a memória coletiva, no que se refere à circulação, dos moradores da localidade em relação àquela área? De que forma os transeuntes visualizam naquele bairro um *espírito* próprio, que as movem – ou não – a optar por ele ou por aquela parte dele?

Mas o aspecto essencial na proposta do RISe é exatamente a participação da população local em discussões que precedam projetos de intervenção em espaços urbanos, discussões essas que, junto à análise etnográfica da população local, por meio de convivência diária e observação dos atores sociais, formariam as principais bases do diagnóstico que se propõe ser o RISe, objetivado, como resultado, por meio de dados do que se poderia chamar de uma pesquisa qualitativa.

Massey argumenta que a discussão prévia pelas populações locais, no que se refere a intervenções urbanas, não deve ser uma regra universal, mas um direito a ser concedido se, de fato, as questões específicas referentes a conflitos e relações sociais internas daquela localidade se envolverem com a obra. O caso da *byelection* (eleição local) promovida na comunidade de Isle of Dogs em 1993, por exemplo, deu voz e direito ao British National Party, partido reconhecidamente racista na localidade, criando uma situação difícil de ser resolvida pelas autoridades locais, exemplo utilizado pela autora para opor-se à radicalidade e à universalidade da participação popular direta (Massey, 2009, p.238).

Ao citar o exemplo de um grupo de agricultores de Millau que depredaram o Mc'Donalds local (idem, pp. 240-243), não por uma oposição ao capitalismo globalizante, mas porque haviam feito uma opção por agricultura alternativa (como forma de sustento e como identidade grupal), Massey parece nos dar a deixa que precisamos – as alterações no espaço urbano podem e devem ser discutidas pelas populações locais quando se referirem à vocação e à identidade do grupo que naquela área se insere.

Ora, parece-nos claro que a identidade, o “rosto” de um bairro, por exemplo, constitui-se precipuamente por suas atividades dominantes (cf. Cordeiro & da Costa, 2006). Assim, podemos dizer que há bairros comerciais, cidades turísticas, regiões religiosas, etc. Dessa forma, a discussão prévia de algumas alterações urbanas com determinados grupos que daqueles espaços públicos⁴³ se apropriam, parece ser um ponto sensato nessa ótica.

¹ Leve-se em conta, neste contexto, as discussões acerca do conceito de espaço público. Paiva (2000) e Massey (2009) apresentam duas posições diferentes sobre o tema. Paiva, fundamentado em Arendt,

A partir dessa reflexão, visualiza-se que um bairro de vocação comprovadamente comercial – e não parece ser uma missão custosa concluir, qualitativa e quantitativamente, a vocação comercial de um bairro, a partir de fatores como a quantidade de instituições comerciais, movimentação financeira e impressões dos moradores – não pode receber, por exemplo, um espaço para a instalação de uma feira ou para venda de produtos subsidiados pelo poder público sem que o grupo de comerciantes do bairro seja ouvido. O mesmo vale para, por exemplo, obras de padronização dos estabelecimentos comerciais do mesmo bairro.

A discussão das alterações urbanas com as populações que ali participam suas vivências, longe de ser apelo preso a uma teoria de democracia radical, ou ainda um enfraquecimento do poder executivo do Executivo (necessária a redundância), é garantia de pleno cumprimento do papel político do Estado, garantia de aceitação popular em relação ao mesmo, bem como exercício da política em sua forma mais clara e contemporânea, em sua íntima relação com o espaço (Massey, 2009, p.56).

Entendendo o espaço como reduto da desarticulação e da eventualidade, em oposição a uma visão tradicional do espaço como estrutura fechada e articulada, Massey compreende que apenas a primeira visão pode abrir o espaço à *política*, entendida aqui como negociação que não visa ao estabelecimento de regras gerais, mas à capacidade de enfrentar, com ética e responsabilidade, as eventualidades que o lugar – móvel, dinâmico e inesperado – oferecem às relações sociais (2009, p.204).

Reconhecer a inevitabilidade do conflito (Massey, 2009, p.211) parece ser a chave para resolvê-lo. Mouffe reforça a posição ao afirmar que “em vez de tentar apagar os traços de poder e exclusão, a política democrática requer que sejam trazidos à frente”

entende o espaço público como “lugar onde as relações e ações comunitárias se passam, se abrigam e têm curso; espaço onde se exteriorizam as demandas, as reivindicações da comunidade; espaço acolhedor de diversas instituições estatais e não-estatais; do agir publicamente, das reuniões; espaço, por excelência, do agir livre e coletivo”. Já Massey visualiza que a existência do espaço público depende da presença de conflitos e antagonismos, cercados pelos jogos das relações sociais desiguais. O espaço urbano, assim, seria o produto do conflito (2009, pp.218 e 219). Assim, Massey discorda de posições como a de Paiva, sobre o espaço público como “um vazio que permite livre e igual expressão” (2000, p.217). Paiva baseia-se em Bourdieu, também, para negar os antagonismos nos espaços públicos (2000, p.39) e utiliza-se de Arendt, novamente, ao entender o espaço público como presença de uma “igualdade de desiguais que precisam ser igualados” (idem, p.127). Massey, por outro lado, não visualiza o espaço público como *locus* de superação das desigualdades e antagonismo, mas como realidade apenas constituída por estas mesmas características. Seriam as “negociações diárias contínuas e as lutas” que produziriam esses espaços públicos (idem, p. 217), sem a perspectiva, “romântica”, segundo a autora, de dissolução desses conflitos e desigualdades, posto que tal dissolução seria, na verdade, o fim do espaço público. Mais do que uma coletividade fictícia, o espaço tende mais, nessa linha de pensamento, a alinhar-se a uma negociação de subjetividades, semelhante ao que Rodrigues (2005) entende: “a realidade social ‘única’ é uma ficção produzida a três mãos: ‘os outros’ (tradição), ‘nós’ (o grupo social) e o ‘eu’ “ (2005, p.8). Este artigo alinha-se com essa posição sobre o conceito de espaço público.

(*apud* Massey, 2009, p.218), afinal, o conflito não é algo que acontece no espaço urbano: o espaço urbano é fruto do conflito, tendo nele sua própria raiz de existência (*idem*, p.219).

Parece, pois, impossível proceder alterações nos espaços urbanos negando a própria identidade dos mesmos, negando o que lhes constitui. Nesse sentido, entende-se que uma metodologia que englobe audiências públicas, fóruns permanentes e análises quantitativas e qualitativas (com maior peso dado a estas do que àquelas) das atividades vocacionais e identitárias de espaços urbanos deve ser incluída em uma proposta de Relatório de Impacto Socioespacial que preze pela responsabilidade social e pela abertura à política, na mais nobre acepção de seu significado contemporâneo.

Finalizando, e, na verdade, ratificando reflexão já realizada linhas acima, não parece ser irrelevante que um relatório deste porte leve em conta as impressões e representações dos transeuntes de um espaço acerca de seus signos e símbolos. Ferrara (2008) entende que as imagens urbanas são os signos da cidade, atuando como mediadores do seu conhecimento. Imagem e imaginário, assim, são manifestações de mão dupla, pois a cidade como espaço físico é cenário e ao mesmo tempo ator de uma relação social que contracenam com o homem, usuário ou cidadão urbano.

Pelo imaginário humano, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar algo mais, devido à incorporação de significados extras e autônomos, em relação à imagem básica que lhes deu origem (Ferrara, 2008, pp.193,194).

Nesse sentido, propõe-se aqui uma metodologia que leve em conta as configurações culturais das populações receptoras de intervenções urbanas, bem como suas relações com o meio ambiente local, de acordo com as demandas pontuais e específicas da área em questão, e não como mero discurso disposto a esconder mazelas sociais, conforme denuncia Ajara (1993).

Parece evidente, ainda, que a obrigatoriedade, ou, ao menos, a sugestão legal de elaboração de relatórios desse tipo, como requisito para a execução de intervenções urbanas, seria fator essencial para a efetivação de tal integração entre estudos/pesquisas e práticas políticas.

Exemplo do que defendemos aconteceu na Prefeitura de Santana do Parnaíba, que em sua Lei Municipal nº 2823, de 28 de setembro de 2007 (Código Ambiental Municipal), em seu artigo 13, inclui a obrigatoriedade de elaboração do R.I.S como

requisito para avaliação do impacto ambiental de planos, projetos e atividades a serem desenvolvidas no município.

3.6 Por uma quase conclusão

A partir da reflexão em tela, busca-se a superação da participação popular como fórmula mágica de solução das questões de intervenções urbanas. O RISe, nesse sentido, surge como proposta de integração entre interesses da população local e dos governos municipais, afastando-se tanto da imposição governamental quanto da livre democracia, que por vezes, pode colocar a situação urbana em maus lençóis ao invés de resolver suas mais profundas deficiências.

O RISe, nesse contexto, não se insurge como uma fórmula mágica para a solução do problema da participação popular, mas como provocação que pode estimular novas reflexões sobre o tema. Melhor caracterizado como subproduto e proposta concreta de reflexão (e não de resposta), ele aponta mais para a perspectiva das conclusões que virão na próxima parte deste trabalho do que propriamente para o caráter de conclusão parcial ou geral nesta pesquisa.

Reconhecer que os debates públicos “vêm sendo usados para dar a aparência de democrática a decisões tomadas sob um jogo totalmente desequilibrado de pressões” (Villaça, 2005) e que a noção fantasiosa de participação popular tem sido “divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, a prepotência e a injustiça (Villaça, 2005, p. 50) deve ser o primeiro caminho para perceber que as reflexões sobre planejamento urbano devem sim levar em conta uma participação efetiva da população local, mas devem, de igual maneira, partir do princípio de que uma gama de assuntos e caminhos devem ser utilizados para tal resposta, dentro dos quais o debate público é um.

De toda sorte, é mister salientar ainda que o planejamento urbano em si não constitui a via definidora do que o bairro da Gamboa, a cidade de Cabo Frio ou qualquer outro espaço-lugar pode vir a ser. As potencialidades urbanas, diante de todo o contexto estudado, não se define exclusivamente pela mão pública, nem pela mão popular.

As configurações culturais, as identidades locais, influenciam e são influenciadas pelos processos de intervenção e de planejamento urbano, constituindo as esferas da gestão pública e da representação coletiva instâncias que se interpenetram, enquanto constituidoras efetivas do que uma urbanidade é ou pode ser, sempre a partir

do que ela já foi. É a população local; a gestão local; a história e os contextos culturais e comportamentais de ambas, entrelaçados, que formam e reformam o ser urbano.

O que aqui se defende nada mais é do que algo semelhante ao que Jacobs (2000) aponta: um combate ao que chama de “cidadelas da iniquidade”, “anti-cidades”, fundamentadas em “urbanizações inurbanas”, oriundas de uma pseudo ciência, incapaz de olhar para a cidade real, em sua diversidade.

Tal concepção, clara ao analisarmos o histórico e as práticas presentes da urbanização de Cabo Frio, despreza a vitalidade urbana e a interação entre os usos. Para Jacobs, o reconhecimento e a transformação da diversidade em fator positivo é exatamente o antídoto para essa inversão do papel de cidade.

Nesse sentido, as práticas culturais, os hábitos, as rotinas, as configurações culturais e os costumes pode, segunda a autora, elaborar a passagem da vida pública informal para a vida pública formal e associativa, entendendo que aquela impulsiona esta.

A valorização de indivíduos que forjaram redes de relações como “capital social urbano insubstituível”, bem como do tempo como fator essencial de constituição dessas mesmas redes, não deve ser desprezada, mas ao contrário, erguer-se como elemento fundamental em uma estrutura urbana.

Ao defender, por exemplo, a utilização da própria articulação dos moradores de uma dada localidade como fator de sua revitalização, ao invés do mecanismo clássico de remoções, a autora salienta que justamente a interação entre o morador e seu espaço é que podem gerar saídas para as degradações urbanas.

Um compromisso com a responsabilidade social; com a participação popular efetiva enquanto elemento importante, mas não decisivo por si só; com a ruptura da disparidade entre discurso e prática planejadora; e com a indexação entre intervenção urbana e qualidade de vida, em acordo com a configuração cultural da área afetada, é o objetivo desta provocação metodológica, teórica e prática, dirigida aos que estudam, pesquisam e observam a sociedade e àqueles que gerem a coisa pública.

Conclusão – para não terminar

Ainda que boa parte das conclusões gerais – e pontuais – de nosso trabalho já tenha sido apresentada ao longo dos capítulos, cabe agora uma reflexão geral sobre a relevância e os resultados da pesquisa empreendida.

Apesar da crítica ao posicionamento dos antropólogos a respeito do tema, cabe incorporar o conceito de *território* em Souza (1995), no que tange ao bairro da Gamboa enquanto objeto de estudo deste trabalho.

De fato, para o autor, o conceito de território surge, na geografia política tradicional, como espaço concreto em si ocupado por um grupo social, apropriado por ele, gerador de raízes e identidades, de maneira que aquele grupo não possa mais ser compreendido em separado dele (Souza, 1995, p.84).

Interessante observar que o autor se apropria sobremaneira da linguagem antropológica para apresentar outra abordagem do conceito, que também nos remete ao bairro da Gamboa: o território enquanto campo de forças, teia ou rede de relações sociais, dotado de complexidades internas que definem a alteridade entre o eu e o outro, entre *insider* e *outsider* (idem, p.86). Nesse sentido, territórios são mais relações sociais projetadas em espaços concretos do que os espaços concretos em si (*ibid*, p.87).

Resgatando, portanto, o conceito de *território* enquanto teia de relações sociais, constituída por um processo histórico de construções imagéticas e representacionais – engendrando uma autêntica arqueologia urbana (Mello & Vogel, 1984) – visualizamos o bairro da Gamboa compreendendo que a atual configuração social do grupo estudado reflete, sobremaneira, as articulações temporais, históricas da urbanização da cidade, que trouxeram uma série de elementos à identidade social local.

A *exogenia* enquanto processo de longa duração (Braudel, 2002) presente na história do grupo constitui uma das principais vias condutoras das representações identitárias locais. É a exogenia, a força de entrada das idéias, expressões e posicionamentos externos ao bairro na estrutura social do mesmo, que gera reações de oposição, mas, ao mesmo tempo, de desejo pela adesão à cidade, ao ponto do bairro manifestar, em sua representação de divisão geográfica (zonas espaço-representacionais) uma área mais propícia ao centro, à cidade, ao cosmopolitismo (lado da ponte), ao lado de áreas nas quais a representação dos moradores caminha para a interiorização de demandas próprias e internas ao grupo (lado do morro).

Nesse sentido, como afirma Souza (1995), as relações sociais se manifestam no espaço físico, gerando territórios, mas mais do que isso: gerando divisão geográfica e social do território, como dividida é a materialização dessas relações no espaço físico. Tal conclusão, destarte, desloca a reflexão de Evans-Pritchard (1978), que dava ao espaço físico o nível de influência maior sobre as relações políticas e sociais de um grupo do que o contrário.

Cabo Frio, assim, apresenta-se como uma *cidade escassa* em relação ao bairro da Gamboa, ou seja, uma cidade que engendra a expressão residual de cidadania, com parca competência para articular os apetites sociais à vida política organizada (Carvalho, 2000, p.55).

Nesse sentido, seguindo o conceito em tela, o retraimento histórico do Estado gera nos grupos locais reações articuladas, entre elas a violência. Porém, no caso em tela, as reações são, na verdade, mistos de repúdio à cidade – por se apresentar como escassa, inacessível ao bairro – e de adesão à mesma – pela carência de não tê-la disponível como imagem e representação, manifestados nos símbolos, rituais, práticas e comportamentos.

Essa reação mista de pertença e repulsa pode ser visualizada com o auxílio do conceito de *impermeabilité*, defendido por Lévi-Strauss (1985b).

Ao falar da *impermeabilité*, Lévi-Strauss visualiza um posicionamento necessário ao indivíduo e ao grupo social, que leve o mesmo a ser “ele e não outro”. Nesse sentido, uma certa dose de etnocentrismo – ou de ufanismo, no caso – é necessária, desde que haja um certo controle da mesma dose. Este “controle”, por sua vez, consistiria em não reprimir, nem destruir os valores rejeitados em prol da própria identidade, ou segregar os indivíduos ou grupos que os possuem, segundo o francês.

Obviamente, o equilíbrio sonhado por Lévi-Strauss não se manifesta de forma sublime e perfeita na configuração cultural observada no bairro da Gamboa – a *impermeabilité* gamboense mescla imputações de menor valor humano aos *outsiders* lojistas, por exemplo, ainda que, neste caso, haja rearrumação das forças diante de um *outsider* maior, conforme vimos.

Entretanto, as situações de segregação, que se manifestam diante dos bairros Jacaré e Jardim Esperança (cf. pp. 110, 172, 188), por exemplo, não ferem a aplicabilidade do conceito de Lévi-Strauss ao caso em tela: a necessidade de *impermeabilité*, neste caso, possui raiz na história do bairro e na urbanização da cidade, se manifestando claramente nas representações presentes: A Gamboa nega sua pertença

à representação do pós-ponte (que inclui ambos os bairros acima citados) mas também não se reconhece parte da cidade escassa (antes da ponte), tornando-se, de fato, uma cidade confinada (Alves 2009), desejosa tanto do afago quanto da distância da cidade enquanto outro, enquanto não-bairro.

As articulações de bairro dentro do grupo social estudado, como reações à cidade escassa, não se configuram, entretanto, conforme conceitos clássicos de desobediência civil ou de insurreição das classes menos favorecidas, por exemplo, evidenciados por Castels (1980). Tais reações se dão no nível das representações sociais, isto é, do senso comum, envolvendo dimensões da emoção, da linguagem, do discurso, das práticas das ações, dos contextos e dos ambientes de vida e do peso da subjetividade nas relações sociais (Jodelet, 2005).

Assim, as representações do carnaval, do comércio moda praia, do esporte, das zonas espaço-representacionais do bairro, das versões culturais locais e outras conceitualizações elencadas ao longo do trabalho, se transmitem como reações mistas de repulsa e desejo, oriundos da cidade confinada (Alves, 2009) na direção da cidade escassa.

Nesse sentido, manifesta-se neste trabalho, de maneira flexibilizada, o que Ribeiro (2009) evidenciou em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro: a segregação sofrida por um grupo gera no mesmo uma condição de *autosegregação* (Ribeiro, 2009, p.58). Na Gamboa, de fato, é a segregação imposta por um histórico de urbanização exógeno que leva o grupo a se afirmar como diferente da cidade – entretanto, é essa a mesma situação que o leva a desejar fazer parte dela.

Essa divisão interna em reações de repulsa e pertença, que se manifesta na divisão do espaço físico do bairro em zonas espaço-representacionais, aponta para uma heterogeneidade interna do grupo, haja visto que, dentro do próprio espaço do bairro, apontam-se relações de proximidade física, mas de distância social, entre atores mais segregados (moradores tradicionais) e mais agregados (moradores dos loteamentos) ao imaginário de beleza e glamour da cidade turística Cabo Frio.

Dessa forma, os loteamentos oriundos do Projeto Marinas do Canal; as pontes condominiais; a Ponte Feliciano Sodré, bem como o Clube Costa Azul, constituem-se claramente como barreiras do espaço arquitetônico, incluídas como elementos de uma violência simbólica pautada na proximidade física de pessoas socialmente distantes (cf. Ribeiro, 2009, p.68 ; Bourdieu, 1997, p. 165).

Assim, o *além-ponte* cabofriense não se distancia tanto do *além-túnel* carioca, ambos vistos como termos ligados a representações sociais de estigmatização dentro de um mesmo espaço citadino (Carneiro, 2009)

Nesse sentido, as trajetórias individuais de lideranças políticas do bairro emergem não como símbolos de grandes movimentos de articulação coletiva, reações de massa à cidade que lhes é escassa, mas como, elas mesmas, símbolos individuais desse sentimento misto, disposto a levar para fora do bairro (exógeno) as demandas que lhes são internas, mas que não recebem a atenção da cidade que agiu sobre o bairro, historicamente sem ser passiva às necessidades locais, tanto quanto foi ativa em relação a seus interesses, sendo, assim, farta em suas intervenções, mas escassa na promoção de cidadania.

Dessa maneira, assim como os estudos de Lopes (2004) apontam que a reação à escassez de soluções para as demandas ambientais locais conduziu ao poder político as lideranças dos movimentos ecológicos nos anos 80, em Angra dos Reis, (Lopes, 2004, p.249), é notável perceber trajetórias individuais do bairro da Gamboa, como interlocutores da demanda local na direção da externalidade, conforme vimos nas trajetórias de Jânio Mendes e Beto, por exemplo.

Líderes de movimentos sociais locais de reação às inserções externas na organização social e espacial do bairro, ambos, entre outros, caracterizam o conceito de *forças vivas*, citado por Melo e Simões (2011), ainda que criticado por ser tratado de maneira intencional por políticos locais do município de Lille, na França.

Entendido como qualificação de pessoas que representam instituições (associações de bairro, clubes, sindicatos, etc.) e que têm um papel de destaque e de reconhecimento no âmbito da comunidade, os posicionamentos e trajetórias individuais de ambos e de outros, no contexto do grupo, se agregam à noção de reação mista do grupo estudado à exogenia histórica presente na urbanização da cidade de Cabo Frio, refletida no bairro da Gamboa.

Nesse sentido, o bairro configura-se como operador na “luta contra a exclusão”, como o lugar privilegiado para se tecer o “*lien social*” e “restituir a cidadania” (Melo e Simões, 2011), ainda que as temáticas caras ao grupo, no que se refere à escassez da cidade, venham aos poucos se modificando.

Aqui, a substituição da produção e da economia gera também uma rearrumação dos padrões culturais, o que também é perceptível pela análise de representações sociais, manifestas na mudança de rituais: Saem de cena os ritos ligados à pesca, como a

tecelagem de redes (Moura, 2011), e entram em cena rituais ligados à moda praia, como o ritual do *vira-tripa* e as temporalidades peculiares do comércio, que acaba envolvendo todo o grupo.

Frutos de processos históricos, as configurações culturais dos grupos sociais permanecem em constante transformação. Isso é visto com clareza na Gamboa, cujo grupo de moradores, em situação-limite, se vêem em ruptura com suas próprias tradições. Longe de um caráter de negatividade, é exatamente a ruptura com a tradição que garante a sobrevivência cultural do grupo, sua renovação e constante construção ao largo da história, conforme salienta Sahlins (1997).

Neste trabalho, buscamos analisar de que maneira a história da urbanização de uma cidade – isto é, o processo histórico de uso, apropriação e construção do espaço urbano pelo poder público – tem o poder de influenciar a construção da identidade dos diversos grupos que a habitam, especialmente grupos de moradores de bairros com características peculiares, como a Gamboa, que, como vimos, em sua situação de liminaridade espaço-representacional, engloba as representações do *antes* e do *depois* da ponte, caracterizando não apenas a unidade, mas a diversidade, a oposição e o conflito entre as duas representações de cidades que se encontram em Cabo Frio.

Sem dúvida, devemos corroborar Wilhelm Schapp, concorde em entender que o significado atribuído a um evento resulta de experiências anteriores. Histórias que, portanto, reabrem histórias (*apud* Melo e Simões, 2011, p.18). Semelhante ao trabalho de Franca, Leite e Santos (2003), buscou-se reconstruir a memória coletiva da população e a história de um bairro, mas mais do que isso – supor que os atuais comportamentos, rotinas e posicionamentos do grupo devessem sua gênese nessa mesma memória coletiva (Halbwachs, 2008) nesse mesmo passado, construído pela cidade que atua e não atua no bairro, e pelos próprios moradores com seus antepassados, enquanto sujeitos e atores de sua própria história.

Esses posicionamentos corroboram a tendência desta pesquisa em agregar-se à perspectiva do conceito de *arqueologia urbana*, desenvolvido por Mello e Vogel (1984), já apresentada *en passant* no capítulo 1 deste escrito. Não possuindo relação com a busca de sobrevivências nas culturas urbanas estudadas, muito menos se interessando pelas manutenções visualizáveis nos grupos, esta tentativa de implementação do conceito acima objetiva, na verdade,

(...) estabelecer as bases para uma compreensão de identidades culturais, a partir dos sistemas construídos vistos como totalidades atuais de uma

sociedade urbana. Estas identidades, entretanto, só se definem em virtude da constante mistura do velho com o novo, do tradicional com o moderno, das permanências com as inovações. Mas como a unidade de sentido é sempre atual, o que existe de velho e novo, tradicional e moderno, permanência ou inovação se articula *sempre* através de um determinado conjunto de práticas (...) O caminho para definir a identidade, o caráter de certos bairros, regiões e centros urbanos depende, portanto, em maior ou menor escala, de se reconstituir a história dos seus espaços e da maneira de praticá-los. Isso envolve a idéia da recorrência quotidiana; do que é comum dentro de determinados quadros de referência sócio-espaciais. (Mello e Vogel, 1984, pp.4,5)

Essa concepção, como vimos, se aproxima, de certa forma, do urbanismo culturalista defendido por Sitte (cf. Choay, 1965, p.23), no qual o passado das relações sociais de um grupo é utilizado para planejar traçados de vias de circulação e outras intervenções urbanas. Entretanto, tal visão, como se vê na fala de Mello e Vogel (*op. cit*), avança para além das concepções culturalistas oitocentistas.

Trazendo tais reflexões à aplicabilidade no caso concreto do bairro da Gamboa, desejamos acrescentar à conceitualização de arqueologia urbana a possibilidade de observar as presentes práticas de planejamento urbano à luz do processo histórico de construção dos espaços da cidade no passado. Assim, longe de tentar “prever o futuro”, cabe, a partir da ótica aqui implementada, interpretar as atuais visualizações da cidade, na direção de seu futuro, como fruto da memória coletiva e das práticas sociais construídas historicamente.

É fato que temos em Geddes um exemplo dessa preocupação em relacionar memória coletiva/passado histórico de um grupo; suas práticas e comportamentos presentes; e a ligação entre ambos com o planejamento urbano do espaço. Para o autor, o verdadeiro plano “é a resultante e a flor de toda a civilização de uma comunidade e de uma época” (Geddes, 1915, p.44). Na análise de Choay (1965), Geddes entende que a criação de aglomerações novas deve supor o conhecimento de cada um dos setores da realidade presente, setores esses que somente podem ser inteligíveis á luz do passado (Choay, 1965, p. 39).

Isso não significa que Geddes venha a aderir ao urbanismo culturalista, já apresentado no início deste capítulo, posto que este, na crítica de Choay, aborda o passado dos grupos sociais enquanto um tempo abstrato e espacializado, enquanto Geddes entende o hoje não como repetição do ontem, mas como desenvolvimento constante e transformação presente deste. Nesse sentido, passado e presente são vistos como essenciais para análise de um planejamento urbano que, de fato, venha ao

encontro das ações e comportamentos dos grupos que integram um espaço-lugar determinado.

Destarte, tais preocupações e reflexões desejam ainda trazer novas luzes a uma antropologia urbana que volte seus olhos para as cidades médias, locadas em regiões não-metropolitanas, recorrendo ao interior dos estados, em suas cidades e municípios, como pontos de apoio e campos de pesquisa nos quais as realidades macro dos grandes centros urbanos possam ser visualizadas – e, em geral, flexibilizadas, quando não quebradas – apresentando uma nova perspectiva de um urbano a ser observado, em seu contexto histórico, por meio das rotinas e práticas de sua gente, participante dessa realidade muitas vezes esquecida.

As cidades médias não-metropolitanas fluminenses, para as quais, nos últimos anos, se deslocam as indústrias, às quais cabe o papel de descentralizadoras das políticas públicas e de centros regionais de serviços (Santos, 2009, p. 139, 140), são as que possuem o PIB com maior curva de crescimento em comparação às demais cidades médias da Região Sudeste (idem, p.147). Cabo Frio, a terceira cidade média fluminense a crescer mais no quesito agregado industrial nos últimos anos (*ibid*, p.151), entretanto, foi a cidade que menos sofreu melhorias em níveis de pobreza e renda *per capita* em todo o estado, permanecendo na estagnação de índices entre 1991 e 2000 (*ibid*, p. 158).

É necessário, portanto, atravessar mais do que pontes que separam condomínios ricos de bairros pobres, ou que dividem cidades. É preciso transpor as monumentais estruturas de ferros e concreto, de confinamentos e adesões, de lembranças e esquecimentos, que separam capitais de interiores, sejam elas voadoras sobre a Guanabara ou sobre qualquer mar nunca dantes navegado.

Referências Bibliográficas

ACIRB. Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis. *Rua dos Biquínis News*. v.1, n.2, dez 2008.

AJARA, Cesar. A abordagem Geográfica: Suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann (coord.). *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

ALMEIDA, A. C. *A Qualidade de Vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In VALADARES, Licia do Prado. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ALVES, Marta Raquel da Silva. *Descortinando a Paisagem: Monumentos e moldura cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio*. Monografia apresentada ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como requisito à obtenção do título de especialista em Patrimônio. Cabo Frio: Ministério da Cultura – MinC; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, 2009.

AYMONIMO, Carlo. *El significado de las Ciudades*. Madrid: Blume, 1981.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; BENDICTO, Danielle ; LEAL JÚNIOR, Silvio. *Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano*. Trabalho apresentado ao 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos, outubro de 2003.

BAPTISTA, José Correia. *A longa marcha – a dominação política da oposição em Cabo Frio após o golpe de 1964*. Cabo Frio: Jornal de Sábado, 2007.

BARRETO JÚNIOR, Ivo Martins. *Do monumento ao documento: valores e lacunas do conjuntos paisagístico de Cabo Frio/RJ*. Trabalho conclusivo da 8ª Edição do Curso de Especialização em Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da – CECI. Cabo Frio, 2010.

BECKER, Bertha K. A. (des)Ordem Mundial, o desenvolvimento sustentável e a amazônia. In *Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Comissão Nacional da União Geográfica Internacional (UGI)*. São Paulo, Hucitec. Apud MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann (coord.). *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, 1969.

_____. 1934. *Patterns of Culture*. Cambridge University Press.

- BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio*. 3.ed. Cabo Frio: 2003.
- BERLIN, Brent ; KAY, Paul. *Basic Colors Terms: Their universality and evolution*. Berkeley (Califórnia): University of California Press, 1969.
- BERNARDES, Lysia. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. *Revista Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v.1, nº 1, jan./abr. 1986.
- BLOCH, Marc. *Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias de guerra*. In: BLOCH, Étienne (Org.). *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- BOITEUX, Bayard do Coutto ; WERNER, Maurício. *Introdução ao Estudo do Turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, in Ferreira, Marieta e Amado, Janaína (orgs.), *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. Efeitos do Lugar. In: _____ (org.) *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: MInuit, 1979.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Congresso Nacional. *CPI da Especulação Imobiliária*. Diário do Congresso Nacional. Seção I, ANO XXXIII, número 166-A. Brasília, 1978.
- BRAUDEL, Ferdinand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomo Primeiro. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989 A revolução francesa da historiografia*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABO FRIO. *Boletim Informativo*. Edição especial: janeiro de 1990.
- _____. Secretaria Municipal de Turismo. *Quadro de desmembramentos do Município de Cabo Frio*. Cabo Frio, 2011b.
- CAMPOS, Maristela Chicharo de. *Riscando o solo – o primeiro plano de edificação para a Vila Real de Praia Grande*. Niterói: Niterói Livros, 1998.
- CAMPOS, Roberta Bivar C. *Contação de “causos” e negociação da verdade entre os Ave de Jesus, Juazeiro do Norte – CE*. *Revista Etnográfica*, maio de 2009, 13 (1), pp. 31-47.

CAPPELLIN, Paola. A modernização de valores nas relações contratuais: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade? *Antropolítica*, Niterói, n.18, 1.sem., 2005.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Rio, Zona Norte e Zona Sul: Fronteiras para além dos estigmas. In CARNEIRO, Sandra de Sá & SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *Cidade: Olhares e Trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: PEREIRA, Carlos Messeder et. al. (org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CASIMIRO, José. *Fatos e Costumes da Região – poemas e crônicas populares*. Cabo Frio: 1995.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Cidade, democracia e socialismo – A experiência das associações de vizinhos de Madri*. Trad.de Glória Rodríguez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana – Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CDN, Estudos e Pesquisas LTDA. R.I.S. – *Relatório de Impacto Social (para a sustentabilidade)*. Disponível em: <http://www.cdneq.com.br> . Acesso em: 15 abr. 2011.

CHANCELLOR, Edward. *Salve-se quem puder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHARTIER, R. (1988) *Cultural History*. Cambridge.

CHOAY, F. *O urbanismo*. Coleção Estudos, nº 67. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CORDEIRO, Graça índias; DA COSTA, Antônio Firmino. Bairros: Contexto e intersecção. In VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana – Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

CORRÊA, Marcello de Mello. Royalties do Setor Petrolífero e Desigualdades Regionais no Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Geografia*. Ano VI – Nº. 11. UFF. Rio de Janeiro, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, Marcio Werneck da. *Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio*. Cabo Frio: IPHAN, 1989.

DA COSTA, Eduarda Marques. *Cidades Médias – Contributos para sua definição*. Finisterra, v. XXXVII, n.74. Lisboa, 2002.

DA MATTA, Roberto. *Ensaio de Antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. In *Espaço & Debates*. São Paulo, n.13, 1984.

DAVIS, Shelton. *Public involvement in environmental decision-making. Some reflexions on the western European experience*. Washington: The World Bank, 1996.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del "modelo Barcelona"*. Madrid: Catarata, 2007.

DOMINGUES, Álvaro. *(Sub)úrbios e (Sub)urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?* Revista da Faculdade de Letras-Geografia. Série I, Vol. X/XI, Porto, 1994/5.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1976.

DURAND, José Carlos. *Le Corbusier no Brasil – negociação política e renovação arquitetônica – contribuição à história social da arquitetura brasileira*. RBCS, n. 16, ano 6, jul. 1991.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006.

FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *Cidade: imagem e imaginário*. In SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens Urbanas – Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRGS, 2008.

FOOTE-WHYTE, William. *Treinando a Observação Participante*. In ZALUAR, Alba (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª Edição, 1990.

FORTUNA, Affonso A. P.. *O esforço governamental de Planejamento Urbano*. IBAM – Revista de Administração Municipal. nº 129, mar. abr. 1975.

FRANCA, Nahyda; LEITE, Márcia Pereira; SANTOS, Alexandre Mello (org.). *Quando memória e história se entrelaçam – a trama dos espaços na grande tijuca*. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a Sociologia. *Revista de Antropologia*, vol.48, no.1. São Paulo: janeiro/junho, 2005.

GEDDES, Patrick. *Cities in Evolution*. London: Williams & Norgate, 1915.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Trad: Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1978.

GIFFONI, José Marcello. *Sal – Um outro tempero ao Império (1801-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna* in Bela Feldman-Bianco (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2.ed. São Paulo: Global, 1997.

GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia: A política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000.

GONÇALVES, Luiz Felipe de Oliveira. *Reestruturação urbana na cidade de Cabo Frio - RJ: Um estudo sobre a dinâmica da produção de moradias e o processo de segregação espacial*. Trabalho Final de Curso, apresentado a Faculdade da Região dos Lagos, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Geografia. Cabo Frio, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2008.

HANSEN, Guttorm. *Cabo Frio dos Tamoios à Álcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAUTREUX, J., ROCHEFORT, M. *L.armature urbaine française*. Paris: Insee, 1964.

HEES, Dora Rodrigues. As reservas extrativistas: por uma nova relação homem-natureza in MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann (coord.). *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de Grandes Cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JEFFERSON, Mark. *The Anthropogeography of Some Great Cities*. American Geographical Society, XLI, 1909.

JODELET, Denise. Experiência e representações sociais. In: MENIN, Maria Suzana de Stefano & SHIMIZU, Alessandra de Moraes (org.). *Experiência e Representação Social – questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 24. , 1999

LAJUGIE, J. *Les Villes Moyennes*. Éditions Cujas, Paris (Reedição do Relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social), 1974.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2.ed. Rio de Janeiro: lidador, 1974.

LAJUGIE, J. *Les Villes Moyennes*. Éditions Cujas, Paris (Reedição do Relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social), 1974.

LE MAITRE D'OUVRE. *Revue Française d'Urbanisme. spécial sur le Rio de Janeiro*. n.33, abr./mai. 1929. *Apud Leme*, 1999, p. 30.

LEITE, Márcia Pereira. A construção social do Grajaú: um bairro carioca. In SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira e FRANCA, Nahyda. *Quando memória e história se entrelaçam : a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

_____. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, ano 3, v.4, 1995.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*, Petrópolis: Vozes, 1978

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis - uma reflexão em busca de auto-estima*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Os Pensadores).

_____. *Antropologia Estrutural*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

_____. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.

_____. *The View from Afar*, trad. De J. Neugroschel e P. Hoss. Nova York, Basic Books, 1985b.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia et al. (orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NAP/UFRJ, 2004.

MACHADO, Lia. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana ; MACHADO, Lia. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1990.

MAGNANI, J.G.C. “De perto e de dentro: nota para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, Vol. XLIII, 1976.

MARAFON, Gláucio J. et al.. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição Geográfica*. Rio de Janeiro, Gramma, 2005.

MARTINS, Rosilane Rachadel. *Participação da atividade pesqueira artesanal na renda familiar dos moradores das comunidades do Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé*. Monografia de conclusão de curso de pós-graduação em Educação Ambiental. Florianópolis: UDESC, 1995

MASSA, Hilton. *Cabo Frio, Histórico-Político*. Rio de Janeiro. In livro. Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1980.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço – Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATA, Giulle Adriana Vieira da. *Os Irmãos Piriás: a gramática moral de uma lenda contemporânea*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social. Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Modesto. Belo Horizonte, 2008.

MATIELLO, Alexandre M. *Da Carta de Atenas ao Estatuto da Cidade: questões sobre o planejamento urbano no Brasil*. Impulso, v.17, n.44. Piracicaba: 2006.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann (coord.). *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana? *Revista de Arqueologia*. Museu Paraense Emílio Goeldi, v.2, n.2. Belém: jul/dez 1984.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

MOURA, Rafael Peçanha de. *Histórias de Pescador – imagens e identidades dos pescadores Artesanais do bairro da Gamboa (Cabo Frio-RJ)*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais – DCIS – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ como requisito à obtenção do título de especialista em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro, 2011.

MELO, Ana Maria ; SIMÕES, S. S.. Considerações acerca de um drama: a renovação urbana em Lille-Sud. *Biblio 3w* (Barcelona), v. XVI, p. 1-20, 2011.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. *Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

OGATA, M. G. *Macrozoneamento Costeiro: Aspectos Metodológicos*. Brasília:

MMA/PNMA/PNGC, 1995.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço e Debates. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, Jun./set. 1982, n. 06.

OLIVEIRA, Evelynne Tabosa dos Santos. *Plano de internacionalização de empresas de confecção moda praia do Ceará*. Trabalho Final apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior da Universidade Católica de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pós Graduado em Comércio Exterior. Universidade Católica de Brasília - Centro Católica Virtual/Educação a Distância – CV/EAD - Curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior, com ênfase em Empresas de Pequeno Porte. Fortaleza – CE: Março/ 2004.

PAIVA, Maria Arair Pinto. *Espaço público e representação política*. Niterói: EdUFF, 2000.

PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano in VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

PARKINSON et al. *CE – Urbanization and the functions of Cities in the European Community*. European Institute of Urban Affairs, John Moores University, Liverpool, 1992.

PEPONIS, John et al. O centro espacial da cultura urbana. *Ekistics*, Londres, n. 334/335, p.43, 1989.

POCOCK, Douglas C. D. Place and the novelist. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series 6, 1981.

POSTHUMA, Anne C. e LOMBARDI, M. Rosa. (1997), “Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina”. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, 11(1): 124-131.

PRADO, Rosane M. *Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade*. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. _n. 4, 1997.

PRATES, Antônio Augusto P. Movimentos sociais e associativismo urbano: discussão de uma agenda de pesquisa para os anos noventa. *Revista Análise & Conjuntura*, Vol. 7, nos 2/3. Belo Horizonte: maio/dezembro, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA. *Lei nº 2823 de 18 de setembro de 2007*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2011.

PRYSTHON, Angela. *Margens do mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo*. In Revista Famecos, nº 21. Porto Alegre, 2003.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: G. Gilli, 1987.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – A inovação em história*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In CARNEIRO, Sandra de Sá & SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *Cidade: Olhares e Trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História da urbanização do Rio de Janeiro: A cidade: capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá ; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Cidade, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. *Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais*. Niterói: EdUFF, 2005

SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

_____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, pp. 41-73, UFRJ, 1997.

SALGADO, Gilberto Barbosa. *Fabulação e Fantasia*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. Grupos sociais e instituições: comunicação, interação e recepção. *Revista Psicologia em Pesquisa - UFJF*. Juiz de Fora, vol.3, n.1, pp. 3-15, janeiro-junho 2009.

SANTOS, Ângela Mounin S. Penalva. Cidades médias e reestruturação espacial na economia fluminense. In CARNEIRO, Sandra de Sá & SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *Cidade: Olhares e Trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In VALADARES, Licia do Prado. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. Centralidade urbana: espaço e lugar. 1991. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 1991.

SCHUMPTER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, De Plácido. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro, Forense, 2004.

SILVA, Gláucia Oliveira da. “*Tudo que tem na terra tem no mar*”: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1989.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental in VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, L. de M. e (org.). *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEHR, Johannes. *Sagenhafter Alltag*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1998 *apud* MATA, Giulle, Adriana Vieira da. Os Irmãos Piriás: a gramática moral de uma lenda contemporânea. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social. Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Modesto. Belo Horizonte, 2008.

STEINBERGER, Marília e BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In. ANDRADE, T.A. e SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001

STOCKING JR., George W. *Race, Culture and Evolution*. Nova York: Basic Books, 1968.

TCE-RJ. Secretaria Geral de Planejamento. *Estudo socioeconômico dos municípios do Rio de Janeiro – Cabo Frio*, 2004.

TERRA, Antonio. Crônicas. Prefeitura de Cabo Frio – Secretaria Municipal de Cultura. Cabo Frio, 2003.

TOINARD, S. *La ville Moyenne: Mythe ou réalité?* Norois, v.43, n.171, 1996.

TOWNROE, P. M. *Location factors in the decentralization of industry. A survey of metropolitan São Paulo, Brazil*. Washington D.C.: World Bank Staff, 1983.

TUAN, Y.F. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. e OLSSON, G. (eds.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht, Reidel Publ. Co., 1979.

_____. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1974.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas – Ação simbólica na sociedade humana*. Trad. Fabiano de Moraes. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. *Floresta de símbolos*. Niterói: EdUFF, 2005.

_____. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? In *Proposta*, n.69. Fase: Rio de Janeiro, 1996.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR (orgs.). *Pesquisas Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *A utopia urbana – um estudo de antropologia social*. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VENTURA, Z. *Cidade Partida*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VILLAÇA, Flávio. *As Ilusões do Plano Diretor*. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em 2 de maio de 2012.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK, Csaba ; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

VILAÇA, Helena. Associativismo Urbano e Participação na Cidade. *Sociologia – Porto – Série 1*, Vol. 1, 1991.

VOGEL, Luiz Henrique. Mídia e democracia: o pluralismo regulado como arranjo institucional. In *Revista Estudos Históricos*, n.31. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV, 2003.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade in VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

WILCOX, Walter F. A definition of City in Terms of Density in BURGESS, E. W. *The Urban Community*. Chicago, 1926.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida in VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*, 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Entrevistas

ACIOLI, Aristarco. História recente da Política local. 2011. Entrevista concedida a Rafael Peçanha de Moura, Cabo Frio, 03 de setembro, 2011.

CORRÊA, Alair Francisco. História recente da Política local. 2011. Entrevista concedida a Rafael Peçanha de Moura, Cabo Frio, 14 de julho, 2011.

MENDES, Janio dos Santos. História recente da Política local. 2011. Entrevista concedida a Rafael Peçanha de Moura, Cabo Frio, 16 de junho, 2011.

NOVELLINO, José Bonifácio Ferreira. História recente da Política local. 2011. Entrevista concedida a Rafael Peçanha de Moura, Rio de Janeiro, 21 de outubro, 2011.

Fontes Eletrônicas

ALERJ. *Cadastro de Projetos de Lei*. Disponível em www.alerj.rj.gov.br. Acesso em 2 abr. 2012.

CABO FRIO. Projeto Memória Fazendária. *Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio*. Livro 40 – 1936 a 1937. Disponível em www.cabofrio.rj.gov.br. Acesso em 12 de outubro de 2011a.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Legislação municipal. Disponível em www.cmcabofrio.rj.gov.br. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Mapas e Estatísticas - Plano diretor municipal de desenvolvimento sustentado*. Disponível em www.cabofrio.rj.gov.br. Acesso em 11 de janeiro de 2010.

IBGE. Série: POP300 - Revisão 2008 - Projeção da população do Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 26 de julho de 2011.

_____. *Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003*. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 2 de janeiro de 2011a.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 11 de julho de 2011b.

_____. *Censo Demográfico 2011*. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 19 de outubro de 2011c.

_____. Diretoria de Geociências – DGC/Departamento de Cartografia – DECAR.. *Noções de Cartografia*. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 2 de maio de 2011d.

_____. Diretoria de Pesquisas - DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2011*. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 9 de julho de 2011e.

_____. *População recenseada e estimada, segundo os municípios - Rio de Janeiro – 2007*. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 23 de abril de 2010.

_____. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000*. Série Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 6, 2001.

JORNAL PRIMEIRA HORA. *Setorização cromática facilita serviços de limpeza nos bairros em Cabo Frio*. Disponível em www.jornalprimeirahora.com.br. Acesso em 09 de dezembro de 2011.

LOPES, Juarez Marques. Crescimento desordenado: fator de perda da qualidade de vida. *Revista Cidade*. Cabo Frio, 21 de junho de 2011. Disponível em www.revistacidade.com.br. Acesso em 11 de setembro de 2011.

MACAÉ. Secretaria de Governo. *Planejando Macaé*. Disponível em www.macaé.rj.gov.br. Acesso em 21 de fevereiro de 2012.

PVRL – Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. *IHA – índice de Homicídios na Adolescência*. Disponível em www.observatoriodefavelas.org.br. Acesso em 23 de abril de 2010.

TEIXEIRA, Viviane. Cabo Frio já tem sistema municipal de licenciamento municipal. Disponível em www.cabofrio.rj.gov.br, acesso em 24 jan. 2011.

UFRJ. Observatório das Metrôpoles. *Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos*. Disponível em <http://www.observatorioidasmetrolopes.ufrj.br>. Acesso em 21 de maio de 2011.

Comunicações

CAMARGO, G. *Painel Economia Sustentável*. Comunicação. Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, abr. 1992.

Reportagens de Jornais e Revistas

BARRETO, Carolina. *Gamboa rompe o silêncio*. Jornal Folha dos Lagos, p.3, 4/5 jun. 2011.

CAMPOS, Vanessa. *Shopping dos Biquínis – Por que a rua mais famosa de Cabo Frio já não vende apenas biquínis?* Revista Cidade, Cabo Frio, ano II, nº18, pp.29-32, outubro de 2007.

FOLHA DOS LAGOS. *Gamboa na mira do Iphan*. p.4, 13/14 mar. 2010.

_____. *Liquidação no comércio de Cabo Frio*. p.5, 25 jan. 2011.

_____. *Moda praia comemora altas vendas*. p.2, 7 jan. 2011

_____. *MP entra com ação contra prefeitura de Cabo Frio*. p.2, 29 out. 2010.

_____. *Obras prejudicam o comércio da Gamboa*. p.6, 1 jun. 2011.

JORNAL DE SÁBADO. *Praça do Teatro: obra será a maior intervenção urbana de Cabo Frio*. P.07, 17 set. 2011.

MARIA, Sylvia. *Gamboa é celeiro de atletas*. Jornal Noticiário dos Lagos, p.6, 25 jun. 2010.

O COMPLETO. *André, o artilheiro do Brasil*. p.1, 27 de março de 2010.

RIBEIRO, Alcineu. *Prefeito reinaugura Ézio Cardoso da Fonseca e anuncia novas obras*. Jornal Noticiário dos Lagos, p.3, 20/21 ago. 2011.

ANEXO I – Estrutura perceptual das *urfarben*

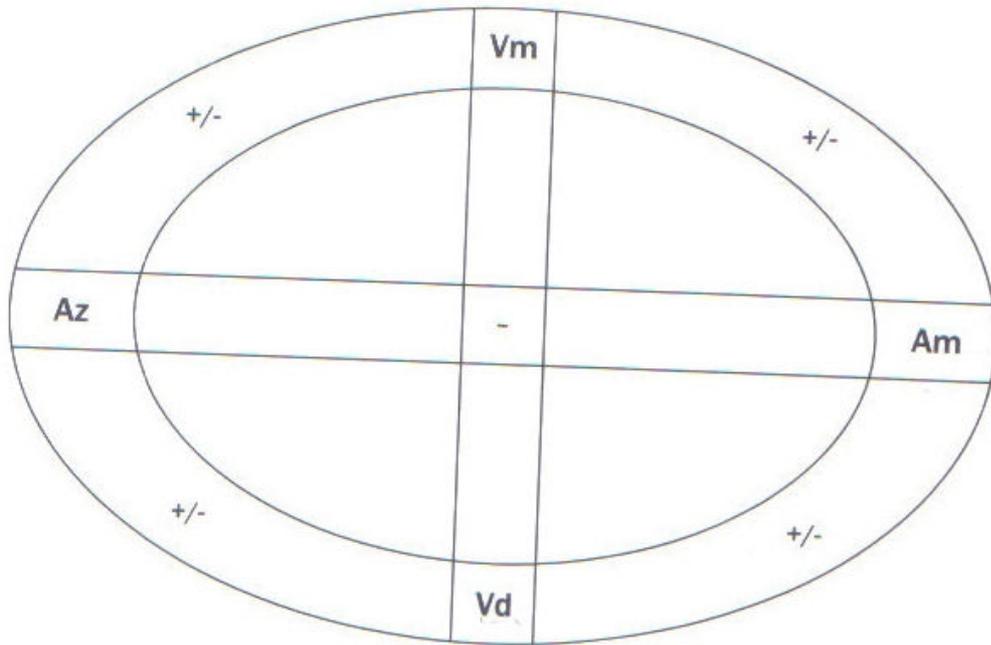


FIGURA 4.2 – ESTRUTURA PERCEPTUAL DAS *URFARBEN*.

ANEXO II – Sequência progressiva dos termos básicos de cor nas línguas naturais.
 Fonte: Berlin e Kay, 1969

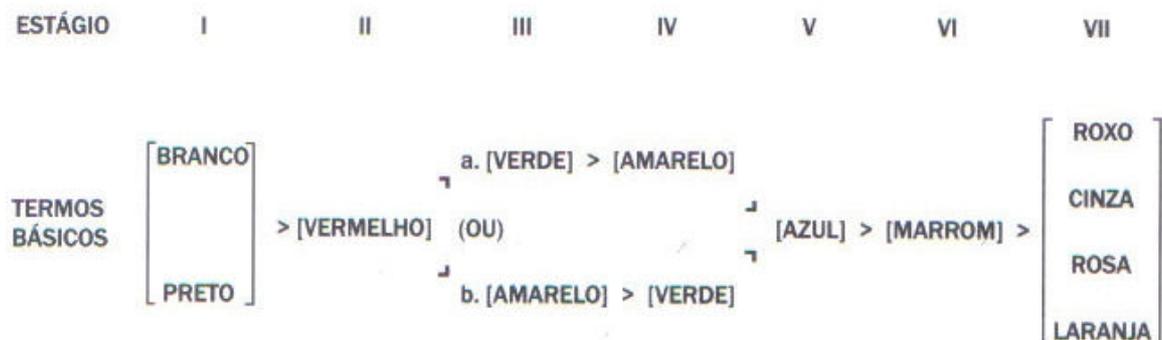


FIGURA 4.1 – SEQUÊNCIA PROGRESSIVA DOS TERMOS BÁSICOS DE COR NAS LÍNGUAS NATURAIS.

Fonte: Berlin e Kay, 1969.

2. GERAL

Folha dos Lagos

SEXTA-FEIRA, 7 de janeiro de 2011

JANEIRO COMEÇA COM BONS LUCROS PARA AS LOJAS DA GAMBOA Moda praia comemora altas vendas

Na primeira semana do ano que termina hoje, o comércio do segmento de moda praia já tem o que comemorar. As vendas subiram e a expectativa de bons lucros deve permanecer até o fim da alta temporada. Na Gamboa, a maior parte dos comerciantes de shopping a céu aberto prevê que a segunda quinzena de janeiro será ainda maior.

Na Q-Ôndia, na Rua dos Biquínis, o movimento permanente estável em relação a mesma época na última temporada. Com nova coleção desde novembro, a gerente Lucilene da Conceição acredita a estabilidade nas vendas no prestígio que a loja já alcançou.

— A loja é bem conhecida e o movimento se mantém estável ao longo do ano, mas a venda continua alta, com o lucro bom — explicou a gerente que tem 25 anos de experiência no ramo de moda praia na Gamboa.

Apesar de ser carro-chefe das vendas, não são somente os biquínis que movimentam firmemente as lojas. No início do verão, as vendas de óculos escuros, chapéus e bolsas são destaques de saída nas principais lojas. Segundo a vendedora Andreza Mota, da Cowboy de Areia, as pessoas estão se preocupando mais com a saúde e o visual.

— Eles estão dando preferência aos óculos que têm proteção solar e aos tipos de chapéus também. A loja tem faturado bem neste início de ano.



Fotos: Imaia Masc...

Início do mês com tempo instável fez com que muitos turistas trocassem as praias pelos passeios e compras no comércio de biquínis da Gamboa

memorado bastante os primeiros dias de 2011, e a moda praia voltou por suas certezas. Na Girassol Teen, ainda hoje especificamente

silhueta livre, reto, remetem estilo tulpa ou evare. Enquanto aumenta o tom dos biquínis, diminuiu o das das mulheres. Mas as da

TERÇA-FEIRA, 25 de janeiro de 2011

Folha dos Lagos

COMÉRCIO

LOJISTAS CELEBRAM OS LUCROS E ANUNCIAM AS OFERTAS DO FIM DE ESTAÇÃO

Liquidação no comércio de Cabo Frio

Passando da metade do verão, as lojas de Cabo Frio já comemoram o movimento do primeiro mês do ano. Próximo do fim de janeiro, as liquidações devem impulsionar ainda mais as vendas em diversos segmentos do comércio.

Após a passagem das festas e do recesso, o comércio começa a fazer o balanço de como foram as vendas nos vinte dias do ano de 2011. Na loja Ferni, janeiro foi de superação de metas e saldo bem positivo, como conta a gerente Elis Shiva. A loja não teve do que reclamar.

— O movimento foi melhor em relação ao ano passado, tivemos um triunfo que possibilitou um aumento de vendas. Antecipamos a liquidação para a segunda semana de janeiro, o que trouxe os clientes para a loja. A nossa intenção era aproveitar o movimento na cidade, para alavancar as nossas vendas nesse mês de janeiro.

A gerente disse ainda, que a loja deve permanecer em liquidação, até a mudança de coleção, que ocorre no próximo mês.

— A coleção de outono/inverno deve estar nas vitrines até fevereiro e março, vamos liquidar o que está aqui, depois começar com o que vem para a próxima estação — disse a gerente.

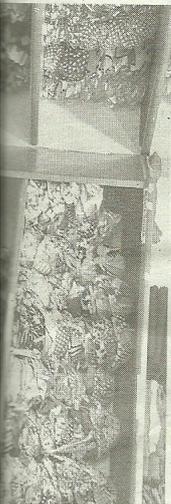
Em época de liquidações, as lojas apostam nos preços mais baixos para atrair o público, mas para Elis, o preço mais em conta não quer dizer menor qualidade.



Foto: Iamã Almeida



Após um janeiro positivo em vendas, lojas iniciam agora a temporada de liquidações



Tendências do verão colorem as vitrines

Todo verão é hora renovar o guarda-roupa de acordo com as tendências que vão reger a estação. Com a renovação das cores que vão para as passarelas e ganham as ruas, o verão promete ser colorido e de tons cítricos.

A cartela de cores da temporada 2011, entra para contrastar os tons cítricos com as cores mudes e de arremate mate. O verde militar e o índigo, sucesso nas passarelas europeias, entram com base na diferença de tonalidade. Os tons pastéis dão lugar ao lilás, laranja, verde-limão, tons terrosos, pinks e os amarelos vibrantes, mas sem sair totalmente de cena.

A moda retrô, que varia de acordo com as décadas a cada verão, continua em alta. Nessa estação, a década de 90 deve inspirar os modelos. Indo ao encontro com o clima tropical brasileiro, as estampas figurarão nos vestidos e blusas principalmente. Tribais, florais abstratos, felis mamontizados e bichos serão mais vistos.

Successo no último verão, o xadrez e o listrado chegam com pouquíssima força nas vitrines. Na moda praia, o bojo é um dos sucessos do verão, presente em quase todos os modelos, as mulheres procuram valorizar o

a estética.

— Antigamente as pessoas escolhiam qualquer biquíni para a praia, hoje em dia escolhem de acordo com o modelo, corpo e cor também. Não é simplesmente ir para a praia, é levar para lá a beleza que todo mundo se preocupa quando vai para os lugares paradisíacos.

A moda praia se tornou um pólo de beleza, algumas vezes não é nem o fato de pegar sol e ficar com uma marquinha, e sim você mostrar o que veste. Biquíni diz muito sobre a pessoa que usa — disse.

Um modelo para cada tipo de corpo

A variedade no formato dos corpos, faz com que as pessoas escolham modelos específicos. Desde quem precisa valorizar até quem quer esconder algo.

Para que tem seios pequenos, o modelo ideal de top são os estílios cortininha, com bojo ou frite única. Os modelos tomara-que-caia com plissados também ajudam a dar mais volume. Quem prefere distingar o busto, os stílios mais estruturados, como os que têm um suporte logo abaixo do bojo. Também vale o estílo faixa, mas com alças. Alguns seguem a

Cabo Frio, 20 e 21 de agosto de 2011

NOTICIÁRIO DOS LAGOS

Município

Prefeito reinaugura Ézio Cardoso da Fonseca e anuncia novas obras

Alcineu Ribeiro

A noite da última quinta-feira foi de festa para os moradores do bairro Jardim Esperança, em Cabo Frio. O prefeito Marquinho Mendes entregou a comunidade as obras de reurbanização da avenida Ézio Cardoso da Fonseca, que ganhou novo calçamento, iluminação, asfaltamento intercalado com pedras intertravadas nas esquinas, sinalização horizontal e lixeiras. Em seu pronunciamento, o prefeito deixou claro que a administração pública agora tem uma nova visão de investimentos.

- Acabou aquela época em que os investimentos da prefeitura paravam na ponte. Ficava tudo para a parte rica da cidade. No nosso governo, os recursos são distribuídos de forma justa e honesta, porque vocês também são contribuintes e merecem o mesmo respeito. E isso nós estamos fazendo. Basta verificar quantas melhorias nós já fizemos nesta comunidade, disse ele.

Ao lado da vice Delma Jardim e do seu Chefe de Gabinete, Alfredo Gonçalves,



O prefeito discursou ao lado de sua vice e de Alfredo Gonçalves, seu Chefe de Gabinete

Marquinhos Mendes, agradeceu a todos que trabalharam na obra da avenida e foi bastante aplaudido ao confirmar mais uma obra para o bairro que vai beneficiar cerca de mil pessoas por dia.

- Brevemente vocês vão presenciar o início das obras do Restaurante Popular que nós vamos inaugurar aqui no ano que vem. Vai ser o primeiro restaurante da cidade a fornecer uma comida fresca, saudável, e que vai gerar muitos benefícios econômicos pra toda essa região, declarou ele.

O prefeito também falou sobre as perseguições políticas que sofreu ao longo dos primeiros dois anos de administração e que prejudicou o andamento do processo de algumas obras. Com os processos julgados e ele absolvido, Marquinho Mendes mandou um recado para os seus adversários políticos, declarando que, a partir de agora a cidade vai entrar num período de inauguração de obras.

- Eles agora vão ter que matutar!!! Tentaram de todas as formas prejudicar o povo, impossibilitando a nossa administração, mas, com a graça de Deus, não conseguiram. Vamos a partir de agora entrar numa maratona de inaugurações. Até o final deste mês estaremos entregando a praça Ayton Senna, no bairro São Francisco. Era uma reivindicação antiga daquela comunidade, que finalmente estamos realizando, afirmou ele.

Marquinho Mendes concluiu a entrevista exclusiva para o jornal Noticiário dos Lagos divulgando em primeira mão a próxima data em que o governador Sérgio Cabral estará na cidade para uma série de inaugurações.

- Já confirmei com o Prefeito Guanabara e o governador estará na nossa cidade no dia 29 de setembro inaugurando a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Unamar, obras do centro esportivo lazer de Tamoiois, com uma praça acoplada e seis quilômetros de asfaltamento em duas ruas do 2º Distrito. Obras que foram feitas em parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado e que beneficiar milhares de pessoas daquela região, concluiu Marquinho Mendes.

